

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

EVASÃO E ROTATIVIDADE EM ASSENTAMENTOS
RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Paulo Freire Mello

Porto Alegre

2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

EVASÃO E ROTATIVIDADE EM ASSENTAMENTOS
RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Paulo Freire Mello

Orientador: Carlos Guilherme
Adalberto Mielitz Netto

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural – Área de Concentração em Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural.

Porto Alegre

2006

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS

M527e

Mello, Paulo Freire

Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul /
Paulo Freire Mello. – Porto Alegre, 2006.
227 f. : il.

Orientador: Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa
de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2006.

1.Assentamento rural : Rio Grande do Sul. 2. Reforma agrária : Rio
Grande do Sul. I. Mielitz Netto, Carlos Guilherme Adalberto. II. Universidade
Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 332.24.012.3

EVASÃO E ROTATIVIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Paulo Freire Mello

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural – Área de Concentração em Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 12 de abril de 2006

Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto – orientador
UFRGS

Prof. Dr. Eric Pierre Sabourin
UNB

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos
UFRGS

Prof. Dr. Sérgio Schneider
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha esposa, Cristiane, pelo amor e incentivo para que eu ingressasse no curso de mestrado e a posterior compreensão pelos dois longos anos de estudos e, portanto, de ausências. À minha mãe, Maria Helena, pelas “dicas” de português. Ao meu orientador, Professor Carlos Mielitz, pelo apoio ao longo de todo o trabalho. Ao Professores José Carlos dos Anjos e Eric Sabourin pela inspiração teórica, contribuição conceitual e metodológica. Ao Professor Paulo Waquil, pelo apoio metodológico. A todos os outros professores do PGDR e à Eliane, pela competência e disposição de ajuda. Às dezenas de colegas do INCRA-RS e, em especial, a toda equipe de supervisores de projeto, pela ajuda na coleta dos dados e, principalmente, pela contribuição na discussão teórica. Ao meu pai, Aryoni, e à minha cunhada, Viviane, pelas “dicas” de inglês. Ao compadre Ricardo, pelos diálogos teóricos, e ao compadre Richard Serraria, pela inspiração poética, “quando a insatisfação chega ao pampa”. E, por último, a esta parcela sofrida do povo brasileiro que chamamos camponeses, cujo modo de vida instigante é a razão última deste trabalho.

*Em clareza
o pampa infinito e exato me
fez andar
Em rigor eu me entreguei
aos caminhos mais sutis
Em profundidade
a minha alma eu encontrei
e me vi em mim*

(Vitor Ramil - Ramilonga)

*foi numa noite dessas num costado qualquer
entre o sono a morte e a vida meu pedido da revelação
porque mandaram eu de um lugar para o outro pleno de solidão,
não em sonho, mas no olho da lua do meio dia...Então eu pedi:
conta prá mim tu mesmo, aqui, se o futuro só a Deus pertence,
agora eu quero ouvir. Afinal se o senhor é realmente engenheiro
capaz de sonhar coisas claras para essa imensidão de tijolo,
ferro e concreto armado em que a vida toda trabalhei, então me diga,
de onde vem essa insatisfação que não desgruda de mim e
se move fácil como argamassa, areia e cimento
todas as manhãs nos olhos dentro de minhalma humana
que ainda e sempre está repleta
dessa paz que incomoda e não me deixa adormecer.*

(Richard Serraria - Bataclã FC- Armazém de Mantimentos)

RESUMO

A pesquisa apresenta o fenômeno da rotatividade, composta por evasão, trocas e outras saídas, em 193 assentamentos do Rio Grande do Sul, com ênfase na evasão de lotes. Esta é entendida como a saída do Programa de Reforma Agrária e foi correlacionada com 16 variáveis: a) crédito instalação-modalidade apoio; b) crédito instalação-modalidade materiais de construção; c) PRONAF A; d) percentual de lotes sem água; e) sem luz; f) sem casa; g) qualidade das estradas internas; h) estradas externas; i) qualidade dos solos; j) tipo de prestadora da assistência técnica, l) executor do assentamento, m) ano de implantação; n) tipo de público; o) a região de implantação; p) religião do evadido; e q) seu estado civil. Estas variáveis e a evasão foram obtidas com dados secundários no INCRA e no GRAC, o órgão de terras estadual. As duas últimas variáveis foram testadas somente em dois estudos de casos, realizados na forma de etnografias. Isto foi necessário para dar conta da hipótese central, de que a evasão é facilitada em situações de baixa coesão social, haja vista que quase todas as variáveis se referem à dimensão material da questão, notadamente problemas de crédito e infra-estrutura. Para a compreensão dos processos que levam à coesão social nos assentamentos, lançamos mão do aporte teórico da sociologia da crítica, com contribuições pontuais de outros autores, tais como Bourdieu, Elias, Wolf e Martins, entre outros, além da antropologia, principalmente através da noção de reciprocidade, neste caso, com o aporte essencial de Sabourin e Caillé. Os resultados obtidos revelam uma estimativa da média de evasão nos assentamentos de 22 %, porém com diferenças regionais grandes, onde, na metade norte do Estado, encontramos algo em torno de 10%, e na metade sul, quase 30%. Não obtivemos correlação de nenhuma variável da chamada dimensão material com a evasão, ao passo que verificamos a centralidade das relações de reciprocidade, em especial o parentesco, na forma da família extensa e do compadrio e das relações com os vizinhos, “gaúchos” e fazendeiros, na construção da coesão social e no estancamento da evasão. Esta se dá concomitante à contenção de conflitos, onde a Assembléia de Deus, Igreja Pentecostal, assume posição preponderante nos casos estudados. Os evangélicos, assim como os casados, tendem a uma menor rotatividade e evasão, pois caminham para um maior fortalecimento de laços sociais, quando comparados com os solteiros e os católicos. Por último, discutimos o papel dos mediadores, principalmente a assistência técnica, os técnicos dos órgãos de terra e as lideranças do MST, num ambiente de disputas e acordos entre projetos corporativos, por nós denominados: projeto tradicional-camponês, projeto socialista-coletivista e projeto empresarial, além das estratégias não corporáveis, que podem levar ao rentismo e à evasão propriamente.

Palavras-chave: evasão, assentamentos, rotatividade, coesão social, reforma agrária, mediadores

ABSTRACT

The research presents the rotating phenomenon, composed by escape, exchange and others exits, in 193 settlements of Rio Grande do Sul, with emphasis in parcels escape. It is understood like the land reform escape and was correlated with 16 factors: a) install credit- support modality, b) install credit – construction materials modality, c) PRONAF A, d) percentage of parcels without water, e) without light parcels, f) percentage of parcels without house, g) internal road quality, h) external road quality, i) soil quality, j) technical assistance kind l) settlement executor, m) implant year, n) public type o) implant region, p) escaped religion, q) escaped civil state. These factors and the escape were got in secondary dates of INCRA and GRAC, the state land institution. The two last factors were tested only in ethnographic cases. It was necessary to respond the central hypothesis, where the escape is facilitated in low social cohesion situations, because almost all factors refers to the question material dimension, in particular, infra-structure and credit problems. To social cohesion process understanding, we made use the criticism sociology theoretic support, with other authors punctuals contributions, like Bourdieu, Elias, Wolf and Martins, among others; beyond the anthropology, mainly throw the reciprocity notion, in this case with the Sabourin and Caillé essential support. The results reveal a 22% settlement escape average estimative, however, with great regional differences, where, in state half northern, we found nearly 10%, and in half southern, almost 30%. We did not get correlation of no material dimension factors with escape, but we verified the reciprocity relations centrality, in special, the kinship, in extend family and “compadrio” form, and the neighbor relationship, “gaúchos” and farmers, in the social cohesion construction and in the escape stopping. It occur concomitant the contention conflict, where God Assembly, a Pentecostal Church, assumes a preponderant position in the studied cases. The evangelicals, just like the married, tend to low escape and rotation, because they lead to higher social laces strengthening, in comparison with catholic and singles. Finally, we discussed the mediator paper, mainly the technical assistance, land institutions technical and MST leaders, in a corporation projects struggle ambient, we denominated: peasant–traditional project, collectivist-socialist project and enterprise project, beyond the no corporeal strategies, that can lead to rental and escape.

Keywords: settlements, rotating, social cohesion, land reform, mediators

LISTA DE TABELAS

1. Correlação de nove variáveis analisadas com a % de evasão	84
2. A evasão dos assentamentos do Rio Grande do Sul para cada executor	95
3. A evasão e o ano de criação dos assentamentos	96
4. A evasão de alguns municípios do Rio Grande do Sul	102
5. A evasão e as regiões do Rio Grande do Sul	102
6. Uso da terra nos assentamentos, classificados por idade, na Região de Bagé. Ano agrícola 2002/03	106
7. Uso da terra nos assentamentos, classificados por idade. Região de Piratini. Ano agrícola 2002/03	106
8. Uso da terra nos assentamentos, classificados por idade. Região de Livramento. Ano agrícola 2002/03	107
9. Uso da terra nos assentamentos, classificados por idade. Região de Porto Alegre. Ano agrícola 2002/03	107
10. Uso da terra nos assentamentos, classificados por idade. Região das Missões. Ano agrícola 2002/03	108
11. Uso da terra nos assentamentos, classificados por idade. Região de Tupanciretã. Ano agrícola 2002/03	108
12. Produção e produtividade dos principais cultivos existentes nos assentamentos da Macrorregião Sul, por região, no ano agrícola 2002/03	109
13. Produção e produtividade dos principais cultivos existentes nos assentamentos da Macrorregião Norte, por região, no ano agrícola 2002/03	109
14. Produção e produtividade de leite nos assentamentos da Macrorregião Sul, por região. Ano agrícola 2002/03	109
15. Produção e produtividade de leite nos assentamentos da Macrorregião Norte, por região. Ano agrícola 2002/03	110
16. Os grupos originais do assentamento Apolo	122
17. Grupos atuais do assentamento Apolo	123

18. Os grupos originais do assentamento Santo Ângelo	132
19. Os grupos atuais do assentamento Santo Ângelo	133
20. Evasão, permanência e rotatividade dos assentamentos Santo Ângelo e Apolo	168
21. Evasão e estado civil no assentamento Apolo	173
22. Evasão e estado civil no assentamento Santo Ângelo	174
23. Evasão e estado civil – média dos dois assentamentos	174
24. A evasão e a religião no assentamento Santo Ângelo	181
25. A evasão e a religião do assentamento Apolo	182

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Problema, objetivos e hipótese.....	14
1.2 Método de trabalho.....	16
1.3 A questão agrária.....	21
1.4 Os assentamentos rurais e a evasão.....	45
2 O PANO DE FUNDO EPISTEMOLÓGICO.....	54
2.1 Reciprocidade, parentesco e religião.....	54
2.2 A sociologia da crítica.....	76
3 DISCUSSÃO GERAL.....	84
3.1 Os fatores da evasão.....	84
3.2 O assentamento Apolo.....	110
3.3 O assentamento Santo Ângelo.....	124
4 A DIMENSÃO SIMBÓLICA DA REFORMA AGRÁRIA.....	134
4.1 O acampamento e a corporação provisória.....	134
4.2 A seleção de beneficiários e os diferentes públicos.....	136
4.3 A transposição para o assentamento.....	141
4.4 A corporação socialista e a resistência camponesa.....	143
4.5 A contra-corporação empresarial, o rentismo e a venda de lotes.....	154
4.6 A disputa de projetos.....	156
4.7 A mediação e o apoio governamental.....	163
4.8 Evasão e coesão social.....	167
5 CONCLUSÕES.....	186
REFERÊNCIAS	197
APÊNDICE A - Questionário base para as entrevistas.....	209
APÊNDICE B - Quadro com os assentamentos e as variáveis.....	210

1 INTRODUÇÃO

Uma parcela significativa dos estudos brasileiros sobre o rural ou sobre a agricultura se dedica a compreender os assentamentos rurais. Talvez por simpatia com as categorias sociais envolvidas nos processos e na “luta” pela reforma agrária, e com suas ideologias, em especial as vertentes revolucionárias e socialistas, muitos destes estudos acabam por ressaltar os aspectos positivos da reforma agrária, deixando de lado avaliações mais críticas. Existem ainda, embora em menor número, estudos que visam justamente ressaltar os aspectos negativos, também em postura perigosamente ideológica.

Conforme será demonstrado a seguir, os autores simpáticos à reforma agrária apresentam, entre outros argumentos, estudos que evidenciam a melhora de vida dos assentados com relação a sua situação anterior, os impactos dos assentamentos, externos e internos, sua eficiência, etc. Há uma certa tendência, embora com exceções, de minimizar o tema da evasão nos assentamentos, tida muitas vezes como baixa, normal e aceitável. Quando deparados com situações de alta evasão de lotes, apontam geralmente para problemas relacionados à infra-estrutura, ao crédito ou à comercialização, entre outros, vistos como empecilhos aos assentamentos.

Por outro lado, os que questionam esta política pública, apresentam uma variada argumentação, desde a não existência de latifúndios improdutivos (no Brasil em geral e, em especial, no Rio Grande do Sul), até a própria inexistência de sem-terra. Com relação aos assentamentos, afirmam que são favelas rurais, pouco produtivas, e alertam para os altos índices de venda de lotes, que se explicaria, segundo esta visão, pelo fato dos sem-terra não serem, não conseguirem ou não desejarem ser agricultores, ou caso possam,

o INCRA¹ não oferece condições. Concluem que esta política não é viável no país².

Nosso estudo nasce da necessidade de darmos conta do fenômeno da evasão de lotes, que, embora não seja recente, apresenta, na nossa opinião, relevância cada vez maior para a sociedade brasileira e para os estudiosos e trabalhadores da área, tais como os que atuam nos órgãos de terra, na medida em que nos impele a pensar as novas dinâmicas da reforma agrária brasileira.

A evasão é considerada aqui, também, como um indicativo de que determinados fenômenos sociais presentes em assentamentos podem estar escapando à compreensão dos trabalhadores da área, com conseqüências práticas em suas ações e na formulação de novos modelos e políticas de assentamento. Deve-se registrar que a idéia de evasão é utilizada aqui genericamente, sem distinção se ela representa abandono, venda ou expulsão, até porque os dados secundários utilizados não permitem esta separação.

A evasão de lotes é um desses fenômenos que desperta a curiosidade dos atores sociais diretamente envolvidos no assunto e que provoca dificuldades razoáveis na operacionalização das políticas públicas em assentamentos, acabando por prejudicar, diretamente, os próprios assentados. Um exemplo disso foi a opção (imposição) pelo aval solidário³ no crédito agrícola dos assentados, pois, com as altas taxas de evasão de assentados, boa parte dos que ainda estão residindo nos assentamentos se encontra, hoje, inadimplente frente aos organismos credores, com prejuízos consideráveis para todos os envolvidos. Além disso, algumas ações de âmbito coletivo, ou

¹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgão de terras do Governo Federal brasileiro

² como exemplo, ver Graziano Neto (2002)

³ apesar da recente tentativa, em fins de 2005, de equacionamento da questão pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, o problema foi apenas postergado e depende de normativas do Banco Central.

ainda, alguns programas de desenvolvimento rural acabam prejudicados pela constante existência de ocupantes irregulares nos assentamentos⁴.

Contudo, a mobilidade dos assentados não se restringe apenas à evasão. Nos estudos de caso, observamos que outras situações têm ocorrência relevante, tais como as mortes por conflito, as trocas de lotes entre e intra-assentamentos; as trocas de titularidade ou mesmo o abandono de lotes ocupados irregularmente, o que nos levou a alargar a análise, buscando compreender um fenômeno maior, por nós denominado rotatividade, o qual abarca todas estas situações descritas, incluindo a evasão propriamente. Neste caso, o termo evasão caracteriza, de forma precisa, a fuga ou a saída da política de reforma agrária, enquanto os demais demonstram a mobilidade dos assentados *dentro* da reforma agrária. A observância destes fenômenos nos possibilitou compreender outros processos sociais que ocorrem nos assentamentos, relacionados com as estratégias de conformação da coesão social e com a contenção de conflitos, entre outras.

No Rio Grande do Sul, o ano de 2005 encerrou com 292 assentamentos de reforma agrária, criados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Assim, de 1979 até 2005, foram 135 estaduais, 126 federais e 31 compartilhados, englobando cerca de 11.000 lotes. Apesar da notória situação privilegiada dos assentamentos gaúchos, comparados com a média do Brasil, no que se refere à infra-estrutura, à assistência técnica e ao acesso ao crédito, observamos um índice de evasão nada insignificante, principalmente na região mais provável de receber os futuros assentamentos, como a metade sul⁵ do Estado.

⁴ Geralmente quando um lote é vendido ou abandonado, antes que o INCRA (ou muitas vezes mesmo o MST) possa fazer alguma coisa, já encontramos o “novo” ocupante do lote, cujo pleito é, quase sempre, o de ser assentado (ou regularizado). Esta situação, como veremos adiante, não raras vezes redundando em conflitos.

⁵ Nos referimos aqui à grande região do Estado que é definida como de baixo dinamismo econômico. Das seis regiões que o INCRA trabalha, três estão na metade sul, Fronteira Oeste, Bagé e Sul. Fora dela estão Norte, Missões e Metropolitana.

Todavia, os percentuais de evasão nestes assentamentos não são adequadamente quantificados pelo INCRA nem pelo GRAC⁶, existindo apenas dados parciais, “fotografias” que registram um determinado período. Desta forma, realizamos o esforço de obter estimativas mais confiáveis e, com isso, constatar que não se trata de um fenômeno banal, justificando-se, no nosso entender, uma avaliação específica.

Partimos do pressuposto de que os assentamentos de reforma agrária, enquanto política essencialmente social, é uma opção interessante para os pobres do Brasil. Entretanto, para uma melhor consecução desta política pública, urge uma melhor compreensão dos fenômenos sociais que ocorrem nos assentamentos, tais como os que levam as famílias a evadir ou transitar entre os mesmos e, com isso, aperfeiçoar as ações que visam o seu desenvolvimento.

1.1 Problema, objetivos e hipótese

O problema da pesquisa se apresenta como uma necessidade de identificar e compreender os fenômenos sociais associados à rotatividade dos assentados, cuja principal manifestação é a evasão de lotes nos assentamentos de Reforma agrária, no Rio Grande do Sul. Procuramos estudar esta problemática levando em consideração os diversos aspectos envolvidos, nas suas dimensões material e simbólica, enfocando, especialmente, o papel do fortalecimento ou enfraquecimento dos laços sociais neste processo.

Os objetivos a atingir são:

- a) identificar e caracterizar a rotatividade e a evasão nos assentamentos gaúchos;

⁶ O órgão de terras do Estado chama-se Gabinete da Reforma Agrária e Cooperativismo - GRAC

- b) testar a correlação de 14 variáveis com a evasão e duas variáveis com a evasão e a rotatividade, neste caso, nas etnografias;
- c) compreender o impacto da coesão social na rotatividade e evasão.

Assim, buscamos entender em que medida o projeto de corpo⁷, de formação de uma identidade “nós” ou de uma comunidade⁸, que se insinua num acampamento e entra em crise quando do surgimento do assentamento através da dissolução (ou da não consolidação) dos laços sociais, promove o aumento ou a diminuição da evasão de lotes. Comprometidos com o entendimento dos processos de disputas de projetos de conformação de comunidades no interior dos assentamentos, onde a ação dos mediadores tem papel fundamental, procuramos focar a questão no bojo de um processo maior, de unificação do campo social (urbano e rural), que é percebido como uma força de atração do mundo urbano sobre os camponeses.

A hipótese central é a de que a rotatividade/evasão de lotes, embora tendo múltiplas causas, é potencializada numa situação de baixa coesão social, onde assentamentos que conseguem se corporar, estabelecendo uma maior coesão social, apresentam mais possibilidades de evitá-la. Além disso, foram testadas 16 variáveis: a falta ou atraso de infra-estrutura e do crédito, medida pelo tempo transcorrido entre a data de criação dos assentamentos e as datas correspondentes à aquisição de três linhas de crédito: a) crédito instalação, modalidade apoio, b) crédito instalação, modalidade materiais de construção e c) PRONAF A⁹; d) sobre o percentual de lotes sem água, e) percentual de lotes sem luz, f) percentual de lotes sem casa, e sobre a existência ou conservação de estradas: g) internas e; h) externas; i) a baixa qualidade dos solos (medido pelo percentual de classes de capacidade de uso); j) a assistência técnica (EMATER ou COPTec); l) o executor do

⁷ A noção de corpo é emprestada de Wolf (2003b, 2003c b, 2003d), que será apresentada no capítulo 2.

⁸ Identidade “nós” e comunidade são entendidas aqui conforme as perspectivas de Elias (1994) e Martins (2002) respectivamente, como veremos na revisão bibliográfica

⁹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, modalidade de créditos para assentados

assentamento (INCRA, GRAC ou compartilhado); m) ano de implantação, n) tipo do público (sem-terra, atingidos por barragens ou ocupantes de áreas indígenas); e o) a região de implantação – a Norte, a Fronteira Oeste, a Campanha, a Sul e a Metropolitana.

Nos estudos de caso, foram testados, além das variáveis acima descritas, o estado civil (p), visto que a presença de muitos solteiros nos assentamentos pode estar influenciando na ampliação da rotatividade, bem como a religião dos assentados (q). Avaliamos, assim, o impacto destas variáveis na evasão de lotes, seja ela de ordem material, econômica ou social.

1.2 Método de trabalho

Como Bourdieu (2004, p. 11), buscamos com este trabalho submeter

[...] a prática à polêmica da razão epistemológica para definir, e se possível, inculcar uma atitude de vigilância epistemológica que encontre no conhecimento adequado do erro e dos mecanismos capazes de engendrará-lo um dos meios de superá-lo.

Desta forma, tentamos uma ruptura epistemológica com o que o autor chama de sociologia espontânea e de “bom senso”, e tantas pré-noções (seja do entrevistado ou do entrevistador), especialmente com relação às abordagens essencialistas, tão comuns nas explicações dadas pelo senso comum para a evasão de lotes.

1.2.1 A amostra e as variáveis analisadas

Definidos os assentamentos como unidades de análise, obtivemos uma estimativa do percentual de evasão de lotes através da quantificação do número de assentados não originais, presentes nas Relações de Beneficiários - RBs, documento básico emitido pelo INCRA para todos os assentamentos.

A RB apresenta os nomes dos assentados e a data em que foram incluídos como beneficiários, a qual é, muitas vezes, posterior à da criação do assentamento, indicando uma possível evasão. Os dados de evasão se referem aos assentamentos criados entre 1994 e 2002, perfazendo aproximadamente 67,5 % dos assentamentos existentes no RS, pois dos anteriores a 1994 e dos posteriores a 2002, não se dispõe de informações confiáveis. As informações foram compiladas em abril de 2005, com dados do SIPRA/INCRA (Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária), complementados pelas informações do setor de regularização do INCRA-RS, pelos requerimentos feitos a campo, até 17/09/2004, e pelo setor de regularização do GRAC, com dados também referentes ao ano de 2004. As informações sobre as variáveis testadas de estado civil e religião foram obtidas a campo; e o restante, nos arquivos do INCRA e do GRAC.

Considera-se como evasão o abandono, a expulsão e a venda de lote, que equivale à saída do programa de reforma agrária. A troca de lote ou de titularidade, a morte, a saída de ocupantes nunca regularizados, ou mesmo no caso de casamento ou separação, não consideramos estes casos como evasão, mas os mesmos compõem a idéia de rotatividade. Este tratamento mostrou-se imperioso nos dois estudos de caso, como forma de melhor compreendermos a dinâmica de saídas dos assentamentos, as quais não se restringem à evasão propriamente. Porém, foi somente nos estudos de caso que tivemos a oportunidade de mensurar a rotatividade, pois ela é composta de situações que não conseguimos captar nos dados secundários.

Um estudo mais pormenorizado de dois assentamentos, na forma etnográfica, se tornou necessário para que pudéssemos aprofundar e constatar *in loco* o que chamamos “dimensão simbólica”, tendo em vista que a maioria das variáveis analisadas, as quais podemos agrupar genericamente na expressão “dimensão material”, não esclareceu o fenômeno da evasão, como

veremos a seguir, embora não tenha esgotado, evidentemente, as análises possíveis nesta dimensão.

Nas duas etnografias, realizamos uma assembléia inicial com cada assentamento (para explicar o que seria feito, mas sem entrar nos detalhes do exato tema, esclarecimento que será dado no fim do trabalho, unicamente por motivos metodológicos) e um total de 42 entrevistas, com 33 assentados, quatro supervisores de projeto do INCRA, uma liderança do MST, além de um pastor evangélico da cidade e três técnicos da COPTec¹⁰. Os questionários (em anexo) foram aplicados de forma não rígida, isto é, ao longo das entrevistas e, quando necessário, realizamos mais perguntas.

A escolha da amostra combinou o método aleatório com a escolha de pessoas que possuem uma posição diferenciada no assentamento, tais como representantes das Igrejas e lideranças. No caso do Assentamento Santo Ângelo, por ser menor, entrevistamos quase todas as famílias. Procuramos adotar uma certa liberdade metodológica, mas sem recair em postura positivista, como sugere Bourdieu (2003, 2004). Embora os assentamentos não se configurem num campo¹¹, levamos em consideração a proposição de que a amostra não *pode* ser aleatória, sob pena de não identificarmos o indispensável.

Através das entrevistas e dos arquivos do INCRA, construímos diagramas de ocupação de cada lote, contendo os números desses lotes, os nomes dos ocupantes atuais e originais, o estado civil, a data de entrada, a origem da família, a religião, o motivo da saída (relatado por entrevistados), entre outras informações, tais como o acesso ao crédito e à sua posição quanto aos grupos coletivos, aos grupos em que estão mais próximos, etc.

¹⁰ a COPTec é uma cooperativa de técnicos vinculada ao MST, que atua há vários anos nos assentamentos do RS, sendo pagos ora pelo INCRA (incluindo na atualidade) ora pela EMATER.

¹¹ Descrito como um campo de forças e de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças e os diferentes capitais de que dispõem. (BOURDIEU, 1996)

Estes diagramas, assim como os mapas, nos permitiram localizar os assentados, embora de forma expedita, com relação ao tipo de terreno que cada um ocupava, se na várzea ou não e, ainda, se afetado por alagamento ou não. Com isso pudemos conferir os dados secundários e realizar os ajustes necessários, alcançando os reais números de evasão para cada assentamento. Além disso, quantificamos todas as trocas, mortes e saídas de moradores não-beneficiários, definindo a idéia de rotatividade. Foi-nos possível construir, desta forma, as tabelas, contendo informações sobre a evasão, a rotatividade e a permanência, além dos dados por religião e por estado civil.

Uma importante constatação destes estudos de caso é o fato da análise pormenorizada dos dois assentamentos ter demonstrado que os dados do SIPRA/INCRA eram falhos, visto terem ocorrido evasões que não foram registradas, a exemplo de M. L., do assentamento Apolo, ou mesmo casos de óbito que foram registrados como desistência, a exemplo de J. de B. e V. R., ambos do Apolo. Ocorreu também duplicidade de informações ao ser registrada uma família beneficiária duas vezes, ou seja, uma em nome do marido e outra em nome da mulher, ou mesmo a ausência da informação de troca de lotes, caso do P. N. e família, do Apolo.

Somente um estudo deste tipo poderia elucidar a real evasão e rotatividade de cada assentamento. Porém, ainda assim, nos valem dos dados do SIPRA, complementados com as informações dos supervisores de projeto para uma análise mais geral do fenômeno da evasão nos assentamentos do Estado, sabendo de antemão que há discrepâncias para mais e para menos nas informações, mas que não inviabilizam a utilização das mesmas para a obtenção de estimativas mais gerais.

1.2.2 A escolha dos assentamentos e do município

Na busca da compreensão dos processos sociais ocorridos dentro dos assentamentos, que pudessem nos levar a um melhor entendimento sobre a evasão e sobre os fenômenos correlatos, escolhemos dois assentamentos, que tivessem sido contemplados, a princípio, com políticas públicas muito semelhantes e que possuíssem, conseqüentemente, condições de infraestrutura também semelhantes, além de terem sido criados no mesmo ano e no mesmo município e de terem sido povoados com pessoas de um mesmo acampamento.

Procuramos ainda escolher assentamentos que, apesar das políticas semelhantes relatadas acima, apresentassem evasões muito díspares, justamente para podermos avaliar outros elementos que não os propriamente materiais. Assim, tínhamos o assentamento Santo Ângelo como de pior localização e menor evasão, e o assentamento Apolo, com maior evasão, apesar de, aparentemente, ter uma condição melhor de estradas. Durante o estudo, acabamos nos deparando com uma diferença nos índices de evasão bem menor do que o esperado, o que não nos impossibilitou de desenvolver as análises planejadas, até porque a diferença dos índices de rotatividade foi bastante significativa.

A opção pelo município de Santana do Livramento, localizado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, na divisa com a cidade de Rivera (Uruguai), na metade sul, se deveu ao fato deste município possuir o maior número de assentamentos da nossa amostra (dezenove). Por outro lado, trata-se de uma das localidades mais prováveis de serem contempladas com assentamentos, por conta de uma maior disponibilidade de terras passíveis de aquisição, sendo, atualmente, um dos locais mais vistoriados pelo INCRA. O interesse por este município e por esta região se justifica tanto por sua situação atual, quanto por sua potencialidade para a reforma agrária.

1.3 A questão agrária

1.3.1 O debate nacional

A idéia de reforma agrária está vinculada às diferentes interpretações sobre a questão agrária, que variaram ao longo do tempo e da região do país. Embora com ocorrências anteriores isoladas ao longo da história brasileira, foi, nas décadas de 1950 e 1960 que explodiram os conflitos no campo, principalmente no Nordeste, havendo um intenso debate no país sobre o tema. Grosso modo, participaram do debate, de um lado, os comunistas do PCB, de outro a CEPAL¹², e, por fim, os conservadores de São Paulo, liderados por Delfim Netto. Outros atores também se fizeram presentes, porém de forma menos sistematizada, mas com papel relevante nas ações políticas, tais como a Igreja Católica e grupos camponeses sindicalizados.

Dentre os comunistas, Guimarães (1968), valendo-se de um aporte marxista, apresentou a idéia de que o latifúndio brasileiro era de característica feudal, porém com aspectos mercantis, coexistindo de forma dependente com o capitalismo. Para ele, por força das contingências locais, o feudalismo brasileiro teve que regredir à escravidão, mas desenvolveu o mercado externo. Entendia que se estivesse correta a teoria do capitalismo colonial, da qual ele discordava, não haveria motivos para a realização de reforma agrária (no sentido de uma revolução) e, sim, uma simples evolução.

Ao contrário, dizia, o latifúndio, voltado como era ao mercado externo, acabava por limitar o mercado interno e por comprimir os salários, impedindo, portanto, o desenvolvimento do país. Era necessário, pois, extirpar os “restos feudais” que nos colocavam à mercê do imperialismo. Apesar de comunista, propunha uma aliança dos trabalhadores com o que ele definia como a parte

¹² Comissão de Assuntos Econômicos para a América Latina

da burguesia que era anti-imperialista, contra o latifúndio coronelista, com vistas à realização de uma reforma agrária modernizante para o país.

Prado Júnior (1987), também comunista, mas crítico de posturas dogmáticas e teorias apriorísticas da esquerda brasileira, apresentou, em 1966, um programa para a revolução brasileira, onde abordou a questão agrária. Para ele, a insuficiência teórica e a importação de modelos *a priori* levaram as esquerdas a posturas equivocadas, tais como a idéia de latifúndio feudal. Afirmou que nunca houve feudalismo no Brasil e que as características identificadas como tal (a parceria, por exemplo) foram, na verdade, formas capitalistas de produção. Além do mais, o autor entendia que essas formas só ocorriam, significativamente, na cultura do algodão, representando, ainda assim, um sistema superior de organização econômica.

A tese central de Prado Júnior, ao criticar os teóricos do feudalismo brasileiro, se baseava no fato de que o sistema feudal é caracterizado pela presença de um campesinato, o que não ocorria no Brasil, a não ser de forma pontual e não importante. Desta forma, não via espaço para uma reforma agrária clássica, tal como a ocorrida na Europa, onde os camponeses lutavam por terra para substituir o latifúndio feudal pela exploração capitalista. Para ele, não houve economia feudal no Brasil e sim a grande propriedade com trabalho escravo, que, depois, se converte em trabalho assalariado.

Assinalou ainda que os trabalhadores rurais brasileiros não são camponeses e nem lutam por terra, embora reconhecesse as exceções, mas não as classificasse como restos feudais. Alertou para a desconexão das teorias importadas com a realidade brasileira, o que redundou na não priorização da luta trabalhista e por melhores condições de trabalho no campo, nem tampouco na percepção de que os trabalhadores não lutavam para o fim da parceria e, sim, para a regulamentação dela.

A idéia de burguesia progressista, para ele, inspirada na realidade asiática e importada pela esquerda brasileira, era um equívoco perigoso, pois, no Brasil, não existem “duas burguesias”, uma anti-imperialista, aliada em potencial, e a outra, “inimiga”. As contradições da economia brasileira devem ser explicadas dentro do próprio sistema capitalista.

Prado Júnior propôs, então, uma aliança entre os trabalhadores rurais e urbanos na busca por melhores condições de trabalho e organização sindical, divergindo, portanto, de Guimarães. Reforma agrária, para ele, era algo secundário, visto não estar implícita no processo histórico brasileiro, ou por não haver consciência dos trabalhadores para o tema, sugerindo ainda que poderia ocorrer um decréscimo na produtividade, caso o país optasse pela pequena produção camponesa. A revolução brasileira, para ele, compreende luta sindical, até porque, com o aumento dos salários e medidas fiscais, os latifúndios incapazes acabariam sendo naturalmente eliminados, dando lugar à pequena produção.

Paim (1957) via a questão agrária como um entrave à industrialização, cujo alcance só se daria com a modernização do latifúndio, sem modificações na estrutura fundiária. Para ele, a formação do mercado interno ocorreria com o rompimento do complexo rural, termo forjado por Inácio Rangel, que definia a grande propriedade territorial brasileira como detentora de um funcionamento praticamente auto-suficiente. Não via, porém, problemas de produção agrícola, e, sim, de preços internacionais. Para os camponeses, propôs o crédito agrícola e para a grande propriedade, o desenvolvimento tecnológico. Com base neste raciocínio, a reforma agrária só faria sentido em caso de crise industrial, a qual o autor não vislumbrava. O êxodo rural, por sua vez, era visto como um processo virtuoso, rumo à indústria, provocado, no Brasil, não pela mecanização, mas pelos baixos preços.

Rangel (2000), embora adotasse também a teoria do modo feudal de produção no Brasil, propunha a modernização do latifúndio, o incentivo à exportação e uma espécie de vila rural para eliminar os restos feudais do campo brasileiro, assim como o povoamento dos eixos rodoviários, visto que enxergava o êxodo rural como um inibidor da industrialização. Discriminou os problemas propriamente agrários daqueles impróprios.

Uma questão propriamente agrária, para ele, é quando há carência ou excesso de mão-de-obra em toda a economia e onde o setor agrícola não consegue funcionar como um grande regulador, resultando em desemprego e/ou super oferta. Desta forma, o autor via excedentes de produtos no Sul e de mão-de-obra no Nordeste e Minas Gerais. Já os problemas impróprios se referem à escassez de alguns produtos, caracterizando-se como um problema agrícola e não agrário, ao mesmo tempo em que observou, também, a escassez sazonal da mão-de-obra devido ao êxodo. Entendia ainda que a reforma agrária não interessava aos trabalhadores, pois não queriam retornar ao campo.

Para cada problema próprio e impróprio, ele propôs soluções, dentre elas, a colonização e uma espécie de crédito fundiário, entre outros, em razão de ver a reforma agrária, na sua acepção mais clássica, como impraticável no Brasil, inclusive no Nordeste. Em suma, assim como o Paim e, de certa forma, Prado Júnior, entendia que a industrialização iria absorver a mão-de-obra do campo, de modo que a reforma agrária só faria sentido numa crise industrial.

Conforme Delgado (2004), a tese defendida pela CEPAL, ainda na década de 1960, capitaneada por Celso Furtado, era de que a oferta inelástica de produtos agrícolas caracterizava um problema estrutural, justificando mudanças tanto na estrutura fundiária, quanto nas relações de trabalho no campo. Esta tese foi rebatida por Delfim Neto, através de estudos econométricos.

Adepto do pensamento funcionalista norte-americano, Delfim Neto advogava a tese da não existência mesmo da questão agrária no Brasil, pois a estrutura fundiária brasileira, assim como suas relações de trabalho, teriam a função principal no desenvolvimento econômico brasileiro por meio da inovação tecnológica, da liberação de mão-de-obra para a indústria e ampliação das exportações. Admitia, porém, reforma agrária no Nordeste. Assim, este autor enfocou sua atenção no que Rangel chamou de problemas impróprios.

Nas décadas de 1950 e 1960, a questão agrária se apresentou imbricada com questões trabalhistas (especialmente com relação aos moradores, no Nordeste do país, como no caso das ligas camponesas) e, fundamentalmente, com o problema da industrialização. Porém, com o golpe militar de 1964, o debate foi abortado, tornando-se vencedora a tese de Delfim Neto - a da modernização do latifúndio no Brasil, sendo implementada ao longo das décadas seguintes. Os anos que se seguiram, até meados da década de 1980, foram de grande crescimento industrial e acabaram por corroborar a tese vencedora, ou seja, a de que, de uma forma ou de outra, milhões de brasileiros deixariam o campo em busca de emprego nas cidades. Entretanto, a crise do final da década de 1970 modificaria esta situação.

Delgado (2004) definiu o período 1964-1980 como um ciclo de modernização técnica e de crescimento. A partir daí, por conta da crise, ocorreu um “ajustamento constrangido” da economia, causando fluxo e um refluxo na renda da terra. Com a crise da década de 1980 e a volta da democracia, ressurgiram os movimentos sociais que lutavam por terra.

Particularmente após 1999, o Estado brasileiro retomou o apoio ostensivo ao chamado agronegócio, o qual, para o autor, ainda está associado ao latifúndio improdutivo, que ainda viceja por omissão do Governo, no que

tange ao que ele denominou de “frouxidão da política fundiária”, qual seja, a falta de controle do Estado sobre seu território. Para ele, reforma agrária ainda mantém a sua atualidade, especialmente para o combate ao desemprego, à insegurança alimentar e à ociosidade das terras.

Com o avanço do capitalismo no campo brasileiro, especialmente após as décadas de 1960 e 1970, seguiu-se a luta dos camponeses nordestinos, surgindo a luta dos posseiros do norte e do centro-oeste do Brasil, mobilizados para resistir ao despejo realizado pelos grileiros de terra, assim como a luta dos atingidos por barragens no sudeste-sul. As décadas de 1980 e 1990 foram o palco da intensificação e generalização da luta pela terra, via ocupações de grandes propriedades por todo o país, agora com dezenas de movimentos e sindicatos rurais, capitaneados, em boa medida, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST, nascido no sul do Brasil. É neste contexto que se constrói o sujeito (sem-terra) e a sua luta pela terra que perdeu ou, o que é mais comum, que nunca teve.

A questão agrária assumiu, portanto, nos dias de hoje, esta nova faceta, menos relacionada com questões trabalhistas, ou ainda vinculada aos despejos por barragens, embora esteja ainda pendente de desconcentração e regularização fundiária, especialmente no norte, nordeste e centro-oeste do país. A Região Sudeste-Sul ainda apresenta alguns latifúndios improdutivos e áreas públicas para regularização, porém numa escala bem menor, quando comparada com o norte do país.

Percebemos ainda o processo de penetração do modo capitalista de produção no campo brasileiro, a exemplo da metade sul do Rio Grande do Sul, baseado nas médias e grandes propriedades, já bastante tecnificadas e produtivas, muitas vezes com pequenos agricultores em suas franjas, conformando o que se intitula genericamente de agronegócio. Este processo segue mudando as relações sociais e produtivas na agricultura, com

concomitante expulsão de trabalhadores rurais. Com isso, os movimentos sociais contam, hoje, com um considerável exército de sem-terra aguardando oportunidade de serem assentados.

A respeito da política agrária atual, Pereira (2005) encetou uma discussão sobre a posição do Banco Mundial quanto ao assunto, considerado como o principal organismo internacional no campo da elaboração dessas políticas, sobretudo no que se refere às macroeconômicas, vulgarmente chamadas de neoliberais, defendidas por esta Instituição. O autor, entre outros aspectos, enfatizou a avaliação do Banco, por um lado, com relação aos razoáveis insucessos das políticas de desenvolvimento rural e, por outro, a crescente necessidade de políticas de alívio à pobreza. Para ele, o Banco Mundial apresenta algumas atualizações estratégicas da política de terras, passando a estimular a eliminação das restrições ao arrendamento e à parceria, além da já conhecida “reforma agrária de mercado”.

Na atualidade brasileira, a questão agrária é vista, por alguns autores, sob uma perspectiva desenvolvimentista, onde a reforma agrária deveria assumir um papel crucial no desenvolvimento capitalista. Citam, então, o exemplo dos países desenvolvidos da Europa, o Japão e os Estados Unidos, entre outros, cuja base econômica adviria da agricultura familiar em pequenas propriedades. É o caso de Veiga (2002) e Abramovay (2002), entre outros. Porém, mesmo considerando estas posições, adotamos aqui a idéia de reforma agrária, não tanto nesta perspectiva, mas como uma oportuna possibilidade de estancamento do êxodo rural, contra o desenraizamento e a marginalização das populações rurais e migrantes, como sugerem José Graziano da Silva e José de Souza Martins.

Silva (2002, p. 142), afirma pragmaticamente:

[...] minha posição é que a reforma agrária, do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, do ponto de vista do desenvolvimento das

forças produtivas no campo não é mais uma necessidade, seja para a burguesia, seja para as classes produtoras. Isso não quer dizer que ela não seja uma possibilidade.

Para ele, o grande objetivo hoje é estancar o êxodo rural, a luta contra a “lumpenização”. Embora veja a reforma agrária como uma possibilidade de geração de emprego, alerta para o fato de que não é a única forma e nem a principal (Silva, 2002). Propõe, assim, uma reforma agrária não produtivista e distributivista, e sim como uma opção importante, dentre outras políticas públicas.

Para Martins (2000a), a injusta distribuição de terras, sacramentada pela primeira Lei de Terras, de 1850, só se revelou um problema na década de 1950, quando ocorreram a industrialização intensa e as grandes migrações. Até então, havia, no campo brasileiro, uma sociedade estamental que estabelecia uma ordem injusta, mas todos tinham seu lugar e sobrevivência, o que ele chamou de injustiças harmônicas. O processo de industrialização transformou

[...] as vítimas da estrutura agrária em vítimas da urbanização patológica, residentes distante do cenário original de seu drama. A questão agrária entre nós é muito mais, em nossos dias, expressão do beco sem saída da questão urbana, por sua vez correlata do insuficiente desenvolvimento econômico e da frustrada busca de migrantes sem destino. (MARTINS, 2003a, p. 21).

Prosseguindo, este autor define a reforma agrária como uma questão estrutural – o fortalecimento do capitalismo para os capitalistas -, ao mesmo tempo que social, ou seja, para os trabalhadores. Para ele, a questão agrária é

[...] em termos clássicos, o bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital, à reprodução ampliada do capital. (MARTINS, 2000a, p.90) [...] nunca foi possível entre nós uma aliança entre o capital e o trabalho contra a renda fundiária e a irracionalidade que a renda da terra representa na reprodução capitalista ampliada, coisa que se deu nos países capitalistas avançados. Ao contrário, a aliança aqui foi a aliança dos avessos. Tivemos, já no tempo da escravidão, uma aliança que vem se

ampliando desde então, sobretudo nas últimas décadas, entre o capital e a propriedade da terra. (MARTINS, 2003a, p. 13).

O autor atribui a esta aliança nossa estrutura política e social e, sobretudo, o nosso atraso social, ressaltando que, no Brasil, o empecilho à reprodução do capital foi removido pela grilagem de terras e por incentivos fiscais, reforçando a racionalidade da propriedade fundiária e o modelo oligárquico nela apoiado.

Em conseqüência, propõe reforma agrária, não apenas como correção das tendências concentracionistas do regime fundiário, mas, sobretudo, como correção dos efeitos sociais dessa concentração nas relações de trabalho. Acrescentou ainda:

[...] mais do que uma reforma no regime de propriedade, a reforma agrária é uma reforma social que tem por objetivo, por meio da redistribuição de terras, ressocializar populações deixadas à margem do desenvolvimento econômico e social ao longo de décadas, já para não falar de séculos. [E critica:] o programa de reforma agrária é um programa social que vem sendo tratado como programa econômico, para pequenos empresários. O que se pretende com ele é, justamente, outra coisa, que seja um programa social que assegure esse modo de reinserção econômica das populações em risco de marginalização (MARTINS, 2003a, P.33, p. 85).

A reforma agrária é, pois, mais do que redistribuição de terras; é também a oportunidades de reinserção ou de inserção dessas populações no sistema econômico.

Martins também propõe a “rotinização” da reforma agrária como um procedimento cíclico de desconcentração fundiária. Cita os avanços que a reforma agrária proporciona nas relações sociais, na produtividade aumentada do trabalho familiar, no bem-estar das famílias, no incremento da educação dos filhos, na liberdade, na civilidade (MARTINS, 2003a, p. 128). Apontou também um efeito keynesiano ampliado da reforma: multiplicação de cidades e de equipamentos urbanos e o conseqüente fortalecimento da sociedade civil e da urbanização (MARTINS, 2003a, p. 178).

Segundo Soto (2002), Martins e Silva convergem em afirmar que a pequena produção agrícola ou camponesa está subordinada ao processo de acumulação de capital, mas que, longe de suprimir as contradições, o capitalismo a redefine e recria. Porém, os autores constroem estas análises a partir de hipóteses opostas:

[...] Para Martins, a existência de relações não-capitalistas e, por conseguinte, do campesinato no Brasil, está dada pelo movimento do capitalismo, que recria e subordina relações sociais não-capitalistas, portanto, é resultado do seu processo de ampliação e desenvolvimento. No sentido contrário, José Graziano da Silva tenta mostrar que a existência destas relações sociais não-capitalistas é resultado do próprio caráter insuficiente do capitalismo, mas a tendência do desenvolvimento é eliminar as relações sociais não mediadas pelo salário. (SOTO, 2002, p.258).

Embora considerando as diferenças entre as perspectivas de Martins e Silva, o que é mais significativo aqui é a idéia defendida pelos dois autores de que a reforma agrária é hoje, acima de tudo, uma política social. Desta forma, precisa responder às especificidades e, especialmente, às dificuldades inerentes a esta situação. Assim sendo, a reforma agrária ainda se apresenta com um caráter vital para a geração, a baixo custo, de emprego e renda, para a redução de conflitos fundiários e a manutenção da mão-de-obra no campo. Como um passo posterior, mas passível de maior expressão, este processo tem potencial de estimular o desenvolvimento regional, via dinamização das economias locais estagnadas, especialmente no caso de regiões onde ocorre forte intervenção na estrutura fundiária.

A nova realidade do rural brasileiro e seus recentes fenômenos¹³ indicam que a reforma agrária se configura como uma política muito mais ampla que simplesmente a realização de assentamentos, envolvendo uma série de ações, tais como a regularização fundiária, o crédito fundiário, a titulação de remanescentes de quilombos, etc. Aqui enfocaremos somente a política de assentamentos, que pressupõe o estímulo e a reprodução do modo familiar de produção. Estamos lidando, portanto, com agricultores familiares ou com outras categorias, tais como os camponeses, os proletários rurais, ou ainda trabalhadores urbanos em vias de se tornarem agricultores familiares. Partimos, pois, desta premissa adotada pelas políticas públicas brasileiras, visto que não é nosso objetivo adentrar o debate a respeito do conceito de agricultura familiar ou, até mesmo, sobre a pertinência da utilização deste termo. Para tal intento, existe um longo debate na literatura que dá conta desta situação.

1.3.2 As especificidades do Rio Grande do Sul

¹³ Campanhola e Silva (1999) nos fornecem uma contribuição adicional para que compreendêssemos o que eles chamaram de “novo rural brasileiro”, onde constataram o crescimento de atividades não-agrícolas e da pluriatividade no rural brasileiro. O fenômeno da pluriatividade, já bem detectado e estudado no Brasil (SCHNEIDER, 2003), demonstra que em torno de um terço da população ocupada no campo desenvolve atividades não-agrícolas (SILVA; CAMPANHOLA; DEL GROSSI, 2005). Mesmo o agricultor familiar adota, cada vez mais, estratégias de reprodução que levam em consideração estas atividades. Leite (2003), estudando os assentamentos no Rio de Janeiro, constatou uma alta densidade populacional, especialmente em lugares próximos aos centros urbanos, cujo exemplo mais dramático apresentou 3,3 pessoas/ha. Eram assentamentos com pequenos lotes, geralmente menores que o módulo fiscal, cujas famílias comprometeram, em média, 37% do Valor Bruto da Produção (VBP) com autoconsumo. Por outro lado, estas famílias obtiveram do seu lote apenas 22% de sua renda total, sendo o restante obtido como rendimentos de trabalho fora do lote e mediante a previdência. Estas constatações parecem indicar uma tendência, apontada pelos autores, de “rurbanização” do rural brasileiro, onde os assentamentos, especialmente aqueles próximos aos grandes centros, também se inscrevem, a exemplo do que se constata, embora empiricamente, no Rio Grande do Sul.

A história agrária do Rio Grande do Sul possui algumas particularidades e, para apresentá-las, nos valem aqui da obra *Do arcaico ao moderno* (ZARTH, 2002). A ocupação branca do Estado se deu a partir do século XVII, nas áreas de campos - os campos de cima da serra e aqueles da metade sul -, basicamente por militares latifundiários, chamados de estancieiros. Este processo de ocupação foi estimulado pelos governos para a garantia do território brasileiro, em disputa, durante muito tempo, com os países da coroa espanhola. Contou com a freqüente ocorrência de registros fraudados, onde as terras ocupadas eram muito maiores que as concedidas. Ainda no século XIX, José Bonifácio já ressaltava que a crônica falta de alimentos se dava pela excessiva concentração fundiária, que gerava sem-terra.

Em 1850, todo o campo gaúcho já estava ocupado pelas estâncias, restando aos camponeses (caboclos ou nacionais, segundo o autor¹⁴) a ocupação dos cantos das estâncias, na condição de agregados, ou manejando a erva-mate no norte do Estado, que era composto, basicamente, por florestas, em terras devolutas. O autor defendeu que, no século XIX, não havia mercado de trabalho regular no mundo rural gaúcho, de modo que o trabalho assalariado ocasional (ou a troca de serviço por uso da terra, no caso do agregado) era prestado por camponeses nacionais. Lembra, contudo, que os registros históricos, geralmente, desconsideravam a produção agrícola dos lavradores nacionais, o que, para ele, gerou interpretações equivocadas e acabou por obscurecer a participação cabocla na agricultura gaúcha, fato que se observa na falta de literatura sobre o tema.

A colonização do Estado se iniciou em 1825, com imigrantes alemães, e em 1875, com imigrantes italianos, muitos dos quais ex-operários na Europa, como constatou o autor. A imigração, associada à Lei de Terras de 1850,

¹⁴ Zarth (2002) diz que os agricultores nacionais eram descendentes de índios, portugueses e africanos, sendo, neste caso, o termo caboclo, usado aqui num sentido cultural e não étnico.

objetivava, fundamentalmente, além de garantir o abastecimento alimentar, tornar a terra dos nacionais cativa, garantindo a mão de obra livre nas estâncias e o “enbranquecimento” do Estado, pois os nacionais eram considerados como raças inferiores. A ocupação do norte do Estado por esses imigrantes foi financiada pelo Governo, em detrimento dos agricultores nacionais, que não tiveram acesso à terra, a não ser durante o breve período de desbravamento das terras de mato para a ocupação branca, o que os levou à proletarização ou à condição de agregados. Da mesma forma, com a abolição da escravatura, em 1888, os ex-escravos, em sua maioria, abandonaram as fazendas, engrossando as fileiras dos sem-terra.

A partir da década de 1960, o Rio Grande do Sul acompanhou o processo nacional de modernização da agricultura, gerador de concentração fundiária e sem-terra. Foi somente no final da década de 1970 que ressurgiram as mobilizações, tanto do sindicalismo rural, sobretudo contra o endividamento, como aquelas dos novos movimentos sociais, notadamente dos agricultores atingidos por barragens, além do MST. Neste último caso, as mobilizações foram inicialmente compostas pelos ocupantes das áreas indígenas, com uma significativa ampliação nos anos seguintes.

Para Navarro (1996), três fatores principais resultaram na ascensão dos novos movimentos sociais: a liberalização política do período; as mudanças estruturais na economia agrária do Estado, relacionadas, por sua vez, com as crises mundiais de 1973 e 1979, e seus impactos sociais; e a ação dos setores progressistas da Igreja Católica.

Esta foi, de forma resumida, a contextualização histórica que propiciou o surgimento dos sem-terra gaúchos. Este grupo é composto em parte pelos descendentes dos imigrantes com poucas terras ou, ainda, por aqueles atingidos por barragens, além daqueles ocupantes de áreas indígenas (qual seja, os camponeses que perderam as suas terras), mas, fundamentalmente,

pelo lavrador nacional, também chamado de caboclo, aquele que, via de regra, nunca teve acesso à terra, a não ser de forma marginal, e que, aos poucos, vai se integrando ao processo da luta pela terra.

1.3.3 O êxodo rural e a unificação simbólica

A evasão do campo não é, evidentemente, um privilégio dos assentados. Em recente estudo com a juventude rural do Rio Grande do Sul, Brumer, Souza e Zorzi (2002) procuraram explicar as migrações adotando dois conjuntos de fatores – um de expulsão e outro de atração. Este último se refere aos atrativos urbanos, tais como um maior acesso à educação, ao lazer, aos empregos com salários, a jornadas fixas, etc. Quanto ao fator repulsão, específico do espaço de origem, ele compreende duas ordens: de mudança, com relações capitalistas promovendo a expropriação e a expulsão de camponeses; e de estagnação, no caso da escassez de terra ou da falta de possibilidades em intensificar a produção.

Estes autores citaram dados do IBGE, demonstrando o declínio da população rural do Rio Grande do Sul, quando comparada com a população urbana, na ordem de 1% ao ano, de 1950 a 1991, aproximadamente. Observam, também, que a população rural decresceu vertiginosamente, em termos absolutos, a partir de 1970. Na última década do século, diminuiu o seu ritmo de queda para 5%, a qual se explicava, para eles, pela diminuição da taxa de fecundidade, diminuindo o número de jovens “excedentes” na agricultura familiar.

Embora não confirmassem totalmente a hipótese central assumida, os autores não a rejeitaram, supondo que a migração fosse estimulada nas propriedades que apresentassem dificuldades para a obtenção de renda,

conforme ponderaram Abramovay *et al* (1998, *apud* BRUMER; SOUZA; ZORZI, 2002). Estes autores constataram que entre os agricultores consolidados era mais freqüente a sucessão já estar decidida do que entre agricultores em exclusão ou transição.

A análise que fazemos aqui não desconsidera estes elementos, qual seja, a de que a dimensão econômica ocupa, certamente, um papel especial na vida dos camponeses, assentados ou não. Ainda não se dispõe de dados econômicos confiáveis para cada família assentada que nos possibilite realizar este tipo de análise, apesar do INCRA-RS já ter iniciado a coleta de dados em 2005.

Por outro lado, algumas variáveis testadas demonstram, em certa medida, ainda que indiretamente, as possibilidades de reprodução econômica dos assentados, o que não nos desvincula daquela hipótese, a qual, no nosso caso, ficou implícita. De forma paralela e, no nosso entender, não excludente, optamos por avaliar mais amiúde uma outra dimensão da vida dos assentados, chamada por nós, genericamente, de simbólica, a qual parece ser mais esclarecedora do que a própria dimensão econômica na compreensão da evasão e da rotatividade. A discussão levada a cabo é uma tentativa de demonstrar a relevância desta opção teórica.

Finalmente, considerando o debate acima apresentado desde os primeiros autores até o debate atual, independentemente de haver ou não um campesinato demandante por terra ou não, do fato da reforma agrária, propriamente, ser ou não um instrumento central para a industrialização, para a formação de um mercado interno e desenvolvimento do país e, ainda, a respeito da definição de qual seria o papel dos assentamentos já implementados no Brasil (alguns dos dilemas que os autores se depararam), entendemos que a situação atual dos mesmos se apresenta com uma problemática específica, bastante voltada para as questões do convívio social,

enfrentadas pelos trabalhadores marginalizados que tentam, de alguma forma, reconstituir as suas vidas nesses assentamentos. Isto significou para nós uma opção pelo aporte teórico (que será apresentado a seguir), da antropologia/sociologia, muito mais do que a economia, cuja centralidade é patente no debate brasileiro sobre a questão agrária.

Uma análise dos aspectos simbólicos presentes no êxodo rural é especialmente reveladora em *Reprodução proibida: a dimensão simbólica da dominação econômica* (BOURDIEU, 2000). No início da década de 1970, o autor revisitou sua obra, de 1962, sobre o celibato, trazendo à tona a importância da dimensão simbólica dos processos sociais, como o do celibato entre os camponeses na França, estimulado pelas famílias devido à falta de mulheres no campo, já que estas eram, assim como os irmãos mais novos, não herdeiros de terra, as primeiras a emigrar ou a preferir os citadinos nos mercados matrimoniais.

Este fenômeno se dava no bojo de um processo maior, de dominação simbólica do mundo urbano, para além da dominação econômica e do mercado, se consubstanciando numa força de atração para as cidades. O autor propôs focar os agentes e as suas estratégias, trabalhando com o conceito de *habitus*¹⁵, cuja época estudada foi significativa com relação às rápidas mudanças na condição camponesa, pelo seu estreitamento de relações com a cidade e com o mercado.

A unificação do mercado econômico propriamente vinha acompanhada da unificação do mercado de bens simbólicos, evidenciada por uma força de atração do campo social unificado ao redor das realidades

¹⁵ conjunto unívoco de escolha das pessoas, de bens, de práticas, como um senso prático do que fazer, como classificar, julgar. É um conhecimento adquirido e também um haver, um capital. Em outras palavras, é o sentido do jogo que não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional num espaço (BOURDIEU, 1996, 2003). O autor apresenta este conceito para definir comportamentos razoavelmente perenes que as pessoas adquirem, cuja mudança ele considera de difícil realização, como observou entre os camponeses franceses.

urbanas dominantes, em contraposição à inércia do *habitus* dos camponeses. O autor demonstrou que a universalização da educação e a melhoria nos transportes vinham acompanhadas de mudanças nas representações e encetavam uma abertura objetiva e subjetiva do mundo camponês,

[...] neutralizando progressivamente a eficácia dos fatores que tendiam a garantir a autonomia relativa desse mundo e a tornar possível uma forma particular de resistência aos valores centrais. (BOURDIEU, 2000, p. 99).

Dentre estes aspectos, tais como o autoconsumo e o isolamento (com a conseqüente interdependência e interconhecimento), enfatizava o declínio da homogamia e a ascensão do celibato nas comunidades camponesas, fruto de uma inserção dominada no mercado de trocas matrimoniais.

Em outras palavras, o isolamento parcial dos camponeses permitia uma resistência à cidade, numa espécie de *localocentrismo*, e possibilitava um contexto particular em que direita e esquerda não faziam muito sentido, devido a esta autonomia relativa, onde havia mais dependência da natureza do que dos mercados, ao mesmo tempo em que era alta a dependência do juízo dos outros. Ali, a dependência das cidades, embora existente, era pouco sentida. A crise do modo de vida camponês se deu com a unificação do mercado de bens simbólicos e econômicos e o conseqüente desaparecimento dos valores camponeses, de forma que “[...] a dependência limitada e mascarada vai progressivamente cedendo lugar a uma dependência profunda e percebida, e até reconhecida.”(BOURDIEU, 2000, p. 101). Impuseram-se as dependências tecnológica, creditícia e comercial, onde o acaso dos preços passou a ocupar o lugar do acaso da natureza.

A subordinação da economia camponesa ao mercado veio junto com o enfraquecimento da resistência camponesa no mercado simbólico. A balança pedia para o modo de vida da cidade, onde o salário melhor era uma

dimensão, entre outras, mas o fundamental era a mudança de valores e desejos para que as vantagens oferecidas fossem percebidas e apreciadas. É a ação do poder simbólico¹⁶ que efetuou uma conversão coletiva da visão de mundo, feita em etapas, para que se operassem as mudanças psíquicas necessárias. Empregos de meio-turno na cidade, por exemplo, poderiam representar o início de um processo irreversível.

Esta trajetória psicológica era percorrida mais rapidamente por aqueles elementos menos apegados à condição camponesa e à terra, notadamente as mulheres, os filhos mais moços (pois não são os herdeiros naturais, no caso específico) e os mais pobres, todos mais propensos à emigração. Eram especialmente as mulheres que importavam o olhar citadino desqualificador do campo e que fugiam da tirania do modo de vida camponês.

O mercado matrimonial se apresentou como um dos aspectos que teve a sua lógica modificada, saindo do mercado local, normatizado e com controle social, muitas vezes desconfortável, da tradição, para a economia de mercado, numa situação anárquica, embora relativa, pois preservava alguns mecanismos de controle e funcionava em dimensões regionalizadas e hierarquizadas. Este novo mercado foi perverso, especialmente com os camponeses homens, pois competiam em desvantagem simbólica com os citadinos.

Bourdieu observou a dificuldade que parte dos camponeses enfrentou, na França, para modificar um *habitus*, que “girou no vazio” por não se aperceber das mudanças. É o caso dos agricultores ricos, mais apegados ao mundo antigo, que demoraram mais para se converter e perderam a concorrência do mercado matrimonial, apelando para a estratégia do

¹⁶ poder simbólico é esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização; só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2003)

desespero - o celibato, por não encontrarem mais mulheres. Mesmo os agricultores médios e modernistas, tanto no plano técnico quanto no associativismo, foram atingidos pelo celibato.

A reestruturação da percepção do mundo social, junto com a conversão coletiva, afetaram os sobreviventes que não emigraram, sendo acompanhadas do que o autor chamou de uma “revolução copernicana”, onde o camponês viu perdido o seu lugar central, ficando inserido, então, num mundo bem mais vasto, onde se descobriu dominado. Esta crise revolucionária o conduziu a situações contraditórias, que o autor chamou de “[...] duplicação da consciência e da conduta, levando-o a agir sucessiva ou simultaneamente conforme os princípios contraditórios de dois sistemas antagonistas.” (BOURDIEU, 2000, p. 112).

Assim, as famílias dos camponeses, sujeitas a esta violência simbólica¹⁷, queriam casar seus filhos com camponesas, mas não queriam casar suas filhas com camponeses, estimulando a fuga das mulheres e o celibato dos homens. Situação na qual cada camponês apresentava uma “[...] derrota interior, sentida em escala individual, que está no princípio destas traições isoladas, feitas graças à solidão anônima do mercado.” (BOURDIEU, 2000, p.113).

Da mesma forma, o ensino se apresentava como um instrumento de dominação simbólica do mundo da cidade contra os valores tradicionais. Assim como o celibato, as taxas de escolarização eram produto do mesmo princípio e contribuíam para o esboroamento das barreiras nas relações sociais e para o próprio fim do campesinato.

¹⁷ violência que extorpe submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em crenças socialmente inculcadas. Em outras palavras, é aquela que é legitimada pelo violentado, como que sujeito e objeto ao mesmo tempo (BOURDIEU, 1996)

Este processo tomou curso com a introjecção, por parte dos camponeses, das representações que os citadinos lhes atribuíam. Neste sentido, a escola tinha um efeito desculturante - quanto mais escolarizados fossem, menos queriam trabalhar na agricultura, fenómeno que foi mais intenso com as mulheres. A profecia de desaparecimento dos camponeses assumiu um papel retroalimentador, contribuindo para a sua desmoralização, não sem a própria colaboração camponesa. Eles mesmos realizaram ações que ameaçaram a sua reprodução, como foi o caso do celibato, visto que a sua generalização colaborou para o fim dos herdeiros, acabando por se tornar num mecanismo eficaz para o estabelecimento da crise de reprodução da agricultura familiar, mais do que a própria dominação econômica e a degradação das rendas agrícolas.

Observa-se daí que o que estava em jogo na sobrevivência do campesinato francês, enquanto forma societária, estava além do simples avanço da economia de mercado, do capitalismo propriamente, modificador das relações sociais, da estrutura agrária e da economia como um todo. Mais do que isso, Bourdieu nos chamou à atenção para a dominação simbólica que acompanhou e viabilizou este processo de mudança do mundo da tradição para o mundo moderno, no caso específico, refletindo-se na própria reprodução biológica dos agricultores franceses, que, impossibilitados de obter mulheres num mercado concorrencial, onde estavam em desvantagem simbólica, foram compelidos ao celibato, não deixando herdeiros.

Com este estudo, Bourdieu apontou para a centralidade da economia de bens simbólicos¹⁸ nos processos sociais. Esta é uma dimensão pouco explorada na questão agrária brasileira, em especial no que tange às motivações para a evasão de lotes, fenómeno que se não se mostra desprezível na atualidade.

¹⁸ economia que funciona com base nos diferentes capitais simbólicos, que são propriedades quaisquer, que, percebidas pelos agentes sociais, dotados de categorias de percepção e de avaliação que lhes permitem percebê-las, tornam-se simbolicamente eficientes, como verdadeiras *forças mágicas* (BOURDIEU, 1996).

Champagne (1986, p. 41) definiu o mundo rural como

[...] um conjunto de microssociedades locais, dominadas pela atividade agrícola, para a atividade agrícola dirigida a um espaço mais amplo, que se integra não só aos setores econômicos não-agrícolas, mas também a um espaço econômico agrícola diferente.

O autor ressaltou, à semelhança de Bourdieu, que a migração rural ocorria no bojo de um processo de violência simbólica, onde os agricultores perdiam a crença de que não havia nada melhor do que ser agricultor. Esta violência era vivenciada no interior mesmo das famílias, como quando os filhos retornavam e impunham a sua (nova) visão de mundo, depreciando o viver camponês. As políticas públicas, quando, muitas vezes, propunham categorias classificatórias, contribuíam para modificar as categorias de percepção dos agricultores, inclusive aquelas que eles tinham a respeito de sua posição social, agindo, portanto, sobre a moral dos agricultores. E concluiu:

[...] para que o produtor rural possa reproduzir-se como produtor, é preciso também que ele possa reproduzir a crença de que o produtor rural merece ser reproduzido (CHAMPAGNE, 1986, p. 51).

Constatou, assim, que a identidade social era mais forte quando o grupo percebia o mundo social com seus próprios critérios. Ocorre que, com a quebra dos monopólios culturais locais das famílias (a autonomia relativa da sociedade camponesa), os mecanismos de reprodução social passaram a ser influenciados pela sociedade mais ampla, estimulando a migração, envelhecendo a população rural e provocando a estagnação, com os efeitos desmoralizantes que isso provoca sobre aqueles que ficam. Desta forma, esta perspectiva nos é útil como pano de fundo, na proposição de um processo de atração simbólica do mundo urbano¹⁹, que funciona, hipoteticamente, como propulsor de evasão.

¹⁹ Este processo de atração urbana e desinteresse dos jovens é observado por Carvalho (1999) e Castro (2004), embora esta última “complexifique” a análise deste fenômeno ao estudar jovens assentados no Rio de Janeiro. Castro observa também um fenômeno inverso, isto é, jovens urbanos se interessando pela “roça” e assumindo novas identidades.

O processo de unificação simbólica, acima descrito, está em consonância com um fenômeno maior, relacionado com a individualização na modernidade, sobre o qual discorre Elias (1994, p.102):

[...] uma era em que um número cada vez maior de funções relativas à proteção e ao controle do indivíduo, previamente exercida por pequenos grupos, como a tribo, a paróquia, o feudo, a guilda, ou o Estado, vai sendo transferido para Estados altamente centralizados e cada vez mais urbanizados. À medida que essa transferência avança, as pessoas isoladas, uma vez adultas, deixam mais e mais para trás os grupos locais próximos, baseados na consaguinidade. A coesão dos grupos rompe-se à medida que perdem suas funções protetoras e de controle. E, nas sociedades estatais menores, centralizadas e urbanizadas, o indivíduo tem que batalhar muito mais por si. A mobilidade das pessoas, no sentido espacial e social, aumenta. Seu envolvimento com a família, o grupo de parentesco, a comunidade local, e os outros grupos dessa natureza, antes inescapável pela vida inteira, vê-se reduzido. Elas têm menos necessidade de adaptar seu comportamento, metas e ideais à vida de tais grupos, ou de se identificar automaticamente com eles. Dependem menos deles no tocante à proteção física, ao sustento, ao emprego, à proteção de bens herdados ou adquiridos, ou à ajuda, orientação e tomada de decisão. Isso acontece, a princípio, em grupos limitados e especiais, mas se estende gradativamente, ao longo de séculos, a setores mais amplos da população, até mesmo nas áreas rurais. E, à medida que os indivíduos deixam para trás os grupos pré-estatais estreitamente aparentados, dentro de sociedades nacionais cada vez mais complexas, eles se descobrem diante de um número crescente de opções. Mas também têm que decidir muito mais por si. Não apenas podem como devem ser mais autônomos. Quanto a isso, não têm opção.

Elias (1994) nos falou de um “efeito trava”, uma força de resistência do *habitus* social perante mudanças sociais muito rápidas, onde os agentes tendem a se agarrar ao estágio anterior da sua estrutura de personalidade. Tal parece ocorrer quando a proposição de novas formas de organização incide sobre os camponeses assentados, surgindo daí a possibilidade de conflitos e, acreditamos, também, da evasão. O autor se referiu ainda ao que ele chamou de identidade “nós”, que tinha papel central nas sociedades antigas. Para ele, só no Renascimento é que surgiu a idéia de indivíduo e a identidade “eu”. O que não significa dizer que não havia conflito, mas que sobreviviam somente

os grupos que conseguiam chegar a um *modus vivendi*, a um certo equilíbrio entre a cooperação e o conflito.

Aqui parece se configurar uma importante meta para o desenvolvimento dos assentamentos, ao nos darmos conta de que mais do que uma questão econômica, a busca por um equilíbrio na sociabilidade parece ser crucial em locais conflituosos, como costumam ser estes locais. Em outras palavras, o assentamento, à medida que sua balança identitária pende para “nós”, tende a alcançar uma maior estabilidade e, com isso, uma menor evasão.

Elias e Bourdieu nos fornecem elementos valiosos na visto que os assentados estão, cada vez mais, submetidos a processos sociais maiores, como o processo de individualização acima descrito por Elias, e a atração do mundo urbano, descrito por Bourdieu. Isto não significa uma contradição com a nossa hipótese central, que aponta para a centralidade de valores tradicionais entre os assentados, enquanto uma possível resistência do “mundo tradicional” a estes processos. Nesse sentido, não se trata de substancializar “o moderno e o arcaico”, mas sim de compreender o processo social de forma relacional e interdependente.

Este processo apresenta algumas especificidades no que se refere à juventude, como constatou Carneiro (1999), ao estudar os jovens²⁰ rurais. Ela observou que eles são mais afetados pelo contexto de diluição de fronteiras e de crise na agricultura. Tentam combinar os dois mundos - a tradição e a modernidade, não sem ambivalência perante as relações afetivas, por um lado, e as oportunidades por outro, além, ainda, dos fantasmas do desemprego e da violência, cada vez mais presentes nas cidades. “É neste contexto que os ideais da juventude rural apontam para uma síntese, que definimos como

²⁰ entendidos aqui como indivíduos que estão entre o término da puberdade e a constituição de um casal e de um lar autônomo

projeto de vida *rurbano* [...]” (CARNEIRO, 1999, p. 16), que se refere à combinação de práticas e valores de universos culturais distintos - o mundo urbano e o mundo rural.

A partir de um estudo sobre assentamentos em São Paulo, Silva (2003) constatou que existe uma grande diferenciação social entre os jovens - uma minoria que traz consigo um capital cultural e uma ética caipira -, e o outro grupo, que representa a maioria, o qual foi socializado no meio urbano, carregando os valores deste universo social. Estes se mostram muito mais voltados ao assalariamento urbano, pois não enxergam perspectivas de êxito na agricultura familiar²¹.

Castro (2004, 2005), estudando jovens assentados no Rio de Janeiro, percebeu que o desinteresse em manter os lotes não é generalizado, visto que muitos trabalham fora justamente para mantê-los. Observou também um fenômeno inverso com os jovens urbanos, que passaram a se interessar pela “roça”, assumindo, assim, novas identidades. Ademais, avaliou que a herança nos assentamentos apresenta características peculiares: primeiro, porque se trata de concessão e não de propriedade; segundo, porque não há uma autonomia plena do assentado, haja vista que o espaço é tratado de forma coletiva, de modo que certas decisões dependem das relações internas, o que nós chamaríamos de insegurança dominial, a qual parece ter implicações inclusive nas decisões de ficar ou sair. Esta situação torna a análise dos processos sociais em assentamentos mais singular e será retomada, posteriormente, neste trabalho.

²¹ Candido (2001), por sua vez, constatou, na década de 1950, que o avanço do capitalismo tende a atrofiar as formas coletivas de organização do trabalho, diminuindo as possibilidades de sociabilidade e de uma cultura caipira. Nestas condições, o autor via três possibilidades aos caipiras: trabalhar mais, evadir (geralmente proletarizando-se) ou mergulhar em anomia. O autor assinalou, ainda, um processo de reaproximação dos parentes (incluindo o compadrio) e modificações nas relações de reciprocidade (ampliação das trocas interbairros), demonstrando a pujança da resistência camponesa, concluindo com a hipótese de que grupos integrados resistem mais à cultura urbana.

Esta breve discussão nos indica que, primeiro, o fenômeno da migração não se restringe a assentamentos. Em segundo lugar, que a dimensão simbólica possui uma considerável influência neste processo. Mas, ainda para contextualizar o nosso problema de pesquisa, realizaremos, a seguir, uma também breve revisão de estudos recentes sobre assentamentos brasileiros, ressaltando alguns que abordaram o tema da evasão propriamente.

1.4 Os assentamentos rurais e a evasão

Há uma farta literatura no Brasil que procura dar conta das vantagens dos assentamentos de reforma agrária, buscando, principalmente, evidenciar os seus impactos econômicos²². O *I Censo da reforma agrária do Brasil* (BRASIL, 1997) pesquisou 1.460 assentamentos em 26 estados brasileiros, sendo que, destes, 42 se encontravam no Rio Grande do Sul, durante os anos de 1996 e 1997, quando foi constatada uma média de evasão de 35%. O dado mais significativo deste estudo reside no baixíssimo percentual de assentados que possuíam eletrodomésticos, como no caso da geladeira, cuja variação foi de 4,95% (no norte) a 20,05% (no sudeste). Esta informação, no nosso entender, evidencia uma baixa capacidade de compra de bens de consumo ou, ainda, a falta de energia elétrica, demonstrando, em ambos os casos, uma baixa capacidade de geração de impacto econômico, podendo indicar uma situação de dificuldades para a manutenção das famílias nestes assentamentos.

Em *Percentuais e causas de evasão nos assentamentos rurais*, Bruno e Medeiros (2001) avaliaram 59 assentamentos em 22 estados do país, sendo que dois foram no Rio Grande do Sul. Não sem enfrentar dificuldades para obter os índices exatos no INCRA, as autoras encontraram altos índices de evasão (29,7% na média ponderada brasileira), especialmente nos

²² Para uma revisão mais específica, ver Leite, Heredia, Medeiros (2004) e Melgarejo (2000)

assentamentos que não foram originários dos *moradores* já estabelecidos²³, tais como os assentamentos gaúchos (29,4% de evasão). Entre as causas relacionadas, citaram a infra-estrutura (acesso à saúde, educação, estradas e transporte, e energia elétrica), insuficiência e atraso do crédito (por outro lado, o endividamento), dificuldades de gestão do lote, morosidade e deficiência dos órgãos de terra, conflitos de costumes e imposição de regras, importância das comunidades, efeitos da estigmatização, levada a cabo por técnicos, entre outras causas.

Quanto ao capital de origem das famílias, Bruno e Medeiros (2001) constataram que aqueles que não possuem acúmulo financeiro apresentam mais possibilidades de evasão, sobretudo no início, antes da concessão dos créditos de implantação. De forma diferente, Quinteiro (2003) constatou que o capital de origem em assentamentos de Goiás não foi determinante no sucesso dos assentados, pois a ressocialização requer mais elementos para se efetivar. Empiricamente, constatamos que há um crescente empobrecimento do público da reforma agrária no Rio Grande do Sul, o que pode estar determinando uma diminuição das desigualdades econômicas dos recém-assentados. De qualquer modo, não houve possibilidade de efetuarmos esta avaliação, especialmente entre os evadidos. Como saber o que tinham? Com isso, desconsideramos esta variável no estudo aqui apresentado.

Bruno e Medeiros (2001) concluem sugerindo a exploração da hipótese de que as oportunidades fora dos assentamentos podem ser um poderoso fator de evasão de lotes. Em especial, o tema das comunidades, isto é, da possibilidade de formação ou não de sólidos laços sociais internos, é colocado pelas autoras como uma importante hipótese de trabalho, muito mais que a falta de infra-estrutura (embora em, pelo menos, um dos assentamentos do Rio Grande do Sul, os assentados tenham alegado a falta de estrada para justificar a evasão).

²³ os moradores ocorrem mais no nordeste brasileiro

Apontam também que a origem urbana dos assentados e também o sucesso ou insucesso dos assentamentos não se mostraram correlacionados com os altos índices de evasão. Este estudo nos lança um importante *insigth* quando observa que certos assentamentos do Nordeste brasileiro, com populações residentes há décadas, apesar dos problemas de infra-estrutura serem razoavelmente similares aos daqueles com alta evasão, apresentam uma baixa evasão. Embora alertando para o fato de que boa parte destes assentamentos era nova, sugerem a relevância da coesão social na contenção da evasão, assim como o papel dos mediadores neste processo, aspectos que são explorados no nosso estudo.

Marques, Santo e Cêpeda (2002) avaliaram a evasão de nove assentamentos em São Paulo, com números que variaram de 0 a 38,5 % de evasão, sendo que destes, seis estavam abaixo da média de evasão encontrada pela FAO, de 22%. Algumas das constatações do estudo revelaram que a evasão não se correlaciona com o tamanho do assentamento e que os desistentes (uma parte deles foi entrevistada) não se mostraram do tipo “aventureiro”, isto é, vieram de situações de matrimônio e domicílio estáveis e só desistiram, em sua maioria, após cinco anos no assentamento. O perfil dos desistentes também revela que a maior parte dos evadidos é justamente a dos mais velhos, com uma idade superior a 40 anos. São agricultores com menor escolaridade, não possuindo dívidas e tendo sido assentados com algum estoque de bens, embora 26,5 % tenham saído inadimplentes, mesmo possuindo menos implementos e produzindo menos para a venda. A maioria trabalhava no lote, mas, em 45% dos casos, a mão-de-obra era insuficiente.

Os autores elencaram também o que, para eles, seriam os principais motivos de evasão: a) a conjuntura familiar (mão-de-obra insuficiente, família distante, problemas de saúde, problemas familiares), com 56% dos casos; b)

as políticas públicas (falta de incentivo do governo, dívidas bancárias, valor da safra insuficiente, problemas financeiros, problemas a com perda da produção, problemas de infra-estrutura), com 37,4% dos casos; c) a falta de conhecimento agrícola, somada com razões outras, totalizando 6,6% dos casos.

Este trabalho levanta questões pertinentes ao entendimento do fenômeno da evasão nos assentamentos, especialmente quando procura desmistificar argumentos do senso comum, relacionados com o estado civil, a idade e o caráter “aventureiro” dos beneficiários. Apesar da excessiva centralidade que os autores atribuem à ocupação anterior do chefe do lote (quase todos de origem rural, geralmente assalariados, sendo que poucos tiveram propriedades), é interessante notar aqui (e isso é central para nosso estudo), os aspectos relacionados com o que eles denominaram de conjuntura familiar, sobre os quais nos propomos efetuar uma avaliação mais amíúde.

Medeiros e Leite (2004), com a colaboração de vários pesquisadores do país, inclusive do Rio Grande do Sul, estudaram 26 projetos, sendo que, destes, quatro eram gaúchos. Foram avaliados, assim, as mudanças demográficas, a reorganização dos territórios, o acesso aos bens, a organização produtiva, a comercialização, as condições de vida, a renda e a participação política local, embora não tenha sido avaliada a evasão nestes assentamentos.

Este estudo serviu de base para um trabalho maior, intitulado de *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*, coordenado por Leite, Heredia, Medeiros (2004). Trata-se de uma avaliação de seis regiões brasileiras que possuem uma alta concentração de assentamentos, denominados pelos autores como manchas, num total de 92 assentamentos, mas sem nenhum no Rio Grande do Sul. Conclui que os impactos internos e externos desses assentamentos são altamente positivos, apesar dos atrasos e falhas das políticas dos órgãos de terra, com respeito ao

crédito, à assistência técnica, à infra-estrutura, etc. Com relação à origem dos beneficiários, apresenta um dado significativo - 94% dos assentados já possuíam experiência agrícola prévia, sendo que a grande maioria era proletária, parceira ou arrendatária. Somente 7% eram de proprietários de terra.

Os autores alertam para um importante fato de que os assentamentos podem estar se constituindo em um mecanismo de recomposição das famílias extensas e até de comunidades inteiras, constatando ainda uma saída considerável das filhas (mulheres) das manchas. Com relação à renda e às condições de vida, a tônica foi comparar esta situação com a anterior do assentado. O rendimento médio apurado nos assentamentos ficou em, aproximadamente, meio salário mínimo por pessoa/mês. Outro dado significativo diz respeito à proporção de famílias que têm geladeira, 37%, na média das seis manchas, parecendo-nos, da mesma forma que no I Censo, uma demonstração da baixa capacidade de impacto econômico destes assentamentos, pelo menos, atual. (LEITE; HEREDIA; MEDEIROS, 2004)

Mesmo com a apresentação de um largo conjunto de informações e uma rica discussão, este estudo, praticamente, não aborda a problemática da evasão de lotes, nosso principal eixo de interesse. Contudo, assim como no anterior, este trabalho nos incita a pensar a nossa problemática em termos de formação de laços sociais e de comunidades.

A publicação *A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira* (SPAROVEK, 2003) avaliou, de forma qualitativa, 4.430 assentamentos criados entre 1985 a 2001. De posse dos dados, o autor formulou cinco índices – a eficácia da reorganização fundiária, a qualidade de vida, a articulação e a organização social, a preservação ambiental e a ação operacional. Estes índices agrupam uma série de variáveis cada um, para as

quais, por sua vez, foram atribuídos pesos, conforme a sua importância no índice final, importância esta imputada pelo autor e pela equipe.

Com relação ao índice de articulação da organização social, Sparovek atribuiu valor às áreas de produção coletiva e à participação em cooperativas, entre outros fatores, o que, para nós, se configura como bastante revelador sobre a importância do tema que abordaremos mais adiante, quando da discussão relativa à disputa de projetos nos assentamentos, bem como sobre o papel dos mediadores.

Já o índice referente à eficácia da reorganização fundiária atingiu um resultado aparentemente excepcional ao comparar o número de lotes do assentamento e a quantidade de famílias residentes, um dos principais indicadores deste índice. O autor levou em consideração somente a informação sobre lotes vagos, sem apontar para a diferenciação entre as famílias realmente beneficiárias e as famílias agregadas, que, aqui, formam um mesmo grupo, além de não fazer referência ao tema da evasão. O que Sparovek não se apercebeu é que pode haver alta evasão, mas sem que haja lote vagos.

O autor concluiu, então, apontando para uma baixa correlação deste índice com os índices de qualidade de vida (relacionado com a infra-estrutura) e o da ação operacional, ponderando, principalmente, sobre os procedimentos do INCRA com relação à infra-estrutura e ao crédito, ambos com menor eficiência. Para ele, esta situação denota que há uma excessiva prioridade dos órgãos de terra em cumprir, apenas, as metas numéricas de assentamento, aduzindo que os assentados só permanecem nos lotes por não encontrarem melhores condições fora dos assentamentos. Acabou, desta forma, por constatar um fenômeno importante - a recomposição familiar - obscurecendo outro - a rotatividade.

Melgarejo (2000), lançando mão de teorias sobre a organização, com uma complexa metodologia, realizou um extenso estudo sobre a eficiência dos assentamentos gaúchos, através da elaboração de um *ranking* dos melhores. Apresentou, então, uma amostra de 90 assentamentos, através de entrevistas efetuadas com os agentes que atuam na área – a assistência técnica, o INCRA, o MST e estudiosos. Constatou a existência de uma assincronia de parâmetros entre os agentes, com relação ao entendimento do que seja um assentamento de sucesso, e as conseqüentes diferenças de objetivos, especialmente com relação à replicação de experiências tidas como de sucesso. Observou, daí, a inexistência de cooperação entre os agentes.

Paralelamente, o autor avaliou e traduziu em números a eficiência multidimensional dos assentamentos, a qual se mostrou pouco correlacionada com o *ranking*. Concluiu que é possível estimar e ampliar as possibilidades de sucesso para assentamentos de reforma agrária através da avaliação de sua performance (com o uso de métodos de avaliação de eficiência técnica e de diferenciação ambiental). Todavia, para tal intento, sugeriu que sejam estabelecidas estratégias cooperativas entre os atores. Por fim, recomendou três modelos de assentamento para serem replicados no Rio Grande do Sul, sendo um para cada região estudada. Estas regiões foram definidas, por ele, como pioneira, de expansão e intermediária. Assim como no trabalho anterior, este também nos incita a averiguar o papel dos mediadores nos ambientes onde ocorrem fortes disputas de projetos, como são os assentamentos.

Guanzioli *et al* (1998) coordenaram um estudo nacional sobre os principais fatores que potencializam e que restringem o desenvolvimento dos assentamentos: o quadro natural (solo, disponibilidade de água e relevo), a origem e a ocupação prévia (se rural ou urbana, se ex-proprietários, arrendatários, parceiros ou assalariados), a forma de ocupação, o entorno sócioeconômico (representado em boa medida pela presença de agroindústrias), os sistemas de produção, a organização produtiva, o crédito

rural, a assistência técnica, a organização política, as relações institucionais e a renda agrícola.

Dentre os fatores acima, os autores ressaltaram o quadro natural, o crédito e o entorno econômico como aqueles mais potencializadores, embora comentem que os assentamentos ocupados por pessoas com tradição na gestão de lotes apresentam um melhor desenvolvimento. O estudo vê o entorno econômico como algo positivo, mas não nos alerta, como Bruno e Medeiros (2001) o fizeram, para os riscos de maiores evasões nas localidades com mais oportunidades fora do assentamento, o que, no nosso entender, poderia, no mínimo, “relativizar” a importância do entorno econômico no sucesso dos assentamentos, compreendendo-se, é claro, a evasão como um indicativo de insucesso.

Como fatores restritivos ao desenvolvimento dos assentamentos, Guanzioli *et al* (1998) ressaltaram o quadro natural, as estradas e a assistência técnica. Embora não fosse foco do estudo, atribuem o aumento da evasão ao baixo desenvolvimento dos assentamentos, ao atraso do crédito (neste caso, o PROCERA²⁴), ou quando estes apresentam serviços sociais e de infra-estrutura mais deficientes. Ademais, o que nos parece uma outra conclusão apressada (que será objeto de análise mais adiante no nosso texto), “comprovam” a superioridade dos assentamentos com uma organização coletiva da produção, assim como a falta de “visão” dos assentados que não a adotam (embora com a importante observação de que somente alguns assentamentos acessaram a linha de crédito chamada PROCERA “teto dois”, a qual foi sabidamente monopolizada, pelo menos no Rio Grande do Sul, pelas cooperativas de produção do MST).

Constataram também a influência de imposições tecnológicas, a baixa qualidade da assistência técnica, a morosidade na regularização dos

²⁴ Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária, antecessor do PRONAF A

assentados novos, bem como os “problemas” relacionados com o crédito (atraso, má aplicação, imposição tecnológica, etc.). Por último, observaram uma maior incidência de pluriatividade nos assentamentos menos desenvolvidos.

Com isso, ratificaram o que eles mesmos chamaram do "senso comum" existente entre as pessoas que se relacionam com a reforma agrária (GUANZIROLI *et al*, 1998, p. 58), isto é, a centralidade do quadro natural e das estradas no desenvolvimento dos assentamentos (secundariamente, o atraso no crédito e os problemas “gerenciais”). O que não abordaram, e é este o nosso desafio (qual seja, o de escapar ao senso comum), são, justamente, os aspectos mais ocultos deste tema - os fatores de ordem simbólica, em especial as possibilidades de conformação da coesão social enquanto dimensão fundamental para compreender os assentamentos, seja explicando a evasão ou, mesmo, lançando luzes para o entendimento do próprio desenvolvimento destes.

Esta parte da revisão visou demonstrar que os estudos sobre assentamentos têm-se concentrado em avaliar os impactos e a eficiência dos assentamentos, havendo poucas iniciativas, mais amiúdes, de averiguação sobre a evasão. Estas, quando ocorrem, concentram na avaliação da dimensão material do problema (tais como os aspectos relacionados com a infra-estrutura, crédito, solos, etc.), sendo ainda incipiente o desenvolvimento do tema nos aspectos relacionados com as possibilidades de coesão social e com os fatores que a estimulam ou retardam, para os quais nos dispomos a dar uma maior atenção neste estudo, procurando enfatizar a dimensão simbólica dos processos sociais. Com isso, optamos por retomar a revisão com auxílio da antropologia e da sociologia, na busca de instrumentos conceituais para a análise da questão proposta.

2 O PANO DE FUNDO EPISTEMOLÓGICO

A discussão realizada até então nos remete à percepção de que, para além de todas as questões econômicas e materiais, devemos compreender como se dão as relações sociais internas e averiguar os mecanismos que condicionam os conflitos decorrentes de questões relacionadas à organização política, ao regime de ocupação do solo e ao regime de trabalho. Partindo do momento crucial - o momento da decisão de abandonar o assentamento após tantos anos de luta pela terra -, supõe-se que as questões relacionadas com a formação de laços sociais ou com a desagregação destes por conflitos tornam-se elementos cruciais para a compreensão do problema. Observa-se que alguns agrupamentos parecem caminhar para a desagregação social, tornando-se um palco para a venda e o abandono de lotes, enquanto outras conseguem melhor equacionar as suas diferenças e se manter íntegros.

2.1 Reciprocidade, parentesco e religião

Retomando a hipótese central do estudo, a idéia de que a coesão social evita a evasão, procuramos compreender melhor os mecanismos de sua construção. Para isso, lançamos mão do conceito de reciprocidade, tal como foi desenvolvido na antropologia, que é entendido aqui, como sugere Sabourin (2004, 2005 b), como o ato de dar, receber e retribuir dádivas, de forma, ao mesmo tempo, interessada e desinteressada, porém, reversível. Esta noção nos ajuda na avaliação dos processos de construção de laços sociais e valores humanos.

Os estudos antropológicos perceberam que todas as sociedades humanas trocam presentes e estas trocas permitem não só viabilizar necessidades econômicas e sexuais (no caso de trocas de mulheres, que deram origem ao parentesco, segundo Levi Strauss), mas também estabelecer

alianças políticas e coesão social, através da (re) produção de valores humanos, tais como amizade, responsabilidade, confiança, justiça, reputação, etc, conforme refere Sabourin (2005 b).

Mesmo reconhecendo que a reciprocidade nem sempre assume facetas positivas, procuramos perceber como os agentes sociais, no caso em questão, os assentados, constroem (ou não) possibilidades de convivência e evitam conflitos desagregadores. Neste capítulo, para que compreendamos melhor a noção de reciprocidade e sua pertinência, faremos uma revisão das principais perspectivas que abordaram o tema, a começar por Mauss, em suas dimensões simbólica, material e econômica, o que nos possibilitará entender os processos de coesão e de desagregação social, esta, para nós, estimuladora de evasão.

Em sua principal obra, realizada na década de 1920, *O ensaio sobre a dívida*, Mauss (1988, p. 53), estudou diversas sociedades primitivas ao longo do mundo e apresentou a idéia do fato social total, onde, para ele:

[...] exprimem-se, ao mesmo tempo, e de uma só vez, toda espécie de instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas – supondo formas particulares de produção e consumo, ou antes, de prestação e de distribuição, sem contar os fenômenos estéticos nos quais desembocam tais fatos e os fenômenos morfológicos que manifestam estas instituições.

Esta obra se tornou ponto de partida para os estudos sobre reciprocidade, uma das questões fundamentais da antropologia (MENEZES, 2003). Através do estudo de fatos totais, tais como o *sistema de prestações totais*, a troca de dívidas, o autor pôde ponderar de forma conjunta os fatores fundantes da sociedade e que constituem a vida em comum, “[...] cuja direção consciente é a arte suprema, a *Política*.” (MAUSS, 1988, p. 205).

Mauss se valeu, entre outras noções, da idéia de *mana* para explicar o fundo comum entre religião e magia (que para ele eram fenômenos

paralelos), condensando uma série de situações com relação ao poder atribuído aos objetos, às pessoas e aos ritos, que os tornavam eficazes. Este termo para o povo maori dava uma idéia de prestígio, de honra, de autoridade e de riqueza. A noção de *hau*, por sua vez, denotava o espírito das coisas, aqui também uma espécie de força mágica que obriga a retribuição do presente e, com isso, promovia o vínculo de almas (pois, para ele, as almas e as coisas estavam misturadas), cuja finalidade era moral e gerava um sentimento de amizade entre os envolvidos.

Para o autor, as obrigações de dar, receber e retribuir estavam cercadas de interesse e também de desinteresse, pois estava sempre implícita a possibilidade de recusa da troca, perfazendo o mecanismo básico da sociabilidade humana, na medida em que possibilitavam a convivência humana sem recorrer às armas. A idéia de interesse foi concebida de forma ampla, muito mais do que o simples interesse comercial. Pelo contrário, em sociedades antigas e talvez ainda nas modernas, mais vale a busca de prestígio e poder. Portanto, para Mauss, o que estava em jogo era a idéia de *aliança*, produzida pelos atos de troca e retribuição (LANNA, 2000 *apud* RADOMSKY, 2005).

Levi-Strauss (1988), partindo de uma crítica a Mauss, entendeu que devíamos analisar a troca como um todo, não a decompondo em partes (dar, receber, retribuir), e acrescentou a noção de inconsciente, onde estariam as verdadeiras razões das trocas, estas inacessíveis aos agentes sociais e, em sua crítica, também a Mauss, que teria captado apenas a versão do indígena quando apresentou a noção de *mana* e de *hau*:

[...] o *hau* não é a razão última da troca: é a forma consciente sob a qual os homens de uma sociedade determinada, onde o problema tinha uma importância particular, apreenderam uma necessidade inconsciente cuja razão está noutro lado. (LEVI-STRAUSS, 1988, p.34).

A realidade, para ele, estava subjacente nas estruturas mentais inconscientes, que podiam ser alcançadas através da análise de instituições e na linguagem. Segundo Woortman (1995), Levi-Strauss toma a reciprocidade como ponto de partida para sua teoria do parentesco, cujo centro estava na troca de mulheres entre clãs, propondo “[...] uma teoria da sociedade, como que regida por um *deus ex machina*: a Razão.” (WOORTMANN, 1995, p.89), pois é esta troca (vista como parte de um sistema de prestação total) que faz o contrato social. Aqui vale o ditado de Tallensi de que “[...] nós casamos com aqueles com quem lutamos.” (WOORTMANN, p. 87).

Segundo Boltanski (1990), na reciprocidade de Mauss há uma tensão entre a gratuidade do dom e a exigência da troca. Para a sociologia “tradicional”, dom é a forma fictícia que encobre a troca obrigatória. Por isso, Levi-Strauss propõe um desvelamento da troca, a qual obedece às regras inconscientes, abolindo, com isso, a tensão existente na formulação de Mauss. Boltanski afirma que Levi Strauss não explica o primeiro dom e se indaga sobre as razões da ilusão. Lefort (1979, *apud* BOLTANSKI, 1990) procura esta explicação através da idéia da conquista da subjetividade, onde “[...] os homens que dão se confirmam um aos outros que eles não são coisas”.

A sociologia crítica de Bourdieu procurou realizar uma síntese destas duas visões e construiu uma teoria da ação que dava conta ao mesmo tempo da prática do ator e do sentido que o mesmo confere a esta prática (BOLTANSKI, 1990). Bourdieu apresentou uma contribuição significativa na medida em que colocou o prazo entre o dom e o contra-dom numa centralidade, o que lhe permitiu perceber como era irreversível a estrutura da troca, sempre ameaçada de aparecer como reversível, como nas trocas econômicas, as quais são melhor explicadas pela teoria do valor de Marx.

Bourdieu, segundo Woortman (1995), entendia a reciprocidade relacionada à noção de aliança, tendo, porém, pouco a ver com generosidade,

e sim com guerra, pois, para ele, a troca envolve estratégia, como que um jogo entre aliados-inimigos. Entretanto, Bourdieu continuou entendendo o dom como ilusão, assim como Levi-Strauss, mas, neste caso, o tempo referido acima permitiria um “esquecimento” desta ilusão. O autor, contudo, não explicou porque existe esta ilusão.

Polanyi (1944, 1957 *apud* SABOURIN, 2005a), por sua vez, identificou reciprocidade e intercâmbio como coisas diferentes (ao contrário do que afirmou Levi-Strauss) no que tange aos códigos morais de um sistema de valores, para ele, associados à tradição das civilizações pré-capitalistas. Para Polanyi (2000), a reciprocidade, junto com a redistribuição e a domesticidade, eram elementos formadores de relações sociais, onde a economia estava embutida. A permuta (intercâmbio), quando ocorria, era de forma subordinada, onde o mercado era controlado socialmente, por exemplo, através de tabus. Portanto, com o fim destas civilizações, o autor previu o fim da reciprocidade e o advento do intercâmbio capitalista, com a separação dos fatos sociais totais definidos por Mauss. Porém, o autor não explicou como eram produzidos os valores humanos que ele referiu.

Caillé (2002, p.192) definiu a dádiva como:

[...] qualquer prestação de bens ou serviços, efetuada sem garantia de retorno, tendo em vista a criação, manutenção ou regeneração do vínculo social. Na relação de dádiva, o vínculo é mais importante do que o bem.

E esta criação de vínculo social é que configura o ato político. Neste sentido, de forma oposta ao que entendia Bourdieu, carrega uma dimensão de interesse e desinteresse (ou interesse pelo outros), podendo gerar amor, amizade, solidariedade e paz, meio pelo qual se estabelece o pacto associativo. A dádiva, portanto, objetivando a aliança, subordina os interesses instrumentais aos não-instrumentais e configura-se, em sua visão, como a lei mais geral da ordem social arcaica.

A dádiva é vista pelo autor como um terceiro paradigma da sociologia, referindo-se ao individualismo (idéia de interesse) e ao holismo (idéia de obrigação, onde se incluem o funcionalismo, o estruturalismo, o culturalismo, etc.). Esta sociabilidade arcaica é chamada, por ele, de primária, a qual está imbricada com uma sociabilidade secundária, relacionada às leis de mercado, do direito e da ciência. Para ele, o fato associativo está exatamente na interface entre estas duas sociabilidades, isto é, entre o consumo e o societário; ou liberdade e interesse individual (enquanto economia de mercado), e obrigação (interesse público). Conclui que só há duas maneiras de “fazer sociedade”, pela violência superior ou pela associação, esta calcada na dádiva. A questão colocada pelo autor traz um novo elemento ao debate na medida em que, para ele, a troca de dádivas não opera mediante coação explícita, porém, os agentes são premidos pela existência de valores humanos e da moral.

Sabourin (2004) discorda de Levi-Strauss quando encara a reciprocidade como o mesmo que intercâmbio, pois para o primeiro, assim como para Temple (1999 *apud* SABOURIN, 2004), a reciprocidade é a reprodução da dádiva numa relação reversível entre sujeitos, e o intercâmbio é apenas uma permuta de objetos. Evidentemente, estas duas categorias são consideradas aqui como modelos ideais, de forma que na vida real elas convivem nas mais diferentes proporções e formas.

Para o estudo em assentamentos, consideramos que a reciprocidade, embora venha, por um lado, perdendo espaço para o intercâmbio mercantil, por outro, se mantém, como constata Sabourin (2005 a) em algumas comunidades rurais brasileiras, as quais mantêm os valores e práticas associadas à reciprocidade camponesa.

Estudando assentamentos, Sabourin (2005a) constata a importância de investimentos em infra-estrutura social, esportiva, cultural e religiosa,

especialmente para aqueles com dificuldades de organização, sem associação formal e sem formas de reciprocidade aplicadas à produção, pois é:

[...] por meio das estruturas de reciprocidade aplicadas ao nível simbólico (as estruturas religiosas, culturais, sociais, festivas) que se pode reunir um número significativo de famílias. (SABOURIN, 2005a, p. 11).

Para Temple (1998, *apud* SABOURIN, 2004), as relações de reciprocidade configuram várias estruturas elementares, as quais geram sentimentos e valores humanos específicos. Por exemplo, a estrutura de reciprocidade binária simétrica (o “cara a cara”) produz a amizade enquanto a estrutura binária assimétrica produz prestígio para o doador (dádiva agonística). Segundo Temple (*idem*), a estrutura de reciprocidade ternária unilateral (relação entre pais e filhos, por exemplo) produz responsabilidade; a estrutura ternária de partilha produz a justiça (equidade) e a confiança. Na estrutura de reciprocidade centralizada (ou estrutura de redistribuição), a confiança torna-se obediência ao centro de redistribuição (rei, igreja, Estado, etc). Temple (1997, 2003, *apud* SABOURIN, 2004) diferencia formas de reciprocidade positiva (a reciprocidade das dádivas) das formas de reciprocidade negativa, tais como a vingança, o rapto e a guerra, analisados a partir de exemplos em sociedades amazônicas.

A reciprocidade tem uma dimensão econômica fundamental, não devendo ser encarada como algo do passado a ser, necessariamente, superado pelo intercâmbio monetário. Também não apresenta contradição com o desenvolvimento propriamente, pois “[...] para ser socialmente numa sociedade agrária precisa dar; para dar, precisa produzir.” (SABOURIN, 2004, p. 8). Desta forma, a reciprocidade gera uma produção socialmente motivada e se torna um fator de desenvolvimento econômico. Sabourin e Marinozzi (2001) e Sabourin (2004) analisam a permanência de estruturas de reciprocidade nas comunidades rurais do Nordeste através das formas de ajuda mútua (mutirão), das festas e das cerimônias religiosas que dão lugar a dádivas generalizadas

no seio da comunidade camponesa. O compadrio também é analisado por Sabourin como uma estrutura de reciprocidade binária. Constitui uma forma de aliança entre famílias, extremamente forte, que permite a criação de redes interpessoais.

Para o nosso estudo, vale dizer que estas relações sociais de proximidade e reciprocidade, com o concomitante sentimento de pertencimento que podem gerar, são construídas em tempos razoavelmente longos, o que se configura como um desafio para quase todos os assentamentos gaúchos, pois estamos lidando com comunidades em formação. Mas nem toda reciprocidade é positiva, há relações de reciprocidade assimétricas, do tipo relação patrono-cliente, ou mesmo no caso de rivalidades criminosas (como veremos num dos estudos de casos, embora nem todas as mortes tenham sido relacionadas à reciprocidade negativa) que podem, ao contrário do proposto acima, prejudicar a formação de laços sociais, seja pelo desincentivo à reciprocidade positiva ou por gerar, muitas vezes, conflitos.

Entretanto, apesar da relevância da dádiva nas sociedades rurais, Sabourin (2004, p. 2) constata que:

[...] os projetos públicos ignoram o princípio da reciprocidade e persistem em propor apenas o desenvolvimento do intercâmbio mercantil, baseado na acumulação material e na concorrência direcionada ao lucro.

O autor compreende o intercâmbio e a reciprocidade como dois princípios econômicos que coexistem nas sociedades rurais, gerando complementaridades e tensões. Para ele, o intercâmbio gera valores materiais e de uso, porém poucos valores humanos, levando à alienação, conforme aponta Marx, e à exclusão, pela destruição do vínculo social. Este tema é também explorado por Martins quando fala da “coisificação” do homem.

Quando aborda o tema da organização em cooperativas, Sabourin (2004) constata que esta pode ampliar ou, ao contrário, diminuir as relações de reciprocidade numa comunidade, dependendo de que princípio é mobilizado, se intercâmbio ou reciprocidade. Cita exemplos de várias experiências no mundo, inclusive no Nordeste brasileiro. Em Angola, apresenta um modelo coletivista de cooperativa de produtores de café, que foi rechaçado pelos camponeses e produziu maus resultados por tornar anônimo o ato da produção e o fruto do trabalho de cada um (SABOURIN, 2004). Adicionalmente, Sabourin (2005 a) cita um estudo realizado em assentamentos em Minas Gerais, onde as relações de reciprocidade estão sendo recompostas por atividades coletivas, do tipo mutirão, algo que constatamos como cada vez menos comum nos assentamentos gaúchos.

O antropólogo Eric Wolf foi também herdeiro da idéia de reciprocidade, especialmente com relação à reciprocidade vertical ou assimétrica, onde enfatizou as relações de patronagem, mas trouxe elementos adicionais oriundos de sua adesão à perspectiva marxiana. Procurou, mais do que descrever as sociedades tradicionais, tais como as sociedades camponesas, explicar as causas de mudança e de persistência destas sociedades, diante da sociedade envolvente capitalista¹. Buscava, desta forma, explicações globais, levando em consideração as forças internas e externas às sociedades estudadas.

Wolf diferenciava camponeses de empresários rurais, pois os primeiros não possuíam o intercâmbio econômico como central, mas sim a família. Diferenciava os mercados em rede das relações de troca e redes simbólicas (amigos e parentes), sendo que estas últimas eram vistas como relativamente duradouras, e aquelas, como fugazes. Mesmo concordando com a abordagem chianoviana de unidade camponesa de produção e consumo, o

¹ Por outro lado, Wolf também estudou camponeses na antiga União Soviética, onde, apesar de marxista, concluiu que as propriedades privadas eram mais produtivas que os kolkhozes, estes coletivos (WOLF, 1976)

autor alertou para a dimensão simbólica, e citou o fundo cerimonial do campesinato, onde parte dos excedentes produtivos ou de trabalho é utilizada para atividades cerimoniais, tais como o casamento.

Diferenciando-os também dos povos primitivos, Wolf afirmou que, entre os camponeses, “[...] os excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante constituído pelos que governam [...]” (WOLF, 1976, p. 16). O fundo de manutenção, responsável por suprir as necessidades biológicas e culturais, com a crescente complexificação da sociedade e, conseqüentemente, com a ampliação da divisão social do trabalho “[...] pode se tornar fundo de lucro de outrem.” (WOLF, 1976, p. 23), tendo em vista o concomitante crescimento de relações assimétricas. A relativa autonomia dos camponeses passou a ter que conviver com estas diferentes formas de dominação que influem na organização dos camponeses e geram, por sua vez, diferentes tipos de campesinato.

Tais relações representam interessante chave de análise para compreendermos alguns processos sociais em assentamentos relacionados às religiões e aos movimentos sociais.

Em sua discussão sobre o campesinato, Wolf ressaltou duas características de sua organização social (WOLF, 1976, p. 126):

[...] primeiro, a forte tendência à autonomia das famílias camponesas; segundo, a também forte tendência a formar coalizões numa base maior ou menos instável para objetivos de curto prazo. Entrando numa coalizão, a família não pode perpetuar-se a si própria. Agindo numa coalizão, mostrará uma tendência a subordinar os interesses mais amplos e de longo prazo aos mais estreitos e de curto prazo [...] [de modo que] essa combinação de aspectos tem sido perfeitamente compreendida pelas personalidades políticas modernas, que percebem o poder potencial do campesinato, quando *estimulado* à ação conjunta, ainda que também estão cômnicos de sua inabilidade em manter-se organizados tanto na ação quanto depois dela.

Refere-se aqui a Marx e o “saco de batatas”, ao utilitarismo e aos comentários depreciativos dos proeminentes marxistas (Lênin, Trotsky e Stalin) sobre o que era visto como o “caráter reacionário” do campesinato. Após apontar os equívocos marxistas, tais como o coletivismo forçado na URSS, Wolf fez comentários reveladores (e atuais) sobre a própria relevância de um processo de reforma agrária:

[...] reforma agrária não é panacéia [...] deve caminhar *pari passu* com projetos de industrialização ou outros meios de retirar as pessoas da terra. Dito de outro modo, o cultivo camponês em pequenas propriedades pode ser fortalecido somente pela redução do papel do camponês numa ordem social mais ampla. O que é ganho na estabilidade, dando terra aos camponeses, perde-se nas transformações urbanas e industriais necessárias da sociedade. (WOLF, 1976, p. 127).

A origem desses dogmas é antiga, mas vale a pena recordar, devido ao seu caráter histórico e elucidativo. Em *O 18 Brumario de Luis Bonaparte*, Marx (2001, p. 91-92), definiu seu pensamento sobre o campesinato francês (grifo nosso):

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. **Seu modo de produção os isola uns dos outros**, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um Departamento. A grande massa da nação francesa é assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. **Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em**

que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nesta exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento, quer através de uma Convenção. **Não podem representar-se, têm que ser representados.** Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol e a chuva. A influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra sua expressão final do fato de que o Poder Executivo submete ao seu domínio a sociedade.

Esta antiga ambivalência dos marxistas para com o campesinato parece ainda encontrar eco na vivência política dos assentados quando da também ambivalente defesa do MST de um campesinato idealizado (hoje se opondo à idéia de agricultura familiar), ao passo que critica os seus “vícios”, como o apego à propriedade da terra e à religião.

Diante deste imbróglio, as relações de reciprocidade e todo ambiente de simbolismo que as cercam, qualificadores mesmo da categoria social camponesa, ficam obliterados, deixando um terreno fértil para as conseqüências inesperadas da reforma agrária, tais como a evasão.

Wolf estudou, detalhadamente, os camponeses por todo o mundo, os tipos de família, de herança, as alianças, etc. Uma destas alianças, classificada como uma coalizão multilinear, diádica e horizontal, é típica da América Latina: o compadrio, definido a partir de “[...] laços de amizade entre pessoas do mesmo *status*. [...] garante a troca de bens e serviço entre eles.” (WOLF, 1976, p. 118). Em seus inúmeros estudos sobre o campesinato centro e sul- americano, o autor elaborou alguns conceitos passíveis de utilização.

Em *Tipos de campesinato americano: uma discussão preliminar*, de 1955, Wolf definiu a comunidade corporada como uma criação da colonização espanhola, enquanto resposta a esta estrutura maior. Em suas palavras:

[...] um sistema social demarcado, com limites nítidos, tanto em relação aos de fora como aos de dentro (...) Tem identidade estrutural ao longo do tempo. Vista de fora, a comunidade como um todo realiza uma série de atividades e sustenta certas “representações coletivas”. Vista de dentro, ela define os direitos e deveres de seus membros e prescreve grande parte de seu comportamento. (WOLF, 2003a, p.123-124).

Nestas comunidades, os membros eram co-proprietários de corporações donas de terras, algo semelhante ao feudalismo. Esta estrutura serviu como domínio indireto da Coroa Espanhola para evitar o controle direto dos conquistadores sobre estas populações e possibilitar a imposição do trabalho forçado e da tributação. Estas comunidades se caracterizavam por ocupar terras marginais, não cobiçadas e pouco produtivas e, além disso, utilizavam tecnologias tradicionais, de modo que havia pouca produção e poucas trocas, sendo que estas eram realizadas em pequenas feiras e mercados. Eram estes camponeses, portanto, pobres, vivendo basicamente da subsistência.

A respeito da sua relação com a terra, as comunidades corporadas funcionavam de forma comunal ou privada. Havia, porém, neste caso, um tabu quanto à venda de terra para a gente de fora, ou ainda outras formas de controle interno, tais como o direito ao pastoreio coletivo. O sistema de poder era fortemente ligado à religião, promovendo um nivelamento das diferenças de riqueza e reafirmando, simbolicamente, a integridade de sua estrutura. Outro mecanismo de nivelamento constatado consistia na inveja institucionalizada (mau olhado, feitiçaria), que evitava a ostentação e a desagregação. Contingências externas ou internas podiam resultar em reações econômicas compensatórias, tais como o trabalho assalariado ou o desenvolvimento de alguma especialização com vantagem competitiva². Outro comportamento adotado era a diminuição do consumo para manter a integridade do grupo, lançando mão da auto-exploração, carregada de um

² Aqui, Wolf parece alertar para o fenômeno da pluriatividade, observado também em assentamentos.

simbolismo do tipo “culto à pobreza”. Wolf ressaltou que estes aspectos todos estavam relacionados, de modo que cada um deles afetava o resto.

Na publicação *Comunidades camponesas corporadas fechadas na Mesoamérica e em Java Central*, de 1957, Wolf (2003b) apresentou um estudo comparativo, citando alguns elementos importantes, tais como a jurisdição comunitária da terra, o isolamento das comunidades (com intuito de excluir alternativas culturais), a redistribuição de excedentes e a prioridade dos membros da comunidade na compra da terra. Em *Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexa*, de 1966, Wolf (2003d) explicou que a comunidade corporada na Mesoamérica:

[...] é solidária na relação com forasteiros e solidária contra o exterior; ela mantém um monopólio de recursos - geralmente terra - e defende o direito primordial de quem está dentro contra a competição de fora. Internamente, ela tende a nivelar diferenças, igualando tanto as vantagens quanto os perigos da vida [...]. (WOLF, 2003d, p. 103).

As comunidades abertas foram estudadas nas terras baixas tropicais da América Latina. Lá, Wolf (2003c) encontrou camponeses que vendiam 50 a 75% da sua produção (café, cacau, cana-de-açúcar, etc). O autor definiu a comunidade aberta como aquela composta por várias subculturas, sendo que o campesinato era a mais importante delas. A comunidade aberta foi fruto da demanda externa por produtos tropicais, de modo que enfatizou a interação contínua com o mundo externo, especialmente no requerimento de capital. Ao contrário da comunidade corporada, a aberta permitia e esperava a acumulação.

Muitas destas comunidades foram criadas por imigrantes que trouxeram um novo padrão de consumo e de produção. Wolf (2003d, p. 97) ressaltou que:

[...] nas situações em que a terra e o trabalho se tornam mercadorias, coalizões corporadas (de parentesco) tendem a perder seu monopólio

sobre recursos e pessoal. O indivíduo é, ao invés, “liberado” para entrar em coalizões individuais com objetivo de maximizar seus recursos tanto no campo econômico como no mercado matrimonial.

A transposição do conceito de agricultura familiar para os tipos estudados por Wolf não é tarefa simples, mas entendemos que existem similaridades, tanto com relação à caracterização da comunidade aberta, quanto à comunidade corporada fechada. Procuramos adaptar estes conceitos³, cientes de que não temos como transportá-los integralmente para a nossa discussão, pois foram originalmente desenvolvidos para camponeses da América espanhola, no caso da comunidade corporada. Da mesma forma, a comunidade aberta foi estudada nas terras baixas tropicais, em situação específica, como é o caso das *plantations*, diferentes, obviamente, da realidade de um assentamento no RS.

Wolf nos é útil pela idéia de corporação que traz em seus conceitos, pela ênfase que deu à importância dos laços sociais e pela normatização interna de grupos (cuja intensidade nos impõe um afastamento das noções românticas sobre a pretensa “harmonia” destas comunidades), assim como pelo papel da religião neste processo. Estes elementos são fundamentais na compreensão da evasão de lotes, fenômeno, para nós, resultante da desestruturação das comunidades ou, pelo menos, do enfraquecimento de seus laços ao longo do desenvolvimento dos assentamentos. Além disso, a perspectiva de Wolf enfatizou a relação das comunidades com os mediadores e com o Estado, crucial, no caso de assentamentos. Ele nos auxilia, portanto, na avaliação do impacto das ações do MST, sobre assistência técnica e órgãos de terra nos processos de dominação e na (des)configuração das comunidades em questão.

³ Tal intento também foi realizado por Carvalho (1999), que, estudando assentamentos em várias regiões do país, observou também a aplicabilidade do conceito de comunidade corporada em algumas situações, assim como buscou compreender as novas interações sociais que obstaculizam ou possibilitam a coesão e as identidades sociais e como estas dimensões sociais influenciam no processo de associativismo econômico. Observa, ainda, que as formas de organização no acampamento não se reproduzem necessariamente nos assentamentos.

Mas, para bem utilizarmos a perspectiva de Wolf, cabem algumas ressalvas feitas por Woortmann (1995) às principais perspectivas teóricas do campesinato pelo negligenciamento do parentesco na explicação de sua reprodução social. Ela atribui uma atenção especial a Wolf, cuja perspectiva materialista e ecológico-funcional (para ela, originária da vertente *part-society*) obscureceu o papel do parentesco, enquanto valor social e ordem moral, assim como o valor da terra como patrimônio, isto é, como uma pessoa moral.

A autora define o parentesco (incluindo compadrio, que, para ela, também é parentesco) como um elemento central para a própria formação do corporativismo⁴, discordando de Wolf quando afirma que as comunidades não são necessariamente corporadas por parentesco. Tal crítica não nega, contudo, a ênfase que Wolf atribui às relações externas das comunidades, a patronagem, por exemplo.

Woortmann questiona também se uma comunidade aberta seria mesmo uma comunidade, reclamando aqui, novamente, sobre a falta de referência ao parentesco, o que, para ela, demonstra uma aproximação de Wolf com Polanyi no entendimento de que a reciprocidade entre os camponeses cedeu lugar às trocas de mercado, sem se dar conta de que a reciprocidade ainda é um componente central em sua ética. Woortmann (1995) nos oferece limites à utilização de Wolf, incitando-nos a adotar, como ela sugere, a noção de comunidade corporada (neste caso, não buscamos a sua substancialização, e sim nos ater à idéia de corporação), calcada, fundamentalmente, no parentesco, enquanto espinha dorsal dos processos de reciprocidade dentro dos assentamentos.

A centralidade do parentesco é reforçada por Levi-Strauss (1982) em *Estruturas Elementares do Parentesco*, texto escrito na década de 1950, onde apresenta os princípios fundamentais da construção da cultura a partir do

⁴ Adotei, ao longo do texto, o termo corporação com o mesmo significado.

estágio de natureza, princípios esses assentados, fundamentalmente, na proibição do incesto, enquanto única instituição universal, viabilizadora da troca de mulheres entre os grupos humanos. Troca esta que compõe, de forma central (pois é, por excelência, o presente supremo), um sistema maior de trocas, responsável pelo estabelecimento do vínculo social. Para o autor,

[...] a proibição do incesto tem logicamente em primeiro lugar por finalidade “imobilizar” as mulheres no seio da família, a fim de que a divisão delas, ou a competição em torno delas seja feita no grupo e sob o controle do grupo, e não em regime privado [...] a proibição do uso sexual da filha ou da irmã obriga a dar em casamento a filha ou a irmã a outro homem, e ao mesmo tempo, cria um direito sobre a filha ou a irmã desse outro homem. (1982, p. 85, p. 91).

Para Levi-Strauss, a troca de mulheres representa o arquétipo de todas as outras manifestações com base na reciprocidade, de modo que:

[...] cada relação familiar define um certo conjunto de direitos e de deveres, e a ausência de relação familiar não define nada. Define a hostilidade [...] as regras do parentesco e do casamento não se tornaram necessárias pelo estado de sociedade. São o próprio estado da sociedade. (1982, p. 523, p. 530).

Os estudos de Levi-Strauss foram baseados, fundamentalmente, em sociedades primitivas, mas Woortmann (1995, p. 40) apresenta o complemento necessário ao nosso estudo:

[...] a etnografia e a historiografia por mim examinadas indicam que em todas as formações camponesas ocidentais a reciprocidade entre famílias é um componente central dos valores culturais e expressa sempre relações de parentesco.

Como veremos no capítulo da discussão, o parentesco surgiu nos estudos de caso como elemento central para o entendimento da mobilidade dos assentados.

A perspectiva de Elias contribui com a análise desenvolvida até aqui trazendo-nos uma perspectiva relacional e aconselhando a compreender os

fenômenos sociais sem pensar em substâncias isoladas, a exemplo de indivíduo e sociedade, mas sim a pensar em termos de relações e funções, remetendo-nos à idéia de rede. Neste sentido, as pessoas são concebidas com uma margem de ação, porém numa relação de interdependência.

Nesta perspectiva, *Estabelecidos e outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000), num estudo de comunidade na Inglaterra, apresentaram importantes *insights*, e propuseram revelar propriedades gerais de relações de poder. A palavra *establishment* (estabelecidos) é usada em inglês para se referir a algo como a “boa sociedade”, em oposição a *outsiders*, os que estão fora dela. Os autores demonstraram como pessoas de um bairro operário eram estigmatizadas e hostilizadas por pessoas de outro bairro operário, da mesma etnia e classe social, somente por serem mais novas e, portanto, menos relacionadas, na localidade. Constataram que os mais antigos se sentiam ameaçadas no seu estilo de vida e reagiam com intolerância. Eram movidos por uma necessidade de ampliar a sua auto-estima e o faziam através da inferiorização do outro grupo.

Neste estudo, os autores demonstraram como o grupo estabelecido monopolizava as oportunidades de poder e as utilizava para marginalizar e estigmatizar os outros membros, valendo-se, inclusive, do poderoso mecanismo das fofocas. O elemento chave era uma maior coesão social do grupo mais antigo, em oposição ao grupo mais novo, que tinha laços menos sólidos por conta da recente imigração e do próprio estigma que eles incorporavam. O estudo é apresentado como:

[...] um modelo que indica a impotência com que as pessoas podem cair na cilada de situações de conflito por força de desenvolvimentos específicos, [pois vêem o conflito como um] componente estrutural intrínseco das hierarquias de status em todos os lugares. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.69, p. 83).

Outro *insight* interessante (utilizado nas etnografias) era a pergunta que eles faziam às pessoas, se elas gostavam de onde moravam, sendo as respostas mais negativas aquelas dos *outsiders*. Outra questão diz respeito à intervenção dos autores durante a pesquisa, quando da fundação de um clube na tentativa de integrar as comunidades, que funcionou como um experimento *in situ*.

Dentre alguns aspectos específicos de uma comunidade, apresentados pelos autores, eles fizeram referência a uma rede de relações entre as pessoas e as interdependências que se formam. A comunidade estabelecida apresentava toda uma normatização que garantia o *status* dos seus membros, ao mesmo tempo em que controlava os afetos. Os *outsiders*, por outro lado, apresentavam algo próximo a um estado de anomia⁵. Uma importante lição de Elias se refere à impossibilidade de desenvolvermos um estudo das coisas “ruins” independente de um estudo das coisas “boas”, pois, “[...] corre-se o risco de separar aquilo que se manifesta no conjunto.” (ELIAS; SCOTSON, 2000 p.180).

Apontaram ainda outras importantes idéias para o nosso estudo, a exemplo da noção de anomia, elucidativa para a compreensão dos acampamentos e assentamentos, no caso das comunidades em desagregação ou quando são vistas como *outsiders* nos município em que estão, assim como para observarmos as manifestações internas dos grupos sociais e étnicos. Neste caso, os estabelecidos podem estar convivendo com *outsiders* dentro dos assentamentos, de modo que a evasão poderá ser melhor compreendida através da identificação destes grupos dentro dos assentamentos, inclusive com a observância do papel dos mediadores na potencialização ou contenção de processos de estigmatização.

⁵ Candido (2001, p. 270) também caracterizou um processo anômico em grupos caipiras de São Paulo, exemplificado pelo desinteresse na legalização de casamentos, ocorrência de incesto, diminuição da produtividade e indolência pura e simples.

A idéia de comunidade, extraída desta perspectiva, também nos auxilia a compreender o processo de formação da coesão social, enfocando, neste caso, a normatização e o controle dos afetos internos, o que, na nossa avaliação, vem complementar a abordagem da reciprocidade enquanto possível construtora de valores humanos e de laços sociais.

Constatamos, nos dois assentamentos, uma grande importância da religião na vivência dos assentados, inclusive como forma de revitalização das relações de reciprocidade. Os evangélicos (nos dois casos, representados pela Assembléia de Deus), significam um elemento relevante e novo, de modo que, antes de finalizar este capítulo, optamos por realizar uma breve revisão da idéia de religião para alguns autores importantes na sociologia, acrescida de alguns comentários sobre o pentecostalismo, para que possamos, minimamente, instrumentar a análise do fenômeno religioso nos assentamentos.

Para Durkheim, é o simbolismo que permite a vida social, criando um universo-para-o-homem, acrescentando à sua materialidade uma dimensão delirante e conferindo às coisas “[...] poderes que agem como se fossem reais e determinam a conduta do homem com a mesma necessidade de forças físicas.” (DURKHEIM, 1996 *apud* SANCHIS, 2003, p.43). O contato com o sagrado, esta busca ideal da sociedade, reemerge através do rito, o qual precisa ser ordenado por um aparelho administrador, com crenças, agentes e gestos, conformando uma religião. Esta cria e administra o mundo do sagrado, sinalizando o laço social. Deste modo, para Durkheim, a função da religião é de criar a coesão social necessária para uma vida social sem anomia, enquanto dimensão ética. Mas também proporciona motivação para a vida societariamente coletiva, proporcionada pelo mundo ritual. Isso se deve ao fato de que o sagrado não pode ser posto em discussão, assegurando o consenso lógico e moral de qualquer sociedade.

Conforme Mariz (2003), Weber estudou a racionalidade ocidental moderna, cujas raízes, segundo ele, estariam na religiosidade oriental (cristianismo, zoroastrismo, judaísmo e islamismo), a qual é capaz de formar atitudes e estilos de vida, o *ethos*. Weber via o capitalismo como uma consequência não intencional do protestantismo, que, para ele, criou um *ethos* com afinidade eletiva ao modo de produção capitalista, conformando-se como uma religião menos mágica (pois trabalha com a idéia de predestinação), mais racional e voltada à ética do trabalho. Para Weber, os ricos não se contentavam em serem poderosos e felizes: queriam ser assegurados de que a sua felicidade terrena era a recompensa celeste por sua prática e virtudes, conformando uma idéia de religião como forma de atender às necessidades de grupos ou classes sociais.

Segundo Oliveira (2003), Bourdieu, partindo de Durkheim (mas também de Marx e Weber) falou em poder de consagração para explicar a ação das religiões nas instituições sociais. Para ele, a sua força residia na capacidade de transfigurar as instituições sociais em instituições de origem sobrenatural, efeito este que também se aplicava aos atributos de grupos ou pessoas que passavam a ser considerados como fruto do desígnio ou inscritas na natureza das coisas, transformando o “é” no “dever ser”. Isso era chamado por Bourdieu de alquimia ideológica, pois revestia o produto humano (portanto, uma criação arbitrária e relativa a seu tempo) com o caráter sagrado (inquestionável e perene), onde a religião desempenhava a função simbólica de conferir à ordem social um caráter transcendente e inquestionável, residindo aí a sua eficácia simbólica e a sua função política.

Bourdieu apresentou o conceito de campo religioso como o conjunto das relações que os agentes religiosos mantêm entre si no atendimento às demandas dos leigos, buscando explicar a produção e o consumo de bens religiosos numa sociedade. Fruto da divisão do trabalho, os especialistas religiosos conquistam cada vez mais autonomia, dando a ilusão que a religião

se refere apenas ao sobrenatural. Estes agentes disputam entre si no atendimento da demanda dos leigos, ao mesmo tempo em que os leigos também buscam auto-proteção religiosa ou recorrem a agentes marginalizados, estabelecendo uma tensão dentro do campo. Valendo-se de Weber, Bourdieu intensificou a análise sobre sacerdotes, magos e profetas e elaborou um diagrama explicativo para completar a teoria do campo religioso.

Quanto à religião entre os camponeses, Wolf (1976) ressaltou sua função utilitária e moral para sustentar e equilibrar o ecossistema camponês e a organização social, constituindo um componente da ordem ideológica mais ampla. Para o autor, a religião dos camponeses vivia em equilíbrio tenso com a estrutura religiosa total da sociedade, o qual podia ser rompido em momentos de crise, quando se produziam movimentos protestantes, com sua “[...] fé simplificada em reação à versão oficial superelaborada [...]” (WOLF, 1976, p. 141). Para ele, estes “protestos” freqüentemente se centralizavam no mito de uma ordem social justa do passado e de um retorno a essa ordem no futuro.

No caso em estudo no Rio Grande do Sul, a ascensão evangélica parece se valer, também, de uma certa disposição social dos camponeses ao mesmo tempo em que toma parte no processo maior de pentecostalização⁶ da

⁶ Para Willems (1967 *apud* ROLIM, [1980?]), o pentecostalismo foi um protesto religioso simbólico à sociedade em transformação. A seita pentecostal oferecia aos seus adeptos um modelo de sociedade onde suas aspirações sociais eram preenchidas e onde se abriam caminhos de ascensão social, coisa que não se realizava para eles na sociedade onde viviam. Rolim ([1980?]) por sua vez, traz um elemento novo quando afirma que as migrações contribuíram para o pluralismo religioso, colocando os agentes em situações novas e mais livres do controle institucional da região de origem, fato que facilita a subjetivação de uma religiosidade popular (que, como veremos, entre os camponeses estudados é geralmente católica), a qual se converte cada vez mais em religiões pentecostais. Mariano (2005), valendo-se de dados do IBGE, apresentou a evolução dos evangélicos no Brasil, que saltaram de 9% da população brasileira em 1991 para 15,4% em 2000, perfazendo quase 30 milhões de evangélicos, dos quais, dois terços são pentecostais. Estes crescem nos estratos sociais mais inferiores da população brasileira, no que tange à renda e têm obtido sucesso no recrutamento de adeptos, segundo o autor, pela utilização de propaganda intensiva e realização de cultos com alto teor emocional. Sua receita de cura de

sociedade brasileira, especialmente entre as classes mais empobrecidas. Esta questão se mostrou crucial para compreendermos a ascensão dos pentecostais, que parece se dar, fundamentalmente, pela sua eficácia na contenção do alcoolismo e, conseqüentemente, da violência, tema que será abordado com mais detalhes na discussão geral.

2.2 A sociologia da crítica

Apresentamos neste último item da revisão bibliográfica não uma revisão exaustiva, mas um pequeno panorama para, minimamente, situar o leitor sobre algumas perspectivas e idéias de que este trabalho lançou mão, sem o intuito de esconder as inúmeras hesitações que nos acometeram ao longo deste estudo, algumas das quais não estão, evidentemente, sanadas. Para tal, enfocamos a vertente da sociologia francesa chamada *sociologia da crítica*, de onde extraímos alguns fundamentos epistemológicos, sem abandonar, contudo, as perspectivas apresentadas aqui, tais como a de Bourdieu e a de Elias, que, embora muitas vezes conflitantes, são vistas aqui como passíveis de uma utilização mais pontual, pelo menos da forma como propomos.

Como vimos anteriormente, autores como Levi-Strauss e Bourdieu, embora de diferentes perspectivas, adotam a postura epistemológica do desvelamento, isto é, da idéia de que o sociólogo deve explicitar os reais e ocultos interesses e motivos das ações dos atores sociais, delineando uma

enfermos, milagres e libertação ritual de demônios, típicas de práticas do cristianismo primitivo, tem-se mostrado eficaz, dada à boa adaptação às demandas mágico-religiosas, aos interesses materiais e às idéias de parte dos estratos pobres brasileiros. Discorda, portanto, de que este crescimento seja atribuído à anomia das populações engajadas. Para ele, estas religiões crescem porque sabem explorar os contextos sócioeconômico, político, cultural e religioso onde estão inseridas. Também porque se valem da religiosidade popular e oferecem respostas mágico-religiosas aos problemas decorrentes do agravamento da crise social e ao aumento da violência.

sociologia crítica. Esta postura foi duramente criticada por Boltanski (1990), com a assertiva de que a sociologia crítica conforma o sociólogo que se julga capaz de um esclarecimento superior, onde a verdade é alcançada porque ele assume uma exterioridade, liberando-se dos interesses em luta. Este lugar exterior, junto com o instrumental metodológico, é o laboratório. Fora do laboratório, ele é um ator como os outros. Para manter esta postura no laboratório, ele deve fazer um sacrifício e renunciar à ilusão dos atores para desvelar a realidade. A ilusão aparece aqui como a garantidora da ordem social, na medida que se apresenta como desinteresse.

A sociologia estudou a religião com esta perspectiva para torná-la menos ilusória para o homem moderno (estudos vieram sempre conectados às teorias da modernidade), salvando a moral, necessária para a ordem, e refundando a religião numa perspectiva laica. Para eles, tudo é crença, só o laboratório desvela. Desta forma, o sociólogo reivindica sua autoridade da ciência e sua utilidade social. Porém, ele também pode ser desvelado em suas ilusões, interesses e ideologias. A crítica que se faz é que esta sociologia não foi até o fim e não esclareceu qual a sua posição. Endureceu o recorte, proposto por Weber, entre fatos e valores, mantendo-se, aparentemente, ao abrigo da crítica. Entretanto, a competência para julgar, segundo Boltanski, não é o apanágio dos sociólogos e filósofos.

Boltanski (1990) propôs que a sociologia capte a construção das causas que justificam as ações dos agentes. Para isso, não deve renunciar à assimetria entre o pesquisador e os atores, nem ao laboratório. Pelo contrário, deve adotar uma exterioridade ainda mais elevada. A tarefa do sociólogo, portanto, é “reconstruir da forma mais completa possível, o espaço crítico no interior do qual o negócio se matiza e se joga”. Deve atentar para o discurso, porém, perceber que nem tudo está no discurso e realizar um relatório conclusivo dos relatos. Delineia-se aqui uma nova sociologia, a sociologia *da crítica*.

Em *Jamais fomos modernos*, Latour (1994) realizou uma dura crítica aos pensadores modernos na sua dissociação, para o autor, fictícia, entre discurso político e científico, que inventa o mundo moderno,

[...] um mundo no qual a representação das coisas através do Laboratório encontra-se para sempre dissociada da representação dos cidadãos através do contrato social. (LATOURE, 1994, p. 33).

Isto é, de um lado temos o Leviatã, feito somente de relações sociais; de outro, a Ciência e o laboratório, onde os cientistas traduzem a fala da natureza. E acrescenta que “[...] ninguém é realmente moderno se não aceitar afastar Deus tanto do jogo das leis da natureza quanto das leis da República.” (LATOURE, 1994, p. 38). Tal dicotomia (falsa, segundo o autor) nos permite o ato da crítica, do desvelamento, e o próprio “crescimento científico”. Este afã de criticar, Latour encara como uma “raiva” cuja vacina anti-rábica é apresentada por Boltanski e Thévenot com a sociologia da crítica (LATOURE, 1994, p. 48).

O autor nos alertou para um tempo que não passa, o que quer dizer que os arcaísmos que julgamos superar (o tempo das confusões entre natureza e cultura) rondam nossa existência, de modo que aquelas manifestações tidas como superadas (tais como a reciprocidade, diríamos) passam a ser vistas como algo, não só presente, quanto relevante, e afirma que, na verdade, somos não-modernos. Isto é, não podemos compreender o mundo se dissociamos realmente sociedade e natureza, pois, para ele, os laços sociais não se sustentam sem os objetos. Sendo assim, não há desencantamento nenhum a ser feito, pois não há como purificar a sociedade da natureza e vice-versa. O que há são híbridos, ou quase-objetos, que precisam ser compreendidos na forma de redes.

A sociologia da crítica é apresentada também por Dodier (1993), valendo-se de três obras de Boltanski e Thévenot. Estes autores propõem a

[...] possibilidade de ver as ações humanas como uma série de seqüências onde as pessoas, engajadas em momentos sucessivos, devem viabilizar competências diversas a fim de realizar, de acordo com as circunstâncias, uma adequação à situação presente. (DODIER, 1993, p. 77).

O ponto de partida refere-se às disputas por justiça. Nesta “teoria dos mundos de ação”, os atores apóiam-se em diferentes princípios de justificação para argumentar seus pontos de vista e buscar acordos. Estes princípios formam o que os autores chamaram de “cidades” (um mundo comum relacionado a princípios de justiça), e descrevem seis modelos destas (cidade inspirada, da opinião, cívica, mercantil, industrial e doméstica). E, assim, complementa:

Cada modelo é a transposição de uma obra maior da filosofia política que conseguiu expor com clareza as bases de uma ordem justa e pretendente à universalidade, e engloba os fundamentos dos argumentos que as pessoas geralmente desenvolvem para justificar suas posições nos conflitos (DODIER, 1993, p. 80).

As pessoas são capazes de escolher o tipo de cidade sobre a qual desejam apoiar-se. Alcança-se a paz e a justiça quando todos os seres pertencem ao mesmo mundo (porém, admite-se que há ações por amor que não são justificadas). O modelo propõe uma avaliação das competências de julgar e se engajar em diferentes mundos, o que não se dá sem dor, captadas, via de regra, em seqüências curtas, diferentemente da idéia de *habitus*, onde há uma constância interior das disposições dos agentes, que muda apenas com a mudança dos campos e da cultura, isto é, no longo prazo.

Segundo Dodier (1993), para Levi-Strauss, o agente tem disposições duradouras no plano inconsciente, que convivem com o nível dos motivos aparentes, neste caso, também duráveis. Goffman também vê os atores agindo de forma estratégica, com interesse pessoal disfarçado. Em ambos os casos, há os motivos aparentes e reais, de modo que sempre o horizonte imediato é carente de dignidade teórica, pois o desvelamento é o que importa.

Boltanski e Thévenot não projetam as justificativas das pessoas para um plano de motivos ocultos. A idéia não é situar os agentes dentro de um sistema de relações, mas identificar os recursos mobilizados pelos agentes para julgar e agir, isto é, avaliando de que mundo falam. Com isso, não lançam mão de outras temporalidades (não analisam trajetórias) a não ser aquelas que surgem nos discursos. Assim, o sociólogo é liberado para manter-se atento à sucessão de situações onde ocorrem julgamentos e interpretações dos agentes. A possibilidade de oscilar entre um regime de ação a outro dá conta da incerteza com a qual são confrontadas as pessoas, avaliando-se, também, o custo da passagem de um regime a outro, como que numa pragmática.

Os mundos são povoados por pessoas e objetos e não há hierarquização de procedimentos pelos quais as pessoas fazem referências aos objetos, conforme sugere Latour, pois em cada mundo o seu acesso é mediatizado por diferentes intermediários, opondo-se à clássica idéia de Weber que difere julgamento de fato, resolvido pela ciência, de julgamento de valor, onde não há como resolver no caso de uma contradição. Weber sugeriu que o sociólogo deveria se apoiar em especialistas para julgar os afastamentos em relação a um comportamento racional. Pelo contrário, a sociologia da crítica propõe:

[...] compreender como as pessoas inventam maneiras para traduzir os julgamentos de um regime a outro, e não definir os caminhos reais de acesso aos objetos (DODIER, 1993, p. 95).

Desta forma, as entrevistas devem indagar sobre as razões das ações dos atores, mas não para acessar os motivos internos da ação. Esta perspectiva não propõe a construção de “retratos” dos atores seja pela estatística (definido os atores típicos que se comportam com a média) ou monografias, e não fixa, *a priori*, atributos das pessoas. Prefere considerar as competências utilizadas em cada momento, isto é, elabora uma casuística das combinações entre os mundos revelados pelo estudo das cenas, dos

dispositivos, dos *corpus* dos textos, mais do que no sentido da agregação dos dados na constituição de personagens sociológicos.

A sociologia da crítica segue na esteira da ruptura etnometodológica, proposta por Garfinkel, e recusa-se a crer (como crêem as perspectivas oriundas de Weber e Durkheim) que podemos explicar os motivos dos atores de forma muito diferente do que eles mesmos já dizem. Porém, esta teoria dos mundos de ação difere da etnometodologia por impor um regime de provas e de exigências para julgamento e adequação dos discursos. Por outro lado, a teoria dos mundos é pluralista, isto é, o sociólogo fala de um mundo e oportuniza a fala dos outros.

Neste sentido, o desvelamento, que é, por sinal, um ato de denúncia, nos coloca em um dos mundos, embora não o digamos, à medida que denunciemos outro. Perdemos, assim, a oportunidade de mostrar as tensões que resultam das confrontações entre mundos diferentes. Os pré-julgamentos são aqui considerados como premissas às questões que os pesquisadores endereçam às ações; são guias em direção à realidade, ao contrário do que prega a sociologia crítica.

O enfoque dos mundos nos permite questionar e compreender a fala do MST numa cidade cívica, onde os laços entre as pessoas são mediatizados pela vontade coletiva, cidade esta, que parece se chocar com a cidade doméstica em que vive boa parte dos assentados, representando os valores (ou o projeto dos) camponeses, onde a reciprocidade assume importância fundamental. A assistência técnica, por sua vez, pode estar na cidade de projeto, colocando na centralidade as injunções do espaço de mediação, o confronto das diferentes linguagens, cuja tradução é realizada pelo mediador (como veremos no item da discussão), mas, ao mesmo tempo, na cidade cívica, para o caso daquela relacionada diretamente com o MST.

Estes fatos nos permitem observar, portanto, como os discursos se valem de diferentes cidades para possibilitar os acordos possíveis que são construídos pelo trânsito entre os mundos, a exemplo da tentativa dos assentados de construir a paz nos assentamentos. Ou o rito de passagem pelo acampamento por parte dos parentes que querem ingressar nos assentamentos, a aceitação dos grupos de crédito e dos projetos técnicos, ou mesmo na escolha do representante do MST no assentamento, como veremos nos estudos de caso.

Ainda nas cidades, esta abordagem nos compele e nos instrumenta na compreensão de alguns movimentos relativamente novos, pelo menos em sua intensidade, e que assumem um papel cada vez mais relevante nos assentamentos, como é o caso da pentecostalização dos assentados e um concomitante afastamento do MST. Está sendo gestada uma nova cidade? Ou esta aproximação é um caminho eficiente para a recomposição da cidade doméstica? Ou ainda, a evasão ou a ida para a cidade, propriamente, nos indicaria a crescente importância de novas cidades no panorama simbólico dos assentados?

Concluimos este item posicionando-nos com relação às diversas perspectivas apresentadas até aqui. Desconfiando da suficiência do desvelamento para a compreensão dos fenômenos sociais, tais como a rotatividade e a evasão, procuramos nos valer das contribuições propostas pela sociologia da crítica, pois parece salutar não desconsiderar a veracidade dos discursos dos agentes, assim como nos dar conta das diferentes “cidades” e suas implicações nas ações humanas, e também da *nossa* cidade, evitando o perigo que tal desconsideração enseja.

Não deixamos de lançar mão de outras perspectivas, ainda que de forma complementar, tais como a perspectiva relacional de Elias e a sociologia crítica de Bourdieu, assim como, de forma ainda mais pontual, dos outros

autores relacionados no texto. Paralelamente, procuramos tornar operacional o conceito de reciprocidade, assim como trabalham Temple, Sabourin e Caillé, respeitando, contudo, as diferenças epistemológicas entre os diversos autores, as quais procuramos, na medida do possível, explicitar ao longo do trabalho. Em outras palavras, não se trata de uma filiação irrestrita a nenhuma escola de pensamento; mas, sim, de uma tentativa de nos valer de aspectos de várias teorias para dar conta dos fenômenos em estudo.

Em suma, a noção de reciprocidade, com ênfase no parentesco, nos permite compreender as estratégias de produção e reprodução de valores humanos com vistas ao estabelecimento de laços sociais, gerando um sentimento de pertencimento e uma crescente corporação, que, somadas aos mecanismos de controle interno, como verificamos em Elias e Wolf, conformam a própria idéia de comunidade, vista aqui como mantenedora dos assentados no campo.

Por outro lado, as relações de reciprocidade assimétricas como aquelas estabelecidas com os fazendeiros, os líderes religiosos, a assistência técnica, os órgãos de terra e o MST, assim como as rixas internas (em alguns casos, representando uma reciprocidade negativa) nos permitem compreender a gestão dos conflitos e a tendência à desagregação que muitos assentamentos são acometidos, processo este potencializado pelas carências materiais a que são submetidos os assentados. Estas situações têm o poder de acelerar a evasão de lotes num ambiente dominado simbolicamente pelo mundo urbano. Como veremos nos dois estudos de caso, os assentados lançaram mão de outras estratégias de reconstrução da paz e de comunidades além das tradicionais relacionadas ao parentesco e compadrio, fundamentalmente, o ingresso na Assembléia de Deus, uma igreja pentecostal, e relações de vizinhança com a comunidade circundante, buscando ampliar o exercício da reciprocidade entre seus membros.

3 DISCUSSÃO GERAL

Apresentamos, neste capítulo, alguns fatores da evasão, especialmente, em sua dimensão material e, a seguir, os estudos de caso.

3.1 Os fatores da evasão

Inicialmente, nove das 16 variáveis foram correlacionadas estatisticamente com o percentual de evasão de cada assentamento (Tabela 1). Todas elas apresentaram fraca correlação com a evasão. Outras cinco variáveis, a região, o ano de criação dos assentamentos, o executor (INCRA, GRAC ou compartilhados), o tipo de público (atingidos por barragens, ocupantes de áreas indígenas e sem-terra), e o tipo de assistência técnica (COPTec ou EMATER¹) foram quantificadas e avaliadas, não havendo, neste caso, necessidade da correlação estatística. A seguir, dividindo a análise por grande tema, comentamos as 14 variáveis testadas, pois, as duas últimas - a religião e o estado civil -, foram obtidas *in loco* nos estudos de caso, sendo quantificadas e discutidas levando em consideração somente estes dois casos, visto que não dispúnhamos destas informações, a nível secundário, para os assentamentos.

Tabela 1. Correlação de nove variáveis analisadas com a % de evasão

variáveis	correlação
Dias para recebimento do crédito apoio	0,011
Dias para recebimento do crédito materiais de construção	-0,032
Dias para recebimento do PRONAF A	0,024
% lotes sem luz	-0,086
% lotes sem moradia	0,113
% lotes sem água	0,149
% da estrada interna projetada que não foi executada	0,021
% das estradas externas em má condição	0,076
% classes de capacidade de uso do solo I a IV	-0,012

Fonte: elaborada pelo autor

¹ Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural, entidade de direito privado, porém, historicamente dependente do Estado para o pagamento da sua folha, o que a torna, na prática, quase uma empresa pública.

a) Assistência técnica

Os assentamentos são acompanhados no Rio Grande do Sul, basicamente, por técnicos de duas prestadoras de serviços que atuam em assentamentos há muitos anos, a EMATER e a COPTec. Comparando-as, observa-se que o percentual de evasão é praticamente o mesmo, o que não nos autoriza dizer que não há influência da assistência técnica na evasão, mas que, pelo menos, neste quesito, há similaridades entre as duas prestadoras. Ambas disputam o espaço de mediação em assentamentos, sendo que é a COPTec a prestadora nos dois assentamentos estudados.

A assistência técnica tem importância fundamental na viabilização financeira dos assentados, pois recursos mal aplicados nos anos iniciais são garantia de grandes dívidas e dificuldades futuras. Além disso, programas de capacitação profissional devem estar inseridos adequadamente neste processo para que tenham êxito. Porém, a influência da assistência técnica não se restringe à viabilização financeira, pois a mesma acaba intervindo em outros aspectos da vida do assentado, tais como os políticos, os culturais e os organizacionais. A COPTec, por estar intimamente ligada ao MST, apresenta uma influência notável entre os assentados, o que será discutido posteriormente.

Há uma intensa reclamação a respeito da assistência técnica nos dois assentamentos atendidos pela COPTec, desde o segundo ano, pois ela é tida, por muitos assentados, como péssima ou inexistente. Não se trata de realizar uma crítica pura e simples desta prestadora, e sim de reproduzir um sentimento que é de grande parte dos agricultores. Ademais, estamos cientes de que o INCRA tem participação nisto, pois, historicamente, não propiciou à assistência técnica as condições necessárias para a consecução dos serviços a que foram contratados. Nos últimos anos, não foram poucos os momentos em que se cancelou o pagamento dos técnicos sem que os mesmos

paralisassem seus trabalhos, o que, evidentemente, prejudicou o bom andamento das ações. Contudo, isto não significa isentá-la de responsabilidade neste processo.

Observamos, nos estudos de caso, que os problemas relacionados à assistência técnica estavam associados a um acúmulo de safras perdidas, haja vista que é temerário produzir grãos de sequeiro na Fronteira Oeste, além de frustrações com relação à falta de linha de leite e de possibilidades concretas de comercialização. Neste sentido, projetos mal formulados provocaram conseqüências perversas na vida dos assentados. O primeiro projeto do PROCERA, feito em 1997, através de dois técnicos particulares credenciados pelo INCRA, representou o investimento inicial mais importante, mas foi praticamente perdido. Através deste projeto, foram adquiridas vacas leiteiras da raça holandesa, que, com a falta de estrada, luz e boas pastagens, redundou em fracasso, de modo que os assentados ficaram impossibilitados de desenvolver esta linha de produção.

Este ambiente hostil impeliu-os à agricultura de subsistência, associada à pecuária e ao arrendamento, o que parece ter contribuído para a ampliação da rotatividade. Somente no verão de 2005, foi implantada a coleta de leite, através da cooperativa regional do MST, gerando novo ânimo no assentamento.

Os créditos para a estruturação inicial e para a produção agrícola são historicamente insuficientes, atrasam e, por vezes, são mal aplicados, seja por projetos inadequados, seja por falta de adaptação do assentado à nova condição ambiental e gerencial. Geralmente, observa-se uma escassa sincronia na liberação dos créditos (do INCRA e do Estado) e, em muitos casos, os assentados não recebem recursos por falhas no gerenciamento do processo, o que parece estimular a evasão. De um modo geral, os

assentamentos gaúchos dispõem do PRONAF A, do RS RURAL² e dos recursos de instalação do INCRA (para alimentação, moradia e utensílios domésticos), embora muitos assentados também tenham recebido recursos de outras fontes.

Por outro lado, o crédito pode apresentar também um efeito inverso, qual seja, facilitar a evasão, na medida em que, com a evasão de mulheres, e os conseqüentes efeitos identificados por Bourdieu (2000) nos homens, estes podem estar sendo levados a adotar estratégias de ampliação do capital financeiro para disputá-las num mercado matrimonial cada vez mais unificado, malgrado o déficit no capital simbólico relacionado, muitas vezes, a um acúmulo de “inferioridades”, a exemplo da sua condição de “brasileiro”³ e de assentado⁴. São comuns as afirmativas de que os assentados aguardam o recebimento do crédito para evadir, mas isso não nos autoriza dizer que o acesso ao crédito seja fator de evasão, mesmo ponderando a argumentação acima apresentada, a não ser para aqueles que utilizam a reforma agrária como forma de capitalização para outras atividades, o que não foi constatado neste estudo.

Rezende (1999) realizou um estudo sobre o PROCERA, onde constatou uma forte expectativa por parte dos assentados em não pagar as dívidas, especialmente quando o crédito era coletivo, concluindo pela ineficácia deste programa. Os recursos acabavam sendo utilizados, em grande medida, para a compra de bens de consumo, sem a ampliação da produção e da produtividade. Além disso, também não havia fiscalização, mecanismos de controle e punição e assistência técnica adequada.

² programa de desenvolvimento rural do Estado com recursos do Banco Mundial, com vigência de 1997 a 2005

³ “Brasileiros” é como são reconhecidos os descendentes de índios e brancos, os caboclos, especialmente por parte dos descendentes de italianos e alemães. Neste caso, há uma evidente alusão a sua propensa inferioridade.

⁴ Branco (2003) discute a identidade de jovens num assentamento em São Paulo, demonstrando o estigma de sem-terra que acomete os jovens assentados, assim como a ambivalência destes com relação a sedução da cidade e o trabalho rural.

O autor apontou que os altos subsídios só agravaram este processo, pois não encaminharam os assentados para a sua emancipação, concluindo que “o PROCERA é uma contradição em termos” (REZENDE, 1999, p. 24).

A seguir, apresentamos as variáveis correspondentes às linhas de crédito, analisadas em sua correlação com a evasão.

b) Crédito instalação – modalidade “apoio”

Através dos dados constantes no SIPRA e, quando não havia, dos próprios processos e cadastros de cada assentamento, avaliamos o tempo em número de dias, desde a criação do assentamento até o recebimento do primeiro recurso, denominado de crédito de instalação – modalidade apoio (antigamente chamado de fomento). Constatamos uma variação de 0 a 1.458 dias, onde, no primeiro caso, os assentados receberam no dia ou até antes da data de criação do assentamento (na hipótese de algum pequeno atraso na criação oficial do assentamento). Estas informações foram utilizadas com a ressalva de que, em praticamente todos os casos, quando o assentamento é oficialmente criado, as famílias já estão ocupando o local, fato que impõe cuidados quanto ao uso destas informações, pois uma família que recebeu “rapidamente” o recurso, na verdade, pode esconder um longo tempo de espera, mesmo antes da oficialização do assentamento.

De qualquer modo, caso optássemos pela data real de ocupação da área, teríamos que obtê-la *in loco* para cada assentamento, o que se mostrou inviável. Uma última ressalva diz respeito aos assentamentos de atingidos por barragens e de ocupantes de áreas indígenas, que somam 20 assentamentos em nossa amostra. Estes assentamentos não foram contemplados nem com o apoio e nem com o crédito de instalação – modalidade materiais de construção (linha discutida a seguir), pois receberam indenização prévia. Na forma de exceção, estes assentamentos possuem alguns beneficiários, originalmente

sem-terra onde habitavam ou que não tinham benfeitoria, de modo que acabaram recebendo estas linhas de crédito.

A falta de correlação com a evasão pode ser explicada pelo fato de que os assentados ainda estariam, num primeiro momento, apostando na chegada dos principais recursos, especialmente aqueles específicos para a produção (o PROCERA, até 1998, e, a partir daí, o PRONAF A) e para a infraestrutura básica. Ademais, a vivência no acampamento e o sofrimento que isto implica ainda estão bastante presentes em suas vidas, de modo que o atraso deste primeiro recurso se mostra insuficiente para estimular a evasão.

c) Crédito Instalação – modalidade “materiais de construção”

O recurso disponibilizado pelo INCRA (e, também, pelo antigo GRA - Gabinete da Reforma Agrária) para a construção das moradias é historicamente insuficiente. No INCRA, o valor disponibilizado variou de, aproximadamente, R\$ 1.400,00, em 1994, a R\$ 3.000,00, em 2002. É sabido que uma moradia simples custa bem mais do que os valores citados, o que levou o INCRA, a partir de 1999, a buscar parcerias com outras instituições para complementar os recursos, o que, na maioria dos casos, acabou implicando em mais atrasos.

Há uma variação anual na composição dos recursos, conformando diversas combinações ao longo do tempo, as quais são chamadas de ciclos. O 1º ciclo se refere aos assentamentos do INCRA que receberam somente recursos do Estado (R\$ 2.500,00 do RS RURAL e R\$ 2.100,00 do FUNTERRA⁵) e assentamentos do Estado que receberam complemento do INCRA (de R\$ 2.500,00 ou R\$ 3.000,00, dependendo da época), além dos valores citados. O 2º ciclo contou com R\$ 2.500,00 do INCRA e R\$ 2.600,00 do RS RURAL, sendo que muitos assentamentos ainda não têm casa por

⁵ Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul

conta de problemas na operacionalização das ações. O 3º ciclo contou com R\$ 3.000,00 do INCRA e R\$ 2.600,00 do RS RURAL, sendo que o 4º ciclo (R\$ 5.000,00 do INCRA, R\$ 1.800,00 do RS RURAL e R\$ 1.000,00 do GRAC) já não contempla as datas trabalhadas aqui, pois se refere ao ano de 2004.

Não dispomos de dados do RS RURAL e do FUNTERRA organizados por assentamento, de modo que nos valem somente dos dados do INCRA, o que não se configurou um empecilho, pois se trata do recurso mais importante para habitação. Os dados foram coletados da mesma forma que os anteriores, sendo que o tempo variou de 0 a 1.971 dias da criação do assentamento até o recebimento do crédito. Neste caso, da mesma forma que no crédito apoio, ressaltam-se as possíveis distorções relacionadas ao tempo real de estadia das famílias na área e a data de criação do assentamento.

De qualquer modo, a baixa correlação com o tempo, medido pelo número de dias desde a criação do assentamento até o recebimento dos recursos, parece se explicar também pela ponderação, por parte dos assentados, de que existem outras linhas de crédito a acessar. Devemos levar em consideração, também, que estas famílias, após anos de acampamento, acabam suportando mais algum tempo “acampadas”, agora na área definitiva, isto é, residindo em moradias bastante precárias. Ou ainda, como os recursos disponibilizados são escassos, talvez a mudança de situação (isto é, entre “ter” e “não ter” uma moradia) não seja abrupta o suficiente para provocar um desestímulo (e, conseqüentemente, a evasão) para aquele que espera a moradia.

d) PRONAF A

Uma parcela dos assentamentos acessou a linha de crédito PROCERA, anterior ao PRONAF A. Para estes, só dispomos do ano de aquisição do crédito, o que inviabilizou a utilização desta informação. Nossa

análise se restringiu aos assentamentos que adquiriram PRONAF A, embora não dispuséssemos de informações para todos os assentamentos. Da mesma forma que nas outras linhas de crédito, analisamos o tempo transcorrido da criação do assentamento até a aquisição do crédito, que variou de 16 a 985 dias. O PRONAF A representa o principal recurso financeiro aplicado em assentamentos, sendo responsável pela estruturação do lote e produção agropecuária. A correlação com a evasão também foi praticamente inexistente, seguindo a tendência apontada e discutida anteriormente.

Para a correta implantação de um assentamento, a infra-estrutura, representada por moradia, estrada, transporte coletivo, luz elétrica e água potável, deve estar pronta rapidamente, até porque, muito antes disso ocorrer, os assentados ocupam o local, pois, como não há terra o suficiente para todos os acampados, ocorre uma disputa acirrada pelas já adquiridas. Na prática, o assentado espera alguns anos até obter sua casa, além de um acesso adequado ao lote, indispensável para comercialização, assim como o conforto mínimo representado pela água e pela luz. Isto é necessário para a viabilização econômica dos agricultores, por exemplo, para a produção de leite, quando é necessária energia para o funcionamento de resfriadores e água potável para a limpeza dos equipamentos.

A necessidade de infra-estrutura é conhecida e razoavelmente quantificada pelos órgãos de terra para cada assentamento, existindo, no Estado, um passivo considerável a ser sanado com relação à infra-estrutura, especialmente estrada e captação de água. Por último, como vimos na revisão bibliográfica, frisamos que estas variáveis são muitas vezes tidas como as mais importantes na explicação da evasão, o que não foi confirmado pela nossa análise, como veremos a seguir, para cada variável.

e) Percentual de lotes sem casa

Os percentuais de lotes sem casa foram obtidos através de dois levantamentos, realizados no primeiro semestre de 2003 pelo INCRA e pelo GRAC, se referindo, praticamente, à situação de 2002, mas representando também a situação de 2004, pois foram quase inexistentes os investimentos em assentamentos no ano de 2003, tanto do INCRA, como do Estado. Os números variaram de 0 a 100%. Os supervisores de projeto do INCRA e do GRAC identificaram o número de lotes por assentamento que não dispunham de casa e, com isso, calculamos o percentual de lotes sem casa.

Aqui também não encontramos correlação com a evasão, possivelmente, pelos motivos apontados no item referente ao crédito instalação. De alguma forma, as pessoas vão construindo moradias, mesmo que precárias, e se adaptando a uma situação adversa. Muitos assentados construíram galpões com recursos produtivos e acabaram residindo neles por um longo período, o que parece ter, de certa forma, amenizado a desistência por falta de moradias. Porém, é aqui, juntamente com o percentual de lotes sem água, que encontramos as maiores correlações com a evasão, embora ainda fracas.

f) Percentual de lotes sem luz

Estes dados foram obtidos pelos mesmos diagnósticos referidos acima e apresentaram também uma baixa correlação com a evasão, possivelmente pelos mesmos motivos relacionados acima. Os números também variaram de 0 a 100%. Os assentados ou suportam viver durante anos sem luz elétrica, ou acabam fazendo ligações provisórias e precárias. Muitas vezes, a falta de luz impede a comercialização de leite e as famílias retrocedem a linhas de produção menos rentáveis, tais como gado de corte,

mantendo-se quase no nível da subsistência. Num processo de resistência, diríamos.

g) Percentual de lotes sem água

Os dados foram obtidos das mesmas fontes e os números também variaram de 0 a 100%. Repetimos aqui a explicação já referida, pois parece haver uma capacidade de adaptação às adversidades por parte dos assentados. Um lote sem água deve significar que a família adquire água em local próximo (um rio, ou poço de vizinho, ou fonte), isto é, de alguma forma consegue, mesmo que de forma precária, ir sobrevivendo à espera de algum “recurso” para a construção de um poço artesiano, por exemplo. Como foi dito acima, foi esta variável, juntamente com o percentual de lotes sem casa, que apresentou a maior correlação com a evasão, embora também muito fraca.

h) Percentual estrada interna não executada

O diagnóstico, citado acima, que forneceu os dados, apresenta o número de quilômetros de estrada interna dos assentamentos que precisa ser construído ou reformado. Calculamos o percentual do projeto da estrada que não foi executada, na medida que o número absoluto não nos diz muito, pois os assentamentos são muito diferentes no seu tamanho. Estes dados apresentam restrições em captar a situação real das estradas, visto que a mesma tende a ser variável ao longo do tempo. O grau de dificuldade em trafegar numa estrada é variável ao longo do ano e pode responder bastante a um reparo eventual (por exemplo, por uma ação pontual da Prefeitura ou mesmo do órgão de terra). Até a própria definição do que seja uma estrada pode representar alguma divergência.

Em outras palavras, os números coletados representam não só uma interpretação do coletor como, também, um momento específico da situação

da estrada, o que pode não corresponder à sua trafegabilidade ao longo da existência do assentamento. Adicionalmente, uma estrada não executada de x km pode representar, na verdade, uma falta de uma ponte, por exemplo, e neste caso, o número de km pode não representar muito.

Além disso, parece lícito supor que os órgãos de terra, quando se envolvem com estradas num assentamento, as constroem, isto é, executam obras definitivas, embora sujeitas a reparos anuais, que podem não ocorrer. Mesmo assim, entendemos que há confiabilidade nos dados, na medida em que representam uma situação que tende à média, pelo menos numa avaliação mais qualitativa. Aqui, também, não encontramos correlação com a evasão, o que é explicado pelos mesmos motivos apontados acima, quais sejam, as condições precárias a que são submetidos os assentados parecem os empurrá-los para uma situação de subsistência, que, mesmo sendo uma situação indesejável, os torna, por sua vez, menos dependentes de estradas.

Contudo, como veremos no assentamento Santo Ângelo, alguns problemas pontuais de estradas, muitas vezes não detectados pelos dados secundários, podem trazer luz a este debate.

i) Percentual de estrada externa em má condição

Esta variável, também obtida nos diagnósticos citados, não apresentou correlação com a evasão e tanto os motivos quanto a variação são os mesmos relatados no item anterior. Neste caso, parece que ficamos mais à mercê da avaliação de cada coletor da informação. Uma estrada julgada como boa pode ser inviável de trafegar devido à falta de uma ponte, por exemplo. Para esta possibilidade, assumimos que há uma forte correlação entre uma estrada boa e a existência de uma ponte. Isto significa que, mesmo com estas ressalvas, entendemos que o percentual de estrada em má condição nos possibilita realizar as comparações em questão.

j) Executor do assentamento

Os assentamentos federais apresentam uma evasão um pouco superior aos assentamentos executados pelo Estado, sendo que os assentamentos compartilhados apresentam uma situação intermediária. Como as políticas para assentamentos são historicamente muito imbricadas entre o INCRA e o órgão estadual, tal diferença deve se dar pelo maior percentual de assentamentos novos na amostra do Estado, ou mesmo por uma menor eficiência no seu controle das informações, haja vista o pouco tempo de existência e as dificuldades gerenciais deste órgão de terras⁶. Não se quer dizer com isso que não haja problemas no INCRA, mas que o órgão estadual, por sua juventude, enfrentou mais problemas de organização. Os dados estaduais devem estar um pouco subestimados, de modo que não vemos necessidade de prospecção de razões adicionais para explicar esta diferença.

Tabela 2. A evasão dos assentamentos do Rio Grande do Sul para cada executor

Tipo	Nº			% Evasão
	Nº PAs	Famílias	Nº Evadidos	
Estadual	62	2011	366	18,20
Federal	104	4484	1074	23,95
Compartilhado	27	892	188	21,08
Total	193	7387	1628	22,04

Fonte: elaborado pelo autor

obs: os estaduais e compartilhados são mais novos (1999 a 2002)

l) Ano de implantação do assentamento

Como a evasão é cumulativa, qual seja, a cada ano o número pode aumentar, pois ela não se dá somente num momento e sim ao longo de muitos anos, é esperado que os assentamentos mais antigos apresentem uma evasão maior até um certo limite, onde, em média, parece haver um arrefecimento das

⁶ Um pequeno departamento de cadastro e cartografia da Secretaria da Agricultura e Abastecimento transformou-se no Departamento de Reforma Agrária - DRA, em 1999, o qual se converteu, em 2001, numa Secretaria Extraordinária - o Gabinete da Reforma Agrária, bastante mais equipada e com mais de uma centena de pessoas trabalhando; porém, com sérias deficiências de gestão.

taxas de evasão, como demonstram os dados referentes aos anos de 1996 e 1997. Estes dados apresentam uma tendência à estabilização da taxa de evasão total a, aproximadamente, 30%, em média, o que significa um valor maior na metade sul. As menores evasões de 1994 e 1995 podem ser devido à perda de dados, visto que o SIPRA estava iniciando o seu funcionamento. Todavia, representaram poucos assentamentos, cinco a cada ano. Não encontramos outra explicação para a ocorrência desta menor evasão nesses anos.

Os assentamentos criados no ano de 1999 apresentam uma evasão bem mais baixa, explicada por um significativo percentual de assentamentos no norte do Estado (região com menor evasão, como veremos), associado à presença de um grande assentamento em Manoel Viana, que, apesar de estar na fronteira oeste, apresenta uma baixa evasão por motivos desconhecidos. Não detectamos nenhum outro motivo para explicar esta diferença na evasão de 1999. Os assentamentos do ano de 2002 apresentam uma menor evasão, possivelmente pelo pouco tempo decorrido para avaliação, o que demonstra que a evasão vai ocorrendo aos poucos. Observações recentes de acompanhamento dos assentamentos no INCRA-RS vão no sentido de confirmar que a evasão segue num ritmo acelerado nos assentamentos novos.

Tabela 3. A evasão e o ano de criação dos assentamentos.

Ano de criação	Nº. PAs	Nº. Fam	Nº. Evadidos	% Evasão
1994	5	311	51	16,40
1995	5	371	75	20,22
1996	23	842	243	28,86
1997	32	1125	376	33,42
1998	12	852	216	25,35
1999	18	819	99	12,09
2000	31	896	193	21,54
2001	50	1696	335	19,75
2002	17	475	40	8,42
total	193	7387	1628	22,04

Fonte: elaborado pelo autor.

m) Qualidade dos solos

A qualidade dos solos e o valor da terra são medidos de forma expedita pelo INCRA, através da metodologia das classes de capacidade de uso⁷, as quais variam de I a VIII, sendo que, quanto mais cresce a classe, menor é a qualidade e, conseqüentemente, o seu valor. A tendência geral é o órgão comprar as terras de menor valor (mas com uma qualidade mínima) ou desapropriar as áreas improdutivas, cujas terras possuem, via de regra, qualidade inferior. Terras de pior qualidade dificultam o cultivo, seja porque são menos produtivas ou por apresentarem maior possibilidade de erosão.

Este é o caso de boa parte dos assentamentos, especialmente na metade sul do Rio Grande do Sul. Embora Martins (2000 a, p. 35) alerte para o tecnicismo dos funcionários governamentais na escolha de áreas com solos de baixa qualidade (o que poderia estar ocasionando evasão de lotes), no caso do Rio Grande do Sul, o que há, preponderantemente, é uma impossibilidade técnica e financeira para adquirir áreas melhores, pelo menos nos últimos anos.

As classes de capacidade de uso I, II, III e IV são as disponíveis para o cultivo de grãos, historicamente, o principal meio de vida dos agricultores familiares. As classes V, VI, VII e VIII apresentam crescentes impedimentos ao cultivo, sendo que, para a classe VIII, é obrigatória (o que não quer dizer que seja obedecida) a preservação permanente. Estas informações foram coletadas no INCRA e no GRAC, nos laudos agronômicos e nos mapas de solos dos assentamentos, quando existentes. Admite-se aqui que estas classes se distribuem de forma uniforme nos lotes, pois não dispomos de dados por lote.

⁷ Ver Lepsch (1983).

Eventuais discrepâncias são amenizadas nos assentamentos antigos (até 1999), pela prática corriqueira de condenação de lotes, onde, no caso de lotes muito ruins (banhados ou áreas muito íngremes, ou até lotes de acesso inviável na época), o INCRA elaborava um laudo específico e condenava o lote. Nesses casos, os assentados eram realocados em outros lotes (muitas vezes em outros assentamentos), o que não foi contabilizado como evasão.

Solos que, eventualmente, foram classificados como classe I, nós optamos por incluí-los como classe II, o que permite uma melhor comparação com as classificações efetuadas pelos técnicos do GRA, em todos os assentamentos realizados a partir de 2000, quando é adotada a metodologia de divisão racional de lotes (KLAMT *et al*, 2002), a qual reduz praticamente a zero, a possibilidade de encontrarmos lotes a condenar. De qualquer modo, a variável testada foi o agrupamento dos solos da classe I a IV, apresentado na forma de percentual, posto que representam os solos onde é possível (ou recomendável) o cultivo de grãos, base da sobrevivência da agricultura familiar gaúcha. Estas são as terras mais valiosas e é o percentual delas o fator mais importante para a divisão racional de lotes e para a própria aquisição de terras.

A fraca correlação da qualidade dos solos com a evasão deve ser explicada pelas matrizes produtivas cada vez mais adotadas pelos assentados, em especial o gado de corte e o gado de leite, onde a participação dos grãos acaba assumindo menor importância. Isto significa que possuir solos de lavoura passa, aos poucos, a não se constituir num importante diferencial para a renda ou para a sobrevivência do assentado. Poderíamos especular, inclusive, que, no caso da metade sul, onde são freqüentes as secas e as frustrações de safra, os agricultores que priorizaram o investimento em grãos (o que efetivamente ocorreu no início, fruto de um comportamento atávico dos agricultores, oriundos, em grande parte, do norte do RS, além da falta de assessoria técnica) podem ter sofrido uma descapitalização maior do que aqueles que optaram pelo gado, talvez por disporem de terras “piores”.

Ainda assim, é razoável estimar que quanto pior o solo, do ponto de vista das classes de capacidade de uso, maior serão as dificuldades para a viabilização dos assentamentos e maior a evasão, até porque solos de lavouras (classes I a IV), se comparados com os solos de classes maiores, podem ser utilizados com algumas vantagens, com a pecuária leiteira (exceto no caso de áreas muito úmidas e sem um trabalho adicional de drenagem). É visível que as terras de lavoura, quando estão em áreas altas e secas, são mais prezadas pelos agricultores; porém, este fato não parece se configurar como um forte elemento de estímulo ou desestímulo à evasão.

Há aqui um elemento complicador. As terras de arroz (classificadas como II ou III, se sistematizadas) são um reconhecido empecilho para a agricultura familiar, pelo menos num primeiro momento, onde há um menor acúmulo de capital, o qual é necessário, em grande monta, para a produção orizícola. Ademais, as áreas de várzea dificultam o acesso e a própria moradia das famílias devido ao excesso de umidade. De um modo geral, os agricultores não querem lotes com várzeas e procuram (como inclusive foi constatado no estudo de caso desta pesquisa) se desfazer desses lotes. Assim, uma aparente boa situação, evidenciada pelas classes II a IV, pode estar mascarando uma situação de dificuldades, graças à presença de terras baixas.

Nos dois estudos de caso, em Santana do Livramento, observamos um solo bastante arenoso, que, embora com um relevo favorável, possui baixa fertilidade. Com uma razoável presença de áreas de arroz, estes solos, de um modo geral, apresentam alguns problemas para o seu cultivo, quando comparados com os solos do norte do Estado. Este fato tende a ser um desestímulo aos assentados, mas não no nível observado na região de Bagé, cujos solos, embora mais férteis, são bem mais problemáticos com relação a seu manejo.

n) Tipo de público

Os assentamentos gaúchos apresentam três públicos diferentes: os sem-terra (quase todos, pelo menos inicialmente, ligados ao MST), os atingidos por barragens (praticamente todos ligados ao Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB) e os ocupantes de áreas indígenas. São representativas do senso comum as afirmações de que os sem-terra evadem mais e que isso ocorre porque eles, na verdade, não seriam agricultores, o que, evidentemente, não deveria ocorrer entre os atingidos por barragens e os ocupantes de áreas indígenas, que possuem uma reconhecida tradição na agricultura⁸.

Entretanto, a evasão dos assentamentos formados por estes dois públicos, num total de 19 na Região Norte e um na Fronteira Oeste, demonstra uma coincidência com a evasão média do norte do Estado, onde a maioria dos assentamentos é composta por sem-terra. Este fato é especialmente significativo, pois os assentamentos de atingidos por barragens e de ocupantes de áreas indígenas foram todos realizados a partir do ano 2000 e deveriam, por sua menor idade, ter evasões menores. Isto demonstra, em primeiro lugar, que o efeito da região prepondera, como abordaremos a seguir. Em segundo lugar, que a pretensa não aptidão dos sem-terra ao trabalho agrícola não se confirma, pelo menos no que tange à evasão enquanto indicador deste fato.

o) Evasão e Região

A última variável testada com os dados secundários foi a região. Os números de evasão se mostraram díspares quando os comparamos por região, como vemos na Tabela 4 (principais municípios) e na Tabela 5 (evasão por região). Um primeiro comentário a ser feito diz respeito ao público assentado na sua relação com a região. Afora as especificidades dos

⁸ tive oportunidade, enquanto servidor do órgão de terras do Estado, de conhecer e cadastrar, pessoalmente, mais de mil ocupantes de áreas indígenas, isto é, quase todos, onde constatei que, definitivamente, a grande maioria dos agricultores trabalhava no seu lote, sob o regime familiar.

ocupantes de áreas indígenas e daqueles atingidos por barragens (mas que apresentaram evasão igual à dos sem-terra), não há como separar o público por região, pois a escolha dos assentamentos se dá nos acampamentos, via de regra, por sorteio de grupos (embora exista uma clara tendência dos acampados a preferir o norte do Estado). Isto quer dizer que é pouco provável encontrarmos qualquer tipo de divisão social ou étnica por região nos assentamentos gaúchos.

Embora o INCRA trabalhe com seis regiões (Porto Alegre, Norte, Missões, Campanha, Sul e Fronteira Oeste) e o GRAC também com seis regiões edafo-climáticas (ainda que não coincidam exatamente), optamos por trabalhar com cinco regiões, pois as Regiões Missões e Norte foram agrupadas e denominadas apenas de Norte, em virtude de apresentarem números muito semelhantes, além de uma menor diferenciação ambiental.

A Região Norte apresenta a maior diferenciação, com uma evasão de, aproximadamente, 10%. Dois fatores parecem explicar esta menor evasão. Em primeiro lugar (e isto será aprofundado nos estudos de caso), o norte do Estado é o local de origem de boa parte dos assentados, de modo que as relações sociais, especialmente de parentesco e de pertencimento, são mais facilmente construídas ou restabelecidas nesta Região.

Em segundo lugar, a região é mais favorável à reprodução da agricultura familiar gaúcha, seja pelo maior dinamismo econômico (e, conseqüentemente, pela existência de mais infra-estrutura e mercados), seja pela melhor condição edafo-climática para a produção agrícola, especialmente para o cultivo de grãos. Nesta região, encontramos solos mais adequados e um menor risco de seca, além de pouca ocorrência de várzeas. Por estas razões, as terras da metade norte do Estado são bastante mais caras que aquelas da metade sul. Existe, inclusive, uma grande cobiça por parte dos

assentados para adquirir lotes no Norte, mesmo que por troca de assentamento, fenômeno que avaliamos nos estudos de caso.

Tabela 4. A evasão de alguns municípios do Rio Grande do Sul.

município	região	% evasão
Tupanciretã	Norte	8,8
Candiota	Campanha	32,57
Hulha Negra	Campanha	31,83
Jóia	Norte	14,17
Piratini	Sul	28,67
Santana do Livramento	Fronteira Oeste	23,39
São Luiz Gonzaga	Missões	4,79
Canguçu	Sul	19,95
Herval	Sul	32,48

Fonte: elaborada pelo autor

Tabela 5. A evasão e as regiões do Rio Grande do Sul

Região	Nº PAs	Nº. fam	Nº evadidos	% Evasão
Norte	68	2385	243	10,19
Porto Alegre	12	778	198	25,45
Bagé	34	1296	432	33,33
Sul	58	2019	587	29,07
Fronteira Oeste	23	909	168	18,48
Total	195	7387	1628	22,04
Total sem o Norte	127	5002	1385	27,69

Fonte: elaborado pelo autor

obs: o Norte e as Missões são as duas regiões onde estão boa parte dos assentamentos de atingidos por barragens e ocupantes de áreas indígenas.

As regiões da Campanha (ou Bagé) e Sul (também chamada Piratini) apresentam os maiores índices de evasão e representam, exatamente, as regiões menos dinâmicas e com um meio ambiente mais desfavorável. Os solos de Bagé, embora férteis, são de difícil manejo e facilmente erodíveis, ao passo que as estradas são as mais problemáticas do Estado (informação verbal)⁹. Os assentamentos da Região Sul apresentam solos mais rasos e os relevos mais íngremes. Em ambos os casos, a influência da seca é mais significativa.

⁹ Estima-se que o custo de 01 km de estrada, nesta Região, esteja entre R\$ 50.000,00 e R\$ 100.000,00, de duas a cinco vezes mais que um km no norte do Estado (Fonte: INCRA/ setor de engenharia, 2005)

A Fronteira Oeste (ou Região de Livramento) apresenta uma particularidade: a maioria dos assentamentos se encontra em Santana do Livramento, onde a evasão média é de 23,39%. Porém, há um grande assentamento em Manoel Viana com uma evasão bastante baixa (por motivo desconhecido, pois não foi objeto de estudo de caso), o que contribuiu para que a média da Região resultasse em 18,48%.

Esta Região apresenta problemas de seca e de baixo dinamismo, além de solos menos férteis. Contudo, encontramos ainda solos mais planos e arenosos, com, conseqüentemene, menores problemas de manejo e para a construção de estradas. Além disso, a proximidade de um mercado potencial significativo (pois a cidade é de porte médio e não tem tradição de agricultura familiar) é um estímulo à comercialização de produtos da agricultura familiar, conforme relataram os agricultores entrevistados.

Desta forma, constatamos, nos estudos de caso, que o mercado não se apresentou como um empecilho importante, pelo menos para os níveis de produção encontrados, os quais parecem estar mais relacionados, por sua vez, com a falta de infra-estrutura para escoamento da produção, entre outros fatores. Num segundo momento, com o incremento das produções, poderão ficar mais claros os entraves relacionados com o mercado.

A produção e a divulgação de tecnologias adaptadas à situação particular de assentamentos no Rio Grande do Sul, especialmente na metade sul, tida como mais problemática do ponto de vista ambiental, ainda é passível de avanços, apesar de algumas experiências já realizadas. A necessidade de adaptação do assentado, que é geralmente originário do norte do Estado, aos sistemas de produção e ao ambiente da metade sul do Estado, parece assumir um papel considerável. Confrontados com esta situação, muitos assentados, aparentemente, não conseguem se viabilizar economicamente, pois, por falta

de opção ou atavismo, procuram repetir sua experiência acumulada em outras regiões, obtendo resultados limitados nesta Região.

A Região Metropolitana (ou Porto Alegre) apresenta uma evasão mais alta que a Região Norte e, até mesmo, que a Fronteira Oeste. Ressalvamos aqui que, nesta Região, há alguns assentamentos da década de 1980 e início da década de 1990, os quais, aparentemente, sofreram poucas evasões, mas que não foram incluídas na amostra por falta de dados, o que poderia ter modificado um pouco a média. Ainda assim, teríamos, possivelmente, um valor alto de evasão.

Na tentativa de explicar a evasão da Região Metropolitana, sugerimos que há duas ordens de fatores envolvidos: uma alta incidência de solos de várzea e a influência do meio urbano. Esta foi discutida anteriormente e diz respeito não só aos citados aspectos simbólicos, mas a maiores oportunidades de trabalho e moradia nas cidades desta Região, que se configuram como fatores atrativos aos assentados.

Além das maiores possibilidades de mercado e acesso a serviços essenciais, tais como saúde, que geralmente é problemática longe da Região Metropolitana, esta, quanto aos aspectos ambientais, (embora com menos problemas de seca, em relação à metade sul, e com maiores possibilidades, portanto, para cultivar grãos, ainda que com restrições) possui uma quantidade bem maior das problemáticas várzeas. Os ambientes alagados dificultam a produção da agricultura familiar e, até mesmo, a moradia e o deslocamento das famílias.

Além disso, como veremos nos estudos de caso, ambientes assim parecem propiciar uma maior disputa por recursos naturais, em especial, água para irrigação, exigindo um regramento mais rígido, que nem sempre é alcançado, complicando a convivência nos assentamentos. Sob este ponto de

vista, encontramos aqui fatores de propulsão da evasão. Porém, há uma grande incidência de arrendamentos nestas áreas, ou mesmo de cultivo de arroz por conta própria¹⁰, o que, quando ocorre, transforma um “problema” inicial numa “solução” econômica interessante. O arrendamento, paradoxalmente, pode ser, pelo menos, parte da explicação da baixa evasão em Manoel Viana, na Fronteira Oeste.

Por outro lado, a melhor localização destes assentamentos pode estar intensificando a especulação imobiliária e despertando a cobiça de compradores de terra, seja com objetivos produtivos ou até para residência. De qualquer modo, a amostra desta Região é relativamente pequena (12 assentamentos), sendo que o assentamento Viamão responde por quase a metade das famílias em questão. Trata-se do maior e mais complexo assentamento do Estado, entre outros motivos, pela dimensão que assumiram os conflitos ali (inclusive entre as inúmeras agências de mediação que atuaram no assentamento), pelo alto percentual de várzeas, pelos condicionantes ambientais (presença de uma reserva ambiental) e pelas inúmeras deficiências do INCRA na implantação do mesmo.

Um recente estudo¹¹ em assentamentos gaúchos (CONVÊNIO INCRA-RS/EMBRAPA/FAPEG, 2005) nos ajuda numa explicação preliminar para a grande diferenciação constatada na evasão entre as regiões. No que tange ao uso da terra pelos assentados, constatou-se que os assentamentos da Região da Campanha, denominada, neste estudo, de Bagé¹² (Tabela 6), apresentaram, em média (observar a coluna Total), 75,90% da área dos lotes

¹⁰ algumas cooperativas ligadas ao MST produzem arroz ecológico em grande quantidade, o que tem se demonstrado um bom negócio para os assentados envolvidos.

¹¹ A parceria INCRA-FAPEG-EMBRAPA produziu um banco de dados com informações sobre os assentamentos do INCRA e compartilhados referentes à produção, infra-estrutura de uso da terra, através de entrevistas estruturadas com as lideranças destes assentamentos, no ano de 2003.

¹² Os dados, apresentados a seguir, são sempre obtidos das tabelas através do somatório de cada item, como, por exemplo, lavoura temporária, lavoura permanente, pastagem cultivada e mata cultivada, os quais são condensados na informação de área cultivada, possibilitando-nos observar a intensidade do cultivo em cada região. As tabelas apresentam um maior detalhamento de informações, tanto com relação aos tipos de cultivo, quanto às faixas de idade dos assentamentos.

com pastagem e mata nativa, que somadas, representam a área não cultivada, e somente 24,10% com cultivo temporário, cultivo permanente, mata cultivada e pastagem cultivada, que somadas, representam a área cultivada.

Tabela 6. Uso da terra nos assentamentos, classificados por idade, na Região de Bagé. Ano agrícola 2002/03

Ano de criação	Entre 1996 a						Total	
	Até 1996		2000		Após 2000			
Uso da terra	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Lavoura Temporária	136	15,38	1318	23,69	1606,8	19,24	3.060,8	20,68
Lavoura Permanente	1	0,11	1	0,02	0,7	0,01	2,7	0,02
Pastagem Nativa	600	67,87	3.250	67,87	6.630	79,37	10.480	70,82
Pastagem Cultivada	120	13,57	320	13,57	60	0,72	500	3,38
Mata Nativa	25	2,83	671,5	12,07	56	0,67	752,5	5,08
Mata Cultivada	2	0,23	1	0,22	-	-	3	0,02
TOTAL	884	100	5.561,5	100	8.353,6	100	14.798,6	100,00

Fonte: Convênio INCRA-EMBRAPA-FAPEG (2005)

A Região Sul (chamada pelo estudo de Piratini, conforme tabela 7) apresentou, em média, 29,66 % de área cultivada e 70,34% de pastagem e mata nativa. Observa-se que, ao longo dos anos, os assentamentos vão, gradativamente, substituindo as pastagens nativas por cultivadas, embora, nos assentamentos mais antigos, as primeiras ainda são predominantes.

Tabela 7. Uso da terra nos assentamentos, classificados por idade. Região de Piratini. Ano agrícola 2002/03

Ano de criação	Entre 1996 a						Total	
	Até 1996		2000		Após 2000			
Uso da terra	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Lavoura Temporária	347,5	17,84	5.048,4	26,18	781	18,38	6.176,9	24,24
Lavoura Permanente	32,7	1,68	26,6	0,14	0,4	0,01	59,7	0,23
Pastagem Nativa	892	45,78	7.843	40,68	2.609	61,39	11.344	44,52
Pastagem Cultivada	31	1,59	1.042,8	5,41	99	2,33	1.172,8	4,60
Mata Nativa	601	30,85	5.214	27,04	758	17,83	6.573	25,82
Mata Cultivada	44	2,26	105	0,54	0,8	0,02	149,8	0,59
TOTAL	1.948,2	100,00	19.279,8	100,00	4.250,2	100,00	25.478,2	100,00

Fonte: Convênio INCRA-EMBRAPA-FAPEG (2005)

De forma bem diferente, a Fronteira Oeste (chamada de Livramento, conforme Tabela 8) apresentou 67,52 % de área cultivada. Desta, há um montante significativo de pastagem cultivada, na ordem de 26,81%. A Mata e a pastagem nativa representaram 32,48% da área total.

Tabela 8. Uso da terra nos assentamentos, classificados por idade. Região de Livramento. Ano agrícola 2002/03

Ano de criação	Até 1996		Entre 1996 a 2000		Após 2000		Total	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Lavoura Temporária	295	18,98	4237	42,58			4.532	39,39
Lavoura Permanente	9	0,58	7	0,07			16	0,14
Pastagem Nativa	-	-	3.116	31,31			3.116	27,08
Pastagem Cultivada	1200	77,22	1.885	18,94			3.085	26,81
Mata Nativa	30	1,03	581	5,84			611	5,31
Mata Cultivada	10	0,64	126	1,27			136	1,18
TOTAL	1554	100,00	9.952	100,00			11.506	100,00

Fonte: Convênio INCRA-EMBRAPA-FAPEG (2005)

* não foram criados assentamentos neste período.

A Região Metropolitana (também chamada de Porto Alegre, conforme Tabela 9) apresentou uma realidade semelhante, com a média de 77,62 % de área cultivada (embora, neste caso, apresentasse 67,21% de lavoura temporária e quase nenhuma pastagem cultivada), e 22,38% de área nativa, isto é, não cultivada.

Tabela 9. Uso da terra nos assentamentos, classificados por idade. Região de Porto Alegre. Ano agrícola 2002/03

Ano de criação	Até 1996		Entre 1996 a 2000		Após 2000*		Total	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Lavoura Temporária	1.331,7	71,51	2.324,9	64,97			3.656,6	67,21
Lavoura Permanente	20,6	0,04	11	0,3			31,6	0,58
Pastagem Nativa	-	-	437	12,21			437	8,03
Pastagem Cultivada	4	0,21	3	0,08			7	0,13
Mata Nativa	30	1,61	750,5	20,97			780,5	14,35
Mata Cultivada	476	25,26	52	1,45			528	9,70
TOTAL	1.862,3	100,00	3.578,4	100,00			5.440,7	100,00

Fonte: Convênio INCRA-EMBRAPA-FAPEG (2005)

* não foram criados assentamentos neste período.

As regiões de Missões e Tupanciretã (juntas compõem a Região Norte de nosso estudo, conforme Tabelas 10 e 11) apresentam uma realidade semelhante, com, respectivamente, 74,86% e 85,34% de área cultivada, e 25,14% e 14,66% de área nativa.

Tabela 10. Uso da terra nos assentamentos, classificados por idade. Região das Missões. Ano agrícola 2002/03

Ano de criação	Entre 1996 a						Total	
	Até 1996		2000		Após 2000			
Uso da terra	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Lavoura Temporária	2.217,5	49,94	2.962,9	57,88	1.725,8	74,72	6.906,2	58,19
Lavoura Permanente	55,5	1,25	39	0,77	11	0,48	105,5	0,89
Pastagem Nativa	858	19,32	944	18,44	162	7,01	1.964	16,55
Pastagem Cultivada	874	19,68	565	11,04	335	14,50	1.774	14,95
Mata Nativa	351	7,91	600	11,72	70	3,03	1.021	8,60
Mata Cultivada	84	1,89	8	0,16	6	0,26	98	0,83
TOTAL	4.440	100,00	5.118,9	100,00	2.309,8	100,00	11.868,7	100,00

Fonte: Convênio INCRA-EMBRAPA-FAPEG (2005)

Tabela 11. Uso da terra nos assentamentos, classificados por idade. Região de Tupanciretã. Ano agrícola 2002/03

Ano de criação	Entre 1996 a						Total	
	Até 1996		2000		Após 2000			
Uso da terra	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Lavoura Temporária	15.334,7	75,81	7.949,6	77,05	4.038,4	73,10	27.332,7	75,78
Lavoura Permanente	233,7	1,16	84,2	0,82	30,5	0,55	348,4	0,97
Pastagem Nativa	1.067	5,27	1.050	10,18	780	14,12	2.897	8,03
Pastagem Cultivada	1.594	7,88	716	6,94	277	5,01	2.587	7,17
Mata Nativa	1.646	8,14	429	4,16	327,5	5,93	2.402,5	6,63
Mata Cultivada	353	1,75	88,5	0,86	71	1,29	512,5	1,42
TOTAL	20.228,4	100,00	10.317,3	100,00	5.524,4	100,00	36.070,1	100,00

Fonte: Convênio INCRA-EMBRAPA-FAPEG (2005)

As produtividades de leite (em litros/vaca/dia, para 300 dias de lactação por ano) destas regiões foram: Bagé, 5,7; Piratini, 3,7; Livramento, 3,6 (Tabela 12); Missões, 7,4; Porto Alegre, 9,7, e Tupanciretã, 10,9 (Tabela 13), demonstrando uma situação mais favorável nos assentamentos do Norte (Missões e Tupanciretã) e da Região Metropolitana.

Tabela 12. Produção e produtividade de leite nos assentamentos da Macrorregião Sul, por região. Ano agrícola 2002/03.

Prod. Animal	Região Bagé			Região Livramento			Região Piratini		
	N° vacas	Prod. 1000 l	Produti vidade l/vaca*	N° vacas	Prod. 1000 l	Produti vidade l/vaca *	N° vacas	Prod. 1000 l	Produti vidade l/vaca*
Leite	2.025	3.447	5,7	1.346	1.457	3,6	4.842	5.414	3,7

Fonte: Convênio INCRA-EMBRAPA-FAPEG (2005)

*estimativa de lactação de 300 dias/vaca

Tabela 13. Produção e produtividade de leite nos assentamentos da Macrorregião Norte, por região. Ano agrícola 2002/03.

Fonte: Convênio INCRA-EMBRAPA-FAPEG (2005)

*estimativa de lactação de 300 dias/vaca

Prod. Animal	Região Missões			Região P. Alegre			Região Tupanciretã		
	N° vacas	Prod. 1000 l	Produti vidade l/vaca*	N° vacas	Prod. 1000 l	Produti vidade l/vaca*	N° vacas	Prod. 1000 l	Produti vidade l/vaca*
Leite	2.608	5.802	7,4	1.235	3.583	9,7	6.382	20.813	10,9

Da mesma forma, as produtividades de soja (Tabelas 14 e 15) demonstram números bem mais baixos na metade sul do que na metade norte, apesar da diferença menor entre Missões e Livramento. Com o milho (Tabelas 14 e 15) também observamos produtividades maiores na metade norte, sendo a Região de Tupanciretã, assim como em todas as variáveis analisadas, a que apresentou os maiores valores. No caso do milho, os valores não foram tão discrepantes por se tratar de um ano de maior regularidade hídrica, o que é raro na metade sul.

Tabela 14. Produção e produtividade dos principais cultivos existentes nos assentamentos da Macrorregião Sul, por região, ano agrícola 2002/03.

Cultivo produto	Região Bagé			Região Livramento			Região Piratini		
	Área (ha)	Produção (t)	Produti vidade Kg/ha	Área (ha)	Produção (t)	Produti vidade Kg/ha	Área (ha)	Produção (t)	Produti vidade Kg/ha
Milho hib.	564,5	1.110	1.966	2.120	3.924	1.850	4.641,5	10.216,3	2.201
Milho var.	1.574	1.885,4	1.200	698	1.334,6	1.910	1.031	2.184,22	2.118
Soja				1.645	2.981	1.812	383,5	571,7	1.490
Feijão.	288,8	175	610				1.101,5	1.475,65	1.340
Sorgo	600	1.200							

Fonte: Convênio INCRA-EMBRAPA-FAPEG (2005)

Tabela 15. Produção e produtividade dos principais cultivos existentes nos assentamentos da Macrorregião Norte, por região, no ano agrícola 2002/03.

Cultivo	Região Missões			Região Porto Alegre			Região Tupanciretã		
	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade Kg/ha	Área (ha)	Prod. (t)	Produtividade Kg/ha	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade Kg/ha
Milho hib.	1.559	3.804,8	2.440	575	1.112,2	1.934	3.111,5	11.026,1	3.540
Milho var.	268	481,06	1.800	167,5	229,2	1.368,4	216	774	3.580
Soja	3.939	7.628	1.946				19.618	53.549,28	2.730
Trigo	691	942	1.364				4.264	8.077	1.894
Arroz irrig.				2.266	10.994	4.851			
Feijão	120,5	98	813	303,20	467,27	1.540	532	553,4	1.040
Mandioca	97,5	1.134	11.630	222,5	2.916	13.105	523	4.625,6	8.844

Fonte: Convênio INCRA-EMBRAPA-FAPEG (2005)

Estes dados corroboram com a idéia, desenvolvida acima, a respeito da dificuldade ambiental na produção da lavoura temporária e na produção do leite, na metade sul, quando comparada com a metade norte e a Região Metropolitana, o que influi, diretamente, na área cultivada e na produtividade. Por outro lado, na metade sul, devido à dificuldade de cultivos temporários de grãos (exceto arroz irrigado), é mais razoável o desenvolvimento da produção animal e de culturas permanentes, com atenção especial à bovinocultura leiteira, fato que, aos poucos, vai sendo incorporado pelos assentados, embora ainda com dificuldades, relacionadas à estrada, à luz e ao ambiente edafoclimático mais desfavorável.

A seguir, apresentamos os dois estudos de caso, com um breve histórico que procura contextualizar a discussão que se seguirá.

3.2 O assentamento Apolo

O assentamento foi implantado em novembro de 1996, pelo INCRA, de forma praticamente concomitante com mais dois assentamentos lindeiros - Recanto e Posto Novo. Os beneficiários vieram, originalmente, do acampamento de Cruz Alta, o mesmo do assentamento Santo Ângelo,

formando três grupos. Estes parecem ter juntado, quase que perfeitamente, as famílias e as religiões, a exceção de uma família, onde o pai ficou em grupo diferente do filho. Segundo aquele, o filho preferiu ficar no grupo composto pelos mais jovens e solteiros, o que não o impediu de ser procurador do filho na obtenção do crédito. Para um melhor entendimento do que se passou neste assentamento, dividimos a sua história em cinco fases.

Na primeira fase, os assentados ficaram acampados juntos, na sede do assentamento (moradia do ex-proprietário), durante um ano, embora alguns tenham saído precocemente do grupo maior e acampado mais longe. Todos receberam, quase que imediatamente, o crédito de instalação-modalidade apoio, que era uma pequena soma de dinheiro, em torno de mil reais, para a alimentação básica e alguns utensílios domésticos e agrícolas. Em junho de 1997, os assentados receberam o crédito instalação - modalidade materiais de construção (antigo crédito habitação), na época, dois mil reais, uma soma muito pequena para levantar uma casa, o que lhes possibilitou, apenas, construir um galpão para cada família. O PROCERA foi distribuído para todos entre 1996 e 1998, sempre em épocas muito semelhantes. Devido aos conflitos, várias famílias foram consideradas irregulares perante o INCRA, passando a não acessar mais este recurso. A situação das estradas era ruim, embora melhor que no assentamento Santo Ângelo. A luz chegou em 1998 e a captação de água apresenta deficiências até a data desta pesquisa.

Ainda em 1997, um grupo de cinco famílias saiu do assentamento, por meio de troca, e foi para o assentamento Posto Novo, lindeiro ao Apolo. Segundo o membro mais velho da família, eles saíram, em princípio, porque não queriam ficar em várzeas, embora afirmasse que “a coisa aqui não vai dá boa...”, referindo-se ao momento de sua saída quando já previa os conflitos que se insinuavam entre os grupos do assentamento. Apesar disso, ele deixou claro que sempre (até hoje) se deu bem com os dois grupos rivais, revelando, com isso, a sua estratégia de convívio com o perigo. Um ex-assentado,

membro de um dos grupos rivais, tinha, alguns dias antes da entrevista, jantado em sua casa.

As dificuldades de solo, clima, estradas, crédito e assistência técnica levaram quase todos os agricultores, especialmente os que ganharam lotes de várzea, a arrendar as terras. Começaram cedo, portanto, as investidas dos fazendeiros neste assentamento. Desde o primeiro momento, estabeleceu-se uma disputa pelo controle do espaço de mediação, especialmente com relação à coordenação do assentamento, assim como pelos recursos naturais, principalmente a água de irrigação do arroz e a própria terra, que, juntos, representavam o controle do arrendamento. Este fato foi confirmado através das entrevistas junto aos envolvidos. A disputa se deu, principalmente, entre os irmãos R., do grupo 1, com parte do grupo 2 (os dois grupos eram compostos de católicos), liderado pelo M., que é citado por vários assentados como o elemento mais perigoso do assentamento.

Há relatos de que alguns assentados cometiam crimes juntos, mas se desentendiam freqüentemente, inclusive com relação a infidelidades conjugais, o que gerou rivalidade e redundou em sucessivas mortes por vingança, que se iniciaram com o assassinato de J. B. (grupo 2) em 27-01-98. Esta primeira fase foi marcada pelas acomodações iniciais, pelas disputas de poder e por um assassinato, perfazendo a saída de sete famílias beneficiárias, sendo um morto, cinco ligados à família N., e uma assentada que trocou de lote após sua separação com um dos envolvidos no conflito.

O D. era coordenador de um grupo, o V., do outro [...], eles vieram com umas certas divergências desde o acampamento [...] também por disputas de liderança dentro do assentamento [...], um grupo queria dominar o restante e o outro de certas partes não aceitava aquela proposta [se referindo ao controle do arrendamento, inclusive], nós que achamos os cara que arrendam pelo valor tal e é esse... e vocês tem que obedecer isto... (liderança do MST).

Uma segunda fase teve início após a festa de dois anos do assentamento, em 21-11-98, organizada pelo seu então coordenador do assentamento, J. P., ocasião em que os irmãos R. doaram uma vaca para o churrasco, demonstrando sua posição de liderança. Na oportunidade, ocorreu outro assassinato, desta vez de V. R. (dois irmãos seus também foram baleados na ocasião, todos do grupo 1). Os dois pretensos atiradores fogem, sendo logo presos e julgados, embora um tenha sido absolvido e o outro condenado. A ocorrência deste fato acarretou a saída de três elementos: os dois envolvidos e o irmão do preso, que conseguiu, posteriormente, trocar de lote e regularizar a sua situação num assentamento ao norte do Estado. Este conflito foi o estopim para a mudança de rumos no assentamento, tanto que, no dia seguinte, surgiu um abaixo-assinado com mais de 70 assinaturas pedindo providências do INCRA.

O conflito se acirrou de tal modo que várias famílias, tanto aquelas que se diziam ameaçadas quanto os pretensos ameaçadores, pediram para sair (trocar de assentamento), fato registrado no Processo de Sindicância (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, 2001a). Em 1999, saíram várias famílias do grupo 1 e, também, o coordenador do assentamento, que, apesar de aliado dos primeiros, era do grupo 2, alegando perigo de vida e dificuldades em lidar com as várzeas. Um deles conseguiu trocar de assentamento, mas os outros o abandonaram o assentamento, pois não era fácil obter lotes no norte do Estado.

Vários relatos demonstram que o INCRA, neste íterim, não tomou providências imediatas, propondo antes uma sindicância. O depoimento de um técnico da COPTec revela a hesitação do INCRA e do próprio MST quanto à alternativa da troca de lote para evitar o conflito:

[...] O próprio pessoal que estava envolvido propôs de trocar, aí como não era liberado a questão da troca, não foram autorizado tanto pelo INCRA, e o pessoal do Movimento como era uma coisa que o próprio INCRA dizia que não pode trocar, o movimento também aderiu àquela

estória das trocas [...], na verdade na época, pelo menos se julgava que não era permitido, até porque se liberar troca dentro do assentamento, agora mesmo tem uns problemas de troca que o pessoal voltou atrás...

O assentado A. O. (do grupo 2, irmão do que atirou na festa) foi assassinado posteriormente, no norte do Estado e, na seqüência, L. F. (grupo 2) também foi assassinado em 30/03/00. Segundo o Processo de Sindicância (idem), este último foi morto por um ocupante de um assentamento vizinho, tido como perigoso por vários assentados. Aparentemente, a motivação foi “queima de arquivo”, pois L. saberia dos roubos praticados pelo matador. Depois, morreu a irmã do pretense matador, que era casada com um membro da família R. (então ex-assentado do Apolo), também no norte do Estado.

Esta situação de conflitos e ameaças provocou uma ampliação da rotatividade no assentamento, expressa por mortes, desistências (por medo, por exemplo) e, principalmente, por trocas para outros assentamentos. Ainda hoje, há assentados que aguardam, fora do assentamento, que o INCRA disponibilize lotes de terra para retornar ao trabalho agrícola.

Além das saídas, com a vacância dos lotes, ocorreu um rearranjo interno na ocupação desses lotes no assentamento. Muitas famílias acabaram por trocá-los para fugir das várzeas ou para se aproximar de outros membros de suas famílias, já que os lotes foram, originalmente, sorteados. Esta intensa troca e a própria rotatividade dos lotes dificultou-nos, bastante, no estabelecimento do diagrama de ocupação no assentamento, responsável pelo delineamento de quem ocupou, onde, quando e no lugar de quem.

O que se constatou no assentamento, até o início de 2000, foi uma seqüência de conflitos e de crimes por parte de um pequeno grupo de assentados, paralelamente ao arrendamento das terras por quase todos os assentados. A sindicância, cuja criação, no início de 2000, foi motivada,

primeiramente, pela alto índice de conflito nos três assentamentos¹³, acabou se detendo mais nos problemas do arrendamento de gado e de arroz. Movidos pela suposição de que o fenômeno do arrendamento estava diretamente relacionado com os crimes de alguns, o INCRA fez uma devassa no assentamento, com o auxílio do aparato coercitivo da Polícia Federal.

O arrendamento, em todos os assentamentos da Região, parece ser motivado pelas freqüentes frustrações de safra, pela falta de assistência técnica, tida, por boa parte dos assentados (até hoje inclusive), como péssima ou inexistente, além da falta de infra-estrutura, em especial, de estrada. Contudo, ele acabou por se tornar no mote central da Comissão de Sindicância, que concluiu pela expulsão de uma parte significativa dos assentados do Apolo. Os impactos desta intervenção deixaram marcas nos assentados, como demonstra o relato de um deles:

[...] Eu, praticamente, se senti meio ofendido, meio humilhado, onde a gente morava nunca foi preciso a polícia chegar na casa do pai.

As ações da sindicância acabaram reproduzindo uma situação semelhante ao relatado por Elias e Scotson (2000), quando descreveram uma prática corriqueira dos grupos dominantes na estigmatização dos grupos *outsiders*, qual seja, valendo-se de alguns poucos “maus elementos” para realizar generalizações. Embora a disputa por recursos naturais, entre eles - a terra e a água -, tenha provocado situações de violência, boa parte dos assentados do Apolo não se envolveu nas disputas, mas nem por isso deixaram de arrendar seus lotes, por força das contingências. Parece que tal diferenciação não foi realizada a contento pelo INCRA, na ocasião da sindicância.

¹³ Ocorreram outros conflitos nos outros dois assentamentos, em princípio não relacionados com o Apolo, mas que tinham motivação semelhante e expressavam as disputas das famílias extensas por espaço.

Paralelamente (e numa operação *sui generis*), a Polícia Federal instalou uma investigação na área e vistoriou cada lote, procurando encontrar aqueles denominados “preguiçosos” e verificar o “mau uso dos recursos públicos” (INCRA, 2001a). Convencida pelos agentes do INCRA, a Polícia Federal concluiu o relatório sugerindo *mais do mesmo* com relação à ocupação dos lotes vagos, qual seja, acatar as indicações do MST, já que os “problemas”, segundo o Relatório Final de duas vistorias realizadas a campo pela Polícia Federal, de setembro de 2000 e março de 2001 (INCRA, 2001a), esses problemas ocorreram devido à má seleção das famílias, efetuada pelo INCRA. Nos deparamos, mais uma vez, com as explicações essencialistas, que parecem ser lugar comum nos órgãos de terra, as quais atribuem o “fracasso” da reforma agrária às vítimas dele.

Após a sindicância, cujo relatório final foi de 21-03-01, o Superintendente acompanhou, de perto, a reformulação do assentamento e acabou não implementando uma boa parte das proposições da equipe, apenas advertindo os arrendadores, mas sem expulsá-los. Porém, neste momento, diante dos 18 lotes vagos, relativos às famílias que saíram, por evasão, morte ou troca, o INCRA, alegando que se tratava de uma emergência, optou por realizar uma intervenção (nas palavras do Superintendente da época) e trouxe 18 famílias novas, sem discussão com o grupo local, embora exigisse as atas de aprovação do assentamento¹⁴.

Algumas destas famílias foram “selecionadas” para o trabalho com arroz, pois eram arroteiros. É importante notar que a “solução” do INCRA levou em consideração apenas o aspecto técnico-produtivo, deixando de lado os outros aspectos. Alguns assentados, da mesma forma, também foram “trocados” para outros assentamentos, sem consulta prévia às comunidades locais, como, por exemplo, J. P., que foi para um assentamento no norte do

¹⁴ É prática corriqueira a exigência de aprovação dos novos assentados pelo conjunto do assentamento, por meio de ata. Estas são muitas vezes forçadas ou construídas mediante ameaça. Para evitar isso, atualmente o INCRA propõe só aceitar atas feitas na presença de supervisores de projeto, o que nem sempre ocorre.

Estado. Alguns relatos de supervisores de projeto do INCRA que acompanham esta Região dão conta de que, até hoje, a comunidade não aceita bem J. P., em virtude da sua entrada no assentamento ter ocorrido sem a concordância da comunidade local. Um técnico do INCRA também relatou sobre o atropelo da sindicância, que provocou:

[...] Um ressentimento por parte de algum grupo do próprio assentamento, que achou que esta intromissão do INCRA em determinar quem deveria chegar na área não fosse discutido com eles, mas foi uma imposição do superintendente na época... [...] porque o assentamento perdeu o controle interno...

Os relatos sobre a sindicância revelaram o descontentamento dos assentados com relação às suas poucas possibilidades de intervenção política no assentamento, pela predominância do INCRA ou do MST e, não raro, dos dois ao mesmo tempo. Isto significa que, para os assentados, especialmente os não-alinhados, há pouca margem de manobra, a exemplo da escolha dos novos assentados. Por outro lado, é visível a tendência dos técnicos dos órgãos de terra e dos movimentos em estabelecer relações de tutela com os assentados, especialmente quando eles “não se organizam”.

As reacomodações internas e a entrada de novos assentados encerraram a segunda fase deste histórico, período de maior rotatividade e evasão no assentamento. Encontramos, nesse período, a saída de vinte e duas pessoas, entre falecimentos, trocas, evasões, além da saída daqueles que não chegaram a se regularizar, embora tenham ocupado o assentamento por algum tempo. Alguns eram proprietários, moradores ou até pequenos empresários do município que se aproximaram de algumas famílias do assentamento para arrendar ou obter lotes de terra. Esta intrusão revela o quanto o MST estava “desempoderado” neste assentamento, mas não na sua relação com o INCRA, haja vista que, pelo menos, três pretendentes tiveram processos abertos, mas não foram aceitos pelo INCRA.

Observamos que algumas mortes, além da motivação relacionada ao puro cálculo para acumulação (roubo ou disputas por lote, por exemplo), também contaram com elementos referentes à reciprocidade negativa, na forma de *vendettas*. Mesmo quando não estava mais em jogo a disputa por terra no assentamento, quando os envolvidos nem mais moravam no município, seguiram ocorrendo mortes de ambos os lados, demonstrando que, possivelmente, estavam em jogo valores morais, tais como a honra, e que havia no assentamento, pelo menos, um embrião de uma comunidade de reciprocidade.

No final de 2001, inaugurou-se uma terceira fase no assentamento. Com a entrada intempestiva de novas famílias, se desenvolveu uma rixa inicial entre os “velhos” e os “novos”, reeditando as disputas de poder pelo controle da terra e do arrendamento, desta vez, porém, de forma mais branda que no período anterior, mas que, inicialmente, apresentou a assimetria relatada na fala acima. Há relatos de assentados do grupo dos “novos” afirmando que, quando chegaram, seus lotes não tinham cerca e estavam ocupados por animais dos “antigos”, gerando conflito. Neste período, apesar de um crescente reacomodamento de forças, seguiram ocorrendo algumas evasões e trocas.

[...] Chegou 16 do acampamento, deu aquela meia confusão assim entre os assentados mais velhos e os mais novos em função de um querer mandar mais que o outro, eles queriam meio que botar ordem [...] eles não queriam nem que fizesse cerca...(assentado novo).

Mas, mesmo enfrentando estas dificuldades, os assentados procuraram mecanismos de construção de alianças e observou-se uma crescente presença de moradores da região, os “gaúchos”¹⁵, ampliando a teia de relações sociais do assentamento. Esta ampliação se deu de forma paralela ao reagrupamento familiar, embora este fenômeno tenha se dado de forma

¹⁵ Embora, evidentemente, gaúchos são todos aqueles que nasceram no Rio Grande do Sul, adotamos o termo gaúcho, entre aspas, para diferenciar um tipo característico de caboclo da metade sul do Estado, bastante identificado com a cultura platina, herdeiro dos tropeiros e agregados. Possui hábitos alimentares, de vestimenta e lazer específicos, sendo estigmatizados como peões, e não agricultores.

menos intensa que no assentamento Santo Ângelo, devido às circunstâncias mais adversas, que permitiram uma menor margem de manobra para os assentados.

Nesta fase, continuaram ocorrendo os arrendamentos nas várzeas, também com cultivos próprios, pois alguns assentados, que foram destinados às várzeas, tinham experiência prévia e, fundamentalmente, algum capital para a produção de arroz. Muitas famílias subiram para as terras secas, porém algumas, a exemplo, da família D., mantiveram-se nas várzeas, não sem reclamar desta situação, embora estivessem arrendando até o momento desta entrevista. Paralelamente à “intervenção branca”, relatada anteriormente, ainda em 2001, o INCRA propôs inclusão dos três assentamentos lindeiros (Recanto, Apolo e Posto Novo) no então incipiente Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária -PAC, o qual iniciou a sua efetivação somente em 2004, inaugurando uma quarta fase no assentamento. Até o final de 2003, não ocorreu nenhuma saída no assentamento, demonstrando o arrefecimento dos conflitos esta fase.

Em 2004, o PAC acabou por promover um novo rearranjo de forças dentro do assentamento, pois este Programa apresenta duas peculiaridades importantes: em primeiro lugar, dispõe de uma considerável soma de recursos, inclusive para a contratação de uma assistência técnica mais equipada, mais do que normalmente o INCRA investe, o que o torna atrativo; e, em segundo lugar, por definição metodológica, o PAC exige que os assentados formem uma associação registrada, para que eles mesmos gerenciem os recursos alocados, inclusive, realizando licitações.

A associação está-se configurando como a grande instância de poder dentro destes assentamentos, provocando uma disputa por este novo e rentável espaço de mediação. Esta disputa conta com a participação das duas principais forças que agem dentro do assentamento: o MST, que, embora cada

vez mais enfraquecido, ainda possui poder simbólico o suficiente para garantir alguns cargos, além de ainda controlar a assistência técnica, chave para obtenção de recursos; e a Assembléia de Deus, na figura de V. D., encarregado da Igreja na localidade e eleito presidente da Associação em assembléia dos três assentamentos, mesmo ainda sendo minoria com relação aos católicos. No momento da entrevista, esta liderança evangélica estava construindo uma igreja no assentamento vizinho, Recanto, demonstrando o crescimento de sua religião na localidade.

A ascensão dos evangélicos fica patente também por sua participação nos grupos de crédito, hoje, em número de quatro no assentamento: dois de famílias antigas (que acessaram o PROCERA), coordenados por dois evangélicos; e dois de famílias novas (que acessaram o PRONAF A), coordenados por católicos e evangélicos. Estes grupos foram formados por proximidade e não, necessariamente, por afinidade, o que não contribuiu para o amainamento dos conflitos, na medida em que, muitas vezes, não há a cumplicidade e a confiança, necessárias nestes grupos.

O aval solidário tem sido, claramente, uma imposição, não espelhando relações de reciprocidade. Com isso, parece facilitar o atrito entre as famílias, num ambiente reconhecidamente explosivo. Isto ocorre quando uma família não paga a conta, ou quando há uma saída do assentamento, recaindo a dívida sobre os outros integrantes do grupo. Este fato ocorreu durante a vigência do PROCERA, embora este problema tenha sido contornado com a individualização das dívidas. Contudo, o mesmo ainda não foi obtido para o PRONAF A, o que se configura, hoje, como uma das questões mais preocupantes nos assentamentos do Estado.

Em suma, os assentados passaram a viver uma situação de crescente agregação, com ênfase na evangelização das famílias, após um razoável período de medo e violência, com alguns grupos armados

controlando, praticamente, o assentamento. Após a saída de boa parte dos grupos rivais, reiniciou-se (ou iniciou-se tardiamente) a (re) corporação familiar e as negociações com os vizinhos “gaúchos” na ocupação dos lotes, caracterizando um processo de ampliação da rede de relações sociais, embora ainda ocorram situações violentas, como roubos e ameaças. Além disso, parte das mortes ocorridas no norte do Estado que envolveram ex-assentados, revela que a rede de relações de reciprocidade, neste caso, negativa (na forma de *vendettas*) não se restringiu ao município em questão.

Neste período, até a data da entrevista (inverno de 2005), houve três saídas, sendo que um assentado já estava em vias de sair no momento das entrevistas. Por fim, somando as saídas das quatro fases, computamos (conforme Tabelas 16 e 17), 33 saídas para 34 lotes, sendo que, 14 representaram evasões.

Tabela 16. Os grupos originais do assentamento Apolo

Grupos Originais	Evadidos (a)	Outras Saídas ¹ (b)	Rotativos a + b	Ano Saída	Estado Civil ²	Religião ³
Grupo 1						
V. R.	1		1	99	s	c
V.R.(compadre E.M., ex- genro P.N.)		1	1	98/2	c	c
V. R.	1		1	99	c	c
V. R.(4 irmãos V.R.)	1		1	99	s	c
P. N.		1	1	97	c	ad
J. C. N. (filho P.N.)		1	1	97	s	ad
R. N. (filho P.N.)		1	1	97	s	ad
J.F. dos S.		1	1	97	c	ad
C.R. (primo dos irmãos R.)		1	1	99	c	c
I. H./N.H.			0		c	c
E. H. (filha I. H., tem filho com R.)		1	1	98/1	c	c
Grupo 2						
D.A.	1	0	1	98/2	c	c
M.de O.	1	0	1	98/2	s	c
D. D.		1	1	2005	c	ad
A.D.			0		c	ad
M. D.			0		c	ad
E. M. (irmão J.M.)			0		c	ad
J. M. (irmão E. M.)			0		c	ad
L. F.		1	1	2000	s	c
M. S. de M. casou c/ A. D.)			0		c	ad
A. de O (irmão M. de O.)		1	1	98/2	c	c
J.A. P. (pai J.V.P.)		1	1	99	c	c
J. de B.		1	1	98/1	c	c
Grupo 3						
G. de S.			0		c	c
C.A. de L.			0		s	c
A. de L. (irmão C. A. L.)	1		1	99	c	c
N. V. M.			0		s	c
A. das C. (irmão E da C.)	1		1	2000	s	c
J. V. P. (filho J.A.P.)		1	1	99	c	c
A. C. (filho E. C.)			0		c	c
E. das C.(irmão A. das C.)			0		c	c
A. O. G.			0		c	ad
M. A.	1		1	2000	s	c
E.T. de A. B.		1	1	97	c	c
J. B.			0		c	c
TOTAL 35 lotes	8	14	22			

Fonte: elaborado pelo autor.

1 outras saídas: morte, saída de morador não beneficiário, troca de titularidade e troca de lote

2 estado civil: casado (c) ou solteiro (s)

3 religião: católica (c) ou membro da Assembléia de Deus (ad)

Tabela 17. Grupos atuais do assentamento Apolo

Grupos Atuais e Novos	Evasão (a)	(b)Outras Saídas ¹	Rotativos a+b	Original	Novo	Ano Entrada	Estado Civil ²	Ano Saída ³
Evangélicos								
A.D. (irmão M. D.)				1			c	
M.D.				1			c	
A. O. G.				1			c	
G. V. (nora A. O. G.)					1	2001	c	
V. D. (primo M.D.)					1		c	
N.E.O.G.(genro V. D., neto A.O.G.)					1	2002	c	
J.T.R.(compadre J. M.)					1	2001	c	
P.R.S.da R. (assentamento Itaçoçe)					1	97	c	
C. M.					1	2004	c	
J.M.(irmão E.M., esposa evangélica)				1			c	
E.M.(irmão J.M., esposa evangélica)				1			c	
Católicos								
E. (irmão E. J.)					1	2000	c	
E. J. (irmão E.)					1	2000	c	
L. C. G. (amigo E.)					1	2001	s	
A.C.(genro G.de S.)				1			c	
V. M. S. (cunhado A.C.)					1	97	c	
E.C. (pai A.C.)				1			c	
A. M. R.					1	2001	c	
A.S.C. (pai V.C.)					1	2001	c	
V.C. (filha A. S.C.)	1		1		1	2002	c	2004
G. de S. (nora A.C., compadre E.C.)				1			c	
S. A. de A.					1	2001	c	
E. H. (filho de I.H., no lugar da irmã)				1		98	c	
I. H. e N. H.				1			c	
E. das C. (genro J. B.)				1			c	
N. V. M.				1			s	
C. de L.				1			s	
J. B. (sogro E. das C.)				1			c	
A. S.(veio do assentamento Itaçoçe)	1		1		1	97	c	2000
V. R.(do assentamento Itaçoçe)					1	97	c	
L.V.C.(do assentamento Itaçoçe)	1		1		1	97	s	2000
J. C. (do assentamento Itaçoçe)					1	97	c	
“gaúchos” da região								
J. M. M.					1	2002	c	
J. A. M. (compadre I. H.)					1	2001	c	
E. C. de C.					1	2004	c	
C. M.					1	2001	c	
M. A. L. B.	1		1		1	99	c	2000
N. da S.	1		1		1	2001	c	2001
P. O. O. P.	1		1		1	2001	c	2004
V. da R.A.		1	1		1	2001	c	2004
N. S. M. (arrendatário) ⁴		1	1		1	2000	c	2001
L. M. (arrendatário)		1	1		1	2000	c	2001
J. S. M. (irmão N. ,arrendatário)		1	1		1	2000	c	2001
L. C.R.		1	1		1	1999	c	2001
TOTAL	6	5	11	14				

Fonte: elaborada pelo autor

1 outras saídas: morte, saída de morador não beneficiário, troca de titularidade e troca de lote

2 estado civil: casado (c) ou solteiro (s) 3 religião: católica (c) ou membro da Assembléia de Deus (ad) 4 os quatro últimos nomes nunca foram beneficiários no assentamento

3.3 O assentamento Santo Ângelo

De forma semelhante ao assentamento Apolo, o assentamento Santo Ângelo foi implantado em 1996, no município de Santana do Livramento, com, originalmente, 17 lotes. Entretanto, um destes foi condenado por alagar, de modo que o seu ocupante foi transferido para outro assentamento. Todos estes lotes foram ocupados por acampados de Cruz Alta, o mesmo acampamento dos que foram assentados no Apolo. Chegando ao local, os assentados ficaram, aproximadamente, um ano morando juntos, na sede da fazenda (antiga casa do proprietário), embora, em novembro de 1996, já houvessem recebido o crédito de instalação - modalidade apoio. Este perfazia, aproximadamente, mil reais, uma pequena soma de dinheiro que deve ter sido toda comprometida com a compra de alimentação, alguns utensílios domésticos e agrícolas.

A demarcação foi realizada ainda em 1997 e, em junho deste mesmo ano, receberam o crédito instalação - modalidade materiais de construção (habitação), na época, dois mil reais, o que também lhes possibilitou construir somente um galpão para cada família. Porém, alguns assentados foram vítimas de estelionato por parte do fornecedor, que recebeu os recursos, mas não entregou os materiais para algumas casas, de modo que estes ficaram sem casa (leia-se galpão) completa. O PROCERA foi distribuído entre 1996 e 1998, para todos e sempre em épocas muito semelhantes, não havendo, em princípio, atraso para alguns. A partir daí, só as famílias regularizadas continuaram a receber, sendo que, com as evasões, a partir de 1999, os novos assentados passaram a receber o PRONAF A, embora os recursos sejam escassos e, quase sempre, atrasem.

A luz chegou em 2001, mas, ainda hoje, há deficiência na captação da água e na qualidade da estrada, sendo que esta última, mesmo tendo melhorado há três anos aproximadamente, ainda apresenta problemas na

atualidade. O assentamento é considerado de má localização e vários lotes ainda ficam sem acesso quando chove muito, sendo a solução para este problema a construção de três pontes. À semelhança do Apolo, as dificuldades ambientais (solos arenosos e pluviosidade baixa), além dos problemas de infra-estrutura, assistência técnica e crédito levaram uma parte dos assentados a arrendar suas terras, fato que, para alguns assentados (aparentemente poucos), ocorre até hoje.

O RS RURAL foi disponibilizado três vezes para o assentamento (a terceira vez já estava em curso no momento das entrevistas), mas três assentados não receberam nada. Por serem ocupantes novos e não possuírem casa, eles deverão receber estes recursos junto com o crédito de instalação – materiais de construção, do INCRA (pois o RS RURAL fornece um complemento para a construção da habitação), o qual não havia sido disponibilizado na data das entrevistas. Não acessaram, também, ao RS RURAL porque, na época, ultrapassou o teto máximo do programa e eles, enquanto novos assentados, possivelmente, perderam a disputa interna pelos recursos.

Foi formado, no acampamento, um grupo de dez pessoas para trabalhar de forma coletiva, mas dois irmãos e um amigo foram os primeiros a abandonar o grupo, ainda em 1998, por estarem, em princípio, em lotes com dificuldades de acesso. Todavia, há relatos que dão conta de desentendimentos com relação ao modelo tecnológico a adotar pelo grupo, pois os irmãos queriam trabalhar somente com a agroecologia (eles estudaram na escola agrícola do MST em Braga). O resto do grupo preferiu não arriscar, iniciando somente a implantação de uma horta ecológica. Os três rapazes saíram do coletivo quando chegou o primeiro crédito e foram trabalhar juntos, mas, uns meses depois, desistiram do assentamento.

O coletivo esfacelou-se em 1998, devido aos problemas de desvio dos recursos para a construção de casas e por desentendimentos internos. Nele, ocorreram duas separações de casais, o que parece ter motivado a saída de um dos homens.

Eram duas as principais lideranças do grupo coletivo. Uma delas era a liderança da Assembléia de Deus também, pelo menos assim afirmou uma assentada (“ele queria mandar em tudo”). Tal liderança trabalhava em outra região a serviço do MST. A assentada que o criticou também reclamou do coletivo com relação a uma tentativa de se apossar da sede do assentamento e das áreas secas, de maior valor de uso, embora tenha vencido a tese do sorteio dos lotes.

[...] Eles queriam ser mais que nós, eles, muitas vezes eles se exaltavam, dizendo que iam ter mais que nós, porque nós não quisemos entrar no grupo deles, né? Diziam que era aquela coisa, coisa de preto, que nem o meu marido e o irmão são morenos, né? Era coisa de preto de não entrar em grupo, entendeu? Então nós comprava alface deles, nós que comprava, porque eles produziam nós comprava [...] eles queriam ficar de dono da sede, o plano deles era ficar eles aqui em cima, de dono da sede, trabalhar agrovila e nós ir morar lá prá baixo nos banhado, porque nós era individual... (assentada no Santo Ângelo).

O relato demonstra que aspectos relacionados com a etnia e com a disputa ideológica tomaram parte no discurso da assentada, na busca de demonstrar a tentativa de dominação por parte do grupo coletivo sobre os individuais, o que parece ter causado uma cisão interna, pelo menos no princípio do assentamento. A assentada lançou mão de um “mundo da tradição”, em contraposição ao “mundo cívico” proposto, embora tenha demonstrado que já havia transitado também neste mundo e que ainda se movimenta como uma “liderança” (trata-se da a pessoa que mais interveio na reunião inicial com todos os assentados), embora tenha perdido espaço nas relações dentro do assentamento.

De qualquer modo, embora as razões possam ter sido diversas (falta de infra-estrutura especialmente), parece ter havido um processo de desagregação no grupo. Ocorreram também desconfianças por parte de algumas pessoas com relação a um dos componentes do grupo (a outra liderança), relacionadas com o episódio das casas. Outros ainda relataram que trabalhavam mais que outros, de modo que se sentiam injustiçados no coletivo. Além disso, relatos de assentados evidenciaram o desconforto que representava o controle do tempo de trabalho de cada um por parte do grupo, num evidente choque de “mundos”. Observa-se aqui uma união mal sucedida de pessoas motivadas pela propaganda ideológica do coletivismo possivelmente comprimidas pelas argumentações “técnicas” da superioridade do coletivo, características de processos de violência simbólica.

Conforme as Tabelas 18 e 19, no total, dos dez participantes do coletivo, saíram seis, sendo duas trocas e quatro evasões. O outro grupo, de individuais, tinha sete pessoas, das quais saíram três (uma evasão, uma troca e um lote condenado/troca). O total de evasões do assentamento é de cinco em 17 lotes, porém a rotatividade é de dez pessoas para os mesmos 17 lotes iniciais, incluindo a convivência por dois anos com P. C. S., oriundo de um assentamento no norte do Estado, mas sem nunca ter sido regularizado no Santo Ângelo, cujo caso comentaremos a seguir.

Duas assentadas são parentes da família D., evangélicos do assentamento Apolo, demonstrando que as relações religiosas, muitas vezes, se confundem com as relações de parentesco. Outra assentada tem dois irmãos no assentamento Apolo. Seu marido não quis ser assentado no Apolo, pois já havia desconfiança do pessoal que foi para lá (ele previa a ocorrência de conflitos). Fica claro, assim, que estamos em frente de uma teia maior de relações sociais que envolvem os assentamentos deste município e também de outros municípios do Estado.

Valoriza-se a entrada de parentes no assentamento, os quais estão, aos poucos, ocupando os lotes vagos mediante um acordo entre os grupos, sem concorrência aberta por lotes, aparentemente. O assentamento está desenvolvendo um processo de crescente corporação, ainda que de forma negociada com o MST, pois a imposição do acampamento, feita pelo MST e pelo INCRA, foi aceita e todos acamparam. Dos oito que entraram, quatro eram parentes de alguém do assentamento e quatro, oriundos da vizinhança. Um deles acionou parentes em assentamento próximo, contactando com dois assentados evangélicos, o que denota a ação de uma rede de relações dos evangélicos e de parentesco.

O lote condenado inunda, mas é objeto da cobiça de algumas famílias, isto é, está em curso mais uma etapa do processo de corporação. Chegarão a um novo acordo?

Há outros assentamentos próximos, onde se estabelecem relações políticas, especialmente relacionadas ao MST, e religiosas, a exemplo da Assembléia de Deus e da Pastoral Católica. Todavia, não parecem ter uma centralidade que nos motive uma exploração mais atenta. As relações com os fazendeiros se configuram, principalmente, pela comercialização de grãos, de pequenos animais e pela contratação de serviços temporários. Conforme um assentado, a relação com os fazendeiros melhorou com o passar do tempo; porém, esta aparente boa relação pode ter sido maculada pelas desconfianças de abigeato que pairam nas proximidades dos assentamentos, e este não é exceção. Um episódio que parece esclarecedor foi a entrada intempestiva de P. C. S. neste assentamento.

Um assentado, que apesar de ter sido elogiado por alguns entrevistados (embora não fosse parente de ninguém), trocou de assentamento com P. C. S. sem a concordância da coletividade do Santo Ângelo. Ao questioná-lo sobre isso, afirmou-me que conheceu P.C.S. no

acampamento e que não sabia que ele teria problemas de relacionamento, embora também tenha afirmado que ele saiu do assentamento de origem, na Região Norte, devido a brigas. P. C. S. também não era parente de ninguém e tinha, aparentemente, cometido um assassinato no seu assentamento de origem, de modo que um funcionário do INCRA o denunciou no Santo Ângelo. Segundo relatos, ele era alcoolista e suspeito de abuso. Ainda de acordo com comentários, ele havia roubado uma ovelha de um fazendeiro vizinho, fato que fora noticiado no rádio. O pessoal do Santo Ângelo solicitou providências do INCRA, mas como esta demorou muito, decidiram tomar providências por conta própria, pois não queriam ficar mal vistos, conforme relata outro assentado:

[...] Ele matou uma ovelha do vizinho a tiro, então foi como ele teve que sair, porque nós não aceitamos [...] já estava sendo anunciado na rádio que tinha gente fazendo este tipo de coisa [...] era **só** ele... (C., assentado no Santo Ângelo, grifo nosso).

[falando do O P.C.S.] nós tivemos que ser obrigado a tirar, ele não respeitava a família dele, bebia, incomodava [...] ninguém se importava [...] a menina ele queria atacar pro lado dela, no caso [...] foi duas ou três, eu denunciei ele prá polícia, fiquei aqui e denunciei, e as crianças eu liguei pro conselho tutelar e a mulher veio aqui em casa e eu contei a verdade e disse prá ela, e a senhora pode dizer que fui eu e eu assumo, já que não tem um homem prá fazer isso aí, eu faço, eu me responsabilizo. E eles retiraram as crianças daí, aonde a polícia veio, daí que descobriram que ele até já tinha matado um cara... (assentada no Santo Ângelo).

Apesar dos repetidos incidentes, P.C.S. ficou quase dois anos no assentamento, sempre apresentando comportamento duvidoso. Mesmo assim, entrou no projeto do RS RURAL, pago em 2003, por equívoco provavelmente, pois não era nem beneficiário, demonstrando, assim, que possuía aliados dentro do assentamento. Muitos relatos sobre ele são vagos, com afirmativas do tipo “ele nunca me incomodou”. O fato é que a comunidade parece ter vacilado para viabilizar a sua expulsão. Um supervisor de projeto apresentou

este caso como um indicativo da falta de união neste assentamento, pois, como já havia observado anteriormente, parece demonstrar a existência de relações sociais fracas e pouco regradas, as ser comparada com as comunidades camponesas tradicionais. Trata-se de uma “comunidade” que aceitou (ou não conseguiu evitar), de alguma forma, conviver com alguém “de fora” e com um comportamento discutível.

Por outro lado, o episódio do roubo demonstrou que o assentamento também não estava disposto a ver a sua imagem arranhada perante a sociedade maior. Observa-se no relato do assentado C., um discurso moralizante, ressaltando os valores camponeses e apressando-se em enfatizar que a coletividade não comungava com a atitude criminosa. Ainda que tardiamente, funcionou um mecanismo de expurgo, como relata a assentada na fala acima (a mesma que “denunciou” o grupo coletivo), embora insinue que a resolução do conflito se deveu somente a ela. Em conclusão, a construção de uma normatização e de uma identidade “nós”, embora gradual, vai se viabilizando, inclusive levando em consideração a rede ampliada fora do assentamento.

A assentada da fala acima é uma figura questionada no assentamento e demonstra mágoa da falta de “união” do pessoal (ou de reconhecimento para com ela...) e diz que não há uma “comunidade” no assentamento, só inveja e fofoca (uma *outsider?*). Está aparentemente se desvinculando do assentamento, aguardando o título de propriedade para vender seu lote e sair para comprar terra em outro lugar. É uma liderança em potencial, militando na pastoral da criança e trabalhando em outros assentamentos. Acaba, com isso, fazendo o contraponto de uma certa auto-louvação dos outros assentados, com relação à boa convivência de todos. Disse que foi ela quem conseguiu equipamentos para o assentamento, fato confirmado por técnico da COPTec, embora este tenha afirmado que ela não foi a única responsável. Para ele, esta assentada é uma liderança que hoje

está na “oposição”. O técnico evoca aqui a perspectiva cívica do MST, afastando o mundo da tradição camponesa, onde ela transita, para desmascará-la.

Atualmente existem dois grupos no assentamento - católicos e evangélicos. Vários entrevistados fazem referência a isso, embora também digam que não há divisão no assentamento e que todos são unidos, num discurso vago, mas que demonstra que, se não há a união desejada, pelo menos ela é bastante desejada, como se esperaria de uma comunidade camponesa. Há, contudo, pontos importantes de união na rede de relações sociais do assentamento, aproximando os grupos, devido a amizades e parentesco, o que está possibilitando uma lenta e crescente consolidação de laços sociais, não sem percalços, como aponta a assentada referida. Por exemplo, há casos de irmãos de religiões diferentes e de, pelo menos, um filho de evangélicos que não tem religião e é militante do MST, o que, de certa forma, destoa de um fenômeno mais geral, captado nos estudos de caso, de que há um gradativo afastamento dos evangélicos com relação ao MST, tema abordado a seguir.

Tabela 18. Os grupos originais do assentamento Santo Angelo

Grupos Originais	Evadidos (a)	(b)Outras Saídas ¹	Rotativos a+b	Ano Saída ²	Estado Civil ³	Religião
Coletivo						
S.T. M.B.(sogra de A. V. do A.)			0		c	c
A.V.A.(irmão G.V.A.)			0		c	c
G. V. A.		1	1	2003	c	c
A. M.	1		1	98	c	c
E.B.	1		1	98	s	ad
J.M.B.	1		1	98	c	ad
A.M.B. (irmão J.M.B)	1		1	98	c	ad
J.P.M.			0		c	ad
V.dos S.P.		1	1	2001	c	c
A.V. da C.			0		c	ad
Individuais						
A. da C.S. (irmão A. da C. S.)			0		c	c
J. F. da S.			0		c	ad
C. S. da S.			0		c	ad
I. R. da S.		1	1	97	c	c
E. K. (sobrinho O.K.)	1		1	99	s	ad
O. K.		1	1	99	s	ad
A. da C. S.			0		c	ad
Total em 17 lotes	5	4	9			

Fonte: elaborado pelo autor

1 outras saídas: morte, saída de morador não beneficiário, troca de titularidade, troca de lote

2 estado civil: casado (c) ou solteiro (s)

3 religião: católica (c) ou membro da Assembléia de Deus (ad)

Tabela 19. Os grupos atuais do assentamento Santo Ângelo

Grupos Atuais e Novos	Evadidos (a)	(b)Outras Saídas ¹	Original	Rotativos a+b	Ano Saída	Estado Civil ²	Religião ³	Novos
Católicos e Espíritas								
S.T. M.B.(sogra de A. V. do A.).						c	c	
A.V.A.(irmão G.V.A.)						c	c	
P.R, M.B. (filho S.T.)						s	c	1
H. E. R. G.						c	c	1
J. L. L.M.						c	espírita	1
W. de P.						s	espírita	1
A. da C.S. (irmão A. da C. S.)						c	c	
P. C. S.		1			2002	c	c	1
Evangélicos								
J.P.M.						c	ad	
A. V. da C.(concnhado de A. da C. S.)						c	ad	
J. F. da S						c	ad	
E. M. da S. (filho J. F. da S.)						s	ad	1
C. S. da S.						c	ad	
E. de O. (filho de J. S. O.)						c	ad	1
E. O. M.						c	ad	1
J. S. O. (c	ad	1
A. da C. S. (irmão A. da C. S.)						c	ad	
Total em 16 lotes	0	1		1				9

Fonte: elaborada pelo autor.

1 outras saídas: morte, saída de morador não beneficiário, troca de titularidade e troca de lote

2 estado civil: casado (c) ou solteiro (s)

3 religião: católica (c) ou membro da Assembléia de Deus (ad)

4 A DIMENSÃO SIMBÓLICA DA REFORMA AGRÁRIA

Apresentamos até aqui uma breve discussão sobre a “dimensão material” da evasão, através da análise dos dados secundários, com 14 variáveis e suas correlações com a evasão. Após, apresentamos um relato conciso de duas etnografias, apontando alguns aspectos que nos serão úteis na discussão que se segue, visando dar conta de alguns detalhes da dimensão material que escapam aos dados secundários, enfatizando, entretanto, a “dimensão simbólica” deste fenômeno social.

Para compreendermos o processo social em assentamentos, os seus atores e estratégias, propomos uma análise que tenha início com a abordagem da fase do acampamento, passando pela seleção dos beneficiários e pelo acompanhamento da trajetória da corporação no assentamento e seus percalços. Desta forma, nos valem das perspectivas até aqui apresentadas, ao mesmo tempo em que acrescentamos outras que se mostraram adequadas para uma discussão mais específica.

4.1 O acampamento e a corporação provisória

Nos acampamentos do Rio Grande do Sul, encontramos camponeses, caboclos, agricultores familiares, proletários rurais e até pessoas oriundas do meio urbano, pessoas marginalizadas e desenraizadas, que buscam reconstituir suas vidas por via do acesso à terra, tornando-se, em tese, agricultores familiares. Este é, portanto, um ambiente complexo e heterogêneo, onde se enceta a possibilidade de formação de uma nova comunidade, mas, ao mesmo tempo, se convive com a sombra da desagregação. Ambiente, por excelência, do provisório, onde os sem-terra se apresentam como resíduos de comunidades na busca da recriação de identidades, cujas

[...] referências da estrutura social ficam entre parênteses. Não há conflitos visíveis, estruturais no acampamento. Ali, todos os valores e

normas duráveis perderam sentido. Trata-se apenas de reconstruir as referências sociais mínimas para assegurar a coexistência provisória. Ali, não há ganhos sociais efetivos, apenas perdas sociais. Já na situação de assentamento, os trabalhadores têm pela frente o desafio do permanente, do estrutural, do definitivo. (MARTINS, 2003a, p. 123).

Martins define o acampamento como um espaço de socialização, mas também de dessocialização. A idéia de reduzir ao nada para começar de novo, para que se imponha a politização e a sujeição. Há diferenças significativas entre a situação e a experiência social do acampamento e do assentamento. A sociabilidade do acampamento é provisória e transitória, cuja temporalidade está limitada a fragmentos do tempo social, momento de um processo cujo tempo é outro (MARTINS, 2003a). O acampamento é um ambiente com uma relativa autonomia e, no caso do Rio Grande do Sul, é altamente controlado pelo MST, configurando-se, então, como um espaço de dissolução de referências e de construção de um projeto coletivo, para o MST, o socialismo.

Neste ambiente, os diferentes projetos e possibilidades ficam latentes, à espera da chegada da terra, momento em que, efetivamente, as famílias podem materializá-los. Que projetos são esses? Para alguns, camponeses, talvez a reconstituição de um modo de vida tradicional, baseado no parentesco, na reciprocidade, no patriarcado. Para outros, talvez a formação de pequenas empresas rurais ou cooperativas socialistas; ou ainda, uma forma de capitalizar-se para atingir a cidade com outra condição. Porém, os longos anos em que esta etapa se dá, certamente, proporcionam negociações e reflexões inúmeras, podendo-se imaginar as mais diferentes combinações de projetos.

Tomando de empréstimo o conceito de Eric Wolf, propomos um olhar para o acampamento como uma comunidade corporada, provida de uma normatização rígida, que pode ser constatada através de rotinas definidas, com equipes de trabalho, grupos de discussão e, inclusive, com controle da

ingestão de álcool. Os que não se enquadram são expulsos. Este ambiente, embora sufocante, proporciona uma certa segurança e união que causam efeitos marcantes nas pessoas. São inúmeros os relatos de assentados saudosos dos tempos do acampamento, onde eles “passavam trabalho, mas eram unidos”, como um corpo único, poderíamos complementar. Constatamos que a reciprocidade se manifesta mesmo antes do assentamento, pois a etapa do acampamento apresenta uma peculiaridade: o parentesco é fundamental na entrada na luta. Nos estudos de caso, quase todos os entrevistados foram chamados por parentes para o acampamento. Porém, nem sempre as famílias vão inteiras a um mesmo assentamento, e a partir daí, elas passam a desenvolver outra “luta”, a (re)corporação familiar.

A idéia de poder simbólico, de Bourdieu, onde os agentes acumulam diferentes capitais, pode ser aqui exemplificada pela visível dominação simbólica, por parte dos agentes do MST, pois acumulam mais capital político e econômico, através do monopólio da intermediação com o Estado. Neste momento, o *habitus* de cada sem-terra pode “girar no vazio”, à semelhança dos camponeses ricos das comunidades estudadas por Bourdieu no artigo apresentado, diante de uma situação de mudança rápida, por vezes perigosa, como é o caso de marchas e ocupações, mas, ao mesmo tempo, sabida como transitória, de modo que tal processo também pode propiciar o trânsito entre outros “mundos”, para além do mundo doméstico dos camponeses.

4.2 A seleção de beneficiários e os diferentes públicos

Um dos argumentos mais utilizados pelos críticos da reforma agrária é de que a seleção dos beneficiários é equivocada ou inexistente, de forma que os assentados não estariam preparados para assumir um lote, seja por não serem agricultores ou até por não serem aptos ao trabalho. Neste caso, são freqüentes as explicações étnicas para a não funcionalidade da reforma agrária. De um modo geral, o senso comum busca justificar o "fracasso" da

reforma agrária evocando o que seria o perfil básico do “fracassado”: urbano, caboclo e solteiro. É na tentativa da ruptura com este senso comum que buscamos desenvolver este estudo.

O perfil dos assentados brasileiros demonstra uma baixa escolaridade e um precário domínio do conhecimento de gestão de uma parcela rural, inclusive com um recente crescimento do número de pessoas oriundas de regiões metropolitanas. Este fato, porém, não foi constatado nos estudos de caso, pois se tratam de assentamentos mais antigos, basicamente compostos por camponeses. Embora, num primeiro momento, pareça fácil concluir para uma maior evasão dos urbanos, preferimos certa cautela como sugerem Bruno e Medeiros (2001) e Marques, Santo e Cêpeda (2002). Eles constataram que a evasão de lotes não parece correlacionar-se com a origem urbana. Informações da EMATER-RS corroboram com o bom andamento de assentamentos com contingente de urbanos.

Numa linha diferente, Martins alertou:

O MST contribui poderosamente para o fracasso parcial da reforma agrária como instrumento de reinserção social dos ameaçados pelo modo como se dá o desenvolvimento capitalista no campo. Contribui ao recrutar indiscriminadamente os participantes do seu grupo de pressão, incluindo aí pessoas sem nenhuma identificação com os atores que têm um vínculo claro com os valores próprios da mística original e fundante do movimento. (MARTINS, 2003a, p. 34).

Segundo Navarro, o público da reforma agrária no RS, base do MST, forma o lumpesinato, entendido como o conjunto dos “setores sociais mais frágeis do meio rural” (NAVARRO, 2002a). Martins (2003b), novamente, ressaltou a idéia de que os órgãos de terra estabelecem um modelo de assentado integrado e sem problemas, ao contrário da realidade, que é de um trabalhador à margem, nos limites das possibilidades de inserção.

Os órgãos de terra vêm, historicamente, priorizando os acampados, independentemente de qualquer outro aspecto e esse é, bem ou mal, o critério adotado, seja devido às pressões dos movimentos sociais ou pela ponderação de que a reforma agrária é uma política de caráter fundamentalmente social, isto é, objetiva oportunizar trabalho e moradia aos mais desfavorecidos da sociedade que, supostamente, é o caso dos acampados. Pensar desta forma possibilita concluir que, talvez, estas populações não tenham nenhuma “vocação” específica, como esperam muitos e que, portanto, necessitam dispor do apoio governamental, inclusive, numa perspectiva ressocializadora.

Porém, há diferenças no processo de seleção das famílias ao longo do Brasil. O INCRA possui uma norma interna¹ que regulamenta a questão. Esta propõe a seleção das famílias baseando-se numa pontuação que, por sua vez, leva em consideração inúmeros aspectos, como o tamanho da família, a renda, a experiência com a agricultura (em outras palavras, a vocação, mas como averiguá-la?), construindo um *ranking* das famílias. No Rio Grande do Sul, este procedimento é negociado com o MST, que, por pressão política, acaba influenciando na escolha das famílias.

No momento de alguma seleção, dentro dos acampamentos, ocorrem conversações, evidentemente sob o controle do MST, onde podemos observar tentativas de formação de grupos por afinidades ou parentesco, mas, é o critério ideológico que assume um papel central. Zimmermann (1989, *apud* SILVEIRA, 2003) chama atenção para o critério da propensão ao coletivismo ter sido adotado pelo INCRA na seleção dos beneficiários, pelo menos no estudo efetivado por ela.

Champagne (1986) desenvolveu uma apreciação esclarecedora sobre a ideologia da vocação que, para ele, apresenta funcionalidade na

¹ Embora recente (INCRA, 2005), esta norma praticamente reproduz a norma 18 (INCRA, 2001b), especialmente quanto a pontuação para a seleção dos beneficiários que, por sua vez, reproduz uma mais antiga.

reprodução social dos agricultores, ao engendrar inculcações familiares para a produção de herdeiros e para a necessária “expulsão” de alguns filhos, tendo em vista a impossibilidade de todos acessarem a terra. A vocação, aqui, aparece como uma “opção” e, ao mesmo tempo, como uma “falta de opção”. O autor parece nos alertar para as abordagens essencialistas e imutabilistas, as quais não ensejam adequação com as necessárias políticas públicas de combate à pobreza, onde a reforma agrária brasileira se inscreve. Em outras palavras, a idéia de vocação deve ser vista com cautela e de forma contextualizada, sob pena de recairmos em posturas preconceituosas, quando não racistas.

Uma explicação corriqueira para a evasão é a pretensa trajetória urbana dos evadidos. Contudo, a tentativa de saber se a parcela dos sem-terra que não é camponesa e, sim, urbana, apresenta maior ou menor propensão à evasão de lotes não foi sanada, pois não há dados secundários confiáveis sobre a origem dos acampados. No Santo Ângelo, todos os assentados parecem ter uma trajetória rural, inclusive, os evadidos. O município de Braga, por exemplo, de onde vieram três assentados evadidos, é minúsculo e de base rural, de modo que é pouco provável que estes rapazes não tivessem experiência com agricultura. Além do mais, eles estudaram em colégio agrícola. Os outros evadidos ou rotativos também vieram de municípios agrícolas. Praticamente, o mesmo ocorre no Apolo, onde os assentados originais e os evadidos mostraram possuir trajetórias basicamente rurais.

A situação dos assentados ex-ocupantes de áreas indígenas apresenta particularidades importantes. Estes agricultores tiveram que sair às pressas das áreas indígenas, onde passaram uma existência, sendo que, muitos deles, por total falta de opção, acabaram sendo assentados em locais distantes dos seus de origem, ainda que no Norte do Estado. Por outro lado, em boa parte dos casos, puderam ser assentados somando um conjunto de

lotes de uma mesma família, perfazendo, assim, algumas médias propriedades familiares.

Vistorias realizadas pelo GRAC, em 2003, revelaram que muitos destes agricultores não residiam nos lotes, algo tido como uma irregularidade perante os órgãos de terra e que alimenta uma espécie de “cultura da sindicância”. Neste caso, amenizada pelo evidente direito destes assentados, diferentemente dos sem-terra, de receber, imediatamente, o título de propriedade, pois eram proprietários e ocupantes de boa fé nas áreas indígenas, como prevê a Constituição Estadual. Porém, a tão esperada titulação, até o fim de 2005, ainda não foi realizada pelo GRAC.

Possivelmente, a distância dos seus locais de origem, a velhice de muitos destes agricultores e a facilidade de trabalhar estas áreas com mecanização fizeram com que, em muitas situações, eles delegassem a alguns membros da família (ou a conhecidos, na forma de arrendamento) o plantio das áreas, especialmente com soja. Desta forma, muitos agricultores ficaram residindo nas suas cidades de origem. Mesmo não sendo objeto específico do estudo, é interessante observar a força que os laços sociais estabelecidos exerce sobre as estratégias de vida, inclusive, sobre a vida produtiva dos agricultores. Estes agricultores, que sempre trabalharam e moraram em seus lotes, passaram a adotar novas formas de utilização dos seus novos lotes, valendo-se até da renda fundiária.

Aqui também parece ocorrer, de forma marcante, o fenômeno de atração do mundo urbano, apontado por Bourdieu e impulsionado pelas razoáveis indenizações que estes agricultores receberam da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), o que os possibilitou adotar novas estratégias de vida.

4.3 A transposição para o assentamento

A transposição para o assentamento implica em modificações significativas no funcionamento da comunidade, a começar pela posse da terra, geralmente distribuída em lotes individuais e que, de certa forma, assume uma característica de mercadoria no assentamento. Da mesma forma, o próprio trabalho do agricultor pode ser disposto como *l'he convier*, até ser vendido, caso seja possível ou conveniente². Além disso, a produção voltada para mercado, o comportamento de ostentação e a dependência externa também são realidades nos assentamentos do Estado, corroborando com os indícios utilizados por Wolf para caracterizar uma comunidade aberta, mais próxima do que se entende por agricultura familiar na atualidade (mas, com as ressalvas feitas por WOORTMANN, 1995).

Buscamos compreender, portanto, os assentamentos estudados como que numa transição entre a idéia de comunidade aberta e de comunidade corporada, espaço definitivo da construção das identidades e dos projetos de vida. Arena de disputas, conflitos e transgressões, onde os agentes, transitando entre “mundos”, com acúmulos diferenciados de capitais, procuram estabelecer seus diferentes projetos. Mas, como bem ressalta a sociologia da crítica, este trânsito não é feito sem dor. Assim também aponta Martins, referindo-se à passagem do acampamento para o assentamento:

[...] o assentado é condenado a viver intensamente não só os benefícios da modernização, mas também as dilacerações que a modernização impõe a todos aqueles que procedem da sociedade que na sua estrutura básica é sociologicamente concebida como tradicional, que foi e tem sido o mundo das nossas populações pobres do campo. [...] [os assentados] de uma situação de ausência de riscos econômicos reais transitaram para uma nova situação de riscos econômicos praticamente plenos, apesar da assistência financeira governamental que subsidia a transição e a adaptação na nova situação social e econômica. Esses camponeses se tornaram sujeitos

² Estudando assentamentos, Carvalho (1999) observou as diferenças que estavam latentes na situação anterior ou na luta, e que afloram nos assentamentos.

de relações de contrato e não mais sujeitos de relações sociais baseadas no trato e na palavra. (MARTINS, 2003a, p. 9, p. 78).

Estas dilacerações provenientes da unificação do campo social, de que tratam estes autores, especialmente com relação à ruptura ou enfraquecimento da “união”, é a questão central que procuramos entender, isto é, em que medida os agricultores (re) definem estratégias para se manter nos assentamentos e evitar a evasão de lotes. Nesta perspectiva, Martins define a luta pela terra como secundária, pois o essencial seria a revitalização de um modo de vida calcado em valores fundantes da sociedade tradicional. Portanto, para ele, a luta não é primariamente por terra e, sim, contra a desagregação das relações tradicionais. Refere-se à agricultura familiar ou campesinato como um dos setores mais inquietos e, ao mesmo tempo, mais identificado com a ordem na sociedade brasileira (MARTINS, 2003a).

As novas gerações nos assentamentos vivem numa oscilação entre aceitar e recusar essa alternativa de vida. Jovens, cujas referências são urbanas e cujo modo de vida ordena o seu entendimento do que é trabalho e seus frutos (idem), nos dão pistas para compreender a opção de muitos assentados de morar fora dos lotes, nas cidades³. Esta situação estaria definindo um limite para reforma agrária? Ou, pelo contrário, um avanço conceitual?

As dificuldades encontradas nos assentamentos e a “duplicação da consciência e da conduta”, conforme sugerido por Bourdieu (2000), proporcionam ações contraditórias nos assentados, que agem, por um lado, conforme os ditames do mundo moderno e buscam, por outro, o resgate do mundo tradicional. O assentado vivencia uma passagem como que de um campo neutro, um “limbo social”, para a realidade de uma vida rural em si

³ O próprio PRONAF, em seu manual operativo, já aceita que o agricultor familiar resida fora da propriedade e esta possibilidade é, por vezes, pleiteada por assentados. Isto é, especialmente no caso de assentamentos próximos a cidades, com os seus atrativos simbólicos e materiais, torna-se viável manter um lote cultivado e desfrutar das pretensas vantagens do ambiente urbano. Esta é uma situação que pode vir a modificar a visão atual dos órgãos de terra com relação à exigência de residir no lote.

ambígua, onde convivem de forma tensa e contraditória (como sugere Bourdieu) o arcaico e o moderno, num processo de rápida perda de autonomia do campo social.

O impacto da modernidade na sociabilidade dos assentados, cujo acesso ao crédito é um importante estímulo, pode estar promovendo uma força de atração sobre os assentados para o ambiente urbano, que se manifesta através do mercado de trabalho, com possibilidades de melhores moradias ou, até mesmo, no mercado matrimonial, podendo levá-los à desistência definitiva do lote. O que está em jogo, então, é a capacidade que tem o assentamento de redefinir-se, no sentido de promover uma contra-força de resistência que impeça a evasão de lotes.

As diferenças de postura com relação à posse ou à propriedade de terra são freqüentes e, em torno delas, muitas vezes, se desenvolvem conflitos, seja entre membros da comunidade ou com a própria organização MST. Elias e Scotson (2000) fazem referência aos *outsiders*, que apresentavam algo próximo a um estado de anomia. Martins (2003a) também cita o estado de anomia em que se encontram as populações acampadas e assentadas. É desta anomia e para sair dela que surgem os diferentes projetos de corporação nos assentamentos, que, por sua vez, podem se materializar em conflitos por lotes, como veremos a seguir.

4.4 A corporação socialista e a resistência camponesa

[...] Tem que desconstruir toda essa, cara, é muito complicado falar disso, porque é aquilo pensando de mim, não tô pensando do outro lado, porque as pessoas buscam ascensão nesse modelo, mas quem compreende que para os trabalhadores, para os oprimidos não existe uma saída dentro do modelo, no modo de produção capitalista, a não ser a que ele se auto deteriore e tal, que a ofensiva com os projetos que têm das elites nacionais e internacionais é cada vez ferrar mais com o trabalhador, é cada vez espoliar ele mais ainda, **como é que tu vai desconstruir esse pensamento que o agricultor, que é bem próprio do agricultor**, assim que, essa condição toda marxista pequeno-burguesa de buscar ascensão dentro do modelo quando na

verdade ele não consegue, como se desconstruir isso, e como tu construir um outro objetivo, junto com eles, não pensar para eles, mas fazer com que as pessoas ó, estranhem entendeu, que parece natural. (assentado e jovem militante do MST, grifo nosso)

Este discurso, típico da juventude militante do MST, demarca uma visão que se afasta do mundo camponês e caracteriza o empenho em aproveitar uma possibilidade de ascensão social dentro da organização. A fala reafirma, com a idéia central de desconstrução do pretensu caráter pequeno-burguês dos agricultores, o projeto coletivista do MST, explicitado na cartilha *O que levar em conta na organização do assentamento*. Esta, por sua vez, caracteriza os camponeses:

[...] por organizar o seu processo produtivo de forma familiar (sem divisão técnica do trabalho) e com base na propriedade privada, [o que] tende a constituir visão de mundo subjetivista e oportunista [...] calcado em práticas que se valem de método autoritário e centralizado, típicos de lideranças vindas de uma base social camponesa [...] [Os acampamentos são vistos como laboratórios de formar consciências, para a] construção do novo homem [mas] haverão famílias que discordarão da proposta. Estas famílias se apegarão em detalhes da proposta para desqualificá-la. No fundo, elas discordam dos princípios que norteiam o conteúdo político da nova forma de organização do assentamento. Nestes casos não haverá remédio. Teremos que tomar internamente a decisão de transferi-las para outro local (CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA – CONCRAB, 2001, p. 7, p. 18, p. 25-26, p. 25-26).

Para levar adiante tal projeto, o MST propõe o controle político da demarcação, da assistência técnica e dos créditos, assim como dos demais aspectos da vida de um assentamento, tendo como elemento central o rompimento da propriedade privada da terra e com o trabalho familiar (CONCRAB, 2001, p. 17), na busca do coletivismo.

Segundo Martins, o MST tenta, de sua forma, criar um cimento comunitário,

[...] na reserva de terras para uso coletivo, na obrigatoriedade da co-participação em certas atividades e em certas opções também coletivas, na criação de superestruturas ideológicas e políticas,

supostamente baseadas em valores comunitários e coletivos. (MARTINS, 2003a, p. 62).

Há assentamentos coletivos, louvados pelo MST, em que se implementou, ainda que parcialmente, o cimento comunitário socialista, via Cooperativa de Produção Agropecuária - CPA, embora sejam poucos no Estado. Haveria menos evasão nestes assentamentos? Se a resposta for positiva, o que isso significa? De qualquer modo, a idéia de lotes coletivos, historicamente, tem sido estimulada não só pelo MST, mas também pelos órgãos de terra, estando, hoje, inclusive, nas próprias normativas do INCRA. Este propósito ideológico assume, por vezes, roupagens técnicas, ampliando o seu poder simbólico de “convencimento” dos assentados, a exemplo da proposição de sua maior “racionalidade técnica”. As propostas para as áreas de várzeas, geralmente utilizadas para o plantio do arroz irrigado, são um exemplo freqüente desta situação.

Em *Organizações e a “lei de ferro das oligarquias”*: um estudo sobre os assentamentos rurais de reforma agrária (SILVEIRA, 2003), encontramos uma análise das formas de organização do MST, especialmente quanto ao coletivismo, valendo-se do arcabouço teórico de Robert Michels e de seus argumentos acerca da formação de oligarquias como o resultado de processos sociais típicos do desenvolvimento de organizações. A autora, em primeiro lugar, enfatizou que o MST deve ser considerado como uma organização e não como um movimento social típico, pois construiu uma estrutura institucional e delimita os campos de atuação dos mediadores envolvidos na luta pela terra. A opção pelo ideário leninista e pelo centralismo democrático acabou modificando as suas características basistas, transformando-o numa organização.

Michels foi um herdeiro da “teoria das elites”, do final do século XIX, que afirmava que sempre existiram e sempre existirão classes dominantes. Ele considerava importante a teoria do materialismo histórico, excluindo, porém, a

idéia da inevitabilidade do socialismo. A tese central deste autor diz respeito à indispensabilidade técnica de chefes, daí a existência das oligarquias. Esta teoria disputava espaço com o marxismo, procurando provar a naturalidade do capitalismo. Para tal, o autor estudou os partidos democráticos operários enquanto organizações, constatando que toda organização promove diferenciação de poder e se torna uma burocracia hierarquizada, exemplificada pela assertiva: “a democracia é um tesouro que ninguém encontrará”.

Estas idéias foram criticadas, especialmente com relação ao seu viés essencialista, de modo que o estudo aqui apresentado, longe de determinismos, considera o fenômeno das oligarquias apenas como tendência, na tentativa de compreender o funcionamento das organizações do MST. Silveira (2003) se vale de quatro estudos em assentamentos brasileiros para discutir a problemática da representação social entre o MST e os assentados.

O primeiro estudo analisado foi de Zimmermann (1989 *apud* SILVEIRA, 2003) sobre um assentamento gaúcho, palco de um processo de cooperativismo, onde apontou o fracasso dessa iniciativa:

[...] sem levar em consideração os mecanismos sociais que facilitavam ou inibiam a integração das famílias, o MST e os agentes do Estado, atuantes no assentamento, só valorizavam os grupos modelares. [Concluiu afirmando que] a cooperação agrícola acabou por dividir as famílias em um processo que enfraqueceu a identidade social do grupo. (SILVEIRA, 2003, p.64).

No segundo estudo, Souza (1999 *apud* SILVEIRA, 2003), valendo-se da teoria habermasiana da ação comunicativa e estudando três assentamentos no Paraná, definiu três tipos distintos de *praxis* no MST: a *práxis* das lideranças, enquanto resultado de cursos de formação e estabelecimento de consensos políticos; a *práxis* do assentado não-liderança, onde a família está em primeiro lugar; e a *práxis* do movimento, enquanto resultado de atos, caminhadas, etc. É no confronto destas diferentes *práxis* que a autora faz um importante alerta: a proposta pedagógica de Paulo Freire propõe o

reconhecimento das identidades culturais, ao passo que o MST propõe uma nova cultura política, que visa combater os “vícios” dos camponeses, tais como o individualismo, o comodismo, etc. Analisou, também, os fracassos dos coletivos e constatou as razões de ruptura, entre as quais, a privacidade das famílias, os atritos e os costumes, a liberdade de horários e a preocupação com o tempo presente.

No terceiro estudo, Pereira (2000 *apud* SILVEIRA, 2003), estudando assentamentos de Goiás e do Paraná, ressaltou a centralidade da honra, enquanto valor fundante, e da reciprocidade, enquanto sociabilidade, regras e valores das relações entre as pessoas nas sociedades tradicionais. O parentesco foi visto como um valor central, um classificador social, em que a pessoa se define pela descendência e não como um indivíduo. Além disso, a herança e a terra conformavam também elementos de importância na matriz dos valores camponeses. A seguir, contrastou estes valores com aqueles das sociedades modernas (nas quais o socialismo seria uma variante), com relação à ética do trabalho, do contrato e do indivíduo como valor supremo. A ideologia do coletivismo, ao entrar em contato com os valores camponeses, com a reciprocidade e a autonomia, enfrentava a resistência destes, como constatou o autor:

[...] a forma de exploração coletiva da terra para os assentados não entrava no espaço de sociabilidade, porque não constituía, para eles, nenhuma forma de reciprocidade, e por isso, muitos assentados manifestam-se contra a organização do trabalho coletivo, argumentando sobre a dificuldade em conciliar este tipo de trabalho com as atividades em sua parcela e a má distribuição dos resultados. (SILVEIRA, 2003, p. 104)

O último resumo é o de Brenneisen (2000 *apud* SILVEIRA, 2003), que, estudando também assentamentos no Paraná, investigou os processos cooperativistas, as relações de dominação e a resistência camponesa, baseando-se na perspectiva teórica de Foucault, entre outros autores. Brenneisen investigou a contraface da dominação nos assentamentos, a qual

chamou de “resistência camponesa” aos processos de coletivização, principalmente por meio das CPAs, defendidos pelo MST. Para ela, o modelo cooperativista oferecia mobilidade social, especialmente aos jovens e militantes, provocando disputas internas e, pela distribuição desigual de poder que engendra, promovendo um processo de oligarquização.

A autora foi além, afirmando que estas experiências mal sucedidas, além de não apresentarem resultados, estavam também fomentando desavenças nos assentamentos. Criticou os referenciais teóricos do MST, os quais inculcam preconceitos contra os camponeses, ao ressaltarem seus “vícios” e a necessidade de mudar a sua cultura. Exemplificou com a metodologia do laboratório experimental, considerada, hoje, até pelo MST, como ultrapassada, cuja função era justamente controlar esses “vícios” e “anomalias”, tais como a “indisciplina” e os “valores pequeno-burgueses de apego à propriedade”.

Brenneisen (2000 *apud* SILVEIRA, 2003) trouxe mais um elemento, este nativo, qual seja, a reprodução dentro dos movimentos sociais do velho modelo brasileiro de clientelismo e autoritarismo. Constatou, também, que o revisionismo do MST com relação ao coletivismo é apenas parcial, isto é, eles o entendem como uma questão tática, a ser superada com o acúmulo de condições objetivas e não como um erro de estratégia. Concluiu desafiando os movimentos sociais e a esquerda em geral, para: “[...] libertar-se dos velhos dogmas e reinventar-se a si mesma.” (BRENNEISEN, 2000 *apud* SILVEIRA, 2003, p. 151).

Mesmo numa publicação do MST (CONCRAB, 1998, p. 27), que trata de um apanhado sobre o cooperativismo chinês, há a constatação de que as formas coletivas de organização do trabalho desenvolvidas lá, em geral, diminuía a iniciativa, o entusiasmo e a produtividade dos camponeses. Em seu item 6.1, intitulado: *O futuro do cooperativismo* (CONCRAB, 1998, p. 42),

constatou-se que a maior parte do campesinato chinês estava envolvida com formas familiares e individuais de produção, fato que foi fruto de um longo processo de disputa entre as propostas cooperativistas plenas e o modo de vida camponês. Portanto, nos parece que uma leitura mais atenta da experiência chinesa, assim como a de outros países, pode trazer-nos novas contribuições para o enfrentamento do tema nos assentamentos brasileiros.

Navarro (2002a, p. 223) apresentou sua visão sobre este tema:

A formação de cooperativas inteiramente coletivizadas, que fazem *tabula rasa* da história social dos agricultores, antes pequenos proprietários, por exemplo, encontra uma forte resistência das famílias rurais, o que têm gerado inúmeros conflitos nos assentamentos formados. [...] quando a identidade social originária, nascida no mundo da “pequena produção”, rompida pelos tempos de acampamento e das ocupações de terra, concretiza-se novamente com a chegada ao assentamento e a reconstituição da vida comunitária do passado. Em tais situações, são comuns os anseios, entre tantos assentados, de refluir em relação à sua organização.

O autor sugeriu que estariam ocorrendo expulsões de assentados desobedientes (que não se adaptam ao projeto coletivo, por exemplo) por parte do MST⁴. Martins, por sua vez, viu a experiência do coletivo mais como uma engenharia de controle social nos assentamentos (MARTINS, 2003b), complementando:

[...] a coletivização não é uma necessidade técnica ou econômica, não é um requisito de racionalidade econômica, de produtividade. Não se inscreve na cultura brasileira e nas tradições populares do campo, em nenhuma área do país. (MARTINS, 2003a, p. 92).

Carvalho (2002a), embora tenha proposto o coletivismo como forma de combate ao individualismo econômico, supostamente se referindo à agricultura familiar, também observou, num assentamento do Ceará, desentendimentos devido às pressões em prol do coletivismo (CARVALHO,

⁴ O texto referido foi respondido por Carvalho (2002b), que procurou realizar ampla defesa do MST, basicamente legitimando todas as posturas do movimento enquanto resultado da opressão a que os sem-terra sofrem. Na seqüência, Navarro (2002b) faz a tréplica e aprofunda sua crítica ao MST desde seus pressupostos teóricos até sua prática política cotidiana, cuja faceta relacionada ao coletivismo forçado abordamos aqui.

1999). Da mesma forma, Bruno e Medeiros (2001) destacaram os conflitos devido ao autoritarismo e à imposição de modelos organizativos e formas de cultivo como causas de evasão e desagregação dos assentamentos.

O tema foi novamente abordado por Martins, onde afirmou:

[...] pessoas que supostamente estão voltadas para objetivos comuns, mesmo quando têm origens diferentes, não conseguem construir um eixo comum de referência nem mesmo no âmbito das relações de interesse, uma certa idéia de pertencimento, de estar juntos, de comunidade. Essa dificuldade talvez explique o revigoramento da família extensa como unidade social de trabalho e consumo, e referenciais de tipo familista, como sujeito da participação num assentamento. [...] assentamento não é base nem condição de identidade, não é uma instituição, é uma intervenção externa no curso de um processo social (MARTINS, 2003a, p. 66).

Numa avaliação do assentamento Belo Monte, do tipo rururbano, na região metropolitana de Porto Alegre (MELLO; MIELITZ NETTO, 2005), composto por pessoas bastante empobrecidas e sem vínculos maiores entre eles, observou-se uma experiência desastrosa do coletivismo forçado, neste caso com o Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD. A realidade factual deste assentamento demonstrou contrariedade ao universo idílico (exemplificado pela agrovila, pelas áreas coletivas, por mutirões, etc.), previamente concebido por aqueles voluntaristas, que, sem perceberem, reproduziam os mecanismos de tutela política aos quais se refere Martins (2000a, 2000b). A questão posta não seria tão dramática se não se repetisse em diversas situações da reforma agrária brasileira. O estudo concluiu afirmando que, desafortunadamente, aos pobres do campo a emancipação é proposta mediante tantas condicionalidades que os resultados terminam por se mostrar, no mínimo, duvidosos.

O que está em questão é o fato de que, na maioria dos casos, o coletivo possível:

[...] é constituído por uma rede de parentesco e agregações, numa relação patriarcal e de dominação. [Trata-se de] um ente coletivo cuja coletividade não coincide com o coletivismo da manipulação ideológica. (MARTINS, 2003a, p. 56).

Manifesta-se, por exemplo, na resistência aos lotes coletivos, que impedem a herança da terra, algo arraigado na tradição da agricultura familiar, pois está implícita aí outra concepção de propriedade, de trabalho e de família. Martins está-se referindo à família extensa tradicional, em oposição à família nuclear, a adotada pelos órgãos de terra. Aqui, a terra pode até ser secundária; o essencial é a revitalização de um modo de vida calcado em valores fundantes da sociedade tradicional. Neste caso, a luta não seria primariamente por terra e sim contra a desagregação das relações tradicionais (MARTINS, 2003a). O autor revela o abismo que há entre o mundo de direitos e de reciprocidades morais e o mundo da “coisificação” do mercado e do dinheiro (a cidade mercantil, diríamos), cujos efeitos desagregadores são objeto de uma luta específica.

Candido (200, p. 81), em etnografia realizada na década de 1950, em São Paulo, apresentou a estrutura fundamental da sociabilidade caipira⁵:

[...] consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio-mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas.

O autor demonstrou a importância do parentesco na formação dos bairros caboclos. Como unidades de resistência ao latifúndio, os caipiras desenvolveram uma cultura autárquica e fechada, a qual, devido à precariedade dos seus direitos de acesso à terra, contribuiu para manter níveis mínimos sociais e conformou uma cultura caracterizada por isolamento, posse da terra, trabalho doméstico, auxílio vicinal e margem de lazer, com raízes históricas de fuga do trabalho, o que, para o autor, não se deve confundir com vadiagem.

⁵ Entendido por nós como um tipo de camponês.

Estes são elementos de uma sociabilidade que muitos assentados buscam resgatar nos assentamentos, como observa Martins, através de um processo de remodelação do assentamento que ele chamou de “reforma agrária dentro da reforma agrária”, onde visualizamos uma tentativa de reincorporação do assentamento, via restabelecimento da família extensa enquanto espinha dorsal do corpo. Todavia, isto não se dá sem que vivenciem dificuldades na (re) criação de identidades, as quais podem se tornar em potenciais fatores de conflitos e evasões.

Este fenômeno foi observado por Carvalho (1999), que, lançando mão da perspectiva de Martins, observou o sentimento de insegurança dos assentados frente às novas interações sociais, buscando refúgio na família e na religião, reproduzindo, desta forma, em alguma medida, o padrão anterior e viabilizando a ressocialização. Embora tenha constatado o papel fundamental do parentesco na coesão das redes sociais, mais do que a identidade pela política, paradoxalmente, este mesmo autor, em outra publicação (CARVALHO, 2002a), propôs aos agricultores familiares brasileiros (assim como, aos pescadores, assentados e indígenas) a formação do que chamou de “comunidades de resistência e superação”, como forma de resistência à opressão capitalista e à dominação simbólica que ela enseja.

Sinteticamente, defendeu que os agricultores deveriam se afastar do mercado (não totalmente, enfatizou, pois não propunha uma volta às sociedades camponesas), através da mudança dos hábitos alimentares, pelo incremento da produção de auto-consumo, com a agricultura de base ecológica e, principalmente, pelo afastamento do mercado de trabalho. Para viabilizar estas mudanças, propôs mudanças na matriz cultural e a criação de uma identidade de resistência (CARVALHO, 2002a). O autor, porém, não explicou como as comunidades e as identidades (em outras palavras, os laços sociais) se formariam, dando a entender que o convencimento feito pelas lideranças dos

movimentos sociais seria o bastante para efetivar esta transposição quase mágica de mundos.

Diante destas considerações, somos impelidos a questionar em que medida o projeto coletivo/socializante do MST destrói ou enfraquece o projeto camponês, como este resiste e, fundamentalmente, quais as conseqüências sociais disso, especialmente com relação à evasão de lotes. Procuramos desenvolver esta análise considerando que estes projetos são representativos de cidades (ou mundos de justiça), porém, sob a batuta de um processo maior, de unificação de mercados simbólicos, com a hegemonia do mundo urbano. Este representa um elemento adicional em nossa análise, influenciando a todos, mas, em especial, a juventude, mais suscetível à formação de uma identidade urbana.

Tendo em vista a crescente dificuldade de negociação com o projeto camponês, o MST vivencia uma tentativa de reformulação e começa a buscar novas identificações, presentes no discurso de um jovem assentado no Santo Ângelo. Ressaltando que nasceu na cidade, o jovem é representativo de uma outra vertente do MST que começa a valorizar a identidade jovem e urbana, na tentativa de dar conta de um público crescentemente urbano, mas sem deixar de lado o ideário socialista. Com isso, o trabalho com teatro e lazer se inscreve numa tentativa de reequilibrar a balança simbólica que parece, cada vez mais, pender para a cidade, especialmente com os jovens. Estes circundam com maior desenvoltura nos meios urbano e rural (um deles, no Santo Ângelo, tem uma moto e vai mais à cidade), participando das festas e do convívio urbano. No caso das famílias evangélicas, os jovens tendem a se atritar com os pais, pois são proibidos de várias formas corriqueiras de lazer, sinalizando um conflito de gerações que se configura como um efeito trava, como sugere Elias.

Entretanto, os “vícios” dos camponeses, apontados no discurso do militante, ainda se configuram como uma preocupação central das cartilhas do

MST (CONCRAB, 2001), demonstrando aqui o que já havia sido apontado por Brenneisen (*apud* SILVEIRA, 2003), de que o arrefecimento das propostas coletivistas é apenas um recuo tático e de que o marxismo vulgar ainda é a referência básica de seu ideário e, com ele, as tentativas mais ou menos explícitas de “desconstruir” a cultura camponesa (embora haja, paradoxalmente, uma crescente adoção pelo MST do termo camponês como algo positivo).

De outro lado, os jovens parecem ter mais facilidade de circular no campo da organização política do MST. Alguns jovens do Santo Ângelo são representantes de uma trajetória mais distante da produção agrícola, que é a militância na organização política MST⁶. O que se configura como uma novidade, neste caso, é a tentativa, ainda incipiente, de dar conta desta nova realidade urbanizante, bastante presente na vivência dos jovens, nos assentamentos do Rio Grande do Sul.

4. 5 A contra-corporação empresarial, o rentismo e a venda de lotes

Além de um projeto corporativo tradicional e um socialista, observamos a ocorrência em assentamentos de projetos empresariais ou até rentistas, porém, não necessariamente comprometidos (ou descomprometidos) nem com uma corporação de comunidades, nem com a venda propriamente. O caso de assentados engajados num projeto societário urbano, por exemplo, em assentamentos próximos à região metropolitana, como a de Porto Alegre, muitas vezes, os impele, mesmo residindo no lote, a loteá-lo para moradia, inserindo-se muitas vezes no mercado de trabalho e imobiliário ao mesmo tempo. Seria este crescente e específico engajamento ao mundo urbano um fator de esboroamento da corporação e, conseqüentemente, facilitador da evasão?

⁶ A tendência é o jovem entrevistado passar seu lote para um irmão, que já está lá, inclusive. Neste caso, se configurará uma troca de titularidade e não evasão, pois o lote ficará na família.

Segundo Candido (2001, p. 117), a presença do latifúndio abalava os padrões tradicionais caipiras e promovia a reorganização das relações. Ademais, o processo de diferenciação social dentro dos assentamentos, especialmente quando aliado à acumulação de capital e terra por parte de alguns demonstra que projetos empresariais também buscam seu espaço, podendo funcionar como forte estímulo à venda interna de lotes por parte daqueles menos capitalizados, que, por um motivo ou outro, se engajam neste projeto, muitas vezes como empregados em sua própria terra.

Paradoxalmente, projetos empresariais podem, também, viabilizar a coesão nos assentamentos quando propõem uma negociação com o projeto camponês e/ou o projeto socialista. Desta forma, fazendeiros podem se “acoplar” a um projeto corporativo, onde acabam sendo, por vezes, defendidos pelos assentados contra as investidas do INCRA para expulsá-los, haja vista que não são, por definição legal, o público da reforma agrária.

Estudando um assentamento de Pernambuco, Wanderley (2003) concluiu que a diferenciação social (evidenciada, por ela, pelo arrendamento de outros lotes do assentamento) estava na raiz das desistências das parcelas. Embora não tenhamos convicção, o suficiente, para concordar totalmente com esta afirmação, isto representa, para nós, um elemento adicional a considerar. Isto significa que pode haver uma pressão dos agricultores mais ricos (mesmo de fora do assentamento) para arrendar ou comprar lotes, mas, para tal intento, esta pressão (ou este projeto) deve enfrentar as barreiras erguidas pelos outros projetos, camponês ou coletivista.

De qualquer modo, a venda de lotes (e o arrendamento) é bastante presente nos assentamentos do Rio Grande do Sul. Ela é, para Martins, de alta gravidade, comparável aos grandes episódios de grilagem de terra. O autor

observou um desencontro entre os agentes da reforma e destinatários da reforma, pois, para ele, há um sujeito oculto na reforma agrária:

[...] um sujeito possível, estruturalmente dado, que governa sem se dar a ver, um sujeito que se determina por aquilo que nega, como é fundamentalmente o caso da renda da terra. Assentado também é titular de renda fundiária como o latifundista, mesmo que sua existência social se organize ainda a partir de mediações específicas e próprias de sua situação social e de classe e da dominância que nela têm o trabalho. (MARTINS, 2003a, p. 10).

Assim, recria a lógica do latifúndio e nega a reforma agrária, na medida em que vende o lote e reproduz uma postura rentista, a qual deveria combater, postura que é apresentada aqui como fruto da necessidade de, mais do que vivenciar o desenraizamento, aprender suas estratégias de sobrevivência e uma forma de driblar seus efeitos perversos.

Em outras palavras, as imensas dificuldades em que vivem estas populações e cuja superação não encontra, via de regra, o apoio das políticas públicas, parece empurrar parte dos assentados a estas estratégias rentistas. A questão é a seguinte: o arrendamento de lotes indica uma tendência à evasão? Embora não dispondo de dados para responder, nos parece que são possibilidades não necessariamente associadas, de modo que o tema merece um estudo mais específico. De qualquer modo, o rentismo é pressuposto aqui como um fenômeno que atravessa os projetos corporativos, podendo conformar um processo contra-corporativo.

4.6 A disputa de projetos

Os estudos de caso nos permitiram constatar alguns fenômenos recorrentes em assentamentos do Rio Grande do Sul, tais como a ascensão dos evangélicos e seu concomitante afastamento do MST; a crescente ocupação dos assentamentos por “gaúchos”, moradores oriundos das comunidades vizinhas; o movimento de corporação por parentesco e a

ampliação das redes de relação com os fazendeiros vizinhos. Estes fenômenos se inscrevem num processo maior de disputa de projetos e de trânsito entre “cidades”, gerando, por um lado, conflitos e, por outro, engendrando os mecanismos de construção da paz, cuja materialização pode ser observada na composição dos grupos de relação e na ocupação dos lotes vagos. Com acúmulos diferenciados de capitais, não sem ambigüidade, estas populações se encontram em diferentes etapas de um processo de corporação para a formação de comunidades ou, em outras palavras, de ressocialização.

O processo de corporação apresenta elementos característicos de uma comunidade aberta, conforme definiu Wolf, com a visível diminuição da ingerência da comunidade sobre o indivíduo e onde as regras internas tornam-se mais relativas. Guarda, também, elementos de uma comunidade corporada fechada, onde persistem, ainda que muitas vezes burladas, a proibição de venda e arrendamento de lotes, além de outros regramentos de conduta. As comunidades que desenvolvem processos aglutinantes através das relações de reciprocidade, típicos de comunidades corporadas, mesmo com um certo nível de conflitos, têm mais chance de manter seus membros galvanizados na perspectiva de manutenção do assentamento unido e produzindo, resistindo, portanto, à atração do mundo urbano. Em outras palavras, uma comunidade que equaciona seus diferentes projetos e identidades, caminhando para a construção de uma identidade “nós”, conforme Elias, numa situação minimamente nômica, encontra mais chances de resistir à evasão.

Este processo de corporação é reconhecido e estimulado diferentemente pelos agentes do MST, pelos técnicos e pelas famílias, tradicionais ou urbanas, num campo de lutas que também envolvem projetos não corporativos e até urbanizantes. Por sua vez, os impactos dos conflitos entre os diversos projetos, dentro dos assentamentos, se dão num ambiente marcadamente permeado pelas contradições resultantes da dominação econômica e simbólica do mundo dito moderno. Deste meio, fluem os projetos

de corporação com vistas à resistência camponesa, ao socialismo, à integração empresarial, ou mesmo, à transgressão final de qualquer tentativa de corporação, representada pela venda do lote.

Carvalho (1999) realizou um estudo onde apresenta coincidências com o proposto, ao observar três identidades sociais com maior ocorrência nos assentamentos brasileiros: a identidade por rede de relações sociais consolidadas historicamente; a identidade social pela origem e; a identidade social pela política, semelhante às corporações propostas acima.

Constatamos que, no Apolo, o projeto socialista não conseguiu se estabelecer, ao passo que o projeto camponês vem ocupando espaços, embora de forma aparentemente mais lenta que no Santo Ângelo. Este fato se justifica pelo nível de conflito no assentamento Apolo, o que, por sua vez, parece ter facilitado o avanço da contra-corporação empresarial associada à renda fundiária, ainda que de forma negociada com os camponeses. O Santo Ângelo experimentou o projeto socialista, o qual redundou em fracasso, embora hoje, possamos observar a predominância do projeto camponês na construção de uma corporação, ainda que hesitante, perante as investidas de fazendeiros. Para isso, os camponeses precisam lidar com os conflitos, ao mesmo tempo em que lançam mão de diversas estratégias de construção da paz, como veremos mais adiante.

Encontramos, pelo menos, quatro fontes básicas de conflitos nos assentamentos gaúchos. Em primeiro lugar, o conflito inicial do MST *versus* proprietários circundantes, especialmente na chegada das famílias à nova área. Em segundo lugar, a própria situação de miserabilidade do sem-terra parece ser um facilitador de ambientes mais violentos, assim como o é nas franjas das grandes cidades. O roubo, às vezes, se torna uma necessidade, especialmente nos assentamentos recém-instalados, antes da chegada dos recursos.

Em terceiro lugar, estas mini-sociedades em formação se tornam um ambiente fértil para disputas iniciais de poder. Este fato, em princípio e olhando sob este aspecto, não seria diferente de outras comunidades rurais nos seus primórdios, tendo em vista que é razoável supormos um período histórico mais ou menos longo para a formação de uma “identidade nós”, conforme sugere Elias, ou de uma corporação, no caso de Wolf, com relação à formação de alianças entre as famílias e de construção de lideranças locais. Em outras palavras, a própria juvenilidade destas comunidades em formação já proporcionam um incremento significativo de tensão entre os agentes sociais.

Por último, a disputa de poder dentro dos assentamentos, especialmente por recursos naturais, terra e água, pelo controle do espaço de mediação e, conseqüentemente, dos recursos financeiros do crédito agrícola e de programas de desenvolvimento, parece intensificar-se num ambiente onde o Estado, neste caso, representado pelos órgãos de terra, sugere ou obriga os assentados a se comportar como um todo monolítico, uma corporação, mesmo que fictícia. Impelidos a disputar o espaço de mediação, agentes provindos de diversos locais e vivências, ainda sem terem solidificado relações de reciprocidade, ou mesmo no caso de terem construído relações de reciprocidade negativa (o que ocorreu com alguns grupos do Apolo que já tinham rixas desde o acampamento), acabam por ampliar as relações sociais conflituosas, tais como as que relatamos nas etnografias.

O que parece ocorrer é que estes conflitos, por vezes, tomam uma dimensão que inviabiliza a permanência de alguns assentados no local, potencializando a rotatividade nos assentamentos. Porém, este fato não implica, necessariamente, na evasão do programa de reforma agrária, pois, muitas vezes, os assentados efetuam a troca para outros assentamentos ou ainda abandonam o assentamento antes de se regularizarem perante os órgãos de terra.

As disputas de projetos discutidas até encontram seu momento crucial na vacância de um lote. O MST procura inserir um acampado neste lote, o que, freqüentemente, provoca disputas internas com outros assentados. De outra forma, um “comprador”, quando for “de fora” e se vê no direito de ficar no lote, pois “pagou por ele”, poderá entrar em conflito com “os de dentro” ou mesmo com acampados chamados pelo MST, que, por sua vez, podem ser entendidos como sendo “de dentro” ou “de fora”. Estas disputas explicitam um choque entre os projetos, especialmente (mas não só) entre o projeto coletivista do MST e o projeto camponês-tradicional, fato que tem sido alvo, inclusive, de uma reflexão por parte do MST, mas ainda sem o anúncio de uma redefinição política, especialmente com relação à ocupação dos lotes vagos.

Na vacância de um lote, as relações religiosas e de reciprocidade, relacionadas com parentesco e amizade podem provocar dissonâncias com as definições do MST, especialmente com relação à obrigatoriedade do acampamento para os candidatos ao lote vago, ou mesmo gerar relações clientelísticas com os mediadores. Aqui se materializam os diferentes projetos, afirmam-se as identidades, estabelecem-se negociações entre os “mundos”, abrindo a possibilidade da corporação ou da desagregação, como constataremos nas falas a seguir:

[se referindo aos evangélicos] [...] Eu não tenho nada contra eles, só que os católicos, não sei como é que acontece isso, é a minoria aqui, então os evangélicos, pelo método que eles usam de convencer as pessoas, eles tem mais jeito que os católicos...

[sobre a ocupação de lotes vagos] [...] Os evangélicos chamavam eles que já eram evangélicos, eles conheciam, depois foi aumentando [...] o movimento tem um certo acordo, de troca de lote e tudo, se é para unir famílias, a gente concorda [...]

[a posição do MST] [...] tem uma regra que a pessoa tem que estar no mínimo seis meses acampadas, que no acampamento tem uma certa formação que tu dá para essas famílias, para ele ter uma noção do que é assentamento, ter um lote de terra, produzir [...] e também conhecer a parte organizativa do assentamento [...] porque se tu pegar uma pessoa que nunca foi acampada [...] é pra criar problema... (liderança estadual do MST).

Se tiver vaga, tiver um lote aí que desse para colocar ele [filho], eu gostaria, porque ele é novo, tá com todo o tempo prá trabalhar, né? [mas acharia melhor se não precisasse acampar...] (assentado no Santo Ângelo).

Os discursos acima revelam o desejo dos camponeses na recorporação familiar e religiosa, a difícil negociação com o MST, que não abre mão do acampamento, o qual acaba convertendo-se numa espécie de rito de passagem. Percebe-se, na liderança do MST, uma apreensão perante a ascensão dos evangélicos e a sua influência na ocupação dos lotes vagos. A liderança realiza uma transição para o mundo doméstico, percebendo a importância, ainda que de forma ambivalente, do parentesco e da capacidade dos evangélicos em lidar com os camponeses. Mas, ao ser questionado diretamente sobre a questão, retoma o projeto socialista e demarca a posição do MST.

O assentamento é um espaço diferenciado no que tange à dominialidade. Por um lado, os assentados convivem com uma certa insegurança dominial, visto que eles não possuem a propriedade da terra, dependendo, em alguma medida, do MST, dos vizinhos e, principalmente, do Governo, para manterem a posse de seus lotes. Por outro lado, este ambiente (espécie de “terra de ninguém”) parece facilitar a disputa por terra e outros recursos naturais, especialmente, água.

A disputa torna-se mais evidente nos momentos posteriores à evasão de alguém. Com a vacância de lotes, intensifica-se o comércio desses lotes e de atas (instrumento de aprovação beneficiário pela comunidade, que é exigido pelos órgãos de terra para oficializá-lo no lote). O que se comercializa não é só a terra, mas também (e, às vezes, principalmente) o direito de acessar recursos de fundo perdido ou que funcionam como se assim o fossem, pois os recursos do INCRA são, em tese, retornáveis, mas, na prática, muitos não são pagos, de modo que a chance de obter somas consideráveis de recursos não convém ser desperdiçada por nenhuma família.

Os dois assentamentos estudados parecem estar equacionando, razoavelmente, a disputa por lotes, através do estabelecimento de um equilíbrio de forças entre católicos, MST e evangélicos, com a ascensão dos evangélicos e o declínio dos católicos, além de um certo afastamento do MST e pela intensificação da influência de empresários (fazendeiros), através da comercialização, da contratação de serviços e do arrendamento. Assim, as famílias vão se reagrupando ou ampliando o número de lotes para si, com a gradativa saída dos que não têm vínculos sociais maiores, que, no limite, pode se dar na forma de expulsão.

De outro lado, o processo de formação de uma comunidade corporada, onde, numa situação extrema, o indivíduo não tem ingerência sobre a terra, pode ser também um causador de insegurança dominial, na medida em que fragiliza as famílias que não estão inseridas nela e que desejam usufruir de seus lotes de forma menos regrada.

Desta forma, procuramos entender em que medida o projeto de corpo, que se insinua num acampamento, entra em crise no surgimento do assentamento, resultando, por vezes, em evasão de lotes e desagregação. Talvez estejamos diante de um choque de “comunidades” (no sentido de valores e práticas culturais, como Wolf sugere) ou numa disputa de cidades (conforme apresenta Boltanski), que atinge um auge dramático e transgressor na venda do lote. Este é o momento onde tomam parte valores retrógrados, tais como a renda fundiária, reverberando a transgressão original⁷, representada pela ocupação inicial da terra.

⁷ Nos referimos aqui ao aspecto da culpa que sentem os assentados na ocupação de terras, não aprofundado neste estudo, mas que pode ser acessado em Martins (2003b).

4.7 A mediação e o apoio governamental

As disputas de projeto, comentadas anteriormente, contam com a participação ativa de mediadores, em especial, de técnicos dos órgãos de terra, da assistência técnica e de lideranças do MST. De forma secundária, observamos a ascensão de lideranças evangélicas. O espaço de mediação é, por excelência, o palco destas disputas. É o que chamou a atenção de Neves (1998, p. 152) quando discutiu o processo de mediação em assentamentos do Rio de Janeiro, e assim o definiu:

[...] equivale à institucionalização de um sistema de regras destinadas a assegurar a hegemonia de uma ordem consagrada ou em busca de consagração. Contempla fenômenos cuja objetividade põe em jogo relações sociais estruturais viabilizadas por interações que agregam redes de interseção. Envolve, por fim, engajamentos e mobilização de segmentos selecionados para reordenação de modos de conduta e visão social de sua posição.

A autora enfatizou a missão pedagógica a que os mediadores são imbuídos para inculcar crenças comuns nos mediados, viabilizando as mudanças de posição. Desta forma, criam novos sistemas classificatórios de acordo com os interesses dos mediadores, possibilitando a criação de formas de dominação, explicitando:

[...] os mediadores tendem a atribuir a si um papel salvador ou emancipador, pela transmissão de outras visões de mundo e pela incorporação de saberes diversos daqueles que o grupo mediado se encontra dotado. (NEVES, 1998, p. 160).

Partindo da pressuposta ignorância dos mediados, os mediadores tendem a impor a sua visão de mundo, de modo a fazer aparecer emancipado o que é subordinado, concluindo que:

[a mediação] pressupõe uma prática que não pode apenas se pautar na suposta inocência das boas intenções e dos compromissos, mas que deve ser constantemente questionada ou colocada sob avaliação ou reordenação, se, de fato, o horizonte vislumbrado é a construção

de novas formas de cidadania e de participação social e política. (NEVES, 1998, p. 166).

O espaço de mediação é ocupado por vários atores, muitas vezes, em franca disputa, como vimos nas etnografias, onde, via de regra, ocorrem engajamentos nos diferentes projetos (socialista, camponês, empresarial). O controle do espaço de mediação é, portanto, essencial para estes agentes, especialmente no que se refere à assistência técnica. Nos casos estudados, a COPTec procura levar a cabo o projeto socialista, valendo-se do crédito, um poderoso instrumento de violência simbólica, na medida em que este se apresenta acoplado a procedimentos técnicos e culturais, geralmente desqualificadores da tradição (mesmo que com um viés ecologizante). Aqui, podem surgir formas de coerção por parte de lideranças ou de técnicos, para que os assentados se “adaptem” às condições impostas, sejam técnicas, organizacionais ou comerciais.

Neste sentido, a atuação dos mediadores, tanto dos órgãos de terra, como de ONGs e até do MST, deve se dar de forma cautelosa, pois seu papel é crucial em todas as fases da realização do assentamento. Brenneisen (2000, *apud* SILVEIRA, 2003) constatou, no Paraná, a adesão de técnicos do INCRA ao ideário coletivista do MST, assim como a contratação de técnicos da assistência técnica com base em critérios ideológicos, processo semelhante ao ocorrido no Rio Grande do Sul.

D’Incao (2000) observou, em assentamentos de São Paulo, o que ela chamou de uma complexa e perversa teia de relações entre técnicos e lideranças, induzindo os assentados para o coletivismo e discriminando os agricultores que optam pela produção familiar, recriando formas de dominação. Atribuiu tal comportamento ao desejo de reconhecimento dos militantes, que os impele a desenvolver comportamentos manipuladores. Neste sentido, a assistência técnica pode estar funcionando como um poderoso instrumento de consolidação dos projetos do MST, através do controle do crédito e da

proposição/imposição da agroecologia enquanto um modelo tecnológico hegemônico (previsto, inclusive, nas normativas do INCRA), fato bem ilustrativo desta situação.

A desconsideração da diversidade étnico-cultural e de interesses entre os camponeses, por parte dos mediadores, foi também uma preocupação levantada por Carvalho (1999), com relação aos organismos governamentais e aos próprios movimentos sociais, cujos agentes têm dificuldade em reconhecer os diferentes grupos sociais nos assentamentos.

Martins (2000a, 2000b) apontou para o impossível diálogo que se estabelece entre aqueles que lutam por reforma agrária (classes médias radicais) e os que lutam por terra e um modo de vida (os sem-terra, que, por vezes, se manifesta numa postura iluminista de tutela, aliada ao voluntarismo político). Esta situação estaria provocando um impasse devido à falta de compreensão dos mediadores, com relação ao papel da reforma agrária no momento histórico atual. Isto se traduz em práticas e procedimentos, por exemplo, da assistência técnica, que pouco levam em consideração os reais sujeitos da reforma agrária.

É o caso da imposição do aval solidário para a contratação do PRONAF A, no Rio Grande do Sul, que colocou em má situação um grande contingente de assentados, pois eles estão obrigados a assumir as dívidas dos inúmeros evadidos, processo que pode estar retroalimentando a evasão nos assentamentos. Evidentemente, podemos conjecturar que esta situação é também tributária de uma certa expectativa velada de não pagamento dos créditos assumidos ou, ainda, da individualização das dívidas, como ocorreu com o PROCERA (o que resolveria o problema), mas, sem dúvida, representa uma evidente tentativa de materialização do projeto coletivista.

Há um elemento complicador em nossa análise, o qual servirá como orientação para as pesquisas futuras, tendo em vista a sua peculiaridade, impossível de abarcar, a contento, neste estudo. Observamos, nos assentamentos um tipo específico de mediador, algo próximo ao que Wolf denominou de *broker*, cuja tradução é corretor ou intermediário. Neste caso, a ocorrência destes *brokers* nos assentamentos só pode ser entendida valendo-se tanto do conceito sociológico, quanto do conceito vulgar do termo (no sentido de corretor de imóveis, propriamente), pois é, justamente, uma síntese destes dois significados que se constata nestes casos.

Um razoável número de pessoas (geralmente assentados), muitas vezes fazendo valer a sua posição de mediação política ou econômica dentro do assentamento, centraliza os “negócios”, principalmente com relação aos arrendamentos e à venda de lotes. Esta situação não ficou tão clara nos estudos de caso, pois, em princípio, os expoentes do conflito no Apolo disputaram este espaço, mas sem a consolidação de alguém em especial. No Santo Ângelo, a situação parece ter sido mais amena. Porém, em alguns assentamentos, as ações dos corretores podem tomar uma dimensão muito significativa para compreendermos não só a evasão de lotes, como o próprio desenvolvimento dos assentamentos. Quem são os *brokers* da reforma agrária gaúcha?

Para além das ações coercitivas levadas a cabo por mediadores, observamos um efeito adicional da morosidade governamental nos agricultores assentados, os quais são, geralmente, dependentes do apoio das prefeituras com relação às estradas (e outras obras civis), ao transporte escolar, à comercialização, entre outros. Há, contudo, uma grande variabilidade quanto à postura das prefeituras diante de tal situação, desde o boicote declarado até o apoio total (casos raros), inclusive com crédito e assistência técnica, além da manutenção de estrada e transporte. De outro lado, o tempo, o modo e o encadeamento que todas as ações e etapas dos órgãos de terra ocorrem são

dependentes, além de macropolíticas governamentais, dos procedimentos internos destas instituições, de sua eficiência, transparência e celeridade.

É sabido que, com raras exceções, os órgãos públicos brasileiros apresentam dificuldades de gestão e, tanto o INCRA como o GRAC, são exemplos disso. O primeiro, mais antigo, sofreu com a falta de pessoal e aparelhagem, e ainda sofre com a pesada burocracia e deficiências na gestão; este, mais novo, além de sofrer as mesmas vicissitudes do INCRA, encontra-se, praticamente, sem quadro de pessoal, o que o impede de ter uma cultura mesmo de realização de reforma agrária. Embora este quesito, no limite, diga respeito a todas as causas, a morosidade, em especial, parece assumir um papel considerável graças ao desânimo e o sentimento de desamparo que provoca nos beneficiários da reforma agrária. Por outro lado, esta situação também propicia um ambiente de impunidade que pode estar encorajando aqueles assentados, tidos como rentistas, a levarem a cabo projetos de acumulação, com posterior e evasão.

Nos nossos estudos de caso, todos os relatos dos assentados indicaram que não houve participação da prefeitura em nenhum momento da vida destes assentamentos. Quanto ao INCRA, entendem que a sua participação também é precária, ficando evidente a já citada sensação de desamparo por parte destes assentados. O mesmo também vale para as políticas do Governo do Estado, como por exemplo, o RS RURAL, que, também, atrasou muito.

4.8 Evasão e coesão social

Realizada a discussão a respeito da disputa de projetos, passamos a analisar, com mais detalhes, como se deram a rotatividade e a evasão nos estudos de caso, para que possamos completar o entendimento de como se realizam os processos sociais relacionados com a coesão nos assentamentos.

A Tabela 20 mostra os números da rotatividade e da evasão nos dois estudos de caso. Eles demonstram relevância na medida em que expressam as dinâmicas sociais dos assentados.

Tabela 20. Evasão, permanência e rotatividade dos assentamentos Santo Ângelo e Apolo

Assentamento Apolo		Assentamento Santo Ângelo		Média dos Dois Assentamentos	
originais ainda presentes	14	originais ainda presentes	7	originais ainda presentes	21
total de lotes	34	total de lotes	16	total de lotes	50
% permanência	41	% permanência	44	% permanência	42,0
% rotatividade	97,1	% rotatividade	62,5	% rotatividade	86,0
% evasão	41,2	% evasão	31,3	% evasão	38,0

Fonte: elaborada pelo autor.

No Santo Ângelo, a rotatividade apresenta-se como um fenômeno importante, pois enquanto a evasão, neste assentamento, é representada pela saída de cinco assentados, a rotatividade representa o dobro, onde dez famílias que conviveram no assentamento acabaram saindo. Esta rotatividade nos traz pistas sobre um processo maior de construção da coesão social, especialmente pela via do parentesco e da religião. Agentes com menor vínculo social (por exemplo, solteiros e separados) parecem ter mais mobilidade, talvez por não encontrarem guarida dentro do assentamento ou por buscarem oportunidades de relacionamento no meio urbano.

As trocas para outros assentamentos, mesmo de casados, têm uma motivação especial de reencontro familiar, conforme constatamos nos relatos, podendo ser facilitadas pela rede de relações religiosas que se estabelece entre os assentamentos. Por outro lado, as exclusões resultantes da

conformação destas redes, familiares ou religiosas, podem gerar saídas, com ou sem o uso da violência física propriamente.

A evasão no Santo Ângelo encontra-se na média das evasões de assentamentos criados em 1996, 1997 e 1998, em torno de 30%, quando ocorreu uma leva de assentamentos em Santana do Livramento. A permanência, isto é, quantos originais ainda estão no assentamento, é de 44%, semelhante ao Apolo. Apesar de não constarmos, praticamente, nenhuma correlação com a evasão nos dados secundários da infra-estrutura, no Santo Ângelo, as evasões ocorreram, todas, em lotes que sofrem algum grau de alagamento, corroborando com a justificativa que todos os assentados levantaram. Somente em 2002, a estrada teve uma razoável melhora por conta da patrulha mecanizada instalada, no município, pelo INCRA e pelo Gabinete da Reforma Agrária - GRA. Todavia, a estrada externa ainda não é boa e, dentro do assentamento, há pontos críticos nos lotes onde ocorreram todas as evasões.

Aqui há uma especificidade que explica a motivação da evasão, especificidade esta que pode não ser captada através dos dados secundários. São trechos que alagam e impedem a passagem do caminhão do leite e do transporte escolar. Só um assentado não desistiu na área problemática e é, segundo relatos, o que mais planta no assentamento (um assentado explica que ele é “acostumado com o mato”).

Contudo, algumas saídas ocorreram quando a estrada já estava melhor, a exemplo do caso de um assentado que efetuou a troca de assentamento com vistas ao reagrupamento familiar. Este era tio de outro assentado que havia abandonado bem antes. O outro caso é o último assentado que saiu, em novembro de 2003, indo para outro assentamento, no mesmo município, porém, melhor localizado e com estradas melhores. Possui parentes lá e diz que, quando vagar um lote, quer trazer o pai e o irmão,

ambos assentados no Santo Ângelo. Este último era uma figura controversa no assentamento, o que pode ter contribuído para sua saída. Assim, mesmo em alguns casos, onde o discurso dos agentes apresenta a motivação, seja ela por um melhor solo ou por uma melhor infra-estrutura, constatamos outras motivações, por vezes implícitas, como a reincorporação familiar ou (o que parece ter sido este caso) a exclusão de uma comunidade tomando parte nas decisões dos agentes.

No Apolo, a evasão do Programa de Reforma Agrária, na ordem de 41% (representando 14 pessoas), é quase a metade da rotatividade, que está em torno de 97%. Trata-se de um grande contingente de pessoas, 33, ao todo, sendo que, destas, 19 saíram do assentamento sem terem sido classificadas como evadidas. Mesmo assim, a evasão, neste assentamento, é maior que a média dos assentamentos de Santana do Livramento, criados nos anos de 1996 a 1998 (em torno de 30%), que é, por sua vez, maior que a média do Estado. A maior rotatividade do Apolo é explicada pela maior intensidade dos conflitos, mas parece ter havido uma maior cobiça por suas terras, devido à localização e ao tipo de terreno, comparando-o com o Santo Ângelo. Este fato indica uma maior preponderância do projeto empresarial/rentista, ainda que negociado com camponeses engajados na ampliação de suas fronteiras de poder.

A dificuldade de estabelecimento do projeto camponês e o próprio não estabelecimento do projeto socialista, por conta dos aspectos ambientais, além de todos os conflitos e desmandos, também são fatores explicativos, na medida que o Apolo parece estar numa fase menos avançada de corporação e de estabelecimento de laços sociais. Talvez a maior inserção de arrendatários, a exemplo dos irmãos M. e o L. M, que lá tentaram se estabelecer, tenha ocorrido devido às oportunidades abertas com os conflitos e, não, o contrário.

Embora algumas evasões, como a de uma assentada, filha de outra assentada que ainda está lá, possam ter-se dado pela atração do mundo urbano (embora sua mãe tenha afirmado que ela está arrependida) ou tenham sido motivadas pela dificuldade de estabelecimento nas várzeas, o conflito se configurou como um dos grandes responsáveis pela rotatividade neste assentamento.

Um aspecto semelhante nos dois assentamentos é o fato da rotatividade ser mais alta num primeiro momento (no Apolo, até 2000, e no Santo Ângelo, até 1999, conforme vimos nas tabelas 16, 17, 18 e 19 respectivamente) e depois diminuir de ritmo, embora, em alguns casos, não tenhamos conseguido definir a exata data de saída dos assentados. Quando não foi possível obter a informação a campo, utilizamos o ano de saída constatado nos documentos, os quais podem se referir a datas um pouco anteriores, fato explicado pela morosidade do INCRA em registrar a data no momento em que ocorreu o evento. Contudo, chegamos a uma boa aproximação, que nos permitiu dar conta da dinâmica de saídas dos dois assentamentos.

Observamos, no Apolo, 24 saídas (em torno de 70% delas) entre 1997 e 2000, ano da sindicância; e as nove saídas restantes, a partir de 2001. O assentamento, após um processo inicial bastante conflituoso, continuou sendo palco de uma razoável rotatividade, que vem arrefecendo nos últimos anos, mas, ainda assim, com a ocorrência de algumas saídas recentes, havendo, inclusive, possibilidades de ocorrerem, no futuro, mais algumas. Um exemplo disto é o de um assentado que, no momento da pesquisa, estava titubeante quanto a ficar ou não no assentamento (infelizmente não conseguimos entrevistá-lo, mas vários relatos vieram neste sentido).

O Santo Ângelo também teve uma rotatividade maior até 1999 (70% das saídas) e, a partir daí, diminuiu o ritmo. Contudo, as entrevistas revelaram

que podem ocorrer novas evasões. Estes dados sugerem que está ocorrendo um acomodamento nos assentamentos, fruto do processo de corporação, embora ainda não concluído. E um dia estará?

4.8.1 Evasão e estado civil

Na busca de explicação para os conflitos e para a evasão no Apolo, alguns assentados e mediadores, tais como uma liderança estadual do MST que atua na região e um supervisor de projeto do INCRA, afirmam que estes assentados eram “sobra” de acampamento, referindo-se ao fato de que vários deles já “aprontavam” no acampamento, apresentando rixas desde lá e que ninguém queria ficar com eles. Em outras palavras, o Apolo teria sido implantado com pessoas “ruins” e solteiras (o que, praticamente, segundo o senso comum, os coloca no grupo dos “beberrões e bagunceiros”), por isso o seu “fracasso”. Nestes relatos, o nome mais citado é o de um determinado assentado, M., solteiro e tido como o mais perigoso deles. Porém, é interessante notar que muitos dos envolvidos em conflitos no Apolo eram ou estavam casados. Da mesma forma, o ocupante mais polêmico e violento do Santo Ângelo também era casado.

Este fato, assim como a idéia, também presente em muitos relatos, de que os evadidos são “urbanos”, fato que não se confirma com a origem das pessoas, demonstra mais a afirmação da identidade camponesa dos que ficam do que revela, propriamente, a identidade dos que saem. Os entrevistados, ao falarem sobre o assunto, procuram ressaltar seus valores morais, tais como a responsabilidade, além da idéia de família, casamento, ordem, enfim, os valores camponeses. Portanto, o fato do assentado ser solteiro e, com isso, apresentar tendência a uma maior mobilidade, não implica, necessariamente, que ele seja mais violento que os casados e, por isso, “causar mais problemas”.

A tendência, revelada pelos técnicos e assentados, em achar que os solteiros evadem mais que os casados é confirmada nos dados obtidos pelas etnografias, embora a amostra de solteiros seja pequena. Considera-se como casados os beneficiários ou moradores que tinham companheira ou companheiro residindo juntos, pois não dispomos de informações (nem parece ser adequado utilizá-las) de registros oficiais.

As informações contidas na Tabela 21 nos possibilitam averiguar o percentual de evasão e rotatividade dentro de cada categoria (solteiro e casado) do assentamento Apolo. Ali, a evasão é muito maior entre solteiros (41,7%) do que entre casados (17%); porém, é preciso considerar que a amostra de solteiros é pequena, perfazendo 12 pessoas, ao passo que foram 53 casados. A rotatividade dos solteiros (75%) é maior que a dos casados (45,3%). Embora esta diferença não seja tão grande, se a comparamos com a evasão, ainda assim é significativa.

Tabela 21. Evasão e estado civil no assentamento Apolo, com 34 lotes

Estado Civil	Famílias	Evadidos	% sobre total de sua categoria	Outras Saídas	% sobre total de sua categoria	Rotativos	% sobre total de sua categoria	% sobre total de lotes
Casados	53	9	17,0	15	28,3	24	45,3	70,6
Solteiros	12	5	41,7	4	33,3	9	75,0	26,5
TOTAL	65	14		19		33		97,1

Fonte: elaborada pelo autor.

A evasão do Santo Ângelo foi de 15% entre os casados e de 33,3% entre os solteiros. A rotatividade entre os solteiros foi de 50% e, entre casados, de 35%, isto é, ainda com uma diferença significativa entre os solteiros e os casados, conforme Tabela 22.

Tabela 22. Evasão e estado civil no assentamento Santo Ângelo, com 16 lotes

Estado Civil	Famílias	Evadidos	% sobre total de sua categoria	Outras Saídas	% sobre total de sua categoria	Rotativos	% sobre total de sua categoria	% sobre total de lotes
Casados	20	3	15,0	4	20,0	7	35,0	43,8
Solteiros	6	2	33,3	1	16,7	3	50,0	18,8
TOTAL	26	5		5		10		62,5

Fonte: elaborada pelo autor.

O percentual sobre o total de lotes nos informa a participação de cada categoria na rotatividade total. Desta forma, no Apolo (Tabela 21), 70,6% da rotatividade se referem a casados e 26,5% a solteiros, pois a amostra de casados é bem maior que a de solteiros. No Santo Ângelo (Tabela 22), a situação é similar, com 43,8 e 18,8% de rotatividade, respectivamente, de casados e solteiros.

A Tabela 23 apresenta a média da evasão e da rotatividade dos dois assentamentos, onde constatamos uma grande diferença na evasão entre solteiros, com 38,9%, e casados, com 16,4%. As diferenças em rotatividade são menores, com 66,7% e 42,5 % para solteiros e casados respectivamente, indicando, ainda assim, uma clara tendência de maior mobilidade entre os solteiros. Observa-se que o percentual de “outras saídas” é quase o mesmo para casados e solteiros, o que demonstra que a evasão é que representa o grande diferencial.

Tabela 23. Evasão e estado civil – média dos dois assentamentos, com 50 lotes

Estado Civil	Famílias	Evadidos	% sobre total de sua categoria	Outras Saídas	% sobre total de sua categoria	Rotativos	% sobre total de sua categoria	% sobre total de lotes
Casados	73	12	16,4	19	26,0	31	42,5	62,0
Solteiros	18	7	38,9	5	27,8	12	66,7	24,0
TOTAL	91	19		24		43		86,0

Fonte: elaborada pelo autor.

Assumindo a construção da coesão social ou de uma rede de relações de reciprocidade positiva, como fator preponderante para a permanência do agente social no assentamento, pelo menos como uma tendência, é razoável supor que o casamento permite o alargamento desta rede e, conseqüentemente, uma maior estabilização. Por outro lado, os agentes em busca de parceiros tendem a tornar o ambiente mais “conturbado”, mesmo considerando o apresentado no assentamento Apolo, onde as disputas por mulheres, *entre casados*, foram um elemento complicador das rivalidades entre os grupos dentro do assentamento, corroborando para as mortes ocorridas.

4.8.2 O alargamento da rede e a construção da paz

Diante das dificuldades, os agentes procuram adotar estratégias de contenção de conflitos. Em primeiro lugar, observamos o fenômeno da (re)corporação, o que Martins (2003a) chamou de “reforma agrária dentro da reforma agrária”, isto é, as famílias procuram se restabelecer e se reagrupar nos assentamentos. Embora, em alguns casos, membros da família, por motivos diversos, abandonem o assentamento, num fenômeno inverso ao esperado (portanto, não encaramos o fenômeno de forma determinística), o processo de corporação familiar parece ter uma centralidade considerável.

Há inúmeros casos de agrupamento ou reagrupamento familiar neste assentamento, o que, nem sempre, implica em sucesso, a exemplo dos quatro irmãos R., do Apolo, que tiveram inviabilizado o seu projeto de plantio coletivo de arroz irrigado por conta própria (já estando, inclusive, preparados com o maquinário adequado), devido aos conflitos no assentamento, como relata um assentado. As saídas podem se dar, também, com toda a família junta, como foi o caso da família N., mantendo o projeto corporativo, mas em outro assentamento. De qualquer modo, observamos vários exemplos de

assentados, no Apolo e também no Santo Ângelo, que trouxeram membros da família para os lotes vagos.

A motivação em resgatar as relações de reciprocidade, especialmente com respeito ao parentesco, como também as relações de vizinhança, envolvendo, inclusive, relações comerciais ou de reciprocidade com fazendeiros, é crucial entre os assentados. Contudo, nem sempre isto é compreendido pelos agentes do INCRA, que, não raras vezes, procuram barrá-la, não percebendo que tal fenômeno se insere numa estratégia fundamental de contenção de conflitos e construção da paz, viabilizando a convivência dos assentados e, em última análise, o próprio desenvolvimento do assentamento.

4.8.3 A invasão dos “gaúchos”

[...] Nasci e me criei aqui em Livramento [...] eu cansei de trabalhar aqui, com o dono daqui, tropeava, esquilava [...] me informaram lá no acampamento que tinha um lote vago e eu vim, e aí **eles** me disseram que eu fizesse uma ata e trouxesse para eles assinar [...] eu tenho todos por amigo, **eles** me tratam bem, eu trato bem **eles** [...] me dou com **eles** todos... (assentado no Santo Ângelo, grifo nosso)

[...] A ata eu consegui porque eu falei com o seu A. e o C. (supervisor de projeto) [...] o lote está trancado [...] eu encarnei nesta ata [...] aí quando eu cheguei aqui, arrumei a tal ata assinada e foi uma dificuldade para mim vir para cima deste lote, porque me trocaram a ata no caminho [...] aí eu liguei pro C. e ele disse: as 12:10 eu te espero aqui [...] quando foi as 12:10 ele apeiou, acho que foi até nesta camionete [...] aí inventaram que eu era tocador de carreira, que eu era brigador, que eu era tudo que era coisa ruim, preguiçoso, vagabundo (...) eu gosto de fazer este tipo de serviço, é bem melhor que eu trabalhar de empregado, trabalhar de mandalete de fazendeiro (...) esta vida que eu levo é bem melhor que trabalhar de empregado... (assentado no Apolo)

Os “gaúchos”, moradores do local, estão gradativamente ocupando espaços nos assentamentos da metade sul, embora, como se denota dos discursos, com uma certa dificuldade, por conta da estigmatização a que são submetidos. No Santo Ângelo, os que foram incorporados no assentamento parecem ter mais facilidade de obter trabalho com fazendeiros, embora outros também o façam. Eles tendem a possuir mais vínculos fora do assentamento e

a estabelecer relações mais fracas dentro do assentamento, pelo menos num primeiro momento. Um deles relata que os estancieiros “mexem comigo que eu sou o colono deles”. No Apolo, também observamos uma crescente entrada de gaúchos, como por exemplo, o segundo entrevistado deste item, “dono de pista” e campeão de tiro de laço, além do próprio coordenador do assentamento, também da região, entre outros.

Há, por outro lado, uma visível discriminação por parte dos “colonos⁸” do norte (“eles são criados como bicho”, afirma um assentado caboclo, oriundo do norte, identificado com os colonos). Há freqüentes manifestações do tipo “peões que não se adaptam à agricultura colonial”. Isto é percebido, também, no comportamento mais reservado, que fica explícito na primeira fala apresentada neste item. Um desses colonos afirmou que é parente de um fazendeiro próximo, tendo ingressado no assentamento através de um conhecido (outro “gaúcho”), já assentado, o qual, quando entrevistado, também revelou uma certa reserva, afirmando não ter amigos no assentamento. Em alguns destes discursos, predominou a referência “eu” em oposição a “eles”, o que parece indicar o estabelecimento de relações sociais menos sólidas dentro do assentamento. Esta discriminação pode levá-los, no limite, à evasão ou a rede de relações fora do assentamento os mantém estabilizados?

Esta situação nos remete a mais um aspecto do processo de corporação, a situação dos “excluídos dos excluídos”, tais como os caboclos (e alguns poucos casos de negros) dentro dos assentamentos. Elias e Scotson (2000) nos dão importantes pistas para a compreensão das ações dos “maus elementos” dos assentamentos, onde mecanismos invisíveis de preconceito e estigmatização podem estar impedindo a estruturação de comunidades ou, pelo menos, a inserção de alguns elementos nestas comunidades. Dotados de

⁸ Curiosamente, a maioria dos assentados entrevistados era de caboclos provenientes do norte do Estado, embora eventualmente, auto intitulassem colonos, possivelmente, por também serem estigmatizados, neste caso, pelos descendentes de imigrantes, os verdadeiros colonos.

menor capital social, os caboclos podem estar enfrentando dificuldades adicionais para se afirmarem dentro dos assentamentos, especialmente porque este processo tem, muitas vezes, a poderosa contribuição da assistência técnica na legitimação do estigma.

Melgarejo (2000, p. 298, nota de rodapé) aborda o tema com relação à performance da gestão de lotes. Em seu estudo, a partir de consulta aos técnicos de campo, pondera que caboclos (geralmente filhos de empregados) possuem mais dificuldade para *evoluir*, pois não tiveram oportunidade de participar de processos decisórios nas propriedades, ao contrário dos colonos, provenientes de etnias européias e filhos de proprietários (grifo nosso).

Marques, Santo, Cêpeda (2002), mesmo que preliminarmente (como assim enfatizam), concluíram que os desistentes de lotes nos assentamentos estudados em São Paulo, por virem, em sua grande maioria, de um trabalho assalariado, parecem ter mais dificuldades para administrar o lote, embora admitam a influência maior de um possível problema estrutural no serviço de saúde, como uma explicação mais poderosa para a desistência.

Navarro, Moraes e Menezes (1999), numa revisão sobre a história recente da reforma agrária gaúcha, observam uma tensão entre os “de origem”, colonos, e os caboclos, ou “brasileiros”, onde as diferentes identidades e projetos provocavam estranhamentos na formação de grupos. Já Martins afirmou:

[...] As desigualdades sociais e étnicas no interior do MST são, provavelmente, um poderoso fator de desenvolvimento da sociabilidade de tutela na relação entre dirigentes e sem-terra. (MARTINS, 2003a, p. 33, nota de rodapé).

Da mesma forma, Gehlen (1998), referindo-se às estratégias de luta comuns dos caboclos e colonos, ressaltou alguns elementos de etnicidade em assentamentos do Estado, sugerindo freqüentes conflitos entre grupos étnicos.

Desta forma, a ocorrência de mecanismos internos de violência simbólica (e no limite, também, de violência física) podem estar contribuindo para expulsão dos elementos “não corporáveis”, para os quais só restaria a evasão. Será que os estigmatizados desistem mais? Ou, pelo contrário, são exatamente aqueles melhor sucedidos, inclusive socialmente, que acumulam capital para dar o passo seguinte, a cidade? De qualquer modo, a entrada dos “gaúchos” denota uma ampliação da rede de relações comerciais e de reciprocidade nos assentamentos, com um efeito aparentemente agregador, embora também engendre a possibilidade da diferenciação social e, com ela, a dificuldade de corporação. A entrada dos gaúchos pode estar formulando uma nova conformação cultural para os assentamentos, onde o resgate destas populações historicamente excluídas encontra uma possibilidade ímpar de materialização.

4.8.4 A ascensão dos pentecostais

[...] É muita promessa e nada feito, é uma tormenta num copo d'água, isso é uma coisa que ninguém mais... o pessoal tá desiludido, ninguém mais, é isso aí, e quando vem dinheiro, daí eles querem dinheiro, é isso e aquilo, é desconta aqui, desconta ali, quando vê virou em nada, e nós temo sempre endividado, sempre atolado, atolado, daí a coisa não é fácil [...] quando vem o dinheirinho a gente sempre tá contribuindo e não é contribuindo, é assim uma coisa que é quase forçado, porque se o cara diz que não contribui, corta isso, corta aquilo... (assentado no Apolo e liderança evangélica).

[...] Porque que a pessoa toma cachaça, não é porque tá bem, a pessoa toma cachaça para se esquecer. A cachaça é uma coisa que vai prá cabeça, deixa a pessoa alegrinha, deixa a pessoa meio burrinha, entendeu? A cachaça não tira a luta, não arranca o problema de ninguém [...] se o homem não está na cachaça, ele não briga fácil [...] A Assembléia de Deus, aqui e em qualquer assentamento do Estado e do País, ela é respeitada pelo MST, tanto a Assembléia de Deus respeita o MST, porque o MST é uma organização, e sendo uma organização, deve ser respeitado...(pastor evangélico).

A religião foi declarada por cada um, pessoalmente ou através dos relatos, nas entrevistas e na assembléia inicial. Pode ter ocorrido que algumas pessoas, praticantes de outras religiões ou sem religião, tenham sido

consideradas católicas. Este possível “erro” não invalida o que é essencial aqui, isto é, comparar o grupo maior, que é basicamente católico, com os evangélicos, os quais estão bem definidos pela comunidade. Uma única exceção foi a de um assentado no Apolo, que freqüentava a Assembléia de Deus com sua mulher e, por este motivo, a família foi considerada evangélica, mesmo ele tendo afirmado ser católico na entrevista.

A fala do pastor demonstra que, nestes assentamentos (ele atua em todos), parece estar havendo uma tentativa de regeneração ou de criação de uma situação nômica, onde a Assembléia de Deus, perante a fragilização dos assentados, em ambientes novos e conflituosos, surge com a proposição de novas possibilidades de organização social, através do controle do alcoolismo e, conseqüentemente, da violência.

É visível a ascensão dos pentecostais realizando cultos freqüentes, que vão, aos poucos, conquistando até os católicos, especialmente as mulheres dos alcoolistas. Este processo ocorre, de forma paralela, a um certo afastamento do MST, pois, apesar do discurso se distanciar de qualquer forma de confronto e deles procurarem manter uma boa relação com todas as forças atuantes no assentamento, a primeira fala do assentado evangélico acima não esconde o que, realmente, está em jogo.

Observamos uma disputa, ainda que velada, pelos recursos dos assentados entre o MST e a Assembléia de Deus, tendo em vista o controle a que são submetidos os assentados, especialmente com relação ao sistema assistência técnica-crédito, neste caso, monopolizado pelo MST. Esta disputa também se configura numa disputa por oportunidades de ascensão social para os “escolhidos”, tendo em vista, como afirma o pastor, que se tratam de duas *organizações*, compostas de hierarquias e poder simbólico. O MST cobra os recursos, principalmente, em momentos de obtenção de crédito agrícola e a Igreja cobra o dízimo, em situação, possivelmente, semelhante. O discurso

“Nós-Eles”, conforme propõe a análise de Elias (1994), com relação à religião, especialmente entre católicos (estes tendendo a estar mais próximos ao MST) e evangélicos, demarca esta disputa.

4.8.5 Evasão e religião

No Santo Ângelo, conforme Tabela 24, comparando-se em cada religião, a evasão dos evangélicos foi maior (28,6%) que a dos católicos (8,3%); porém, a rotatividade foi ligeiramente menor entre os evangélicos (35,7%) do que com os católicos (41,7%). Cada religião contribuiu com a metade da rotatividade total, de 62,5%.

Tabela 24. A evasão e a religião no assentamento Santo Angelo

Religião	Famílias	Evadidos	% sobre total de sua categoria	Outras Saídas	% sobre total de sua categoria	Rotativos	% sobre total de sua categoria	% sobre total de lotes
Evangélicos	14	4	28,6	1	7,1	5	35,7	31,25
Catolicos	12	1	8,3	4	33,3	5	41,7	31,25
TOTAL	26	5		5		10		62,5

Fonte: elaborada pelo autor.

No Apolo (Tabela 25), embora ocorra um bom número de evangélicos - 17 famílias, com relação aos católicos - 48 famílias, a evasão entre os evangélicos é zero, só ocorrendo entre os católicos. Deve-se atentar para o fato dos percentuais apresentados na tabela 25 se referirem a comparações intra-religião, permitindo-nos colher informações mais seletivas. O percentual sobre o total de lotes informa a evasão e a rotatividade para todo o assentamento, da mesma forma que no Santo Ângelo. Neste caso, constatamos que os católicos representam 82,4% da rotatividade, para um total de 97,1%.

Tabela 25. A evasão e a religião do assentamento Apolo

Religião	Famílias	Evadidos	% sobre total de sua categoria	Outras Saídas	% sobre total de sua categoria	Rotativos	% sobre total de sua categoria	% sobre total de lotes
Evangélicos	17	0	0,0	5	29,4	5	29,4	14,7
Católicos	48	14	29,2	14	29,2	28	58,3	82,4
TOTAL	65	14		19		33		97,1

Fonte: elaborada pelo autor.

Da mesma forma que constatamos no estado civil (Tabela 23) nos dois assentamentos, no Apolo (Tabela 25), o percentual de outras saídas é quase o mesmo para todas as categorias (casado, solteiro, evangélico e católico), demonstrando que, aqui também, o diferencial é a evasão; porém, as outras saídas suavizam as diferenças. Ainda assim, a rotatividade dos católicos (58,3%) é quase o dobro da dos evangélicos (29,4%). Neste quesito, o Santo Ângelo (Tabela 24) se mostra diferente, onde as “outras saídas” entre católicos são preponderantes.

Com relação à religião, ocorrem processos diferentes nos dois assentamentos. Enquanto no Apolo não houve evasão de evangélicos, no Santo Ângelo ela foi preponderante (embora isto esteja representando, lá, a saída de quatro pessoas), o que indica que o processo de construção das relações de reciprocidade entre os evangélicos, mesmo sendo mais intenso que entre os católicos (os relatos do Santo Ângelo, inclusive dos católicos de lá vão, também, neste sentido), não pode ser entendido de forma determinística, pois as configurações locais precisam ser avaliadas caso a caso. De qualquer modo, a maior rotatividade dos católicos corrobora com a hipótese da centralidade da construção da coesão social, mediante relações de reciprocidade, na permanência dos assentados, devido à maior intensidade em que este processo se dá entre os evangélicos.

Conforme ressaltamos na revisão bibliográfica, a religião assume uma função primordial na coesão social, seja pela moral e pela normatização

que impõe, seja pelo alargamento da rede de relações de reciprocidade que possibilita. A tendência de menor rotatividade entre os evangélicos corrobora com a idéia de que a pentecostalização facilita a coesão social, através da realização de freqüentes cultos, do envolvimento dos praticantes em atividades coletivas e, fundamentalmente, porque dá conta de conter conflitos através do controle do alcoolismo e das drogas. A “organização” deste grupo também possibilita assumir espaços de poder dentro do assentamento e na relação com “os de fora”, notadamente com o INCRA, como pudemos observar no caso da presidência da associação do PAC, nos assentamentos Apolo, Recanto e Posto Novo.

Estas recentes conquistas, por sua vez, reforçam a motivação para ficar no assentamento, tendo em vista os novos investimentos previstos. Entretanto, o projeto evangélico pode ampliar a mobilidade de alguns, como é o caso de um assentado do Apolo, que, conforme entrevistas, teria se mudado recentemente para outro assentamento, para lá estabelecer uma nova igreja da Assembléia de Deus.

Após o período de luta e de conquistas materiais, tais como a terra, os problemas que passam a se impor nos assentamentos são também mundanos. Tanto o alcoolismo como a violência são melhor resolvidos pelos pentecostais do que pelos católicos, ou mesmo pelo MST. Nos dois casos estudados, o projeto corporativo da Assembléia de Deus parece estar vencendo a disputa com os católicos e estabelecendo uma negociação com o MST. Os “grupos” de crédito (aqui entendidos como uma união provisória para acessar os recursos do crédito rural), além dos núcleos e qualquer outra forma de agregação do MST, parecem ter, cada vez menos, importância. O MST, contudo, ainda mantém um aparente respeito e força para impor a assistência técnica e para efetuar a cobrança de parte do crédito.

Dentre os que entraram no assentamento Santo Ângelo, quatro são evangélicos, incluindo um assentado que não tem religião, mas é de família evangélica; dois católicos e dois gaúchos, praticantes da religião espírita. Um destes é mais próximo aos católicos, e o segundo se relaciona menos com os outros, fato confirmado por vários relatos. Até alguns católicos afirmam que o pessoal da Assembléia de Deus é mais unido e “responsável”. Estes fazem vários cultos por semana, não bebem, não vão a festas e têm regras rígidas. Os católicos apresentam mais dificuldades em reunir as pessoas, embora parecem estar mais próximos do MST. No Santo Ângelo, dos quatro representantes do MST, três são católicos; e, no Apolo, o coordenador do assentamento, portanto, em alguma medida, ligado ao MST, é católico.

Assim como no assentamento Santo Ângelo, constatamos no Apolo, a conversão de vários católicos em evangélicos, como por exemplo, a família N., entre outras. A cobrança do dízimo, a disputa velada com os católicos e a não participação em festas e jogos vão demarcando diferenciações na vivência destes assentados convertidos. Uma evangélica assentada no Apolo, diz que o pessoal (se referindo aos católicos) tem inveja deles porque são evangélicos (INCRA, 2001a, p. 193). Nestes assentamentos, os católicos, além de se reunirem cada vez menos, pouco freqüentam as missas. As pastorais parecem ser, cada vez menos, influentes, num ambiente de, cada vez maior, individualização e violência, como roubos e agressões, principalmente no Apolo e nos assentamentos lindeiros.

A ascensão dos evangélicos no assentamento Apolo está provocando um fato inusitado: os dois grupos religiosos parecem desconhecer a liderança do outro quando perguntados sobre quem é o coordenador do assentamento. Alguns evangélicos afirmam que é um assentado evangélico, A. G. (e ele mesmo confirma), fato que é desmentido por um católico, que é liderança do MST, e por vários assentados católicos, que afirmam que o coordenador regional do MST é outro assentado, também católico.

Reconhecem, porém, que este foi escolhido pelo assentamento justamente por se tratar, segundo eles, de uma liderança fraca, o que demonstra, por um lado, o desinteresse dos assentados nas questões do MST e, por outro lado, um movimento no sentido de não confrontar o MST (o que ocorreria, possivelmente, no caso de não ocorrer indicação). A. G. parece querer demonstrar que, embora, “oficialmente”, o coordenador seja católico (relatos confirmam que ele venceu a votação nas últimas eleições), na prática, os evangélicos não o aceitam.

Estas configurações religiosas demarcam as diferenciações internas na vivência dos assentados, na busca da conformação de comunidades e no estabelecimento de seus projetos corporativos. Constatamos que a corporação proposta pela Assembléia de Deus apresentou uma tendência de maior sucesso neste intento, o que tenderá, também, a um maior estancamento da evasão.

5 CONCLUSÕES

O estudo forneceu elementos para testar a hipótese central, além de permitir a análise das 16 variáveis testadas. A metodologia utilizada procurou analisar os dados secundários, de forma quantitativa e qualitativa, e aprofundar a análise qualitativa através de duas etnografias. Uma primeira constatação se refere à importância que assume a ideia de rotatividade, a qual abarca a evasão, para que possamos compreender os processos sociais nos assentamentos, pois, muitas vezes, (e isso ficou claro nos estudos de caso) os agentes viabilizam formas de contenção de conflitos ou o estabelecimento de alianças sem, necessariamente, evadir do Programa de Reforma Agrária, especialmente quando há a possibilidade de troca de lotes dentro ou entre assentamentos.

Com relação aos dados de infra-estrutura e crédito que dispomos, não obtivemos uma correlação entre a evasão e a carência de infra-estrutura (moradia, água, luz, estradas internas e externas), assim como entre o tempo transcorrido para acesso aos créditos da reforma agrária (apoio, materiais de construção e PRONAF A). Isso não significa dizer que estes itens não sejam essenciais ao bom desenvolvimento dos assentamentos, o que é, na verdade, uma obviedade. Por outro lado, a situação do assentamento Santo Ângelo demonstrou que, por vezes, os dados secundários não informam com o devido detalhe, como é o caso dos lotes que inundam, motivando (ou pelo menos contribuindo para) algumas evasões.

A qualidade dos solos, aqui aferida, de forma expedita, pelas classes de capacidade de uso, também não apresentou correlação com a evasão, assim como a prestadora de assistência técnica, o executor do assentamento e o tipo de público. Neste caso, os assentamentos de agricultores ocupantes de áreas indígenas e aqueles atingidos por barragens, onde somente um assentamento, dentre 20, não está no norte do Estado, evadem tanto quanto

os sem-terra assentados nesta mesma região. O ano de implantação do assentamento, por sua vez, apresentou uma tendência, óbvia por sinal, de ampliação da evasão com o tempo, com uma tendência à estabilização da taxa de evasão total em torno de 30%, em média, o que quer dizer um valor maior na metade sul, com mais de 40% na região de Bagé.

Observamos que a evasão se apresenta bastante desigual nas cinco regiões estudadas, sendo que a metade norte do Rio Grande do Sul apresenta baixas evasões, em média 10%, por razões que se supõe ser de ordem ambiental (melhores solos e clima e, conseqüentemente, melhores produções e produtividades), econômica (maior dinamismo econômico na região) e de ordem simbólica, pois boa parte dos assentados é originária do norte, onde a rede de relações sociais, especialmente aquelas relacionadas com o parentesco, tem papel central.

As três regiões da metade sul (Sul, Bagé e Fronteira Oeste) apresentam evasões maiores, com uma certa vantagem para a Fronteira Oeste, possivelmente devido ao solo de mais fácil manejo, melhores estradas e à proximidade de uma cidade de médio porte, Santana do Livramento. Há elementos não analisados que podem estar influenciando, como, por exemplo, o grande contingente de agricultores inadimplentes na região de Bagé, devido ao aval solidário, o que mereceria um estudo específico. Em todos estes casos, porém, há uma tendência dos assentados procurar voltar para a metade norte, quando são oriundos de lá.

A Região Metropolitana de Porto Alegre, embora, apresente uma boa produtividade, um intenso cultivo do solo e alto dinamismo econômico do entorno, apresenta uma evasão mais alta que na Fronteira Oeste, o que parece se dar devido: ao alto percentual de várzeas, quase sempre problemáticas para camponeses pobres; à atração econômica e simbólica das grandes cidades e; à relativa distância das redes de relações sociais de uma

parte dos assentados, que é provinda do norte do Estado. As grandes diferenças regionais, especialmente entre as metades norte e sul, indicam que este é um campo de estudo a ser explorado, onde poderíamos lançar mão de outras variáveis, tais como renda¹ ou as oportunidades fora do assentamento, além de outras peculiaridades, como sugerem, inclusive, alguns estudos apresentados na revisão bibliográfica, para complementar o entendimento da evasão em sua dimensão material.

Apesar das ponderações relativas aos limites de avaliação da dimensão material neste estudo, entendemos que a baixa correlação dos fatores relacionados a esta dimensão aponta para a confirmação da hipótese central, haja vista a constatação da centralidade da dimensão simbólica, em especial, nos processos de desenvolvimento da sociabilidade por meio da construção e da ampliação de relações de reciprocidade entre os agentes, com vistas a um crescente fortalecimento de valores humanos e dos laços sociais. Estes estão bastante relacionados ao parentesco, incluindo compadrio, e redundam no desenvolvimento de um sentimento de pertencimento e na conformação de uma identidade “nós”, viabilizadores da formação de uma corporação.

As relações de reciprocidade, enquanto formas fundamentais de estabelecimento de sociabilidade, são, pelo menos tendencialmente, responsáveis por balizar as condutas dos agentes sociais, inclusive com relação à decisão de evadir ou de trocar de lote. Isto é constatado desde o acampamento, com as redes de parentesco e, nos assentamentos, pela dinâmica de reincorporação familiar (que Martins chamou de “reforma agrária dentro da reforma agrária”), pela ampliação das redes de relações com fazendeiros e com vizinhos “gaúchos”, além do fortalecimento da religião,

¹ embora Bruno e Medeiros (2001) tenham observado que a evasão não se correlaciona com o “sucesso” dos assentamentos, isto é, assentamentos com maior produção agrícola, integrados ao mercado (que nós supomos estarem correlacionados com alta renda média) podem apresentar altas evasões.

como forma de agregação e de contenção de conflitos, especialmente pela diminuição do alcoolismo.

Nos estudos de caso, a variável relacionada com o estado civil confirmou que os solteiros tendem a apresentar maior rotatividade e evasão do que os casados, fato que, por sua vez, reforça a hipótese central, no sentido de que aqueles possuem uma rede menor de relações sociais e, por isso, apresentam maior instabilidade. Com o casamento, a tendência é de um alargamento da rede de relações de reciprocidade e, conseqüentemente, de estabilidade dentro dos assentamentos.

Com relação à religião dos assentados, constatou-se, também, uma maior rotatividade entre os católicos, principalmente no assentamento Apolo (no Santo Ângelo também, porém em menor grau), demonstrando uma tendência à diminuição da rotatividade pelo fortalecimento dos laços sociais, que é visivelmente maior entre os evangélicos. Porém, não se trata de substancializar esta variável, devendo-se avaliar caso a caso.

Ainda nos estudos de caso, a identificação da origem dos assentados revelou que, quase todos, são caboclos e provenientes do meio rural, o que nos impediu de correlacionar as variáveis de etnia e origem com a rotatividade.

Com a chegada no assentamento, afloram diferentes projetos, notadamente o projeto socialista, do MST; o projeto empresarial/rentista; e o projeto camponês, numa situação ora de resistências múltiplas, ora de negociações e alianças, quando alguns camponeses, por contingências, se valem da renda fundiária, lançando mão das relações com “os de dentro”, (por exemplo, assentados mais ricos, que se diferenciaram) ou com fazendeiros “de fora”. Estes diferentes projetos, via de regra, entram em disputa, seja pelo controle dos recursos naturais, tais como a terra e a água para irrigação, ou

pelo espaço de mediação com o Estado, especialmente com os órgãos de terra.

Estas disputas, a partir de um certo limite do tolerável, limite este ultrapassado no assentamento Apolo, onde ocorreram várias mortes, geram violência explícita e evasão. Os mediadores governamentais, por sua vez, quando, de forma voluntarista, militam pelo projeto socialista sem se aperceber das tentativas de conformação do projeto camponês (ou o que é pior, quando o percebem explicitamente), acabam por facilitar a evasão ou, pelo menos, não facilitar a formação da corporação (segundo Wolf) e da identidade “nós”, ou da comunidade (segundo Elias), isto é, a própria coesão social, tida aqui como potencialmente estabilizadora de conflitos graves e da evasão propriamente.

Esses conflitos engendram, por sua vez, reações que visam à construção da paz, com a conseqüente diminuição da evasão. Nos dois estudos de caso, os assentados se utilizaram da pentecostalização, da revitalização da família extensa, do compadrio e da ampliação das relações de vizinhança, inclusive abrindo espaço para a entrada dos caboclos ocupantes da metade sul, chamados “gaúchos”, com ampliação, não só de relações de reciprocidade, como de relações comerciais, propriamente, com os fazendeiros vizinhos. Este processo, denominado por nós de corporação, pressupõe a formação de identidades, o que não é vivido aqui sem ambigüidade, pois, especialmente entre os jovens, observamos uma tendência de relativização da identidade camponesa *pari passu* a uma maior aproximação com o mundo urbano.

Os jovens ficam mais sujeitos às mudanças de consciências por via das inculcações de valores, tornando-se vítimas e algozes, ao mesmo tempo, de processos de violência simbólica, que, no limite, pode levá-los à evasão para as cidades e lançar dúvidas em direção à própria viabilidade de um amplo programa de reforma agrária, pelo menos nos moldes em que é proposto por

setores da esquerda brasileira, o qual parece estar, cada vez mais, distante da atual realidade brasileira, notadamente no sudeste-sul do país.

Em outras palavras, os assentamentos vivem um equilíbrio tenso, por um lado, entre os fatores de expulsão, como deficiência de infra-estrutura e conflitos, além de fatores de atração do mundo urbano, tanto do ponto de vista material como simbólico. E, por outro lado, as tentativas de construção da paz por meio do alargamento das relações de reciprocidade, mas, ainda assim, num processo, muitas vezes, de disputa com os mediadores governamentais e não-governamentais, que, seja por voluntarismo político ou por desconhecimento, terminam por conturbar este frágil equilíbrio.

Desta forma, a busca pela compreensão sobre as razões da evasão, que, *grosso modo*, parecem ser as mesmas da rotatividade, nos amplia o horizonte para compreender o processo social que se desenrola dentro dos assentamentos. Nos referimos, especialmente, ao fenômeno da pentecostalização, com o concomitante afastamento do MST, à ampliação da reciprocidade com a vizinhança e a crescente consolidação do projeto camponês, no caminho da corporação, processos que parecem estar indicando a possibilidade de mudanças profundas na intermediação política, até então hegemônicas pelo MST.

Os assentamentos Apolo e Santo Ângelo vêm demonstrando a lenta consolidação do projeto camponês, ainda que de forma negociada com os outros projetos. Esta consolidação pode ser observada, por exemplo, com a ida dos filhos dos assentados aos acampamentos para obter “direito” à ocupação de lotes, na indicação dos coordenadores regionais do MST e na participação financeira para as lutas deste movimento,; ou mesmo, com a permissão de entrada de vizinhos e pelo estabelecimento de relações com os fazendeiros, por vezes, de arrendamento. Mesmo com percalços e vacilações, a cidade doméstica, como nos sugere Boltanski, indicadora de uma cultura

camponesa e da preponderância de princípios potencialmente geradores de valores humanos, demonstra a sua atualidade num mundo crescentemente voltado para o intercâmbio econômico e para os valores alienantes.

O estudo procurou descrever as motivações dos agentes e as razões por eles apontadas para as ações dos assentados, especialmente, com relação à evasão e à rotatividade, como propõe a sociologia da crítica. Mesmo que muitos assentados afirmem que a motivação para recomposição do parentesco seja um elemento central para a compreensão da evasão, o que é bastante plausível, ouvimos, também, inúmeros relatos referentes à pretensa urbanidade dos evadidos, o que não se confirmou nestes casos. Esta situação evidencia que os agentes lançam mão de princípios de justiça de uma “cidade doméstica” para, mais do que explicar a evasão, explicar a sua própria permanência, reafirmando sua identidade camponesa em contraposição a outros princípios de justiça, dos cidadãos ou mesmo do MST.

Lideranças do MST e técnicos associados, assim como apoiadores nos órgãos de terra se valem dos princípios de justiça que se distanciam da cidade doméstica e apelam para critérios de eficiência técnico-gerencial, ou mesmo para argumentos ideológicos, embora acabem transitando, também, para a cidade que criticam quando reconhecem a importância do parentesco e da religião na coesão social dos assentamentos. Neste caso, se mostram temerosos perante o processo de unificação dos mercados de bens simbólicos e a concomitante dominação do mundo urbano, que parece abarcar a todos.

A análise dos dados, assim como a compreensão das motivações e dos discursos dos agentes nos auxiliaram a refutar o lugar-comum a respeito da idéia de que a evasão se deve aos sem-terra, tidos como urbanos e/ou caboclos, portanto, pouco adaptados ao trabalho ou, pelo menos, à gestão dos lotes; em contraposição aos “colonos”, tidos como mais “trabalhadores”. Pelo menos no que tange à evasão, não observamos diferenças. Além disso, as

evasões constatadas, nos dois estudos de caso, foram basicamente de agricultores ou, pelo menos, de pessoas provindas de municípios essencialmente rurais, de modo que, mesmo não podendo testar quem evade mais, se o urbano ou o rural, observamos que os (possivelmente) camponeses também evadem e em grande número, demonstrando que as razões para a evasão (e rotatividade) são mais complexas do que pretende o senso comum.

Ainda que preliminarmente, observamos que o rentismo, por sua vez, parece vir associado a uma tendência à pluriatividade entre os assentados. Isto é, os assentados que optam por arrendar os lotes (mesmo não os quantificando, observamos que há um número expressivo deles nos assentamentos), muitas vezes, são os mesmos que trabalham fora do lote, na cidade ou em áreas rurais próximas, no assentamento ou fora dele. Este parece ser um tema-chave na compreensão e proposição de novos tipos de assentamentos, com vistas à superação de antigos modelos de reforma agrária, que pouco dialogam com a realidade atual do mundo rural brasileiro. Ressalvamos que a pluriatividade não é aqui compreendida como um mecanismo necessariamente de enfraquecimento (nem que seja simbólico) da agricultura familiar, podendo, pelo contrário, funcionar como uma estratégia de fortalecimento da reprodução social das famílias assentadas.

Por outro lado, o rentismo nos revela uma estranha presença, nos assentamentos, de elementos que denominamos *brokers*, cujo papel é notável para um melhor entendimento tanto da evasão, quanto do arrendamento, mas que deve ser objeto de estudo específico e de cuidados por parte dos órgãos de terra. Observamos ainda que certos agentes sociais nos assentamentos, independentemente do projeto em que estão inseridos, se valem de sua posição e capital simbólico para intermediar negociações de lotes, corroborando ou não para estratégias corporativas.

Um outro elemento, relacionado com o acima e passível de um melhor esclarecimento, para o qual fazemos aqui, também, algumas considerações preliminares, se refere à insegurança dominial de que são acometidos os assentados e os efeitos que isto parece acarretar no desenvolvimento dos assentamentos. Estas conseqüências podem ser percebidas na medida em que podem dificultar a formação de um sentimento de pertencimento dos assentados e as suas estratégias de herança, fundamentais para o seu engajamento tanto na formação de uma (nova) rede de relações sociais e de uma comunidade (evitando, com isso, conflitos maiores), como também na própria produção agropecuária.

Neste sentido, o tema da titulação de lotes, que enfrenta resistências internas dentro do INCRA, precisa ser revisto, evitando preconceitos ideológicos que porventura entendam que é possível excluir, por decreto, a propriedade privada no sistema capitalista, mesmo contra a vontade dos próprios camponeses.

As considerações levantadas nesta dissertação com relação à importância das redes de relações de reciprocidade e ao papel dos mediadores apresentam-se como uma contribuição à revisão de alguns procedimentos internos, desde a seleção das famílias, cuja norma interna do INCRA não leva em conta estes aspectos, até a titulação do assentamento, passando pelo acompanhamento dos assentamentos pelos mediadores governamentais e pela assistência técnica. Estes fatos nos permitem observar que, muitas vezes, o que está em jogo vai além das interpretações iluministas sobre direitos civis e individuais, as quais podem não contemplar outros princípios ou “mundos”, a exemplo daqueles que descrevemos ao longo deste trabalho.

Um ponto nevrálgico é a regularização dos lotes, onde os mediadores acabam intervindo no processo de troca dos mesmos ou na regularização dos novos assentados. Aqui se insinua uma dificuldade do

movimento social de lidar com a dimensão simbólica da vida camponesa, por exemplo, quando impõem a entrada de acampados nos lotes vagos, muitas vezes em detrimento de parentes, ou quando “formam” grupos de crédito sem levar em consideração estes aspectos, ou mesmo quando estigmatizam como *lumpen* os elementos que não se enquadram em sua política.

O INCRA, por influência do MST, exige, há muito tempo, que os novos assentados sejam oriundos de acampamentos, já submetidos, desta forma, ao projeto do MST, pelo menos, num primeiro momento. Este é um ponto de tensão que, inclusive, está sendo objeto de discussão dentro do INCRA, especialmente com relação a se deve haver ou não obrigatoriedade do acampamento para a entrada de beneficiários novos em lotes vagos. O MST defende que sim (embora também haja controvérsias internas), ao passo que parece haver um crescente desejo das famílias de que não haja esta necessidade, que os libertaria, cada vez mais, das obrigações com o MST.

É recomendável que estejamos vigilantes com relação aos processos de violência simbólica (quando não explícita), aos quais, muitas vezes, somos sujeitos, especialmente no que tange à proposição do acampamento ou da coletivização. Tais processos, são, freqüentemente, revestidos de uma idéia de panacéia. Porém, é importante frisar que, no nosso estudo, a crítica a um coletivismo alienígena que não se apercebe das relações de reciprocidade não implica em sua negação, mas sim na necessidade de compreender e explicitar o que é mobilizado quando se lança mão de tais dispositivos.

Por último, ressaltamos que as considerações aqui formuladas, com relação ao MST, não implicam em nenhuma outra motivação a não ser servir de contribuição para o entendimento dos processos sociais dentro dos assentamentos e do papel crucial que têm os mediadores no que diz respeito às culturas locais e ao viver dos assentados, procurando sempre evitar

conflitos. Para isso, parece salutar a revisão de algumas perspectivas teóricas adotadas até então, principalmente aquelas que consideram, mais ou menos explicitamente, as formas familiares de produção como formas societárias irremediavelmente condenadas ao desaparecimento, melhor dizendo, destinadas a serem suplantadas por formas coletivas de produção, cabendo, portanto, aos mediadores “esclarecidos” levar a cabo tal intento, custe o que custar.

Mesmo que isso não implicasse numa crítica no terreno da ética, o fato concreto é que o desdobramento prático desta insuficiência teórica, como diria Prado Júnior, tem-se revelado desastroso, provocando um rápido esboroamento na relação do MST tanto com os camponeses assentados, quanto com a sociedade em geral. Mas, o MST, ao longo da sua história, já superou muitos percalços e pode, portanto, aproveitar as oportunidades para novas superações.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p. 94-104.

BOLTANSKI, L. **L' et la justice comme competences**. Paris: Métailié, 1990.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Ed. Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. Reprodução proibida: a dimensão simbólica da dominação econômica. In: _____. **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. São Paulo: Ed. Papirus, 2000. p. 93-119.

_____. **O poder simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **O ofício de sociólogo**: metodologia de pesquisa na sociologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRANCO, M. T. C. **Jovens Sem-terra**: identidades em movimento. Curitiba: Ed. UFPR, 2003.

BRASIL. Ministério Extraordinário da Política Fundiária. **I Censo da Reforma agrária do Brasil**. Brasília, [1997].

BRENNEISEN, E. C. Assentamento Sepé Tiaraju: persistências do passado, fragmentos do presente. In: MARTINS, J. S. **Travessias**: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 53-106.

BRUMER, A; SOUZA, R.H.V; ZORZI, A. O futuro da juventude rural. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 6., 2002, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2002. p. 1365-1372.

BRUNO, R; MEDEIROS, L.S. **Percentuais e causas de evasão nos assentamentos rurais**. Brasília: INCRA/MDA, 2001 (Cadernos da Terra, n.9)

CAILLÉ, A. Dádiva e Associação. In: MARTINS, P. H. **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis, RJ: Ed Vozes, 2002. p.191-205.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. Diretrizes de Políticas Públicas para o novo rural brasileiro: Incorporando a Noção de Desenvolvimento Local. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Brasília: SOBER, 1999. p. 47-57.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2001.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurubano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F.C., R. SANTOS, CONSTA, L.F.C. (Orgs.) **Mundo Rural e Política**: ensaios interdisciplinares (Parte II). Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1998. Cap. 6, p. 95-117.

CARVALHO, H. M. de. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. 1999. Disponível em: www.nead.org.br. Acesso em 15/12/2004.

_____. **Comunidade de resistência e superação.** Curitiba, 2002a. Mimeografado.

_____. A emancipação do Movimento no movimento de emancipação social continuada. E então? In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. p. 233-260.

CASTRO, E. G. de. **Sonhos, desejos e a “realidade”:** herança, educação e trabalho de “jovens rurais” da Baixada Fluminense/RJ. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=298>. Acesso em 30 nov. 2004.

_____. Juventude rural: “apenas uma palavra” ou “mais que uma palavra”. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29., 2005, Caxambu, MG. **Papers...** Caxambu, ANPOCS, 2005. 38p. Fotocópia.

CHAMPAGNE, P. La reproduction de l'identité. **Actes de la Reserche en Sciences Sociales**, Paris, n. 65, p. 41-64, nov. 1986.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. O cooperativismo na China. **Cadernos das Experiências Históricas da Cooperação**, São Paulo, n. 1, p. 1-54, 1998.

_____. O que levar em conta para a organização do assentamento. **Cadernos de Cooperação Agrícola**, São Paulo, n. 10, p. 1-30, 2001.

CONVÊNIO INCRA-RS/EMBRAPA/FAPEG. **Relatório final das atividades do convênio.** 2005. Mimeografado.

DELGADO, G. **Questão agrária no pós-guerra e sua configuração contemporânea**. Versão preliminar. 2004. Mimeografado.

D'INCAO, M. C. Assentamentos rurais do estado de São Paulo: Notas sobre os impasses da assessoria técnica estadual. In: CULTIVANDO Sonhos: caminhos para a assistência técnica na reforma agrária. São Paulo: ITESP: Páginas & letras, 2000. p. 59-93.

DODIER, N. Agir em diversos mundos. In: CARVALHO, M. do C. B. de (Org.). **Teorias da ação em debate**. São Paulo: Cortez: FAPESP: Instituto de Estudos Especiais, PUC, 1993. p.77-109.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000.

GEHLEN, I. Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. In: ZARTH, P. A. *et al.* **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: UNIJUÍ, 1998. p. 121 - 141.

GABINETE DA REFORMA AGRÁRIA E COOPERATIVISMO. **Viabilização econômica dos assentados**. Porto Alegre, 2003. 11 p. Mimeografado.

GRAZIANO NETO, F. Recolocando a questão agrária. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p. 238-254.

GUANZIROLI, C. *et al* (Coord.). **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**: projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. Brasília: FAO, INCRA, 1998.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Processo administrativo sobre irregularidades**. Nº 54220.000240/00-95. Porto Alegre, 2001a. Arquivado na sede do INCRA-RS.

_____. Norma de Execução no. 18. Dispõe sobre procedimentos para seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 out. 2001b.

_____. Norma de Execução no. 45. Dispõe sobre procedimentos para seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 ago. 2005.

KLAMT, E. *et al*. **Características e vocação de uso agrícola do agroecossistema dos solos negros da campanha/RS**: manual para extensionistas. Porto Alegre: Gabinete da Reforma Agrária, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2002. Mimeografado.

LATOUR, B. **Jamais Fomos Modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEITE, S. Orçamentos familiares e estratégias socioeconômicas em assentamentos rurais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 118-151, out. 2003.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.S (Coord.). *et al.* **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

LEPSCH, I. F. (Coord.). **Manual para levantamento utilitário do meio físico e classificação de terras no sistema de capacidade de uso**. 4^a aproximação. Campinas: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1983.

LEVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1988. p. 9-48.

MARIZ, C. L. A sociologia da religião de Max Weber. In: TEIXEIRA, F. (Org.). **Sociologia da religião**: enfoques teóricos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 67-93.

MARIANO, R. Pentecostais e a política no Brasil. **Comciencia**, São Paulo, 13 mar. 2005. <<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/05/13>>. Acesso em: 12 out. 2005.

MARQUES, A C. H.; SANTO, C. R. E.; CEPÊDA, V. A . Indicadores sócio-econômicos das famílias desistentes em projetos de assentamentos rurais na região noroeste do Estado de São Paulo. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 6., 2002, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação Latino-americana de Sociologia Rural, 2002. p. 1166-1177.

MARTINS, J. de S. **Reforma Agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000a.

_____. **Reforma Agrária, o impossível diálogo sobre a história possível.** Brasília: INCRA/MDA, 2000b (Cadernos da Terra, n. 7).

_____. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002.

_____. **O sujeito oculto:** ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003a.

_____. **Travessias:** estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003b.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte** (1852). 2001. Disponível em: <http://www.jahr.org/nel/brumario/brumario.htm> Acesso em 18 ago. 2005.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva.** Trad.port. Lisboa: Ed. 70, 1988.

MEDEIROS, L.S.; LEITE, S. **Assentamentos rurais:** mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2004.

MELGAREJO, L. **Desempenho, eficiência multidimensional e previsão de possibilidade de sucesso em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul.** Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Faculdade de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

MELLO, P. F.; MIELITZ NETTO, C. G. A. O assentamento rururbano e a reforma agrária na atualidade brasileira. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA E ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** . Ribeirão Preto: FEARP/USP, PENSA/USP, 2005. Não paginado, CD-ROM.

MENEZES, R. de C. Marcel Mauss e a sociologia da religião. In: TEIXEIRA, F. (Org.). **Sociologia da religião**: enfoques teóricos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 94-124.

NAVARRO, Z. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: Navarro, Z. (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996. p. 62-105.

_____. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. p. 189-232.

_____. O MST e a canonização da ação coletiva. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 b. p. 261-272.

NAVARRO, Z.; MORAES, M. S; MENEZES, R. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, L.S.; LEITE, S. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais do Brasil**: processos e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. p. 19-68.

NEVES, D.P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, A D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. UFPR, 1998. p. 147-168. (Pesquisa, 40).

OLIVEIRA, P. A. R. de. A teoria do trabalho religioso em Pierre Bourdieu. In: TEIXEIRA, F. (Org.). **Sociologia da religião**: enfoques teóricos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p.177-197.

PAIM, G. **Industrialização e economia natural**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.

PEREIRA, J. M. M. **A política agrária contemporânea do Banco Mundial**: matrizes políticas, base intelectual, linhas de ação e atualizações estratégicas. Rio de Janeiro, 2005. Mimeografado.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. Brasília: Ed. Brasiliense, 1987.

QUINTEIRO, M. da C. Rio Paraíso, o paraíso conquistado. In: MARTINS, J. de S. (Org.). **Travessias**: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 159-201.

RADOMSKY, G. F. W. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural. In: COLÓQUIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 1., 2005. Porto Alegre. [Anais...]. Porto Alegre: GEPAD, 2005. Não paginado, CD-ROM.

RANGEL, I. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

REZENDE, G. C. de. **Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária**: Institucionalidade, subsídio e eficácia. Brasília, 1999. Relatório de pesquisa do Convênio INCRA/FAO, Projeto UTF/BRA/036/BRA.

ROLIM, F. C. **Religiosidade popular**. [1980?]. Disponível em: <<http://pensocris.vilabol.uol.com.br/religiosidade.htm>> Acesso em 12 out. 2005.

SABOURIN, E. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. Tomo, São Cristóvão, SE, n.7, p. 75-104, 2004.

_____. Organização dos agricultores e produção de valores humanos. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 12., 2005, Belo Horizonte. [**Anais...**]. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005a. Fotocópia.

_____. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: COLÓQUIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 1., 2005, Porto Alegre. [**Anais...**]. Porto Alegre: GEPAD, 2005b. Não paginado, CD-ROM.

SABOURIN, E.; MARINOZZI, G. Recomposição da agricultura familiar e coordenação dos produtores para a gestão de bens comuns no nordeste brasileiro. **Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 17, p.80-90, set. 2001.

SANCHIS, P. A contribuição de Émile Durkheim. In: TEIXEIRA, F. (Org.). **Sociologia da religião: enfoques teóricos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p.36-66.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SILVA, J. G. da. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p.137-143.

SILVA, J. G. da; CAMPANHOLA, C.; DEL GROSSI, M. Novo rural brasileiro: uma atualização. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: FEARP/USP, PENSA/USP, 2005. Não paginado, CD-ROM.

SILVA, M. A. M. Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra. In: MARTINS, J. de S. **Travessias**: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 107-157.

SILVEIRA, C. B. da. **Organizações e a “lei de ferro das oligarquias”**: um estudo sobre os assentamentos rurais de reforma agrária. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr>. Acesso em 10 nov. 2004.

SOTO, W. H. G. **A produção do conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil**: as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2002.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003.

VEIGA, J. E. da. Fundamentos do agrorreformismo. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p. 68-93.

WANDERLEY, M. de N. B. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no nordeste). In: MARTINS, J. de S. **Travessias**: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 203-246.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. São Paulo: Zahar Editores, 1976.

_____. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Org.). **Antropologia e poder**. Brasília: UNB, 2003a. p. 117-144.

_____. Comunidades camponesas corporadas fechadas na Mesoamérica e em Java Central. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Org.). **Antropologia e poder**. Brasília: UNB, 2003b. p.145-164.

_____. Aspectos específicos do sistema de plantations no Novo Mundo: subculturas das comunidades e classes sociais. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Org.). **Antropologia e poder**. Brasília: UNB, 2003c. p. 165-182.

_____. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Org.). **Antropologia e poder**. Brasília: UNB, 2003d. p. 93-113.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995.

ZARTH, P. A. **Do arcaico ao moderno**: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2002.

APÊNDICE A- Questionário base para as entrevistas

1. qual seu nome?
2. qual sua idade?
3. quantas pessoas moram no lote?
4. quem é e não é parente?
5. qual sua origem e onde estava antes do acampamento ou assentamento?
6. o que fazia antes?
7. como entrou na luta pela terra, por meio de quem?
8. a que grupo pertence dentro do assentamento (religião, produção, associação, político, outros)?
9. que atividades desenvolvem nos grupos?
10. quem são seus amigos e parentes?
11. você é feliz aqui?
12. era isso que você queria?
13. quais são os outros grupos?
14. que fazem?
15. qual a diferença do seu grupo para os outros grupos?
16. como é a assistência técnica aqui?
17. como foi a aplicação do crédito rural?
18. como é a atuação da prefeitura?
19. há ações de outras entidades ou órgãos governamentais?
20. como é a participação do INCRA aqui?
21. como é a venda de produtos agrícolas?
22. você vive só da agricultura ou faz outros trabalhos?
23. Porque?
24. há algum problema importante de solo, clima ou meio ambiente que atrapalha a vida aqui?
25. porque você não saiu do assentamento?
26. o que falta para você no assentamento?
27. quem saiu do assentamento?
28. Era solteiro ou casado?
29. foi venda, expulsão ou abandono?
30. na sua opinião, porque a pessoa saiu do assentamento?

APÊNDICE B - Quadro com os assentamentos e as variáveis

município	data criação	nome do projeto	tipo	região	fam	ATES	evasão	% evasão	dias apoio	dias casa	dias PRONAF A	% sem luz
aceguá	20/5/2002	PE ACEGUÁ	E	B	38	e	4	10,53	190	580	394	100,00
aceguá	2/10/1997	PA JAGUARÃO	F	B	115	c	53	46,09	32	425		2,61
arambaré	11/4/1996	PA CAPÃO DO LEÃO	F	POA	15	c	4	26,67	68	113		0,00
arambaré	23/10/1995	PA FAZENDA SANTA MARTA	F	POA	16	c	5	31,25	611	615		0,00
arambaré	28/5/1996	PA CATURRITA	F	POA	25	c	4	16,00	29	66		0,00
arroio grande	14/10/1997	PA CHASQUEIRO/SANTA ROSA	F	PL	83	c	32	38,55	20	413		8,43
arroio grande	19/10/1999	PA ESTIVA	F	PL	7	c	0	0,00	21			0,00
arroio grande	9/11/1999	PA POTREIRO DA TORRE	F	PL	12	c	6	50,00	27	1400		25,00
arroio grande	30/8/2000	PA SANTANA	F	PL	38	c	8	21,05		495	470	0,00
boa vista do incra	19/10/1999	PA SANTO IZIDRO	F	N	28	e	1	3,57	21			0,00
boa vista do incra	31/7/2000	PA SANTO IZIDRO II	F	N	7	e	0	0,00	87	525	493	0,00
bossoroca	19/10/1999	PA SÃO JOÃO	F	N	36	e	2	5,56	34		672	0,00
bossoroca	20/4/2001	PA PRIMAVERA	F	N	79	c	3	3,80	59	265		5,06
braga	24/9/2001	PE NOSSA SENHORA APARECIDA III	E	N	19	e	0	0,00				0,00
caibaté	29/8/1997	PA NOSSA SENHORA APARECIDA	F	N	22	c	7	31,82	33	239		0,00
camaquã	19/4/1996	PA BOA VISTA	F	PL	33	c	7	21,21	71	141		3,03
candiota	20/11/2000	PE VITÓRIA 2000	E	B	9	e	1	11,11	0		351	100,00
candiota	20/11/2000	PE 22 DE DEZEMBRO	E	B	42	e	19	45,24	1458		359	30,95
candiota	1/1/2000	PE OS PIONEIROS	E	B	22	e	9	40,91	300		660	100,00
candiota	20/11/2000	PE BOA VISTA DO BUTIÁ	E	B	5	e	1	20,00	0			100,00
candiota	20/11/2000	PE SEIS DAS ACÁCIAS	E	B	6	e	1	16,67	0		326	100,00
candiota	20/11/2000	PE SÃO SEBASTIÃO DOS MARMELEIROS	E	B	18	e	5	27,78	1458		359	50,00
candiota	13/11/2000	PE ESTÂNCIA CAMBOATÁ	E	B	25	e	8	32,00	598			100,00
candiota	9/10/1996	PA SANTA FÉ	F	B	30	c	13	43,33	40	245		0,00
candiota	2/10/1997	PA MADRUGADA	F	B	46	c	15	32,61	27	425		8,70
candiota	2/10/1997	PA ESTÂNCIA DO FUNDO	F	B	82	c	38	46,34	32	425		0,00

município	data criação	nome do projeto	tipo	região	fam	ATES	evasão	% evasão	dias apoio	dias casa	dias PRONAF A	% sem luz
candiota	3/12/1997	PA SÃO PEDRO II	F	B	24	c	11	45,83	14	364		0,00
candiota	5/11/2001	PA DOS CERROS/CONQUISTA DOS CERROS	c	B	72	e	30	41,67		654	190	100,00
candiota	30/10/2001	PA SANTO ANTÔNIO II/CONQ.DO P. DE TUPÃ	c	B	60	e	19	31,67		689	195	100,00
candiota	2/9/2002	PA JAGUARÃO/COMPANHEIROS DE JOÃO ANTÔNIO	c	B	32	e	5	15,63	106			100,00
candiota	2/9/2002	PA ESTANCINHA	c	B	18	e	6	33,33	501			100,00
candiota	5/11/2002	PA PITANGUEIRA II	c	B	13	e	1	7,69	414			100,00
candiota	30/10/2001	PA JAGUARÃO GRANDE/SETE POVOS	c	B	7	e	2	28,57	42	1123	795	85,71
candiota	22/11/2001	PA PARAÍSO/CONQUISTA DO PARAÍSO	c	B	54	e	7	12,96	27	667	173	100,00
canguçu	1/1/1999	PE COLÔNIA SAO PEDRO	E	PL	7	c	0	0,00				14,29
canguçu	1/1/1999	PE RENASCER	E	PL	111	c	3	2,70	666		985	81,08
canguçu	19/2/2001	PE HERDEIROS DA LUTA	E	PL	63	c	23	36,51		326		96,83
canguçu	23/11/1998	PA UNIÃO	F	PL	65	e	20	30,77	21	671		98,46
canguçu	17/7/2001	PA PITANGUEIRAS	F	PL	22	e	9	40,91	41	178	341	90,91
canguçu	17/7/2001	PA QUIKUIO	F	PL	11	e	0	0,00	41	178	341	100,00
canguçu	14/10/1997	PA SALSO	F	PL	19	c	2	10,53	15	195		10,53
canguçu	23/11/1998	PA ARROIO DAS PEDRAS	F	PL	49	e	16	32,65	21	285		100,00
canguçu	27/2/2002	PA PALMEIRA/PERSEV. NA LUTA	F	PL	20	e	2	10,00	188	662	483	100,00
canguçu	12/11/2001	PA GUAJUVIRAS II/NOVO AMANHECER	c	PL	17	c	3	17,65	29	63	286	100,00
canguçu	12/11/2001	PA DA COSTA / MÃE TERRA	c	PL	12	e	1	8,33	29	63	226	100,00
capão do leão	14/12/1995	PA 24 DE NOVEMBRO	F	PL	15	c	4	26,67	13	13		6,67
caxias do sul	28/11/2001	PE ALTO DA SERRA	E	POA	15	e	6	40,00			16	13,33
caxias do sul	23/12/2002	PE ZUMBI DOS PALMARES II	E	POA	8	e	3	37,50				100,00

município	data criação	nome do projeto	tipo	região	fam	ATES	evasão	% evasão	dias apoio	dias casa	dias PRONAF A	% sem luz
cerrito	21/10/1999	PA CERRITO	F	PL	12	c	3	25,00	47		608	100,00
chiapeta	20/11/2000	PE NOVO HORIZONTE	E	N	46	e	2	4,35			36	0,00
chiapeta	3/4/2002	PE CRISTO REI	E	N	40	e	1	2,50				0,00
coronel bicaco	3/4/2002	PE SÃO SEBASTIÃO	E	N	37	e	0	0,00				0,00
david canabarro	20/11/2000	PE SANTA RITA	E	N	31	e	2	6,45			160	0,00
eldorado do sul	17/5/2001	PE BELO MONTE	E	POA	95	e	47	49,47				91,58
encruzilhada do sul	9/1/2002	PE VASSOURAL	E	PL	12	e	0	0,00	145	671	471	66,67
encruzilhada do sul	14/12/1998	PA PADRE REUS	F	PL	40	c	10	25,00	194			0,00
encruzilhada do sul	20/5/1994	PA FARROUPILHA	F	PL	115	c	22	19,13	220	101		0,00
encruzilhada do sul	23/7/1996	PA DA QUINTA	F	PL	45	c	12	26,67	35	117		8,89
encruzilhada do sul	14/10/1997	PA SANTA BÁRBARA	F	PL	16	e	1	6,25	28	413		6,25
encruzilhada do sul	19/4/1999	PA GUARÁ	F	PL	16	e	0	0,00	69	139		0,00
ernestina	20/11/2000	PE 25 DE JULHO	E	N	36	e	1	2,78			66	0,00
giruá	18/6/2001	PA GIRUÁ I	F	N	9	e	0	0,00	44	207		0,00
giruá	18/6/2001	PA GIRUÁ II	F	N	12	e	2	16,67	44	207		0,00
giruá	18/6/2001	PA GIRUÁ III	F	N	12	e	1	8,33	44	207		0,00
herval	1/1/2000	PE CERRO AZUL	E	PL	32	e	27	84,38			598	0,00
herval	16/7/1997	PA QUERÊNCIA	F	PL	44	c	9	20,45	19	137		0,00
herval	29/8/1997	PA NOVA HERVAL	F	PL	62	c	9	14,52	25	458		0,00
herval	9/12/1997	PA SÃO VIRGÍLIO	F	PL	60	c	13	21,67	8	358		0,00
herval	17/12/1998	PA SANTA RITA III	F	PL	26	c	18	69,23	5	0		92,31
herval	5/11/2002	PA VISTA ALEGRE	c	PL	7	e	1	14,29	362		494	100,00

município	data criação	nome do projeto	tipo	região	fam	ATES	evasão	% evasão	dias apoio	dias casa	dias PRONAF A	% sem luz
herval	24/4/1995	PA SANTA ALICE	F	PL	76	pac	19	25,00	63	63		9,21
herval	16/7/1997	PA BAMBURRAL	F	PL	38	c	21	55,26	19	137		0,00
herval	14/10/1997	PA TERRA DO SOL	F	PL	25	c	8	32,00	20	413		0,00
herval	23/11/1998	PA SANTA RITA DE CÁSSIA	F	PL	21	e	2	9,52	22	285		0,00
hulha negra	1/1/1999	PE ABRINDO FRONTEIRAS	E	B	59	e	20	33,90	660	1971	905	5,08
hulha negra	20/11/2000	PE NOVA GERAÇÃO	E	B	10	e	3	30,00	0		226	0,00
hulha negra	20/11/2000	PE NOVA QUERÊNCIA	E	B	55	e	12	21,82	0		368	0,00
hulha negra	20/11/2000	PE CONQUISTA DO FUTURO	E	B	32	e	28	87,50			226	0,00
hulha negra	20/11/2000	PE CHÊ GUEVARA	E	B	47	e	19	40,43	0	1543	225	0,00
hulha negra	20/11/2000	PE UNIDOS VENCEREMOS	E	B	6	e	2	33,33	229	1458	347	100,00
hulha negra	14/1/2002	PE ESTÂNCIA SAMUEL	E	B	47	e	4	8,51	197		522	85,11
hulha negra	5/11/2001	PA ESTÂNCIA VELHA I	c	B	35	e	10	28,57		684	271	100,00
hulha negra	22/11/2001	PA BANHADO GRANDE	c	B	28	e	12	42,86		667		100,00
hulha negra	22/11/2001	PA CAPIVARA II/CONQUISTA DA CAPIVARA	c	B	124	c	30	24,19	36	667	254	98,39
hulha negra	5/11/2001	PA MEIA ÁGUA / UNIDOS VENCEREMOS II	c	B	81	c	24	29,63		684	271	100,00
hulha negra	5/11/2001	PA ESTÂNCIA VELHA II/BELA VISTA	c	B	5	e	1	20,00	37	684		100,00
hulha negra	12/11/2001	PA DAS PALMEIRAS	c	B	25	e	8	32,00	32	677	226	100,00
hulha negra	5/11/2001	PA TAPETE VERDE/CAMPESINOS	c	B	24	e	11	45,83	38	684	233	100,00
ibiraiairas	20/11/2000	PE JABUTICABAL	E	N	34	e	1	2,94				0,00
ijui	20/11/2000	PE CONQUISTA DAS MISSÕES	E	N	15	e	0	0,00			71	0,00
ijui	3/12/2001	PE GRANJA FRIZZON	E	N	5	e	2	40,00		746		100,00
joia	20/11/2000	PE NOVO AMANHECER	E	N	49	e	5	10,20			195	38,78
joia	20/11/2000	PE TRINTA E UM DE MAIO	E	N	33	e	8	24,24				3,03
joia	14/6/1995	PA RONDINHA	F	N	228	c	44	19,30	23	76		3,51
joia	10/12/1996	PA CERES	F	N	114	c	10	8,77	9	188		0,88

município	data criação	nome do projeto	tipo	região	fam	ATES	evasão	% evasão	dias apoio	dias casa	dias PRONAF A	% sem luz
joia	9/12/1997	PA BARROCA	F	N	29	c	3	10,34	8	358		0,00
joia	22/11/2001	PA TARUMÃ I / 25 DE NOVEMBRO	c	N	55	c	2	3,64	21	53	157	100,00
julio de castilhos	16/5/1996	PA ALVORADA	F	N	72	c	3	4,17	44	104		0,00
julio de castilhos	19/10/1999	PA SANTA JÚLIA	F	N	60	c	6	10,00	34		621	1,67
lagoa vermelha	19/2/2001	PE 25 DE NOVEMBRO	E	N	55	e	6	10,91				0,00
manoel viana	3/12/1999	PA SANTA MARIA	F	FR	224	c	13	5,80	17	1035	668	0,45
não me toque	3/11/1994	PA LIBERTAÇÃO CAMPONESA	F	N	30	e	7	23,33	35	57		10,00
nova santa rita	5/5/1994	PA SINO	F	POA	13	c	4	30,77	32	235		15,38
nova santa rita/capela	5/5/1994	PA CAPELA	F	POA	101	c	10	9,90	31	127		0,00
palmares do sul	1/1/2000	PE ZUMBI DOS PALMARES	E	POA	62	c	7	11,29	328	1438	616	51,61
palmeira das missões	21/2/2001	PE ANTONIO JOCELI CORREIA	E	N	12	e	0	0,00		324		83,33
palmeira das missões	26/6/2001	PE TERRA NOVA	E	N	27	e	6	22,22		199	314	100,00
pedras altas	11/4/1996	PA LAGO AZUL	F	PL	33	c	6	18,18	68	139		0,00
pedras altas	27/1/1999	PA CANDIOTA	F	PL	31	e	5	16,13	151			0,00
pedras altas	3/12/1999	PA SANTA INÊS	F	PL	18	e	0	0,00	17			0,00
pedras altas	21/12/1999	PA REGINA	F	PL	70	e	23	32,86	0		606	0,00
pedro osório	27/1/1999	PA NHANDU	F	PL	25	c	10	40,00	151			4,00
pinhal grande	3/11/1994	PA FAZENDA DO SOBRADO	F	N	52	c	8	15,38	42	57		9,62
pinheiro machado	21/8/1996	PA VIEIRINA	F	PL	27	c	44	162,96	62	117		0,00
pinheiro machado	9/12/1997	PA ALEGRIAS	F	PL	27	c	6	22,22	8	358		0,00
pinheiro machado	28/11/1997	PA FIGUEIRA	F	PL	19	c	5	26,32	19	369		0,00
pinheiro machado	5/12/1996	PA SÃO MANOEL	F	PL	42	c	17	40,48	15	179		0,00
pinheiro machado	28/11/1997	PA PINHEIRO MACHADO	F	PL	25	c	16	64,00	19	369		4,00
pinheiro machado	9/12/1997	PA CAMPO BONITO	F	PL	30	c	8	26,67	8	358		0,00
pinheiro machado	9/12/1997	PA SANTA INÁCIA	F	PL	19	c	15	78,95		358		0,00
piratini	24/9/2001	PE FORTALEZA/RUBIRA II	E	PL	60	c	15	25,00		111	312	100,00

município	data criação	nome do projeto	tipo	região	fam	ATES	evasão	% evasão	dias apoio	dias casa	dias PRONAF A	% sem luz
piratini	20/3/2002	PE PASSO DO MOINHO	E	PL	43	c	6	13,95	276	629		100,00
piratini	16/5/1996	PA UMBU	F	PL	25	c	11	44,00	39	184		0,00
piratini	21/8/1996	PA CACHOEIRA	F	PL	20	c	12	60,00	48	119		0,00
piratini	21/8/1996	PA SANTO ANTONIO	F	PL	36	c	15	41,67	48	119		0,00
piratini	13/3/1997	PA PASSO DA CRUZ	F	PL	11	c	9	81,82	81	115		0,00
piratini	20/6/1997	PA FLORESTA/LAGOA	F	PL	73	c	24	32,88	18	170		0,00
piratini	22/11/2001	PA RUBIRA/CONQUISTA DA LUTA	F	PL	78	e	5	6,41	19	53		100,00
piratini	11/11/1996	PA ITAÇOCE	F	PL	12	c	10	83,33	17	237		0,00
piratini	10/12/1996	PA FERRARIA	F	PL	35	c	6	17,14	10	188		0,00
piratini	13/3/1997	PA PASSO DORNELES	F	PL	15	c	5	33,33	81	115		0,00
piratini	12/11/2001	PA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	c	PL	14	e	3	21,43	29	63	264	100,00
quatro irmãos	24/9/2001	PE DEZOITO DE OUTUBRO	E	N	29	e	0	0,00				0,00
redentora	20/11/2000	PE REDENÇÃO	E	N	16	e	3	18,75				0,00
ronda alta	26/6/2001	PE 1º DE MAIO	E	N	11	e	0	0,00			174	0,00
rosário do sul	17/12/2001	PE POTREIRO GRANDE	E	FR	48	e	6	12,50	149	732	693	100,00
salto do jacuí	14/3/2001	PE LUZ DO AMANHECER	E	N	42	e	1	2,38			167	0,00
salto do jacuí	20/6/2001	PA ORIENTAL	F	N	43	e	3	6,98	26	205	320	100,00
santa bárbara do sul	9/12/1997	PA CANTA GALO	F	N	36	e	3	8,33	8	358		2,78
santa maria	1/1/2000	PE CARLOS MARIGUELA	E	POA	16	c	6	37,50	300		665	25,00
santana do livramento	20/11/2000	PE ESPERANÇA DA FRONTEIRA	E	FR	22	e	1	4,55	0		346	81,82
santana do livramento	13/11/2001	PE NOVA MADUREIRA	E	FR	24	e	12	50,00		676		100,00
santana do livramento	17/11/2001	PE TORRÃO	E	FR	22	c	2	9,09	166	728		100,00
santana do livramento	17/12/2001	PE RINCÃO DA QUERÊNCIA	E	FR	8	e	2	25,00	133	698	546	0,00

município	data criação	nome do projeto	tipo	região	fam	ATES	evasão	% evasão	dias apoio	dias casa	dias PRONAF A	% sem luz
santana do livramento	16/5/2002	PE PARAISO II	E	FR	7	e	0	0,00	217	549	394	100,00
santana do livramento	5/12/1996	PA BOM SERA	F	FR	26	c	5	19,23	26	199		3,85
santana do livramento	14/10/1997	PA FRUTINHAS	F	FR	20	c	6	30,00	20	194		10,00
santana do livramento	14/10/1997	PA POSTO NOVO	F	FR	21	c	3	14,29	20	413		4,76
santana do livramento	14/10/1997	PA SANTA RITA II	F	FR	20	c	6	30,00	20	433		0,00
santana do livramento	13/8/2002	PE ROSELI NUNES	E	FR	63	c	4	6,35	130	990		100,00
santana do livramento	4/11/2002	PE CONQUISTA DO CERRO DA LIBERDADE	E	FR	78	c	3	3,85	53	908		100,00
santana do livramento	11/11/1996	PA SÃO JOAQUIM	F	FR	37	c	3	8,11	9	203		24,32
santana do livramento	21/11/1996	PA SANTO ANGELO	F	FR	16	c	5	31,25	0	193		0,00
santana do livramento	11/11/1996	PA APOLO	F	FR	34	c	14	41,18	9	216		17,65
santana do livramento	10/12/1996	PA COQUEIRO	F	FR	35	c	13	37,14	10	187		0,00
santana do livramento	4/6/1997	PA JUPIRA / SÃO LEOPOLDO	F	FR	42	c	16	38,10	42			0,00
santana do livramento	29/8/1997	PA RECANTO	F	FR	23	c	8	34,78	25	239		8,70
santana do livramento	23/11/1998	PA CAPIVARA	F	FR	26	e	13	50,00	21	285		0,00
santana do livramento	17/12/1998	PA PAMPEIRO	F	FR	46	c	15	32,61	194			0,00
santo antonio	20/4/2001	PA SÃO BRAZ	F	N	10	c	4	40,00	106	265	391	0,00

município	data criação	nome do projeto	tipo	região	fam	ATES	evasão	% evasão	dias apoio	dias casa	dias PRONAF A	% sem luz
missões												
são borja	13/11/2001	PE FAZENDA CASSACAN	E	N	15	e	0	0,00	250	767	587	0,00
são borja	14/12/1998	PA CAMBUCHIM	F	N	30	e	7	23,33	7	264		0,00
são borja	3/12/1997	PA SÃO MARCOS	F	N	17	e	6	35,29	14	364		5,88
são gabriel	19/9/1996	PA GUAJUVIRAS	F	FR	52	c	11	21,15	61	256		1,92
são luiz gonzaga	20/11/2000	PE SEPÉ TIARAJU	E	N	57	c	0	0,00	0		306	0,00
são luiz gonzaga	20/11/2000	PE COQUEIROS	E	N	12	e	0	0,00	0		298	0,00
são luiz gonzaga	9/12/1997	PA PALMA	F	N	12	c	5	41,67	8	629		16,67
são luiz gonzaga	9/12/1997	PA XIMBOCU	F	N	9	e	0	0,00	8	358		0,00
são luiz gonzaga	24/8/1998	PA PANORAMA	F	N	18	c	2	11,11	103	760		0,00
são luiz gonzaga	27/1/1999	PA CAMPOS DO PONTÃO	F	N	30	c	2	6,67	151	434		0,00
são luiz gonzaga	19/10/1999	PA SÃO SEBASTIÃO	F	N	50	e	4	8,00	21			0,00
são miguel missões	30/10/2001	PA ALECRIM	c	N	16	e	0	0,00	44	75	276	100,00
são nicolau	9/12/1997	PA CAMBAÍ	F	N	41	e	13	31,71	8	358		4,88
sarandi	5/11/2001	PA TARUMÃ II/11 DE MAIO	c	N	19	c	4	21,05	39	70		84,21
sarandi	22/11/2001	PA TARUMÃ III	c	N	20	c	3	15,00	34	36	173	0,00
tapes	23/10/1995	PA LAGOA DO JUNCO	F	POA	36	c	3	8,33	36	426		0,00
tupanciretã	20/11/2000	PE CONCEIÇÃO	E	N	56	c	1	1,79	0		304	0,00
tupanciretã	1/1/2000	PE CONQUISTA DA ESPERANÇA	E	N	15	c	1	6,67	296		618	0,00
tupanciretã	20/11/2000	PE PÔR DO SOL	E	N	42	c	12	28,57			145	0,00
tupanciretã	24/9/2001	PE TUPÃ II	E	N	38	c	4	10,53			35	0,00
tupanciretã	13/11/2001	PE NOVA CONQUISTA MÃE DE DEUS	E	N	9	c	1	11,11	291	728		88,89
tupanciretã	16/5/1996	PA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	F	N	63	c	11	17,46	44	128		0,00
tupanciretã	14/12/1998	PA SANTA ROSA	F	N	128	c	9	7,03	7	264		1,56
tupanciretã	23/11/1998	PA INVERNADA	F	N	27	c	5	18,52	29	285		100,00
tupanciretã	7/12/2001	PE NOVA AMÉRICA	E	N	13	c	0	0,00	267	652		0,00

município	data criação	nome do projeto	tipo	região	fam	ATES	evasão	% evasão	dias apoio	dias casa	dias PRONAF A	% sem luz
tupanciretã	30/12/1999	PA SÃO FRANCISCO II	F	N	23	c	1	4,35	231		625	4,35
tupanciretã	30/10/2001	PA SÃO DOMINGOS / NOVA ESPERANÇA	c	N	54	c	3	5,56	21	75		100,00
tupanciretã	30/10/2001	PA INVERNADA DAS MULAS / NOVA ALIANÇA	c	N	70	c	1	1,43	21	75		100,00
tupanciretã	30/10/2001	PA VÁRZEA / NOVA VÁRZEA	c	N	18	c	1	5,56	37	75	276	100,00
tupanciretã	27/2/2002	PA BANRISUL I/ESTRELA QUE BRILHA	c	N	6	c	0	0,00	296	624		100,00
tupanciretã	5/11/2002	PA BANRISUL II	c	N	6	c	0	0,00	0	471		100,00
uruguaiana	11/11/1996	PA IMBAÁ	F	FR	15	c	7	46,67	29	45		0,00
viamão	14/12/1998	PA VIAMÃO	F	POA	376	c	99	26,33	7	264		33,51

regiões: B - Bagé, N- norte, PL, planalto sulriograndense, Fr- fronteira oeste, POA-

Porto Alegre

dias apoio: dias da data de criação do assentamento até a data em que pelo menos 75% das famílias

receberam o crédito instalação, modalidade apoio (antigo fomento)

dias casa: dias da data de criação do assentamento até a data em que pelo menos 75% das famílias receberam o crédito instalação, modalidade materiais de construção

Dias PRONAF dias da data de criação do assentamento até a data em que pelo menos 75% das famílias receberam a primeira parcela do PRONAF A

% lotes sem luz foram obtidos em diagnóstico de 2003 (GRAC e INCRA), complementado por diagnósticos específicos, no caso das moradias

município	nome do projeto	região	fam	evasão	% evasão	% s/ casa	% lotes s/ água	% estrada interna não executada do projeto	% estrada externa em má condição	% classes de uso I a IV
aceguá	PE ACEGUÁ	B	38	4	10,53	0	102,63	100	0	
aceguá	PA JAGUARÃO	B	115	53	46,09	31,30	98,26			
arambaré	PA CAPÃO DO LEÃO	POA	15	4	26,67	0,00	53,33			
arambaré	PA FAZENDA SANTA MARTA	POA	16	5	31,25	6,25	93,75			
arambaré	PA CATURRITA	POA	25	4	16,00	40,00	0,00			

município	nome do projeto	região	fam	evasão	% evasão	% s/ casa	% lotes s/ água	% estrada interna não executada do projeto	% estrada externa em má condição	% classes capacid. de uso I a IV
arroio grande	PA CHASQUEIRO/SANTA ROSA	PL	83	32	38,55	15,66	101,20			
arroio grande	PA ESTIVA	PL	7	0	0,00	100,00	100,00			
arroio grande	PA POTREIRO DA TORRE	PL	12	6	50,00	16,67	100,00	25	50	
arroio grande	PA SANTANA	PL	38	8	21,05	10,53	68,42			
boa vista do incra	PA SANTO IZIDRO	N	28	1	3,57	3,57	0,00			
boa vista do incra	PA SANTO IZIDRO II	N	7	0	0,00	0,00	0,00			
bossoroca	PA SÃO JOÃO	N	36	2	5,56	5,56	5,56			
bossoroca	PA PRIMAVERA	N	79	3	3,80	0,00	0,00			
braga	PE NOSSA SENHORA APARECIDA III	N	19	0	0,00	0	0,00			
caibaté	PA NOSSA SENHORA APARECIDA	N	22	7	31,82	9,09	0,00			
camaquã	PA BOA VISTA	PL	33	7	21,21	0,00	96,97	66,67		
candiota	PE VITÓRIA 2000	B	9	1	11,11	11,11	100,00	0	100	63,1
candiota	PE 22 DE DEZEMBRO	B	42	19	45,24	47,62	80,95	92,54	100	50,7
candiota	PE OS PIONEIROS	B	22	9	40,91	22,73	100,00	18,92	0	52
candiota	PE BOA VISTA DO BUTIÁ	B	5	1	20,00	20	100,00	0	100	72,8
candiota	PE SEIS DAS ACÁCIAS	B	6	1	16,67	16,67	100,00	100	100	38,5
candiota	PE SÃO SEBASTIÃO DOS MARMELEIROS	B	18	5	27,78	38,89	0,00	100	100	58,6
candiota	PE ESTÂNCIA CAMBOATÁ	B	25	8	32,00	100,00	0,00	100	50	
candiota	PA SANTA FÉ	B	30	13	43,33	10,00	83,33			
candiota	PA MADRUGADA	B	46	15	32,61	23,91	80,43		100	90,2
candiota	PA ESTÂNCIA DO FUNDO	B	82	38	46,34	21,95	96,34		100	77,9
candiota	PA SÃO PEDRO II	B	24	11	45,83	41,67	95,83			
candiota	PA DOS CERROS/CONQUISTA DOS CERROS	B	72	30	41,67	100,00	100,00		33	44,8
candiota	PA SANTO ANTÔNIO II/CONQ.DO P. DE TUPÃ	B	60	19	31,67	100,00	100,00			58,1

município	nome do projeto	região	fam	evasão	% evasão	% s/ casa	% lotes s/ água	% estrada interna não executada do projeto	% estrada externa em má condição	% classes capacid. de uso I a IV
candiota	PA JAGUARÃO/COMPANHEIROS DE JOÃO ANTÔNIO	B	32	5	15,63	103,13	103,13		100	47,5
candiota	PA ESTANCINHA	B	18	6	33,33	100,00	100,00		100	24,3
candiota	PA PITANGUEIRA II	B	13	1	7,69	100,00	100,00			
candiota	PA JAGUARÃO GRANDE/SETE POVOS	B	7	2	28,57	100,00	85,71			55
candiota	PA PARAÍSO/CONQUISTA DO PARAÍSO	B	54	7	12,96	101,85	101,85		100	31
canguçu	PE COLÔNIA SAO PEDRO	PL	7	0	0,00	0,00	0,00	100		
canguçu	PE RENASCER	PL	111	3	2,70	4,50	85,59	0	0	
canguçu	PE HERDEIROS DA LUTA	PL	63	23	36,51	11,11	100,00	36,37	0	
canguçu	PA UNIÃO	PL	65	20	30,77	23,08	98,46		100	
canguçu	PA PITANGUEIRAS	PL	22	9	40,91	4,55	0,00			
canguçu	PA QUIKUIO	PL	11	0	0,00	36,36	100,00		100	
canguçu	PA SALSO	PL	19	2	10,53	5,26	100,00		100	
canguçu	PA ARROIO DAS PEDRAS	PL	49	16	32,65	8,16	100,00		100	
canguçu	PA PALMEIRA/PERSEV. NA LUTA	PL	20	2	10,00	90,00	100,00	100	100	
canguçu	PA GUAJUVIRAS II/NOVO AMANHECER	PL	17	3	17,65	29,41	0,00		100	22,5
canguçu	PA DA COSTA / MÃE TERRA	PL	12	1	8,33	50,00	100,00		100	
capão do leão	PA 24 DE NOVEMBRO	PL	15	4	26,67	0,00	100,00		100	
caxias do sul	PE ALTO DA SERRA	POA	15	6	40,00	26,67	100,00	0	0	
caxias do sul	PE ZUMBI DOS PALMARES II	POA	8	3	37,50	137,50	137,50	100	100	
cerrito	PA CERRITO	PL	12	3	25,00	25,00	100,00			
chiapeta	PE NOVO HORIZONTE	N	46	2	4,35	0,00	0,00			
chiapeta	PE CRISTO REI	N	40	1	2,50	0,00	0,00			
coronel bicaco	PE SÃO SEBASTIÃO	N	37	0	0,00	0,00	0,00			
david canabarro	PE SANTA RITA	N	31	2	6,45	0,00	0,00			69,3

município	nome do projeto	região	fam	evasão	% evasão	% s/ casa	%lotes s/ água	% estrada interna não executada do projeto	% estrada externa em má condição	% classes capacid. de uso I a IV
eldorado do sul	PE BELO MONTE	POA	95	47	49,47	85,26	100,00	100	0	45
encruzilhada do sul	PE VASSOURAL	PL	12	0	0,00	25,00	100,00		0	52,5
encruzilhada do sul	PA PADRE REUS	PL	40	10	25,00	0,00	0,00	100		
encruzilhada do sul	PA FARROUPILHA	PL	115	22	19,13	1,74	0,00	55,55		
encruzilhada do sul	PA DA QUINTA	PL	45	12	26,67	0,00	0,00	100		
encruzilhada do sul	PA SANTA BÁRBARA	PL	16	1	6,25	0,00	0,00	100		
encruzilhada do sul	PA GUARÁ	PL	16	0	0,00	0,00	0,00			
ernestina	PE 25 DE JULHO	N	36	1	2,78		0,00			
girua	PA GIRUÁ I	N	9	0	0,00	0,00	0,00	100		
girua	PA GIRUÁ II	N	12	2	16,67	0,00	0,00	100	40	
girua	PA GIRUÁ III	N	12	1	8,33	0,00	0,00			
herval	PE CERRO AZUL	PL	32	27	84,38	46,88	100,00	100	70,37	57,3
herval	PA QUERÊNCIA	PL	44	9	20,45	15,91	77,27	80	37,04	
herval	PA NOVA HERVAL	PL	62	9	14,52	25,81	101,61	38,46	25	
herval	PA SÃO VIRGÍLIO	PL	60	13	21,67	13,33	101,67	33		
herval	PA SANTA RITA III	PL	26	18	69,23	69,23	92,31	100	47,37	
herval	PA VISTA ALEGRE	PL	7	1	14,29	100,00	100,00			
herval	PA SANTA ALICE	PL	76	19	25,00	14,47	101,32	27,27	65,22	
herval	PA BAMBURRAL	PL	38	21	55,26	26,32	94,74	33	28,57	
herval	PA TERRA DO SOL	PL	25	8	32,00	8,00	84,00			
herval	PA SANTA RITA DE CÁSSIA	PL	21	2	9,52	0,00	100,00	5,55	23,81	
hulha negra	PE ABRINDO FRONTEIRAS	B	59	20	33,90	76,27	0,00	100		42
hulha negra	PE NOVA GERAÇÃO	B	10	3	30,00	20,00	0,00	0		36,7
hulha negra	PE NOVA QUERÊNCIA	B	55	12	21,82	100,00	0,00	100		29,2
hulha negra	PE CONQUISTA DO FUTURO	B	32	28	87,50	93,75	25,00	0		57,7
hulha negra	PE CHÊ GUEVARA	B	47	19	40,43	91,49	0,00	100		52
hulha negra	PE UNIDOS VENCEREMOS	B	6	2	33,33	100,00	0,00	0		
hulha negra	PE ESTÂNCIA SAMUEL	B	47	4	8,51	100,00	0,00		100	

município	nome do projeto	região	fam	evasão	% evasão	% s/ casa	% lotes s/ água	% estrada interna não executada do projeto	% estrada externa em má condição	% classes capacid. de uso I a IV
hulha negra	PA ESTÂNCIA VELHA I	B	35	10	28,57	105,71	105,71			24,9
hulha negra	PA BANHADO GRANDE	B	28	12	42,86	100,00	100,00			60,4
hulha negra	PA CAPIVARA II/CONQUISTA DA CAPIVARA	B	124	30	24,19	98,39	98,39			34,8
hulha negra	PA MEIA ÁGUA / UNIDOS VENCEREMOS II	B	81	24	29,63	82,72	101,23			52,5
hulha negra	PA ESTÂNCIA VELHA II/BELA VISTA	B	5	1	20,00	100,00	100,00			24,9
hulha negra	PA DAS PALMEIRAS	B	25	8	32,00	104,00	104,00			53
hulha negra	PA TAPETE VERDE/CAMPESINOS	B	24	11	45,83	104,17	104,17			
ibiraíairas	PE JABUTICABAL	N	34	1	2,94		0,00			
ijui	PE CONQUISTA DAS MISSÕES	N	15	0	0,00		0,00	25	0	
ijui	PE GRANJA FRIZZON	N	5	2	40,00	60,00	80,00	100	0	56,9
joia	PE NOVO AMANHECER	N	49	5	10,20	0,00	0,00	0	0	96,2
joia	PE TRINTA E UM DE MAIO	N	33	8	24,24	0,00	0,00	0	0	
joia	PA RONDINHA	N	228	44	19,30	7,89	0,00	100	52,17	
joia	PA CERES	N	114	10	8,77	2,63	100,00			
joia	PA BARROCA	N	29	3	10,34	3,45	100,00			
joia	PA TARUMÃ I / 25 DE NOVEMBRO	N	55	2	3,64	23,64	100,00		46,51	71,5
julio de castilhos	PA ALVORADA	N	72	3	4,17	0,00	100,00			
julio de castilhos	PA SANTA JÚLIA	N	60	6	10,00	8,33	98,33			
lagoa vermelha	PE 25 DE NOVEMBRO	N	55	6	10,91		0,00			68
manoel viana	PA SANTA MARIA	FR	224	13	5,80	4,02	100,89			
não me toque	PA LIBERTAÇÃO CAMPONESA	N	30	7	23,33	6,67	33,33			
nova santa rita	PA SINO	POA	13	4	30,77	7,69	0,00			
nova santa rita/capela	PA CAPELA	POA	101	10	9,90	0,00	0,00			
palmares do sul	PE ZUMBI DOS PALMARES	POA	62	7	11,29	35,48	91,94	100	100	85
palmeira das missões	PE ANTONIO JOCELI CORREIA	N	12	0	0,00	8,33	0,00			
palmeira das missões	PE TERRA NOVA	N	27	6	22,22	3,70	100,00		0	73,4

município	nome do projeto	região	fam	evasão	% evasão	% s/ casa	% lotes s/ água	% estrada interna não executada do projeto	% estrada externa em má condição	% classes capacid. de uso I a IV
pedras altas	PA LAGO AZUL	PL	33	6	18,18	0,00	0,00			
pedras altas	PA CANDIOTA	PL	31	5	16,13	19,35	0,00		100	
pedras altas	PA SANTA INÊS	PL	18	0	0,00	22,22	72,22			
pedras altas	PA REGINA	PL	70	23	32,86	10,00	85,71			
pedro osório	PA NHANDU	PL	25	10	40,00	16,00	0,00			
pinhal grande	PA FAZENDA DO SOBRADO	N	52	8	15,38	0,00	59,62			
pinheiro machado	PA VIEIRINA	PL	27	44	162,96	22,22	88,89			
pinheiro machado	PA ALEGRIAS	PL	27	6	22,22	0,00	18,52			
pinheiro machado	PA FIGUEIRA	PL	19	5	26,32	5,26	78,95			
pinheiro machado	PA SÃO MANOEL	PL	42	17	40,48	14,29	64,29			
pinheiro machado	PA PINHEIRO MACHADO	PL	25	16	64,00	20,00	76,00			
pinheiro machado	PA CAMPO BONITO	PL	30	8	26,67	6,67	33,33			
pinheiro machado	PA SANTA INÁCIA	PL	19	15	78,95	26,32	31,58			
piratini	PE FORTALEZA/RUBIRA II	PL	60	15	25,00	23,33	105,00	100	11,43	36,3
piratini	PE PASSO DO MOINHO	PL	43	6	13,95	88,37	102,33	100	0	46
piratini	PA UMBU	PL	25	11	44,00	4,00	100,00	60		
piratini	PA CACHOEIRA	PL	20	12	60,00	0,00	90,00	41,67	23,26	
piratini	PA SANTO ANTONIO	PL	36	15	41,67	5,56	0,00	25		
piratini	PA PASSO DA CRUZ	PL	11	9	81,82	0,00	0,00			
piratini	PA FLORESTA/LAGOA	PL	73	24	32,88	2,74	0,00	18,51		
piratini	PA RUBIRA/CONQUISTA DA LUTA	PL	78	5	6,41	23,08	100,00			
piratini	PA ITAÇOCE	PL	12	10	83,33	0,00	83,33			
piratini	PA FERRARIA	PL	35	6	17,14	2,86	100,00			
piratini	PA PASSO DORNELES	PL	15	5	33,33	6,67	100,00			
piratini	PA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	PL	14	3	21,43	14,29	100,00	100		27,2
quatro irmãos	PE DEZOITO DE OUTUBRO	N	29	0	0,00		0,00			
redentora	PE REDENÇÃO	N	16	3	18,75		0,00			
ronda alta	PE 1º DE MAIO	N	11	0	0,00		0,00			

município	nome do projeto	região	fam	evasão	% evasão	% s/ casa	% lotes s/ água	% estrada interna não executada do projeto	% estrada externa em má condição	% classes capacid. de uso I a IV
rosário do sul	PE POTREIRO GRANDE	FR	48	6	12,50	100,00	85,42	100	0	64,7
salto do jacuí	PE LUZ DO AMANHECER	N	42	1	2,38		0,00		0	
salto do jacuí	PA ORIENTAL	N	43	3	6,98	32,56	100,00		3,33	
santa bárbara do sul	PA CANTA GALO	N	36	3	8,33	0,00	11,11			
santa maria	PE CARLOS MARIGUELA	POA	16	6	37,50	56,25	0,00		100	79
santana do livramento	PE ESPERANÇA DA FRONTEIRA	FR	22	1	4,55	31,82	81,82	100	0	49,8
santana do livramento	PE NOVA MADUREIRA	FR	24	12	50,00	100,00	33,33	100	0	59,7
santana do livramento	PE TORRÃO	FR	22	2	9,09	59,09	0,00			56,1
santana do livramento	PE RINCÃO DA QUERÊNCIA	FR	8	2	25,00	100,00	0,00			37,2
santana do livramento	PE PARAISO II	FR	7	0	0,00	100,00	100,00	50	100	46,8
santana do livramento	PA BOM SERA	FR	26	5	19,23	30,77	57,69			98,7
santana do livramento	PA FRUTINHAS	FR	20	6	30,00	15,00	0,00	100	58,33	92,6
santana do livramento	PA POSTO NOVO	FR	21	3	14,29	14,29	0,00	66,67	46,67	93
santana do livramento	PA SANTA RITA II	FR	20	6	30,00	30,00	0,00	20	100	81
santana do livramento	PE ROSELI NUNES	FR	63	4	6,35	100,00	0,00	100		45,1
santana do livramento	PE CONQUISTA DO CERRO DA LIBERDADE	FR	78	3	3,85	100,00	0,00	100		
santana do livramento	PA SÃO JOAQUIM	FR	37	3	8,11	10,81	0,00	55,55		98
santana do livramento	PA SANTO ANGELO	FR	16	5	31,25	43,75	100,00		35	99,3
santana do livramento	PA APOLO	FR	34	14	41,18	50,00	0,00	72,22	35,29	90
santana do livramento	PA COQUEIRO	FR	35	13	37,14	25,71	0,00	100		95
santana do livramento	PA JUPIRA / SÃO LEOPOLDO	FR	42	16	38,10	11,90	0,00	41,67	5,13	95
santana do livramento	PA RECANTO	FR	23	8	34,78	47,83	0,00	81,81	50	85
santana do livramento	PA CAPIVARA	FR	26	13	50,00	19,23	0,00	77,78	100	90
santana do livramento	PA PAMPEIRO	FR	46	15	32,61	43,48	0,00	88,57	35	79
santo antonio missões	PA SÃO BRAZ	N	10	4	40,00	10,00	100,00	100	40	
são borja	PE FAZENDA CASSACAN	N	15	0	0,00	100,00	0,00			

município	nome do projeto	região	fam	evasão	% evasão	% s/ casa	% lotes s/ água	% estrada interna não executada do projeto	% estrada externa em má condição	% classes capacid. de uso I a IV
são borja	PA CAMBUCHIM	N	30	7	23,33	23,33	0,00	63,64	100	
são borja	PA SÃO MARCOS	N	17	6	35,29	23,53	0,00	100	100	
são gabriel	PA GUAJUVIRAS	FR	52	11	21,15	32,69	0,00	100	23,08	
são luiz gonzaga	PE SEPÉ TIARAJU	N	57	0	0,00	0	0,00		0	62,6
são luiz gonzaga	PE COQUEIROS	N	12	0	0,00	0	0,00	0	0	51,6
são luiz gonzaga	PA PALMA	N	12	5	41,67	25,00	16,67	50		
são luiz gonzaga	PA XIMBOCU	N	9	0	0,00	11,11	0,00	66,67		
são luiz gonzaga	PA PANORAMA	N	18	2	11,11	16,67	0,00			
são luiz gonzaga	PA CAMPOS DO PONTÃO	N	30	2	6,67	26,67	0,00			
são luiz gonzaga	PA SÃO SEBASTIÃO	N	50	4	8,00	12,00	0,00	60		
são miguel missões	PA ALECRIM	N	16	0	0,00	0,00	100,00	66,67		59,1
são nicolau	PA CAMBAÍ	N	41	13	31,71	14,63	12,20	33		
sarandi	PA TARUMÃ II/11 DE MAIO	N	19	4	21,05	5,26	105,26			76,6
sarandi	PA TARUMÃ III	N	20	3	15,00	95,00	95,00			76,6
tapes	PA LAGOA DO JUNCO	POA	36	3	8,33	2,78	0,00	100		
tupanciretã	PE CONCEIÇÃO	N	56	1	1,79	0	89,29	71,43	0	71,5
tupanciretã	PE CONQUISTA DA ESPERANÇA	N	15	1	6,67	0	0,00	0	0	
tupanciretã	PE PÔR DO SOL	N	42	12	28,57	0	0,00	0		64
tupanciretã	PE TUPÃ II	N	38	4	10,53	0	0,00	0	100	
tupanciretã	PE NOVA CONQUISTA MÃE DE DEUS	N	9	1	11,11	0,00	88,89	0	0	75,9
tupanciretã	PA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	N	63	11	17,46	23,81	101,59		50	
tupanciretã	PA SANTA ROSA	N	128	9	7,03	7,81	28,91			
tupanciretã	PA INVERNADA	N	27	5	18,52	22,22	100,00		12	
tupanciretã	PE NOVA AMÉRICA	N	13	0	0,00	38,46	0,00	0	0	
tupanciretã	PA SÃO FRANCISCO II	N	23	1	4,35	4,35	4,35			
tupanciretã	PA SÃO DOMINGOS / NOVA ESPERANÇA	N	54	3	5,56	7,41	100,00			32,4

município	nome do projeto	região	fam	evasão	% evasão	% s/ casa	% lotes s/ água	% estrada interna não executada do projeto	% estrada externa em má condição	% classes capacid. de uso I a IV
tupanciretã	PA INVERNADA DAS MULAS / NOVA ALIANÇA	N	70	1	1,43	5,71	100,00	100	26,09	86,1
tupanciretã	PA VÁRZEA / NOVA VÁRZEA	N	18	1	5,56	16,67	100,00		100	84,7
tupanciretã	PA BANRISUL I/ESTRELA QUE BRILHA	N	6	0	0,00	100,00	100,00		33	89,2
tupanciretã	PA BANRISUL II	N	6	0	0,00	50,00	100,00	100	100	
uruguaiana	PA IMBAÁ	FR	15	7	46,67	20,00	0,00	100	30,77	
viamão	PA VIAMÃO	POA	376	99	26,33	2,66	50,53	36,1	21,91	

Fonte: elaborado pelo autor

Obs: Regiões: B - Bagé, N- norte, PL, planalto sulriograndense, Fr- fronteira oeste, POA- Porto Alegre

lotes sem casa, água e estrada foram obtidos em diagnóstico de 2003 (GRAC e INCRA), complementado por diagnósticos específicos, no caso das moradias

estrada projetada: obtidas através dos mapas das áreas federais e do diagnóstico do GRAC (2003)

classes de capacidade de uso I a IV: obtidas no GRAC e nos laudos agrônômicos do INCRA das áreas adquiridas